Sumário dêste número

EDITORIAL: Limites Interestaduais — CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (pág. 1289).

COMENTÁRIOS: Novos Fatos Geográficos e sua Repercussão no Brasil — EVERARDO BACKHEUSER (pág. 1293).

TRANSCRIÇÕES: O Problema dos Sambaquis — II — PROF. SÍLVIO FRÓIS ABREU (pág. 1298). — Geografia Cultural do Brasil — II — Dr. B. BRANDT (pág. 1312).

RESENHA E OPINIÕES: Humboldt e Ritter (pág. 1331). — O que significa "carioca"? (pág. 1332). — Observações geográficas durante uma viagem em avião de Buenos Aires ao Chile sôbre os Andes (pág. 1332). — Ouro do Brasil (pág. 1336). — Limnologia e biologia das lagoas e seus afluentes no litoral sul-riograndense (pág. 1338). — Engenheiros geógrafos (pág. 1339). — O Nordeste no Brasil (pág. 1340). — Nicarágua (pág. 1342).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: Noções Elementares de Geologia — I — PROF. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES (pág. 1346).

TERTÚLIAS GEOGRAFICAS SEMANAIS: Octogésima quarta tertúlia, realizada a 7 de novembro de 1944 (pág. 1357). — Octogésima quinta tertúlia, realizada a 14 de novembro de 1944 (pág. 1361). — Octogésima sexta tertúlia, realizada a 21 de novembro de 1944 (pág. 1367). — Octogésima sétima tertúlia, realizada a 28 de novembro de 1944 (pág 1376).

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pág. 1380). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 1381). — Ministério da Aeronáutica (pág. 1382). Ministério da Agricultura (pág. 1383) — Ministério da Educação e Saúde (pág. 1384). — Ministério da Fazenda (pág. 1384). — Ministério da Justiça e Negócios Interiores (pág. 1384). — Ministério das Relações Exteriores (pág. 1385). — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (pág. 1389). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 1389). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Clube da Universidade (pág. 1390). — Instituto Brasileiro de Engenharia de Minas e Geologia (pág. 1391). — Sociedade Brasileira de Cultura Inglêsa (pág. 1391). — Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (pág. 1392). — CERTAMES — Congresso Brasileiro da Indústria (pág. 1392). — Conferência Econômica Internacional (pág. 1393). — UNIDADES FEDERADAS — Alagoas (pág. 1395). — Amazonas (pág. 1395). — Goiás (pág. 1395). — Minas Gerais (pág. 1395). — Paraíba (pág. 1397). — Pernambuco (pág. 1397). Piauí (pág. 1398). — Rio de Janeiro (pág. 1398). — Rio Grande do Sul (pág. 1398). — São Paulo (pág. 1398). — Sergipe (pág. 1400). — Território do Amapá (pág. 1400). — MUNICÍPIOS — Anápolis (pág. 1400). — Belo Horizonte (pág. 1400). — Cuiabá (pág. 1401). — Franca (pág. 1401). — Ijuí (pág. 1402). — João Pessoa (pág. 1402). — Manaus (pág. 1402). — Marília (pág. 1402). — Niterói (pág. 1406). — São Lourenço (pág. 1406). — Trindade (pág. 1407). — EXTERIOR — Estados Unidos (pág. 1407). — Inglaterra (pág. 1407).

BIBLIOGRAFIA: REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — **Livros** (pág. 1409). — **Periódicos** (pág. 1412). — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — **Achegas para uma bibliografia sôbre carvão nacional — II** — (pág. 1413). — RETROSPECTO GEOGRÁFICO e CARTOGRÁFICO — **Revista Marítima Brasileira — Relação, por autor, dos trabalhos de caráter geográfico, publicados na "Revista Marítima Brasileira" — (1881-1943) — II — Letras D a L** (pág. 1419).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — **Ementário dos decretos-leis publicados no mês de novembro de 1944** (pág. 1422). — **Íntegra da legislação de interêsse geográfico — Decretos-leis** (pág. 1427) — **Decretos** (pág. 1429). — **Atos diversos** (pág. 1438). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — **Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico — Bahia** (pág. 1446). — **Minas Gerais** (pág. 1446). — **Paraná** (pág. 1447). — **São Paulo** (pág. 1448). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — **Íntegra das Resoluções de interêsse geográfico aprovadas em 1942** (pág. 1449). — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — DIRETÓRIO CENTRAL — **Íntegra das Resoluções ns. 142 e 150** (pág. 1466). — DIRETÓRIOS REGIONAIS — **Pernambuco — Íntegra das Resoluções ns. 1 e 2** (pág. 1471).

Boletim Geográfico

Ano II | DEZEMBRO, 1944 | N.º 21

Editorial

Limites Interestaduais

Durante o ano de 1944, que foi fecundo em atividades geográficas, as questões dos limites interestaduais foram objeto de interessantes e oportunas providências.

Em 31 de maio, com o Decreto-lei n.º 6 550, o govêrno da União modificou os limites dos novos Territórios Federais do Amapá, Guaporé, Iguaçu, Ponta Porã e Rio Branco, dando-lhes âmbitos mais adequados; em conseqüência, tiveram novamente alterados os seus limites os Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e Paraná.

Resultou essa providência do estudo feito pelo Conselho Nacional de Geografia, por solicitação do Conselho de Segurança Nacional, de cuja exclusiva iniciativa aliás decorre a criação dêsses novos Territórios Federais com o Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943.

É que, segundo se verificou, a primitiva delimitação dos Territórios apresentava senões quanto à unidade geográfica dos conteúdos, os quais cumpria corrigir.

Ao ano de 1944 estava reservada a ventura de assistir ao encerramento definitivo de duas questões de limites interestaduais: aquelas entre o Estado do Rio de Janeiro e o de Minas Gerais e entre êste último e o Estado de Goiás.

A solução dessas questões foi a mais feliz e sólida possível, pois os governos dos três Estados, em entendimentos elevados e objetivos, resolveram entre si as dificuldades existentes na caracterização das suas lindes, dando ao Brasil um magnífico exemplo de compreensão e de patriotismo.

Surgiram assim os seguintes decretos-leis estaduais: 1) Decreto-lei n.º 1 201, de 27 de outubro de 1944, do govêrno mineiro, que "aprova o convênio definitivo referente à linha divisória dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro"; 2) Decreto-lei n.º 1 260, de 10 de novembro de 1944, do govêrno fluminense, que "aprova o convênio definitivo referente à linha de limites dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, firmado a 28 de fevereiro de 1944 na cidade de São Lourenço"; 3) Decreto-lei n.º 197, de 15 de novembro de 1944, do govêrno goiano, que "aprova a demarcação da linha divisória com o Estado de Minas Gerais, estabelecida pelo acôrdo de 22 de dezembro de 1939, homologado pelo Decreto-lei federal n.º 3 320, de 29 de maio de 1941, que põe em vigor no Estado a linha demarcada, e dá outras providências"; 4) Decreto-lei n.º 1 262, de 15 de novembro de 1943, do govêrno mineiro, que "aprova a linha divisória entre o Estado de Minas Gerais e o de Goiás, estabelecida no acôrdo de 22 de dezembro de 1939, firmado entre os dois Estados e homologado pelo Decreto-lei federal n.º 3 320, de 29 de maio de 1941".

Merecedora dos maiores aplausos foi, sem dúvida, a atitude do ministro da Justiça e Negócios Interiores que, em brilhante exposição de motivos ao Presidente da República, que a aprovou, dissipou qualquer dúvida que porventura ainda pudesse subsistir quanto à autoridade dos governos estaduais para resolverem, mediante acôrdo, as suas questões de limites, e assim possibilitou aos governos dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás a ultimação de seus convênios em atos legislativos próprios.

Um caso de limite interestadual muito interessante é o referente ao do Estado do Amazonas com o Território do Acre.

Ocorreu nesse limite uma questão original, não de ordem política, mas de natureza científica.

A linha divisória entre essas duas Unidades da Federação era conceituada em uma grande geodésica que aparece nos mapas como uma reta extensa que vai da cabeceira do Javari à confluência do Beni com o Mamoré, resultante aliás da demarcação da nossa fronteira com a Bolívia.

Essa grande linha, impròpriamente chamada "Linha Cunha Gomes", não pode subsistir, porque, na campanha de levantamento das coordenadas geográficas das cidades brasileiras, efetivada pelo Conselho Nacional de Geografia, se verificou com surprêsa que as localidades acreanas de Seabra e Feijó estão muitos quilômetros ao norte da referida linha, tal como havia sido verificado anteriormente quanto a Sena Madureira.

Para solucionar a questão surgida, entendeu o Conselho como mais acertado transformar a grande reta geodésica em uma linha quebrada que envolvesse aquelas localidades, colocadas em sua posição exata, mantendo-as dentro do âmbito acreano.

Por essa razão, aparece como uma linha quebrada a divisa entre o Estado do Amazonas e o Território do Acre nos mapas editados pelo Conselho Nacional de Geografia em 1944, e assim se fará de futuro.

*

Infelizmente, porém, ainda perduram algumas questões de limites interestaduais no Brasil.

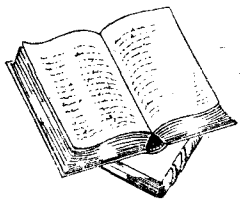
A ocasião para que se resolvam essas questões remanescentes é a melhor possível, em virtude das facilidades que o regime atual proporciona.

O processo de acôrdo mútuo, tão bem defendido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, oferece possibilidades imensas e, além de confirmar

aos Estados a autoridade para tratar convenientemente da delicada matéria, enseja ambiências de superior compreensão e de entendimentos elevados entre brasileiros, que assim harmonizados melhor servem à Pátria comum.

O Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com sua superior autoridade, supremo prestígio e alta compreensão, tem elementos para prestar ao país o inestimável serviço de ativar as soluções dos casos ainda pendentes de divisas interestaduais.

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO
Secretário Geral do Conselho Nacional
de Geografia



Comentário

Novos Fatos Geográficos e sua Repercussão no Brasil

EVERARDO BACKHEUSER
(Professor de Antropogeografia da Faculdade Católica de Filosofia)

As guerras sempre introduziram na geografia fatos novos, ou modificaram fundamento os existentes, ou apressaram o aparecimento de outros ainda em trâmites de lenta elaboração. Em outras palavras, as guerras sempre acarretam consigo repercussões de feição geográfica. Não aludo, é claro, às repercussões de caráter temporário, mas àquelas outras que substancialmente alteram a estrutura geográfica do Planeta.

As duas últimas guerras a de 1914 e provàvelmente a atual, por isso mesmo que de envergadura mundial, acentuam, de um lado, os aspectos geográficos das guerras parciais desencadeadas sôbre o Orbe desde a Idade Média, e, de outro, trazem transformações geográficas de ordem tal que é lícito classificá-las como escapando a qualquer previsão anterior.

Pelo limitado espaço destinado a esta secção do *Boletim*, examinarei os novos fatos geográficos de modo muito resumido, limitando quer o número de problemas tratados, quer a extensão conferida ao comentário de cada um dêles. Apesar, porém, de sucintamente expostos, procurarei focá-los, ao mesmo tempo em seu panorama geral, isto é, mundial, e nos possíveis reflexos dentro de nosso país. Desejaria abordá-los em todos três setores fundamentais da antropogeografia — situação, espaço e domínio —, mas, pela circunstância apontada, cancelarei, no comentário presente, os problemas mais estreitamente ligados a "espaço" e a "domínio", os quais, êles sós, encheriam as poucas páginas concedidas ao autor. Se possível, fá-lo-ei em outra oportunidade. Tratarei, portanto, repito, por hoje apenas dos fatos dependentes da teoria antropogeográfica de "situação".

* * *

Ao que tudo desde já indica, parece-me que haverá no setor das *situações geográficas* transformações de extraordinária importância. A guerra passada as sugeriu; o presente conflito as acentua e define.

Assinalemos, de entrada, que as "posições" centrais e as "posições" periféricas vão perder a feição que a antropogeografia clássica lhes conferia, valendo-se de argumentos sugestivos (sugestivos e exaustivos), e que, por tôda a discussão apresentada, dava-lhe caráter essencial e característico. Na maioria dos países porque banhados por mares e oceanos, essas posições centrais e periféricas coincidiam com posições interiores e marítimas. O que se diz de uns aplica-se aos outros.

Os sítios periféricos eram os únicos em contacto direto com o exterior e, se colocados na orla litorânea, também eram pontos de intercâmbio, pelo menos possível, a bem dizer, com o Universo inteiro. Daí, sua crescente importância, desde a mais distante antigüidade até o século XX, não apenas comercial, mas cultural e polìticamente. A preocupação de atingir o mar era ânsia de todos os povos. O cântico dos húngaros "tengere, tengere maggiar!" (ao mar, ao mar, magiares!) bem o define.

Na base de posse do mar, girou durante quarenta séculos a civilização mediterrânea, com assírios, fenícios, gregos, cartagineses, romanos, e, depois, com Gênova e Veneza. Tambem de substratum marítimo é a evolução ulterior, no período do Renascimento e Idade Moderna. O domínio dos mares era a melhor prova do vigor de uma nação. O desejo de sua posse, sob a forma de impérios coloniais, constituiu e ainda constitui indício da pujança dos Estados. O mais importante na política internacional contemporânea continua a se garantir rotas marítimas, conquistar ilhas para centros de abastecimento, fixar pontos cruciais à navegação, manter grandes frotas mercantes e poderosas marinhas de guerra. Das grandes potências, apenas a Rússia possui um império contínuo continental. Todos os outros são marítimos. Mas as ambições moscovitas têm sido, desde séculos, para o Báltico, para os Dardanelos, para o gôlfo Pérsico, isto é, para seus três grandes mares de desafôgo, e têm sido elas a diretriz de sua ação internacional em todos os tempos remotos e presentes.

Quase tudo girou, pois, geogràficamente, até nossos dias, em tôrno da posse, seja pela conquista, seja pela defesa, de posições da orla marítima. E de certo modo também em tôrno das posições das lindes terrestres (vêde recentemente a criação dos nossos novos Territórios), porque todos êsses pontos periféricos são postos avançados para efeito de trocas comerciais, de barreiras aduaneiras de bastiões para proteção militar.

Ao lado disso, as situações interiores e centrais, por definição antropogeográfica, mantinham-se os recintos sagrados das tradições, os "corações" das pátrias, resistentes ao cosmopolitismo, concebidas como centros populosos de sadio nacionalismo e pràticamente inatacáveis durante as lutas armadas com o estrangeiro. Tôda a teoria antropogeográfica das "capitais centrais" baseou-se sempre nessa concepção.

No entretanto agora, com o surto da nevegação aérea, tôdas essas noções clássicas de geografia humana estão a pique de baquear. De fato, o avião que na guerra passada ensaia sua influência geográfica, define-a no presente momento. Quer dizer, o "nível de cultura" do mundo modificou-se de tal modo com êsse invento que, em conseqüência, se alteraram os valores geográficos. E' mais uma confirmação (se confirmações me fôssem necessárias) para evidenciar a segurança da lei geográfica "do nível de cultura" por mim apresentada em 1925.

As metamorfoses geográficas que a aviação vai trazer serão profundas. Seus passos foram assaz tímidos até 1939: transportadora de correspondência, de meia dúzia de passageiros, de *colis* de pequeníssimo pêso e volume. Agora, não. As necessidades da guerra criaram aeroplanos de enorme potência, capazes de suportar cargas comerciais, grande número de passageiros. E velocíssimos! E em condições de formar "trens" com um avião motor à frente e uma série de planadores "a reboque"!

O futuro da aviacão econômica parece pois garantido. Utilizada inicialmente com diminutíssima fisionomia geográfica, a aviação vai abalar a geografia em seus fundamentos. O distante Pôrto Velho, ontem lugarejo da selva amazônica, é hoje, na pena de cronista ilustre a *"trepidante* capital do Território do Guaporé". As situações geográficas de hinterlândio deixaram pràticamente de existir. É uma radical transformação da face da Terra, seguramente superior à que se originou com o aparecimento da bússola. Com a bússola, a navegação que era marítima, assim permanecia, embora com possibilidades muitíssimo maiores, possibilidades mesmo formidáveis, pois que dilataram o ecúmeno, da área mediterrânea a bem dizer até aos pólos, com a imprevista descoberta de novos mundos. Mas, mau grado tudo isso, as situações geográficas guardaram em essência seus valores, apenas, e em alguns casos, os acentuando. Os portos, sem dúvida, valeram mais, pois que o comércio marítimo se intensificou, mas não deixaram nunca de ser afinal apenas portos de mar.

Presentemente, não. Com os poderosos aeroplanos de após-guerra, a navegação, dos oceanos, passa para os ares. As alfândegas não precisarão estar nas costas e nas linhas de fronteiras, barrando, ou, pelo menos, controlando

o intercâmbio. Acaba-se assim o prestígio do mar. Os congressos não discutiram mais sôbre a "liberdade dos mares", mas sôbre a "liberdade dos ares", "a quinta liberdade", em tôrno de cujo contrôle já se iniciam os debates entre as nações poderosas.

Segundo dados de John Bernhard, em breve poder-se-á ir em 24 horas do Rio de Janeiro a Chicago. E o avião poderá transportar em seu bôjo, pelo menos dois autos-caminhões devidamente lotados. Tais caminhões entrarão pela sua própria fôrça, "pelo seu próprio pé", dentro do avião, e descerão, depois, também pelo próprio pé, no ponto de destino. As mercadorias irão, assim, de porta a porta. Do matadouro de Chicago ao comedor de salsichas no interior do Paraná. Poderão, por exemplo, partindo de uma fábrica de louças de um subúrbio paulista chegar no mesmo dia a Campina Grande, e aí serem carregados de fardos de algodão, que ainda no mesmo dia serão descarregados no pátio de uma fábrica de Bangu.

Êsse fato geográfico é de gigantesca repercussão e importância. Fará surgir cidades onde havia até agora zonas de rala população e transformará em taperas portos hoje de movimento considerável e com imponentes arranha-céus.

Escrevendo as palavras que aí ficam não estou debuxando um painel de ocorrências em remoto futuro e por isso de contornos indecisos, como acontecia afinal ao desenhar êsse mesmo quadro no distante ano de 1922 em um dos primeiros números da revista *Aviação*. Abordando, agora, de novo, o mesmo tema, pinto de fato uma realidade patente, percebida por tôda a gente, não pressentida apenas por cultores da antropogeografia, como me aconteceu a mim. De fato, parcos conhecimentos, de geografia, como são os meus, me permitiram antever então, há quatro lustros, a situação que viriam a ter as "posições centrais" quando valorizadas pelo aeroplano, melhor, direi, metamorfoseadas totalmente por êsse novo meio de locomoção.

Com o vasto desenvolvimento da navegação aérea comercial no período do após guerra, nascem outras necessidades geográficas no setor "comunicações". Não abordarei tôdas elas. Tomo apenas a liberdade de recordar, com o pensamento patriòticamente dirigido para o caso brasileiro, a conveniência de desde já serem coordenadas em projetos inteligentes as rêdes de tôdas as sortes de transporte em tôrno dos prováveis *nós* internacionais de navegação aérea, comercial. Não é conveniente ao Brasil manterem-se em estanqueidade os diversos planos de viação, organizados por especialistas de cada um dos ramos sem contacto e entendimento recíproco, como que tendo cada grupo de técnicos a preocupação de sobrepujar o outro. Não se pode imaginar sistemas de viação — terrestre, marítima, fluvial e aérea — como se fôssem independente uns dos outros. Urge coordená-los em perfeita sintonização, todos êles em um todo harmônico. Ferrovias, rodovias, trânsito fluvial, navegação de cabotagem e de longo curso, aviação, tudo trabalha para um mesmo e único objetivo, que é afinal a grandeza do Brasil.

* * *

Em decorrência da futura organização dos diversos sistemas de viação, desde que realizada em perfeita concordância de propósito, surgirá outro novo fato geográfico, no capítulo "situação" da Ciência de Ratzel. Quero me referir à distribuição das habitações na paisagem humana, aquilo a que alguns, na corrente de Vidal de la Blache, chamam de *habitat*. (Não gosto de usar tal palavra neste sentido, porque não corresponde ela ao que tem em ecologia botânica e zoológica; mas, escrevendo para leitores a ela habituados, cedo ao desejo de me tornar para êles inteligível).

Em linhas gerais, a evolução da dispersão da habitação tem seguido ritmo pendular.

À disseminação agrária da Grécia e do início do período romano sucederam as condensações de tipo citadino geradas pelos *castra* do Império dos Césares. De novo, porém, reaparece, no período medieval a disseminação, e êsse chamado "*habitat* disperso" perdura até os tempos modernos, isto é, perdura enquanto o carro e a má posta levavam passageiros e cargas de porta a porta. Com o aparecimento das estradas de ferro muda-se outra vez essencialmente, a paisagem geográfica: surgem os *nós urbanos* em tôrno das estações. Nova metamorfose geográfica trará o automóvel, que também transporta de porta a porta como as carruagens e as alimarias da idade média. Graças ao novo meio de condução, dulcificam-se os nós ferroviários e a população passa a se dispersar, isto é, passa a ser regra aquilo que o tinha deixado de ser pelo prestígio e monopólio do caminho de ferro. Os núcleos urbanos que se haviam conglomerado em tôrno das paradas obrigatórias dos trens, espaçadas umas das outras de quilômetros, perdem de importância dia a dia, em benefício dos aprazíveis sítios afastados que o automóvel atinge com facilidade.

Prosseguindo na evolução pendular, o avião fará por certo nascer grandes pontos nodulares, em malha larga, cuja malha menor será formada pelas linhas de caminho de ferro e fluviais. Mas a paisagem humana futura tomará aspecto de certo modo inédito, porque não existirão apenas nós nem apenas disseminação residencial, mas concomitantemente coexistirão as duas fisionomias geográficas. Pela conjugação dos vários sistemas de transporte, haverá os nós da rêde aérea e os das rêdes ferroviária e marítima, mas o resto da área reticulada, atravessada pelas rodovias, será enchida, como disse, sob a forma de dispersão, que é a conseqüência da locomoção em automóvel. Quer dizer, em outras palavras, que se manterá em essência o *habitat* presentemente desenhado, mas êsse *habitat* terá ainda maior nitidez em sua apresentação geográfica.

* * *

Ainda a um terceiro novo fato geográfico desejo aludir. Não virá êle pròpriamente como conseqüência da guerra atual, antes será fruto de descobertas recentes que a guerra tem apenas sabido aproveitar e desenvolver. Refiro-me ao frio artificial.

Dêle se tem a Humanidade aproveitado, de descoberta em descoberta, a partir da última metade do século XIX. O frigorífico modificou geogràficamente a economia do mundo permitindo o transporte seguro, das famosas "derrées perissables" através dos mares, em longos percursos batidos pelas mais variáveis temperaturas e condições atmosféricas.

Regiões do hemisfério sul que anteriormente não exploravam a pecuária por falta de consumidores, transformaram-se em zonas criadoras de vultoso porte, o que significa modificação geográfica de monta, com repercussão no interior do país e no resto do mundo. O frio artificial que já havia provocado tais metamorfoses no cenário universal, está destinado ao que parece, a maiores surtos. A refrigeração dos ambientes residenciais, dos lugares de trabalho (fábricas) e de diversão (teatros, cinemas) terá, por certo, em futuro muito próximo, o condão de valorizar "situações" da área tropical.

Já aludi a essas probabilidades quando em (*Estrutura Política do Brasil*), expus a lei antropogeográfica do "nível de cultura", a que também neste artigo já me referi. Isso aconteceu em 1925. Não havia ainda — ou, pelo menos não havia chegado ao meu conhecimento, — a possibilidade de refrigeradores domésticos (geladeiras) e muito menos de aparelhos de resfriamento do ar, mas já sentia eu a possibilidade de tal descoberta. De fato, são palavras do autor em aquela afastada época, ao tratar das regiões tropicais brasileiras as que transcrevo: "Quem nos diz que amanhã o engenho humano não descobrirá meios de evitar, pela refrigeração ou por processos especiais de movimentação do ar, os excessos daninhos do calor?". E acrescentava, concluindo o pensamento — "Também os homens que vivem nos afamados climas estimulantes e energéticos, precisam, pelos caloríficos e pelas bebidas excitantes,

contrabalançar os efeitos danosos do frio. Os moradores dos climas quentes não podem, nos períodos de canícula, permanecer expostos ao sol, porque com o suor se lhes esvaem as fôrças; mas os homens dos climas frios não podem, tão pouco, trabalhar no inverno, porque se lhes gelará nas veias o sangue se não tiverem suficiente agasalho". E ainda, raciocinando cientìficamente dentro da geografia, acrescentava: "Para que a civilização volte a poder se sentir bem nos climas quentes e úmidos basta, portanto, que algumas descobertas sejam feitas de modo a atenuar o excesso de calor e a inutilizar a virulência da pequena fauna transmissora de doenças".

Essas palavras que à guisa de profecia escrevia há duas décadas são hoje a expressão quase de uma realidade tangível. Hoje, nos trópicos, graças ao frio artificial o trabalho nas fábricas pode ser tão suave quanto nas zonas temperadas. Amanhã, algo se descobrirá (e lá vai mais uma profeciazinha!) para facilitar o labor no campo mesmo sob temperaturas causticantes. Bastará talvez um processo barato de iluminação para que se possa arar de noite as terras reservando os dias para o descanso, e em casas também refrigeradas econômicamente.

Tudo isso já está mais ou menos em via de efetiva realização. Será a redenção dos trópicos. Será uma revolução nas áreas mundiais de exploração agrícola e industrial, e, portanto, um novo fato geográfico a se desenhar nítido nos horizontes da Terra.

Êsse novo fato geográfico é de ordem a alterar outras sortes de "situações" que não as aludidas nos itens anteriores. As condenadas "situações tropicais" ressurgirão a uma mais forte luz e porão talvez em atitude de modéstia forçada as "situações" de zona temperada hoje em dia tão orgulhosas, pretensiosas e pedantes.

A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

O Problema dos Sambaquis

II

SAMBAQUIS DE IMBITUBA E LAGUNA*

(SANTA CATARINA)

"Sambaquis de Imbituba e Laguna — Santa Catarina" — Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — Tomo XXXII — 1928 (1.º semestre)

Prof. S. FRÓIS DE ABREU
Da Comissão da Biblioteca Geográfica Brasileira e técnico do Instituto Nacional de Tecnologia

Foram recordados, nas páginas antecedentes, os principais observadores da pré-história do Brasil, na parte referente aos sambaquis.

Foi mostrado como se repartem as opiniões e salientados os argumentos de que lançam mão os defensores do "artificialismo" e do "naturalismo".

Resta-nos agora referirmos às nossas pesquisas no sul de Santa Catarina, expondo claramente os fatos observados, a fim de justificar as idéias que se nos afiguram em harmonia com os dados da observação e com os ditames do bom senso.

No *croquis* da página 1302, localizamos os sambaquis e vestígios de antigos acampamentos indígenas que tivemos oportunidade de conhecer. Foram assim determinados vinte e cinco pontos, três dos quais foram locados apenas por informações do nosso guia, conhecedor perfeito de tôda a região, sendo os outros examinados pessoalmente. No referido *croquis,* no lado esquerdo, vê-se um grupo de dois sambaquis; o maior dêles é muito conhecido e ativamente explorado como jazida calcárea.

E' o

Casqueiro da Carniça

Assim se denomina porque fica próximo a um povoado de pescadores chamado Carniça, à margem do rio Tubarão.

O casqueiro da Carniça é um monte bastante alto, com cêrca de 20 metros de altura e 400 de perímetro, tem, aproximadamente, a forma de tronco-cone de base elíptica.

A parte de norte a leste está bem exposta por desmoronamentos provocados pela retirada de conchas para o fabrico de cal.

E' tradição corrente em Laguna que, há bem mais de meio século se faz cal com "casca" daquele sambaqui, no entanto, não se chega a perceber grande diferença naquela face do depósito. Um dos exploradores de cal, disse-nos que desde sua infância via tirar "casca" e o sambaqui continuava sempre do mesmo tamanho.

Por isso, êle acreditava que quanto mais se tirava, mais casca nascia...

Inquirindo-o acêrca de achados estranhos, foi-nos respondido que de vez em quando encontravam-se "ossos, machadinhos de bugre, pedras lisas e bonitinhas e bolinhas muito bem feitas".

---

* N.R. — O *B. G.* n.º 20 — ano II, publicou a primeira parte dêsse trabalho.

No momento, entretanto, nada havia daquilo. Bastaram alguns minutos de rigorosa inspeção, no talude do monte, para colecionarmos vários fragmentos de ossos humanos, principalmente pedaços de fêmur, tíbias e calotas cranianas, além de dois instrumentos de diabase polida e algumas vértebras de peixes grandes.

O alto do sambaqui da Carniça está coberto de vegetação de porte regular, encerrando muitas cactáceas. Avista-se daí um horizonte amplo em todos os quadrantes; para o sul e oeste, vê-se bem próximo à lagoa de Santa Marta, para as bandas do norte, além da planície nivelada, entremeadas de ipueiras, o rio Tubarão e a grande laguna onde o rio se lança; para NE tem-se a barra de Laguna e para o sul o oceano e a ponte de Santa Marta.

Como se pode avaliar pelas mensurações aproximadas (20 metros de altura e cêrca de 120 de diâmetro), pela carência de instrumentos adequados, o volume dêsse sambaqui é bastante notável, influenciando sèriamente o espírito do observador, no sentido de ver naquilo uma formação natural. Resumindo os caracteres dêsse sambaqui, diremos:

— que tem a forma de monte tronco-cônico, emergindo de uma planície úmida;

— que é formado principalmente de carapaças de *Venus* com *Ostrea* relativamente freqüente;

— que contém em grande cópia:

a) ossos humanos fossilizados;

b) vértebras e espinhas de peixe fossilizadas;

c) ossos de cetáceos fossilizados, apresentando sinais de fogo;

d) fragmentos de carvão de madeira, dentro de conchas e em conjunto com espinhas de peixe;

e) fragmentos de rochas diabásicas, com e sem vestígios de trabalho humano;

Percebe-se nìtidamente a ocorrência de camadas conchilíferas misturadas com terra preta e outras camadas quase sem terra ou areia.

Muitas vêzes encontramos conchas com as duas válvulas ainda fechadas, mas, dada a pequena freqüência dessa ocorrência, o fato tem importância secundária. As conchas pequeninas, naturalmente impróprias para a alimentação, não são abundantes, verificando-se o mesmo com relação à ocorrência de *Cerithium* tão freqüente nos pseudo-sambaquis.

Pelo exposto, chega-se à conclusão de que a fauna dêsse sambaqui é essencialmente marinha; os *Bulimus* não são freqüentes e, de par com *Bulimus* fossilizados, há exemplares francamente modernos.

O outro sambaqui próximo, bem menor, tem também a forma de monte e na parte sul está completamente aterrado pela areia da praia, tomando destarte uma feição de duna. Compõe-se das mesmas espécies que o vizinho é coberto de vegetação semelhante. Nêle não encontramos ossos ou artefatos porque não fizemos escavações nem tem sido desagregado pela atividade industrial.

Sambaqui da Cabeçuda

Está situado numa ponta de terra, no estreito que liga a laguna principal com a lagoa do Imaruí. Tem a forma de um morro semi-esférico, coberto de mato e desnudado na face NE pela extração de conchas.

Tem aproximadamente doze metros de altura e o material componente é semelhante ao dos precedentes. Neste sambaqui são muito freqüentes os achados de material lítico trabalhado, assim como ossadas humanas.

Sambaquis da Caputera

Vimos dois. Um mais próximo à margem da lagoa, explorado para cal, tem a forma de um morro alto, alongado e parece bastante desbastado ao longo da face em exploração. A forma dêsse depósito lembra a de um acúmulo artificial de conchas, fotografado por nós, em Cabo Frio.

O material é ainda semelhante aos precedentes, havendo certos lugares onde predomina *Ostrea* ao invés de *Venus*.

Os ossos humanos e os artefatos líticos são muito freqüentes; vimos muitos fragmentos de úmeros, tíbias e maxilares inferiores com os dentes muito desgastados, como é comum nos achados nos sambaquis.

O segundo está coberto e não é ainda explorado; morfològicamente não apresenta interêsse especial.

Sambaquis do Perrichil

O lugar Perrichil fica situado no estreito que comunica a lagoa de Imaruí com a do Mirim.

Vimos aí três sambaquis, um com a forma de pequena lombada de conchas e outros dois como morros arredondados, de menos de dez metros de altura. Num dêles nada observamos por falta de revolvimento do depósito; nos outros dois verificamos a semelhança com os tipos precedentes descritos, notando-se a facilidade em obter, não artefatos, mas ossos humanos e carvão de madeira. Nesses não chegamos a colhêr sequer um machado ou um simples seixo trabalhado; é possível que sejam mais raros.

Em compensação os pequenos fragmentos de carvão e os ossos são muito comuns.

Num dêles encontramos um monte de ossos que o explorador de cal vai juntando e enterra quando tem uma boa porção.

Vimos aí fragmentos de maxilares pertencentes a cêrca de seis indivíduos, todos com vários dentes muito desgastados.

Infelizmente, os fragmentos de crânios eram muito quebradiços e não se prestavam a reconstituições no laboratório.

Vários pedaços de frontal mostravam que os indivíduos não tinham exagerada saliência da arcada supra-orbitária.

Neste sambaqui também foi observada a freqüência de pequenos fragmentos de carvão.

Sambaquis da ponta Rasa

Há aí dois tipos de casqueiros; o que se apresenta como camada no solo, que é provàvelmente um pseudo-sambaqui; e o verdadeiro, em forma de monte, na extremidade de um cabo, assentado diretamente sôbre a rocha viva.

A pouca distância um do outro, tem-se aqui um sambaqui-camada e um sambaqui-monte, tal como ocorre no Distrito Federal. Um tem cotas positivas, o outro cotas negativas.*

Sambaquis de Laguna

No perímetro urbano, próximo ao colégio das freiras, há um sambaqui de onde a municipalidade de Laguna retira conchas para pavimentação das ruas.

Fica a alguns metros acima do nível da cidade, na encosta de um morro, e repousa diretamente sôbre o granito róseo que ocorre aí.

---

* Para facilidade de compreensão adotamos os têrmos — cotas positivas e negativas para as camadas que se acham acima (+) ou abaixo (—) do nível médio do solo, no local da ocorrência.

Em composição é idêntico aos precedentes; as ossadas humanas e artefatos líticos são comuns. Dêsse depósito trouxemos para o Museu Nacional um crânio perfeito, bem como conglomerados que contêm argila escura com húmus, ossos humanos, espinhas de peixe, pedacinhos de carvão e conchas. A base dêsse sambaqui está sôbre o granito, a mais de cinco metros acima do nível da laguna, ao passo que outros, como o da Carniça, do Mirim, de Vila Nova, estão a alguns decímetros acima do nível das lagoas.

Fácil é encontrar-se nesse depósito os conglomerados que indicam claramente sua natureza de resto de refeições, bem como os ossos que sofreram ação do fogo. Êsse casqueiro não tem forma cônica ou semi-esférica, é antes uma grossa camada de conchas, deixando ver a alternância de leitos com terra preta e sem ela.

Existe numa extremidade da *urbs* outro sambaqui explorado para o fabrico de cal, conhecido por "Casqueiro da Caieira".

Há ainda um outro, ao lado da linha férrea, nas portas da cidade.

Está quase coberto pela areia das dunas e não é explorado; chamam-no Casqueiro da Roseta. O nome é sugestivo, pois como é sabido, foi a pedra da Roseta que proporcionou a Champollion a chave da leitura hieroglífica.

O tipo dá idéia de formação eólia, como já sugerira o professor Roquete Pinto, em seu trabalho sôbre os sambaquis do Rio Grande do Sul. Como êsse, quase soterrado pela areia, há outro, à margem da linha férrea, que poderá ser chamado Sambaqui da Porteira, porque não fica muito longe da porteira, servindo de limite entre os municípios de Laguna e Imbituba. Êsses dois últimos têm forma de morro alongado.

Sambaqui da ponta da Guaiúva

Apresenta-se como uma lombada com cêrca de cinco metros de altura, permanece virgem e parece ser constituído pelo mesmo material que os outros já referidos. Quanto à concorrência de artefatos e ossos, nada podemos dizer por falta de exploração eficiente. Do ponto de vista paleontológico, a ponta da Guaiúva oferece grande interêsse; além do sambaqui ocorrem lá vestígios da indústria lítica dos nossos primitivos habitantes. A ponta da Guaiúva é formada por uma reunião de matacões de uma rocha básica, de granulação média, jazendo em conjunto com blocos de granito cortados por pequenos veios de diabase. Aí contamos sessenta e seis pedras com uma depressão circular ou elítica, indicando claramente que serviam para fabricação de machados de pedra. Êsse local deve ser olhado como ruína de uma grande fábrica de machados indígenas; muito provàvelmente, aí se preparou grande número de artefatos que nós mesmo retiramos dos sambaquis e da estação lítica do Itapirubá.

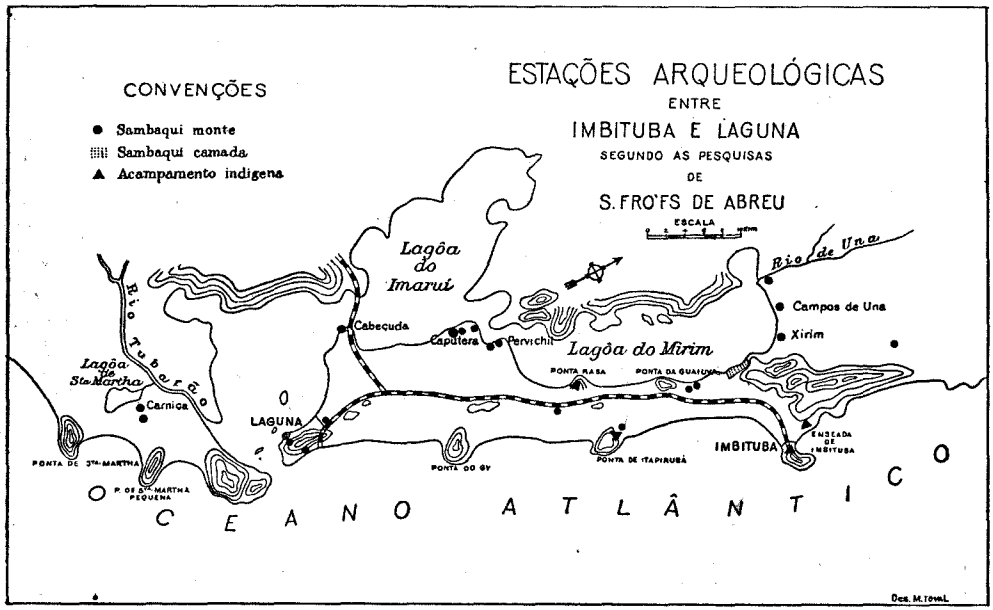
O Museu Nacional já possui algumas pedras dessa feição, cuja procedência ignoramos; seria conveniente haver um entendimento com a municipalidade de Imbituba para que fôssem algumas delas transportadas para o Rio de Janeiro.

Sambaquis de Vila Nova

Os sambaquis de Vila Nova estão arrendados à firma Laje & Irmãos, que explora um dêles intensamente. São dois montes muito próximos um do outro, de forma aproximadamente circular. O sambaqui principal, de onde a companhia retira grande quantidade de conchas para o fabrico de cal, lastro da estrada de ferro e pavimentação das ruas de Imbituba, não tem grande vegetação porque há pouca terra de mistura com as conchas.

E' um dos mais interessantes que temos visitado, já pela pequena percentagem de material inerte (areia ou argila), já pela abundância de vestígios da atividade humana.

Fica bem perto da lagoa Mirim, como quase todos os outros. Na forma assemelha-se a uma meia-laranja, como uma elevação um pouco maior na direção da lagoa; bem próximo ao sambaqui, o terreno é encharcado e a pouco mais de uma centena de metros já se encontram as águas salobras da lagoa Mirim.



E' um sambaqui de *Venus,* com algumas das outras espécies também encontradas nos outros (*Cardim, Arca, Lucinia,* notando-se em certa parte, um grande acúmulo quase só de ostras, (*Ostrea aff.*).

O nível que fica a cêrca de dois metros abaixo da parte alta do sambaqui e a uns quatro metros da parte mais alta, é um horizonte abundante em ossadas.

Deparamos aí com uma calota à mostra, e retirando cuidadosamente as conchas que a cercavam, pudemos ver um crânio perfeito, repousando sôbre o lado direito e com a face voltada para o poente.

Procurando retirá-lo notamos que repousava sôbre um grande osso de forma aproximadamente trapezoidal, com as seguintes dimensões:

base menor: 27 centímetros;
base maior: 70 centímetros;
distância entre as bases: 75 centímetros:
espessura medida na base menor: 16 centímetros.

Achavam-se em conjunto muitos outros ossos de um corpo humano, parecendo que o indivíduo fôra ali colocado encolhido, porque ao lado das costelas viam-se tíbias, úmeros, ossos do pé, etc.

Os ossos reduziram-se a pó ao mais leve contacto e, mesmo afastando de nós "os negros com suas enxadas", tivemos a decepção de ver inutilizado todo nosso esfôrço para levar ao Museu aquêle homem e seu curioso travesseiro ósseo.

Pudemos verificar que o crânio estava completamente vazio, nem conchas nem terra havia dentro dêle; na parte superior do ocipital havia um rombo onde penetrava um seixo de diabase, um simples pedaço de pedra sem vestígio de trabalho. Debaixo do osso havia ainda alguns restos do mesmo homem, porém, por mais que procurássemos, não encontramos o maxilar superior; o inferior tinha quase todos os dentes, os molares com as cúspides gastas.

O exame circunstanciado dessa ocorrência autoriza-nos a declarar que aquêle esqueleto não foi enterrado ali, posteriormente à formação integral do sambaqui, pois as camadas superiores não apresentavam a mais leve perturbação, eram perfeitamente uniformes, os delgados leitos de terra preta não acusavam indícios de revolvimento posterior.

Junto a êsse esqueleto, encontramos muitas espinhas e algumas vértebras de peixes, pequeninos pedaços de carvão, além de um pó que lembra cinza, mas que poderia também ser farelo de osso.

Dêsse sambaqui trouxemos vários objetos interessantes que ofertamos ao Museu Nacional — machados grandes e pequenos, completamente sólidos e grosseiramente trabalhados, muitos ossos humanos e uma mandíbula de queixada ou porco selvagem (*Dicotyles labiatus*).

Não encontramos nesse sambaqui, como em nenhum outro visitado, vestígio algum de cerâmica. O Sr. Antenor de Morais, que residia temporàriamente em Imbituba e tinha muito gôsto por êsses estudos, mostrou-nos um pedaço de osso trabalhado grosseiramente, que fôra por êle encontrado nesse depósito.

Camadas conchilíferas de Vila Nova

Na estrada que vai da Vila do Mirim a Vila Nova, perto da lagoa, caminha-se muitos metros sôbre camadas de conchas que parecem ser indícios de um antigo fundo de mar ou laguna.

Não nos consta que já se tenham encontrado ossadas nestas camadas.

Em Mirim, grande parte do solo contém abundantemente conchas espalhadas, (*Venus*) desde as mais remotas épocas.

Sambaqui do Mirim

Fica bem próximo à Vila Mirim. Tem forma de meia-laranja, é alto, grande e já foi largamente explorado para o fabrico da cal. Atualmente está abandonado e, por isso não tivemos ensejo de fazer uma boa coleção de material. As informações obtidas foram muito promissoras e nós mesmo encontramos, no rápido exame que fizemos, vestígios de fogo, atestados por pedacinhos de carvão, além de espinhas e vértebras de peixes grandes, dois fragmentos de calotas cranianas e ossos longos partidos.

Sambaquis da Penha e Rio de Una

Êsses não foram visitados por nós; sua localização no esbôço das estações paletnográficas foi feita de acôrdo com as informações obtidas.

Próximo ao rio de Una, ficam os campos do mesmo nome, onde há pouco tempo foi encontrada uma grande igaçaba, hoje pertencente ao Museu Nacional.

E' a maior e mais perfeita peça de cerâmica proveniente de Santa Catarina e foi ofertada pelo Sr. Marcos Konder, atual governador do Estado. Nessa igaçaba encontram-se vestígios de ornamentação com tinta vermelha exatamente idênticos aos de um fragmento de barro cozido que nós encontramos entre as dunas, na enseada de Imbituba.

Sambaqui do Itapirubá

Próximo ao morro do Itapirubá, encontramos um acúmulo de conchas e conglomerados calcáreos, sem formar montículos, apenas esparsos ali e acolá, entre o areal da praia. Informaram-nos que aquilo era também um casqueiro que as dunas, em seu constante movimento, cobriam e tornavam a descobrir.

Não nos foi possível fazer um exame minucioso, já pela falta de tempo, já pelo estado em que se achava, quase coberto pela areia.

Vimos apenas as espécies comuns aos outros casqueiros, acrescidas de carapaças de sururu (*Mytilus*) e grande abundância de fragmentos de diabase, ao lado de machados e alguns ossos humanos.

Dada a quantidade de artefatos aqui encontrados, êsse lugar bem merece a atenção dos pesquisadores. Em nosso exame, tão rápido, encontramos sete esqueletos enterrados numa área de dois metros quadrados; tinham a calota fora da areia e jaziam de cócoras. Note-se que estavam enterrados na areia da praia e não em conchas, como nos sambaquis.

* * *

Tendo feito referências aos principais fatos observados nos sambaquis da zona em tôrno de Laguna e Imbituba, resta-nos dizer agora algumas palavras acêrca de certas estações líticas da mesma zona, de natureza diversa dos sambaquis.

A designação "estações líticas" compreende todos os vestígios de habitação do homem da idade da pedra e, sendo assim, abrange também os sambaquis.

Não temos um têrmo mais apropriado para designar tais ocorrências, pois ninguém ainda sistematizou, entre nós, os estudos de Pré-história.

A essas paragens, onde acamparam hordas indígenas e deixaram mostras de sua estada, representadas pela cerâmica, pelas armas, por construções, etc., Heloísa Tôrres chama "centros de cultura paletnográficos"; são exemplos as jazidas de Marajó, as do Maranhão (lacustres) e os sambaquis; "centros de cultura neoetnográficos" são os do Xingu, da Rondônia, da ilha do Bananal e outros mais.

Na maioria das vêzes, qualquer descoberta de antigas habitações indígenas é logo classificada cemitério, porém, muitas vêzes, isso é um êrro.

Como os homens civilizados têm cemitérios junto a cada cidade, também os índios enterravam os mortos perto do lugar que habitavam; daí, via de regra, o cemitério indígena ser indício da antiga aldeia já completamente destruída pela ação do tempo. Como as urnas funerárias resistem à ação dos agentes destruidores, mais fácil é encontrar indícios de cemitério do que de aldeias.

Na Argentina, os estudos já deram alguns passos para a *estandardização* das legendas nos mapas arqueológicos. Eric Bomam e Luís Maria Tôrres organizaram um *"Proyecto de leyenda uniforme para mapas arqueológicos de la República Argentina y de la America del Sud en general"* (Tucumán, 1916).

Foram estabelecidos onze tipos principais de ocorrências arqueológicas, cada um representado por um sinal; as variantes de cada um dêsses onze tipos, isto é, os sub-tipos são representados por variantes do sinal principal. Por exemplo, o sexto tipo representa jazidas do grupo dos sambaquis; todos os sinais convencionais são formados por arranjo de triângulos equiláteros, abrangendo: —

Jazida isolada,
Jazida de vários objetos, depósito...
"Taller, cantera"
Estação ("paradero")
Sambaqui (kjoekkenmôdding", "conchales)
"Fogon".

Preferimos "estação" à designação de "cemitérios", como é mais corrente entre nós.

Os lugares visitados em Santa Catarina não eram pròpriamente simples cemitérios, eram lugares onde outrora acamparam tribos e ali deixaram sinais de sua estada.

Soubemos da existência de estações indígenas por intermédio do Sr. Antenor de Morais, poeta e jornalista gaúcho, e nosso agradável companheiro nalgumas pesquisas.

Estivemos em três lugares onde fàcilmente se encontram vestígios da indústria lítica dos primitivos habitantes de Santa Catarina.

Um dêles fica na enseada de Imbituba, entre os cômoros de areia, de onde parte a estrada para a vila Mirim; outro fica ainda entre os cômoros, perto dos escritórios da firma Laje & Irmãos; o terceiro dista vários quilômetros de Imbituba, está situado perto da ponta do Itapirubá.

Nos dois primeiros não colhemos muito material; vimos, contudo, sinais evidentes de antigos acampamentos.

Êsses vestígios constam de peças quebradas de cerâmica, de pedaços de diabase, alguns machados e raspadeiras.

Na "estação" próxima ao caminho do Mirim, encontramos um fragmento de cerâmica pintada, a que já nos referimos.

Há épocas em que o vento, deslocando as dunas, descobre muita coisa preciosa que êle mesmo se encarrega depois de guardar para os mais felizes pesquisadores.

Aí fomos bem caiporas, o próprio Sr. Morais não pôde esconder seu desapontamento, em vista do nosso insucesso. Só encontramos pedacinhos de barro cozido, quando êle, há tempos, desenterrou dali potes perfeitos, como os que possui em casa, um dos quais se acha reproduzido numa fotografia.

Noutra "estação", perto dos escritórios da firma Laje, vimos fragmentos de osso humano, machados polidos, muitos pedaços de diabase sem forma típica, evidentes resíduos de fabricação de machados e cerâmica partida.

Vimos também camadas de terra preta com grande quantidade de espinhas de peixe e algumas conchas do mesmo tipo dos sambaquis.

Eram típicos restos de refeição.

Bem próximo a essa "estação", numa ponta granítica fronteira a duas ilhas, há outro vestígio de atividade industrial dos homens da idade da pedra. São pequenos sulcos e superfícies alisadas no granito róseo, a dois passos de um grosso dique de diabase.

Houve ali uma oficina de machados, raspadeiras, etc., inteligentemente estabelecida ao lado da matéria prima.

A terceira estação é a do Itapirubá.

Fica, como as primeiras, à borda do oceano.

Os morros do Itapirubá formam uma ponta de rocha viva, onde as vagas se quebram tempestuosamente.

São penedos de formação granítica, sôbre os quais as ações metassomáticas têm agido com certa intensidade, dando à pedra o curioso aspecto encaroçado que um professor de geologia, com muito espírito compara ao *pé de moleque*.

No alto dêsses morros há pouca vegetação e seu aspecto faz lembrar o que se vê em certas gravuras de Debret e Rugendas; o gravatá e as cactáceas são freqüentes.

Os morros do Itapirubá estavam naturalmente indicados para acampamentos, por constituírem um importante ponto estratégico. De lá, a visão pode se distender amplamente por todos os quadrantes, de modo a se poder inspecionar qualquer movimento, tanto em terra como na lagoa Mirim ou no mar.

Os vestígios que vimos lá são semelhantes aos já descritos: cerâmica partida, machados e raspadeiras de diabase, pedras com sulcos e ossos humanos aflorando ali e acolá. Nesse local fizemos uma boa coleção de artefatos. A ce-

râmica dessa "estação" revelou-se bastante curiosa, já pela rudeza de alguns espécimes — cerâmica da mais primitiva que se conhece no Brasil — já pela variedade da ornamentação que a tornam bem bonita na grande rusticidade.

Expostas sucintamente, como fizemos, nossas observações no sul de Santa Catarina, região tão interessante no ponto de vista paletnológico, resta-nos dedicar algumas palavras à maneira por que devem ser interpretadas.

Os indícios do homem primitivo são ali numerosos, significativos e variados.

Numerosos, pois, numa rápida vilegiatura nos foi dado visitar dezenove sambaquis e três estações pré-históricas; significativos — pois são abundantes os artefatos, em tudo semelhantes aos de outras estações, bem como são freqüentes os achados de esqueletos de homens fossilizados; variados, porque se encontram ao lado do clássico sambaqui em forma de monte, os indícios de trabalho humano gravados nas pedras e os sítios onde outrora acamparam tribos indígenas.

A maior porção dessas manifestações acham-se localizadas na estreita faixa de terra entre Imbituba e Laguna, cuja distância calcula-se por volta de 30 quilômetros.

As comunicações são fáceis, tudo fica perto, a zona não é insalubre e encontra-se mesmo certo confôrto em qualquer uma daquelas cidades; é, pois, uma excelente região para estudos dessa natureza.

E' lícito esperar, por conseguinte, que às nossas breves pesquisas sucedam investigações, executadas por gente dotada de mais cultura, de mais visão, e de maiores recursos materiais.

* * *

Quem observar separadamente alguns dos sambaquis enumerados, será conduzido, certamente, a uma opinião errônea, abraçando a hipótese do "artificialismo" ou do "naturalismo", de um modo radical.

Isso será um profundo êrro.

Suponhamos um indivíduo sensato e imparcial, inteirado a respeito das teorias da formação dos sambaquis.

Se o colocarmos diante do casqueiro da Roseta, nos arredores de Laguna, perto do mar, entre os cômoros da areia alva, êle dirá certamente: — o professor Roquete Pinto tem tôda a razão, o sambaqui "parece" uma formação eólia.

Além disso, se chegar a fazer um ensaio experimental, como nos foi sugerido pelo Sr. Fonseca Costa, diretor da Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, ainda mais se aprofundará em seu espírito a idéia de uma gênese por via eólia.

Com efeito, se fizermos um monte de conchas e areia com grande predominância desta, e em seguida projetarmos sôbre êle uma corrente de ar de certa intensidade, ao cabo de algum tempo a areia é levada e depositada mais ádiante, ao passo que no lugar do monte primitivo fica apenas um montículo de conchas com pouca areia. Assim se poderia explicar a formação dos montes de concha apenas pela ação concentradora do vento.

No entanto, se colocássemos o indivíduo hipotético diante do sambaqui explorado pela Municipalidade de Laguna, por exemplo, êle certamente diria: — o professor Hartt tinha tôda a razão, isso é obra de um povo primitivo.

E ainda se o levássemos aos depósitos conchilíferos da estrada do Mirim, às camadas da ponta Rasa, ou às de Pedra de Guaratiba e Sepetiba, no Distrito Federal, fatalmente êle seria levado a sentenciar: — a razão está com von Ihering trata-se de um fenômeno natural.

Essa diversidade morfológica, ainda mais complicada pelo partidarismo de alguns observadores, forma a trama que embaraça e complica o problema.

Entre nós, tem-se dado a mesma denominação a fenômenos bastante diversos.

Algumas vêzes no mesmo sítio, houve fenômenos parecidos mas de origem diversa. Se aqui, as condições naturais permitiram ao indivíduo colhêr durante algum tempo grande quantidade de berbigão, mais adiante, só lhe foi dado apanhar ostras e um pouco mais além o recuo das águas, motivado pelos movimentos da costa, pôs a sêco bancos de sapinhoá.

Procurar estabelecer a origem dos amontoados de conchas deve ser a primeira preocupação de quem estuda um sambaqui. Para a solução do problema é tão importante ter-se uma noção exata das condições geológicas da região, quanto esmiuçar o conteúdo do depósito.

Alguns há que são francamente acumulações naturais, são camadas com abundantes espécimes minúsculos, absolutamente inaproveitáveis para alimentação.

Outros têm uma forma quase característica — são montes emergindo muitas vêzes de uma planície encharcada, onde não se encontram conchas espalhadas em profusão. No meio do paúl surge o sambaqui recheado de documentos ântropo-paleontológicos. Alguns têm tal volume que nos fazem duvidar da origem humana; são exemplos bem característicos o da Carniça e o da Cabeçuda, em Santa Catarina.

Entretanto, quando nos lembramos da capacidade construtora do homem atual, que em última análise é o mesmo *Homo* dos sambaquis, apenas um pouco mais *sapiens,* compreendemos a relativa facilidade de fazer tais amontoados de conchas.

Nos trabalhos de mineração encontram-se fatos que bem mostram como é admirável a capacidade humana. Nem é preciso ir buscar exemplos no Velho Continente; nós os temos aqui mesmo na América do Sul.

Nas minas de cobre de Chiquicamata, no Chile, retira-se do minério apenas 2 % de cobre e a ganga restante é acumulada, formando montanhas artificiais. Para dar um exemplo brasileiro, embora em menor escala, por ser feito pela fôrça humana sem o auxílio de uma só máquina, basta lembrar mais uma vez os depósitos de conchas retirados do fundo da lagoa Araruama. Tem-se aqui um exemplo de "pseudo-sambaqui" feito pelo homem em nossa presença. Ninguém duvidará que algumas dezenas de homens, insistindo nesse trabalho durante alguns anos, possam chegar a construir montes tão volumosos como o da Carniça, da Cabeçuda, do Mirim e tantos outros na costa catarinense.

Assim se explica a origem de alguns sambaquis.

As condições naturais determinam o acúmulo dos mariscos em certas paragens, onde o ambiente é propício ao seu desenvolvimento; o homem, procurando satisfazer às suas necessidades, colhe-os e aproveita-os da melhor maneira.

Ontem, nossos infelizes ancestrais colhiam mariscos para matar a fome; — hoje, nós procuramos sòmente as carapaças para fazer cal e construir nossas confortáveis habitações.

Temos hoje muito que comer, sabendo cultivar a terra, descobrimos meios de aumentar a produção dos vegetais, dando-lhes o que precisam para elaborar os elementos que nos são úteis, e, não contentes com tudo isso, criamos animais para nos dar desde o trabalho, até a própria carne.

O marisco hoje é apenas uma iguaria de luxo, salvo em uma ou outra região, como Parati, onde se estariam formando novos sambaquis, se as necessidades da indústria não determinassem sua transformação em cal.

O material lítico encontrado nos sambaquis é bastante característico para afastar qualquer suspeita de ser trabalho natural. Ao lado de fragmentos de rocha sem talhe intencional, os machados e raspadeiras de tipos vários atestam a indústria do homem da idade da pedra.

Nos sambaquis perscrutados colhemos instrumentos perfeitamente polidos e outros grosseiramente talhados, tendo polida apenas a parte destinada a cortar.

Não cremos que êsses últimos sejam indício de uma cultura menos evolucionada; refletem apenas a diversidade de gênio entre os operários daquela época.

Dava-se o que ainda hoje se vê nas operações manufatureiras, o mestre faz peças mais perfeitas que os oficiais, e a obra dos praticantes é sempre grosseira e mal acabada.

O indígena meticuloso polia completamente seu instrumento; outro mais apressado, menos amigo da perfeição, de índole mais prática, procurava um fragmento de diabase que já tivesse faces planas, fazia o gume — e estava pronto o instrumento.

Assim se explica a diversidade de tipos encontrados nos mesmos sambaquis e nos antigos acampamentos.

Há machados de sambaquis exatamente idênticos aos de uso corrente no norte de Mato Grosso, quando Rondon e seus abnegados companheiros desbravaram aquêle vasto território, idênticos ainda aos que o professor Padberg Drenkpól acaba de trazer das cavernas da zona de Lagoa Santa, pouco acima do nível que contém as ossadas dos animais extintos que habitaram o Brasil em outras épocas. Já se vê que não é possível basear nossa cronologia Pré-histórica nos artefatos líticos.

Se, porventura, a semelhança dos artefatos dos sambaquis de Laguna e Imbituba como os da estação do Itapirubá e com o material do chamado *Homem da Lagoa Santa* provassem a identidade dessas culturas e a contemporaneidade da *Raça do Sambaqui com* a da *Lagoa Santa,* seríamos levados à estultice de os enquadrar no mesmo tipo cultural dos índios da Rondônia.

O exíguo conhecimento que possuímos atualmente acêrca do *Homem do Sambaqui* não permite fazer-se uma reconstituição fiel de seu tipo e muito menos de seus hábitos.

O que se tem escrito sôbre êle, na maior parte, são conjecturas baseadas em dados pouco probantes.

Numa reconstituição do *Homem do Sambaqui,* a imaginação tem largo campo para se distender, porque qualquer teoria que se idealize tem de amoldar a um pequeno número de fatos.

Bem o disse um dos nossos críticos mais abalizados: — no mundo só há uma criatura de mais imaginação que um poeta, é um paleontologista.

Lacerda, Krone, Loefgren e ainda outros imaginaram o *Homem do Sambaqui,* cada um à sua feição.

Lacerda, como antropologista, mediu alguns crânios e descreveu o tipo dêsses antigos freqüentadores do litoral brasileiro. Comparando crânios de sambaquis com crânios de bugres do Paraná, achou em ambos muitos indícios de primitividade e considerou os bugres descendentes dos "pré-colombianos comedores de moluscos e construtores dos sambaquis".

Ricardo Krone, que esmiuçou o problema na zona de Iguape, por alguns achados curiosos e muito raros, foi levado a estabelecer relações entre o *Homem do Sambaqui* e povos andinos, aproximando-se assim do pensamento de Couto de Magalhães, que era adepto do autoctonismo e encarava os índios do Brasil como descendentes de povos emigrados dos araxás do ocidente da América.

Krone, localizou numa carta todos os sambaquis do vale do Ribeira de Iguape e verificou a ocorrência de sambaquis antigos e modernos, baseando-se na localização dos mesmos e na evolução de artefatos. Para êle os mais antigos datavam da época pleistocênica.

Entre os artefatos de mais valia, Krone achou:

— Um morteiro em forma de canoa (sambaqui do Cubículo) que foi dado para o Museu de Dresden;

— Um outro em forma de tartaruga (sambaqui do Rocio) que foi levado para o Museu de Viena;

— um terceiro, em forma de pássaro de asas abertas (sambaqui do Pinheiro);

— um quarto, em forma de pássaro de asas fechadas (sambaqui do Saripoca) e um célebre ídolo antropomorfo, achado a um quilômetro do sambaqui do Morro Grande.

* * *

Para tornar bem claras nossas idéias acêrca do problema dos sambaquis, lembramos que nossas breves pesquisas em Santa Catarina, confirmadas pelos estudos no Distrito Federal, não permitem excluir a possibilidade de haver sambaquis naturais; apenas êsses serão mais pròpriamente denominados "pseudo-sambaquis".

Há, evidentemente, depósitos de formação natural e de formação artificial, e só um meticuloso estudo *in loco* autoriza a se determinar o tipo a que pertencem.

O carvão de madeira que encontramos em quase todos os sambaquis-monte é, para nós um dos indícios mais evidentes da construção humana.

Além disso, quase sempre próximo ao carvão encontram-se ossos, vértebras e espinhas de peixe e qualquer coisa que tem o aspecto de cinza de madeira, já transformada numa poeira calcárea.

Para argumentarmos com tôda lealdade, cumpre dizer que os ossos, machados, carvão, etc., encontrados por nós, foram colhidos ou no chão, na base dos sambaquis ou no próprio depósito em níveis próximos à parte superior.

Do sambaqui de Vila Nova e num da Caputera retiramos muitos ossos e conchas com carvão em nível cêrca de dois metros abaixo do alto do outeiro.

Cumpre também notar, que sempre se acham nas partes altas porque tôda a face do sambaqui, logo abaixo de dois ou três metros, fica completamente encoberta pelas conchas sôltas que vão caindo de cima.

Não é admissível explicar todos os achados invocando a hipótese de enterramentos, porque, como já dissemos, as camadas superiores aos esqueletos não acusam o menor indício de perturbação. Ademais Roquete Pinto faz notar que, no Rio Grande do Sul, êle só achou indícios insofismáveis da atividade humana, até vinte centímetros abaixo do nível superior. Nós achamos a uma profundidade dez vêzes maior.

Quem observa o esqueleto na jazida tem a impressão de que foi colocado ali e coberto com camadas de conchas idênticas às outras que se encontram no depósito.

A prova evidente de que o sambaqui foi totalmente construído pelo homem, desde a camada mais baixa até à mais alta, ainda não foi conseguida.

Pensamos que ninguém provou ainda que se acham vestígios humanos desde o alto até à base do sambaqui.

Para tal, seria preciso acompanhar o fabricante de cal *pari-passu* até o esgotamento completo da jazida. Isto é obra que exige muitos anos de observação, mormente quando se tratar de grandes sambaquis, como os de Santa Catarina, em geral.

Só um estabelecimento científico pode levar a têrmo uma pesquisa dêsse porte e oxalá que algum dos nossos museus chame a si essa tarefa antes que se destrua a mais preciosa documentação do homem pré-histórico no Brasil meridional.

* * *

Se os *Homens dos Sambaquis* formavam uma raça especial ou eram simples antepassados dos indígenas que os portuguêses conheceram, é questão que ainda não pode ser respondida com segurança, dada a deficiência dos estudos antropológicos.

Rath acreditava que era um povo anti-diluviano, mas êle assim pensava em 1875, e, naturalmente, andava fortemente influenciado pelas notáveis descobertas na Europa — calota do Neandertahl, maxilar de La Naulette, explorações de Lartet e achados em Christy, La Madeleine, Vézére, etc.

Roquete Pinto pensa de modo diverso; julga que não eram muito diferentes dos índios de 1500.

Se quisermos fazer um juízo acêrca da antigüidade do *Homem do Sambaqui,* baseados apenas na aparência dos achados, seremos levados a nos aproximar do pensamento do atual diretor do Museu Nacional.

O aspecto dos crânios achados nos sambaquis não é tão bestial como já se tem dito; longe estão de reproduzirem os fósseis do Neandertahl, Spy, Krapina, Gibraltar ou Broken Hill. Há mesmo alguns espécimes que podem ser classificados entre os fósseis mais evolvidos; compare-se por exemplo, um maxilar trazido de um sambaqui de Laguna, com o maxilar de Mauer.

Os próprios homens que construíram os sambaquis deixaram, impensadamente, testemunhos de sua relativa juventude; enquanto nas estações da Europa se têm achado mamutes e bisontes gravados, evidenciando assim a contemporaneidade dos homens com êsses animais, aqui no Brasil, nos sambaquis, têm-se encontrado apenas figuras de aves, peixes e quelônios semelhantes aos tipos dos nossos dias e nada autoriza a crer que naquela época existissem animais já desaparecidos.

Notamos, a julgar só pelos artefatos líticos, que os sambaquis não acusam um estado de evolução semelhante aos das estações de Itapirubá e Imbituba. Nessas há cerâmica ornamentada, o que não encontramos naqueles, por mais que procurássemos.

Se bem que nós mesmos nunca tenhamos retirado uma peça de cerâmica dos sambaquis, outros já as têm encontrado nas partes superiores, (Roquete Pinto, no Rio Grande; Raimundo Lopes, no Maranhão). Têm-se encontrado até mesmo tambetás e ídolos bem trabalhados, o que não se verifica nas grutas do rio das Velhas.

Êsse raciocínio nos levaria a considerar o *Homem do Sambaqui* mais moderno que o *Homem da Lagoa Santa* se não levássemos em conta que a superficialidade das pesquisas ainda não permite avançar tanto em assunto tão nebuloso. Acresce que êsse modo de interpretar os fatos não é seguro, pois, se no futuro, forem comparar a indústria dos Nhambiquaras de 1906 com a dos ceramistas de Marajó, a conclusão lógica seria inteiramente errada; dir-se-á que os Nhambiquaras eram anteriores aos marajoenses.

E' muito perigoso estabelecer uma cronologia baseada no desenvolvimento cultural.

Do conjunto de todos os dados reunidos até o presente, pode-se afirmar que a população de parte do território brasileiro teve sua alimentação em grande parte provida por moluscos.

Êsse povo primitivo freqüentou durante largo tempo nossa costa meridional, desde o Rio de Janeiro até o norte do Rio Grande do Sul, onde se encontra, a cada passo, uma prova inofismável de sua estada.

Em certas paragens, no norte do Brasil e no interior, junto aos grandes rios, encontram-se também vestígios semelhantes aos da costa sulista. A falta de estudos antropológicos não permite comparar os homens fósseis dos sambaquis do litoral nortista com os do centro (fluviais) ou da costa meridional.

Seriam da mesma raça?

Teriam a mesma cultura, seriam antropològicamente diversos?

Ninguém o pode afirmar ou contestar. O fato de construírem sambaquis não implica em pertencerem todos à mesma raça — a *Raça dos Sambaquis,* porque, em todo o mundo, o homem primitivo fêz construções semelhantes.

Talvez não seja muita audácia dizermos que o homem construiu sambaquis em épocas variadas. Os do vale do Tejo, em Portugal, especialmente os do Cabeço do Arruda, e Moita do Sebastião, facultaram aos pesquisadores muito mais de uma centena de fósseis humanos, e nêles só foram encontrados instrumentos de pedra lascada, sílex, quartzitos e ossos trabalhados, etc.

Ás conclusões a que chegam Carlos Ribeiro (1880), podem-se resumir nas seguintes palavras: nunca foram encontradas armas ou amuletos junto aos esqueletos, denunciando qualquer culto ao morto; não foi achado sequer um fragmento de cerâmica ou uma arma de pedra polida, não se puderam verificar hábitos de antropofagia; encontraram-se várias ossadas de carnívoros que certamente serviram de alimento (*Bos, Cervus,* etc.) como indício de animal doméstico foi achada uma mandíbula de cão.

Conclusão resultante dessas observações: êsses *kjoekkenmôddingen* datam de período anterior ao neolítico português: nos *dolmen* lá existentes o próprio Carlos Ribeiro encontrou artefatos de pedra polida.

Se fôssemos admitir o sincronismo dos nossos sambaquis com êsses do Tejo seríamos conduzidos a reconhecer que os primeiros habitantes do Brasil haviam atingido o período da pedra polida, quando na Europa os representantes da suposta *Raça dos Sambaquis* ainda permaneciam na idade da pedra lascada.

Longe de nós tais cogitações...

Se todos os grupamentos humanos que construíram sambaquis merecessem a dignidade de raça, seria então um nunca acabar de raças sambaquieiras; as nacionais que deixaram vestígios desde o Pará até o Rio Grande do Sul, a argentina, a peruana, a norte-americana, a portuguêsa, a dinamarquesa, a egípcia, a australiana, etc.

Afinal de contas, se fôssemos passar em revista tôdas as coleções de periódicos de Antropologia e Pré-história, provàvelmente seríamos levados a admitir que a *Raça dos Sambaquis* era universal. Chegaríamos talvez ao conhecimento da verdade — *Raça dos Sambaquis* é a própria Humanidade em sua juventude.

Onde, o homem, torturado pela fome, descobriu acúmulos de moluscos, aí junto construiu um sambaqui. Certamente não houve uma raça especial a construir sambaquis no Brasil. Quem os fêz foi essa mesma população primitiva que levava aqui, como em todo o Universo, uma vida rude, cheia de privações e de sofrimentos. Em qualquer época, quer no paleolítico, no neolítico ou atualmente, em qualquer país, na Europa, na Ásia, na África, na Oceania, ou na América, o Homem, acossado pela fome, não se abateu diante dos maiores obstáculos.

Inventou armas para matar os animais, cem vêzes maiores e mais fortes, armou arapucas para apanhar os mais ariscos, penetrou nos pântanos para buscar entre o lôdo e as pedras os pequeninos animais capazes de mitigar-lhe a fome, e chegou a estabelecer o hábito de devorar seus próprios semelhantes... tudo isso para satisfazer a uma exigência do organismo — a imperiosa e inadiável necessidade de comer!

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

Geografia Cultural do Brasil

DR. B. BRANDT

CAPÍTULO VI *

O POVOAMENTO

A marcha do povoamento

A propagação dos portuguêses em sua possessão sulamericana, a cujo respeito já se disse o essencial nos capítulos precedentes, assim se caracteriza em suas várias fases e motivos determinantes:

O desígnio da exploração dos recursos tropicais leva os portuguêses primeiramente às terras altas do Brasil tropical. O sul, de clima mais parecido com o da metrópole, por não lhe ser complementar no domínio econômico, não foi aproveitado. Do mesmo modo, as planícies equatoriais do norte, pelo seu clima molesto, e por não interessarem então à economia, ficaram a princípio ao abandono. Bahia e Pernambuco são os principais pontos de apoio da colonização. Perante ambos, a importância secundária do Rio de Janeiro persiste durante muito tempo.

As tentativas de estabelecimento dos holandeses e franceses no norte do Brasil, impõem então a sólida encorporação de tôda a costa até à foz amazônica, enquanto, simultâneamente, o avanço espanhol no Marañon exige a ocupação e segurança da bacia amazônica. As fundações de Pará, em 1616, Piauí, em 1671, e Manaus, em 1671, representam etapas na marcha de ocupação do norte do Brasil.

O crescimento do poder espanhol no território do Prata impõe tôda atenção ao sul. Em 1742 funda-se Pôrto Alegre, em 1747, Rio Grande, ambos mais como marcos da soberania do que por motivos econômicos, que só vêm à tona com a imigração européia em massa. O centro de gravidade da colônia desloca-se, assim, para o sul, o Rio prestigia-se.

A penetração do interior do Brasil central e meridional processa-se exclusivamente por motivos econômicos. Após a rápida ocupação de Minas e das outras duas províncias centrais, a desproporção entre a extensão territorial e os elementos de colonização condiciona um mui lento avanço da faixa costeira de todo ocupada em direção ao rude sertão, ao oeste despovoado, que ainda representa um imenso espaço vazio. A marcha da colonização do Brasil está, assim, muito longe do seu fim.

Base geral do povoamento

Nos velhos países europeus o enquadramento populacional é determinado por duas formas fundamentais, nìtidamente caracterizadas sob o ponto de vista topográfico, econômico e jurídico, a cidade e a aldeia, ou, mais exatamente, pela forma primitiva, econômicamente unificada e autônoma do povoamento rural, e pela forma derivada, econômicamente especializada e dependente do povoamento urbano. Outra é a situação nos países novos e, conseqüentemente, no Brasil. Há também no caso, naturalmente, os dois tipos; no entanto, êles não se originam sucessivamente, mas, porque os colonos provêm de territórios econômicos já diferenciados, simultâneamente.

---

* Os capítulos anteriores foram estampados neste *Boletim* — Ns. 16, 17, 18, 19 e 20 — Ano II.

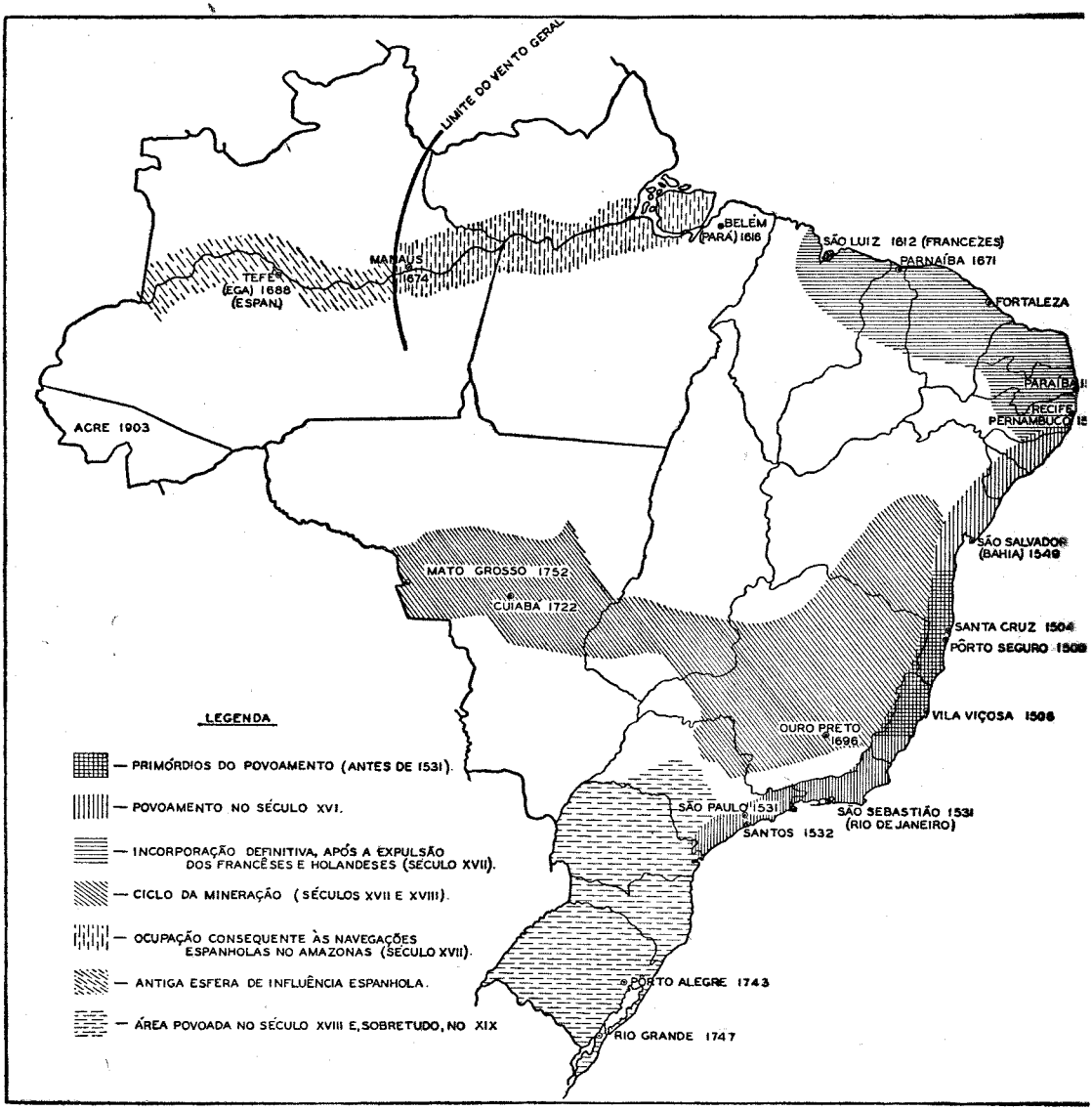


Fig. 8 — *Marcha do povoamento* *

Além disso, o colono rural, acostumado ao modo de vida europeu, já tem bastante o que fazer na luta contra a natureza tropical, para que possa ocupar-se com o fabrico do vestuário, dos utensílios domésticos, etc., mesmo que produza as matérias necessárias. Muito ao contrário do campônio autárcico do seu país de origem, êle depende, em alto grau, da cidade. Esta, por outro lado, necessita naturalmente do abastecimento do campo. Daí resulta que é completa a interdependência entre o campo e a cidade e que sua diferenciação econômica não é tão acentuada como entre nós. Isto se expressa na multiformidade econômica das povoações e na uniformidade administrativa. Não há subordinação, diferenciação, tal como se observa em nossas comunidades urbanas, sedes de mercado e aldeias; só há municípios, dotados dos mesmos direitos e administrados segundo as mesmas normas.

* Várias datas do presente mapa não correspondem ao ano de fundação. Vila Viçosa é uma insignificante fundação do século XIX.

Finalmente, as primeiras resistências do terreno, sua impraticabilidade e o alto custo dos transportes condicionaram uma íntima comunidade espacial e estreita vizinhança das explorações rurais e urbanas, que resultam muitas vêzes em fusão topográfica. Não só no passado, mas também modernamente, fundaram-se comunidades urbano-rurais de grande estilo, cujo símile não se encontra na Europa.

De tudo isso, conclui-se que, fundamentalmente, só há uma espécie de povoação, que, em numerosas variações, se desenvolve ora em uma, ora em outra direção; que se carece de linhas divisórias nítidas e que as várias formas só aparentemente podem ser comparadas com as formas européias.

O povoamento europeu já entrou na fase de estabilidade ou, pelo menos, de maturidade. No Brasil, porém, observa-se, e observar-se-á ainda por muito tempo, como se planejam e instalam colônias, como elas se desenvolvem, crescem dentro das linhas pré-estabelecidas, como elas se sobrepujam ou se detêm, como uma não cresce ou mesmo desaparece e outra alcança um desenvolvimento inesperado. Reconhecem-se os motivos determinantes e as fôrças motrizes da colonização, verificam-se insucessos e pressentem-se desastres. Em síntese, tem-se a visão de um desenvolvimento em sua plenitude, bem distanciado de seu têrmo.

Como primeiro Estado ocidental a constituir-se sob o forte calor tropical e que mantém com vantagem sua posição de vanguarda, possui o Brasil, também, povoações que após uma existência quatricentenária, chegaram de certo modo ao têrmo de sua formação. Ao atual e provisório do quadro do povoamento se agregam, portanto, traços históricos que são tanto mais dignos de nota, quanto mostram como o europeu se ajustou na nova pátria, como a ela se adaptou. Quando pisou pela primeira vez o solo brasileiro, suas idéias iam pouco além do alijamento dos preconceitos medievais referentes à habitabilidade dos trópicos. Começou pela raiz. Dispondo apenas da técnica colonizatória européia, devia aprender tudo no novo meio. Experimentou insucessos, colheu experiência, abandonou o que não servia, aproveitou o que era útil e fêz descobertas. De tudo isso oferecem testemunho as fundações mais antigas.

A pressão advinda do meio físico deixou, porém, exercerem-se influências provenientes da especificidade dos habitantes. O português trouxe consigo formas culturais próprias e assimilou algumas indígenas. Holandeses e franceses, alemães e italianos e, ùltimamente, homens das mais diversas regiões do mundo introduziram êste ou aquêle traço colonizatório de sua pátria e, assim, emprestaram ao quadro populacional a atração da multiformidade etnográfica. Além disso, o brasileiro moderno imita com fervor tudo o que lhe parece modelar, venha de onde vier. Cabe apenas lembrar que a variação climática e regional da paisagem e, principalmente, a estrutura geo-econômica influem como fator de diferenciação no quadro da colonização.

Em síntese, as raízes em que se implanta o quadro da colonização brasileira não são menos numerosas e multiformes que as das terras européias, os seus tipos não são menos dignos de estudo que os da Europa. As imperfeições ou os erros que se patenteiam, o que a análise de situações semelhantes não raro descobre, não permitem que, neste ponto, não se preste ao Brasil a mesma atenção que desperta a Europa.

Tipos de colonização

Sob o ponto de vista morfológico, apresentam-se no Brasil três tipos principais, ligados por transições suaves: I, estabelecimentos isolados; II, colônias em massa tênue; III, colônias em massa compacta.

O estabelecimento isolado, forma predominante no âmbito da economia rural, muito exige do solo e do colono. Êle requer uma área que garanta o sustento e cujo cultivo não exceda as fôrças de um indivíduo ou de uma família, abastecimento de água e estrada que leve ao centro urbano mais próximo, a qual, por isso que os produtos se incapacitam para a concorrência na razão direta da distância e muitas vêzes estão sujeitos a deterioração, não deve ficar muito afastada. O estabelecimento isolado não se presta, por isso, à agri-

cultura comum. Em compensação, parece impor-se no caso de economia extensiva, criação, pesca, colheita, de matérias primas como a borracha. Na criação, que pressupõe áreas descampadas, portanto, em regra menos umedecidas, o perigo das sêcas limita de certo modo sua adoção: a grande exploração enfrenta mais vantajosamente êsse risco. A bacia amazônica oferece condições excepcionalmente favoráveis ao estabelecimento isolado, pois nela a economia extrativa é a forma predominante e os rios constituem uma excelente rêde viatória. Êle é justamente freqüente nas ribas não sujeitas às inundações.

A natureza de um rudimentar estabelecimento isolado do médio Amazonas será exemplificada com a morada de um índio civilizado, tomada entre tantas outras existentes dentro do amplo circulo em volta de Manaus. Ela está situada à margem do Solimões, a certa distância da íngreme barreira desgastada pela erosão, e compõe-se de uma cabana com duas puxadas, um mandiocal, um bananal e um pequeno cacaual. Um cercado contém uma dúzia de grandes tartarugas fluviais; restos daquelas que foram consumidas formam um grande Kyokkenmödding perto da cabana. Em uma canoa monóxila, a que se desce por degraus cavados na argila, estão o arco e as flechas usados na pesca. A floresta fornece os materiais para a construção; são da mesma fonte os utensílios domésticos, entre os quais se destacam os recipientes feitos com o fruto da *Crescentia cujete*. Afora algumas peças do vestuário, as rêdes provàvelmente tecidas com algodão cearense, as quais fazem as vêzes de leito, e as pontas de flecha de ferro, é raro encontrar um objeto que não seja fabricado com os recursos locais. A independência que êsse colono se permite é documentada pelo fato de, em um ano de preços baixos, ter deixado apodrecer sua pequena safra de cacau. Menos independentes do mercado exterior, mas de nível cultural quase idêntico, são os estabelecimentos isolados, ou, em grupos de dois ou três, dos seringueiros brancos e mestiços do alto Amazonas.

Uma paisagem muito interessante de estabelecimentos isolados debrua os estreitos canais ligados em rêde que comunicam o baixo Amazonas com o estuário do Pará, (fig. 9; comp. plancha II). A fim de ter a área para o estabelecimento, que, por ser menos variável a altura das águas, fica pouco acima do nível normal, derruba-se uma pequena extensão da margem e, para ter acesso ao canal, remove-se a cinta de caládio arundináceo. Uma pequena ponte, em que se amarram as embarcações, conduz à habitação construída sôbre estacas, a qual, segundo o grau de civilização do proprietário, é uma cabana de taboca, coberta com fôlhas de palmeira, ou uma casa de madeira coberta com fôlhas de Flandres. A ocupação principal é a pesca, cujos produtos se vendem em Belém. A grande extensão da área aproveitável nas margens dos numerosos canais permite um povoamento mais denso que

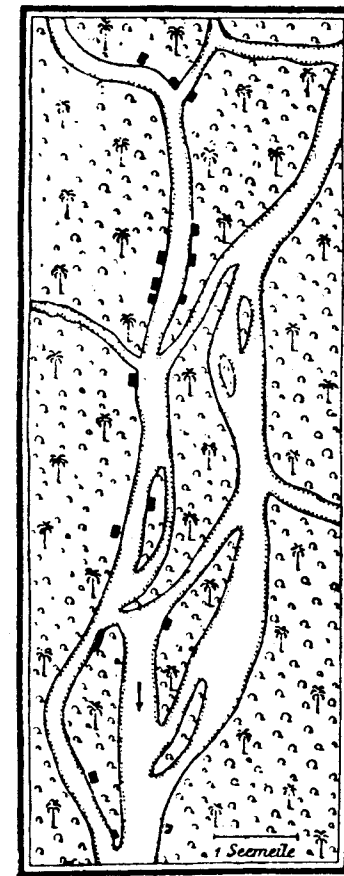


Fig. 9 — *Estabelecimentos isolados nos estreitos canais entre o baixo Amazonas e o estuário do Pará*

A terra baixa e plana é dividida, por uma rêde de igarapés sujeitos às marés, em numerosas ilhas parcialmente inundadas pelas cheias, as quais são cobertas por mata fechada, entremeada de palmeiras, e cercadas por cintas de caládio arundináceo. O corte de lenha para os vapôres e a pescaria, cujos produtos são vendidos em Belém, são os pontos de atração do povoamento. O estabelecimento opera-se mediante a remoção da vegetação marginal e derrubada do espaço bastante para a morada e o plantio, quase sempre insignificante, destinado às necessidades domésticas. (Comp. plancha II).

aquêle que margeia o canal principal. Por isso, as moradas se aproximam, de maneira a lembrar os *Kaupen* de Spreewald e a constituir uma transição para a colônia em massa tênue.

Os obstáculos ao povoamento que não podem ser vencidos pelo colono isolado, são fàcilmente removidos pela cooperação de um certo número de vizinhos. É a razão pela qual se abre à colonização em massa um espaço muito maior. Ela se impõe sobretudo nas regiões de densas florestas, onde se tornam necessários grandes trabalhos de derrubada e construção de estradas. Por outro lado, ela é menos indicada para regiões de exploração extensiva, em que as moradas devem ficar distanciadas umas das outras. A colonização em massa e o estabelecimento isolado excluem-se, assim, de certo modo. A primeira, com exceção dos centros urbanos e das pequenas colônias de seringueiros, que são mais do tipo de estabelecimento isolado, carece de importância na bacia amazônica.

Se a colonização em massa é predominantemente, campesina as vivendas são, em concordância com a extensão das terras, mais ou menos dispersas. Essas colônias intervaladas serão estudadas adiante, quando se tratar da colonização campesina.

A colonização em massa pode ser também total ou predominantemente urbana, incluindo comerciantes e artífices ou os trabalhadores ocupados nas grandes explorações, os quais não possuem terra ou dispõem de simples parcelas. Neste caso, nada se opõe à concentração dessas habitações e dos edifícios da grande exploração. A êsses povoados, que se assemelham aos nossos burgos, são favoráveis as condições econômicas que se apresentam em todo o Brasil, em menor escala, pelas razões expostas, na bacia amazônica.

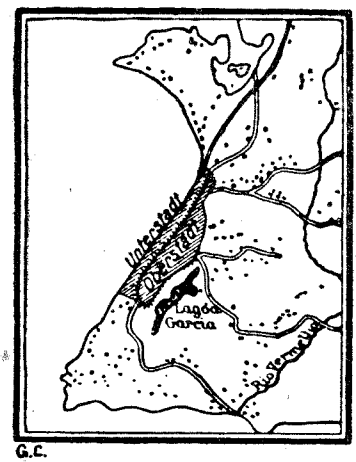


Fig. 10 — *Bahia*

Interrompendo um longo litoral pobre em portos, a baía de Todos os Santos, apesar de conter alguns bancos e estar exposta às correntes de sudoeste, oferece excelente abrigo. A cidade fica a leste da entrada da baía. Um penhasco separa a cidade alta da cidade baixa, ocupada exclusivamente pelos estabelecimentos comerciais e sujeita às vêzes a ressacas. Em volta da cidade se estende uma faixa residencial, não compacta, disposta em ruas radiais, até Rio Vermelho. Na foz do rio se encontra uma praia muito concorrida pelos baianos.

Um dos exemplos típicos dessa forma apresenta o planalto paulista, nas vizinhanças da capital (plancha II). Essas povoações situam-se em um terreno cujo clima se assemelha ao do sul da Europa, periòdicamente sêco, entremeado de florestas e pastagens, e distam alguns quilômetros umas das outras. As casas de paredes meias margeiam a estrada. A povoação e os arredores lembram os países mediterrâneos e a semelhança, em alguns lugares sobretudo habitados por italianos, madeireiros e trabalhadores em pedreiras, quase atinge a identidade. As casas têm caiamento berrante e em suas paredes de poucas janelas se encontram as interessantes pinturas realistas e inscrições espirituosas, cujo uso remonta a Pompéia. Nunca falta uma taberna. Ao anoitecer, começa o inocente e alegre vaivém, característico da jovialidade mediterrânea, diante das casas, de cujas portas, para que a ilusão seja completa, exala o rio olor, conhecidamente indefinível, de azeite de oliveira dos assados, macarrão e vinho.

Os representantes por excelência do povoamento compacto são naturalmente as cidades, de que nos ocuparemos depois.

Quando as explorações rurais e urbanas se fundam num amplo espaço, origina-se às vêzes um tipo especial, que se pode chamar misto. Estabelecimentos rurais dispersos formam uma uma larga cinta em volta do centro urbano. Ambos constituem uma unidade econômica e espacialmente, a qual se acentua com a correspondente rêde vicinal. Muitas cidades mais antigas, são, assim, cingidas por um cordão de grandes e pequenas propriedades, fazendas, quintais, sítios, notadamente Bahia (fig. 10). Êsse tipo será de novo encontrado nas colônias recentemente fundadas.

O fim principal da colonização maciça dos séculos XIX e XX tem sido completar a economia brasileira, antes exclusivamente tropical, com a agricultura européia. Para isso, transplantam-se campônios europeus. Propondo-se uma finalidade estranha ao espaço e trabalhando com meios da mesma espécie, o homem submete agora o solo brasileiro aos seus desígnios, depois que o espaço predeterminou a economia e lhe traçou os limites. Daí se segue que êsse povoamento deve ter bases estranhas, européias, essencialmente diversas daquelas, determinadas pelo espaço, do povoamento antigo. Assim, as novas fundações denunciam a diferenciação européia; elas são pronunciadamente rurais e, em todos os aspectos vitais, independentes da cidade.

As colônias não são, porém, meras cópias das aldeias européias, são, ao contrário, principalmente as de fundação recente, partes de uma obra cultural grandiosa, de amplas proporções. Por isso, a sua instalação obedece a um traçado sistemático.

No grande plano de colonização, cada colônia não é considerada como algo acabado, isolado, mas como núcleo, como ponto de cristalização de uma população crescente. Sempre pronta para receber novas massas humanas, deve ela ser planejada como vasta moldura, devem-se prever ampliações, que ultrapassam consideràvelmente as áreas de colonização européias. (Isto resulta, finalmente, em diferenciação e concentração local das emprêsas auxiliares, não rurais, portanto, em colônia mista.)

Como parte subordinada de uma grande rêde de colônias, de direção unitária, cada uma delas escapa às influências decisivas dos colonos. Tôdas as características daí advindas apagam-se; a uniformidade domina o panorama das colônias.

Os fins e meios da colonização, naturalmente, não se apresentam desde o comêço com o aspecto definido que acabamos de assinalar. Êles foram sofrendo modificações, correções, no largo período de mais de cem anos do movimento imigratório ainda hoje não terminado.

A instalação das primeiras colônias pode ser, sem exagêro, comparada com as fundações alemãs do fim da Idade Média e séculos seguintes, na Alemanha oriental e no leste europeu. Não há mais terra sem dono, como dantes, em que o colono se possa instalar à vontade. Êle a recebe de um proprietário, em nosso caso, a União, uma unidade federativa ou um município, mais tarde também uma cooperativa, não diretamente, mas depois de escolha e por intermédio do empresário, que guia o imigrante e cuja função lembra os "locatores" medievais (por exemplo, o Dr. Blumenau).

A dependência do espaço é no comêço ainda grande. Faz-se mister, como dantes, a forte coragem do pioneiro. As dificuldades excedem às vêzes tôdas as energias, a jovem colônia arrasta-se apoiada em auxílios incertos; algumas desaparecem, substituídas por taperas. A localização do núcleo, a divisão das terras e a rêde viatória amoldam-se ainda à natureza do terreno, as colônias, habitadas por uma maioria de indivíduos da mesma origem, têm ainda feição nacional própria (figs. 11 e 18).

No meado do século passado a colonização parece totalmente consolidada. Muitos núcleos já vivem por sua conta, outros alcançaram extraordinário progresso. Reveladores de rápido crescimento e de menor dependência do terreno são então as demarcações esquemáticas, indiferentes à sucessão de montes, vales e rios, as quais também reservam espaço para os que vierem depois. Constituiu-se um novo tipo. Um "centro urbano" liga os estabelecimentos dispersos irregularmente, que, porem, já dão mostra de uma maior adaptação ao clima. Começa o dosamento dos colonos das várias raças, a princípio localmente, depois dentro de cada colônia. As tenazes e vitoriosas tentativas de cultivo implicam em progresso econômico. A localização da colônia ainda é ditada pelo interêsse do empresário.

O desenvolvimento ulterior conduz, progressivamente no comêço, aceleradamente afinal, ao estádio atual, já esquiçado, cujas características principais são as seguintes: o Estado assume progressivamente a direção da colonização, as colônias são fundadas de acôrdo com um grande plano e segundo um esquema a bem dizer teórico; as aglomerações de colonos da mesma na-

cionalidade são evitadas. Com as pacientes tentativas de introdução de animais e plantas úteis e com o emprêgo de métodos científicos, concretiza-se cada vez mais o desiderato da instauração da agricultura extra-tropical.

Nessa seqüência evolutiva distribuem-se as colônias, por mais que os últimos tempos tenham apagado os vestígios de situações passadas nas antigas, também em seu aspecto geográfico. Com relação às antigas, indicamos novamente Blumenau e as demais colônias alemãs do sul do Brasil. A colônia do presente e do futuro, porém, é exemplificada pelo núcleo Ijuí, situado bem no interior do Rio Grande do Sul. Para situar essa colônia no âmbito da obra de colonização, acompanhemos o imigrante desde o seu pôrto de desembarque até a sua fixação.

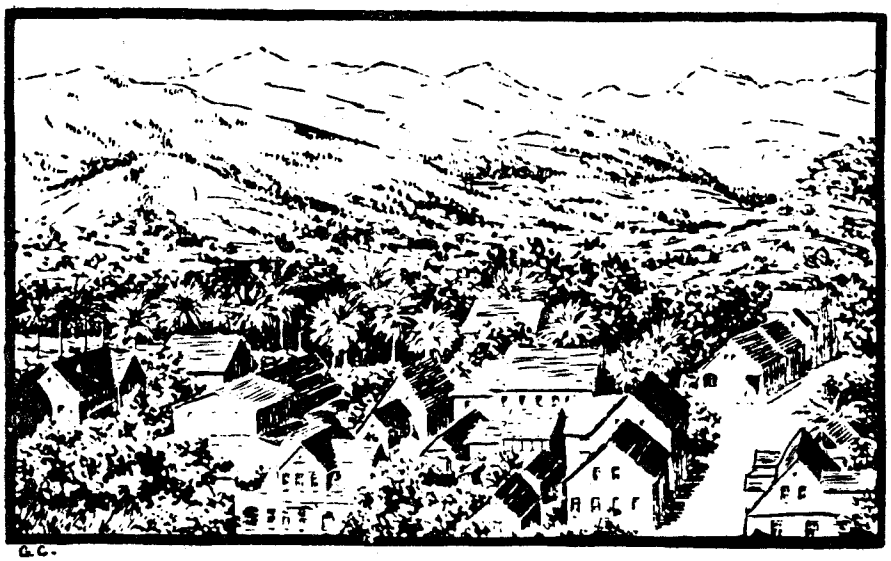


Fig. 11 — *Vista parcial da antiga colônia alemã de Blumenau*

As casas, em parte de madeira, de teto inclinado e dotadas de sótãos, cheias de janelas, as quais exibem geralmente seus frontões e, não raro, traem o modêlo francônio, dão a impressão, pela sua distribuição dispersa e um tanto irregular, de uma pequena cidade alemã.

Logo que o navio ancora e termina a visita médica, sobem os funcionários do Serviço de Imigração e informam-se do número e da nacionalidade dos recém-chegados. Intérpretes esclarecem-nos sôbre as condições da colonização estatal; o desembarque e a hospedagem nada lhes custam. Em terra, têm oportunidade para colhêr informações mais completas e escolher entre as colônias. Nova viagem por mar, ferrovia e carro leva o imigrante, à custa do Estado, até seu destino, onde é abrigado e alimentado até seu estabelecimento definitivo.

Êle tem diante de si uma colônia disposta segundo rigoroso traçado retangular (fig. 12). Seus lotes quadrados têm provisòriamente poucas construções e parecem ser calculados na perspectiva de desenvolvimento. Um quadrado um pouco afastado do centro, a praça da República, reúne os principais edifícios públicos. Êsse núcleo, que em nada se diferencia de uma povoação incipiente da Sibéria ou da África do Sul, a sede da colônia, ocupa uma fração mínima da superfície do território demarcado, um polígono-ortogonal, cujo maior comprimento atinge 55 quilômetros. Essa enorme área está dividida, em quadriláteros de 25 hectares, que recortam o terreno sem consideração pela sua qualidade e topografia, e, por isso, não têm o mesmo valor. Os limites da colônia confundem-se com os de outras, já demarcadas ou por

demarcar, segundo o mesmo sistema, de municípios vizinhos. A floresta virgem ainda cobre a maior parte da área e, nos lotes preparados, a derrubada foi limitada ao necessário para a instalação inicial.

O colono escolhe um lote, ocupa a casa já pronta ou, se prefere, a constrói e planta o terreno preparado. São-lhe fornecidos os utensílios e as sementes indispensáveis. O pagamento, se o colono tem família, é feito em prestações: o colono solteiro deve pagar à vista ou, se é pobre, adquirirá os meios necessários prestando serviço nas terras do Estado. A boa exploração do lote adquirido dá direito à compra de um segundo.

Cultivam-se os cereais europeus, sobretudo o trigo e o centeio, batata e plantas forrageiras. O linho e o algodão são as plantas têxteis; o óleo é fornecido pelo amendoim. Além do fumo, da cana-de-açúcar e do café, cultiva-se também a vide. A avicultura é a forma predominante da criação; cada família possui uma média de 18 cabeças (número para 1911). As ovelhas e cabras distribuem-se à razão de uma unidade para dois lotes. A criação de suínos é pouco importante. Quanto ao gado vacum, duas cabeças para três lotes, trata-se sobretudo de gado leiteiro e de trabalho, pois no clima do Brasil predomina o uso da carne de conserva, principalmente a carne sêca, de que o Rio Grande do Sul é grande produtor. O muar é também empregado na tração, mas o cavalo suplanta-o lentamente.

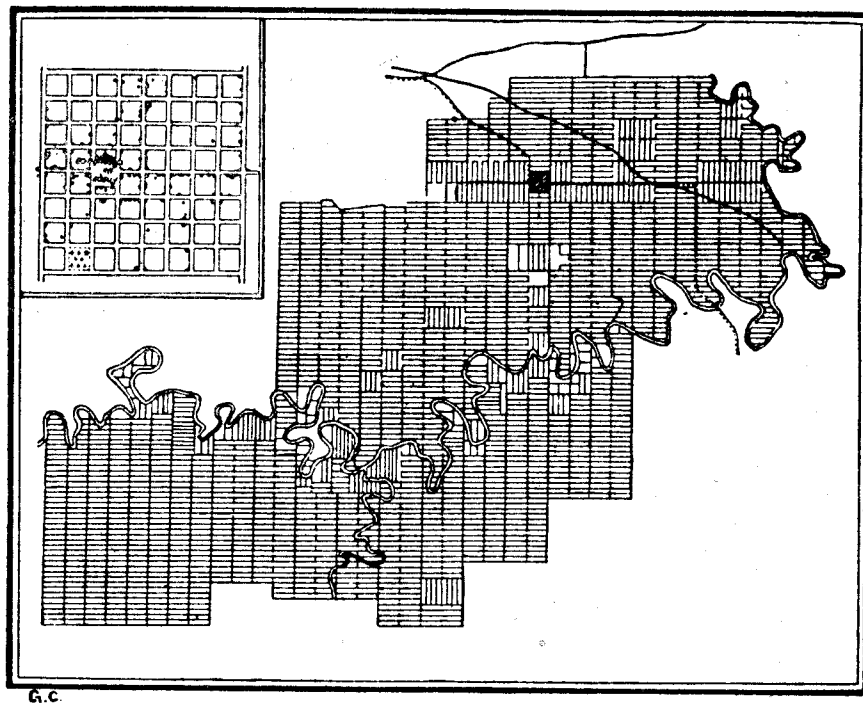


Fig. 12 — *A colônia de Ijuí*

A colônia de Ijuí é um dos maiores núcleos coloniais do Brasil. Ela fica no noroeste do Rio Grande do Sul, em meio a um grupo de jovens colônias a que conduz um ramal da grande ferrovia transversal. Todo o sertão, o território virgem dessa região, está dividido entre alguns municípios, cujas áreas são por isso enormes. A de Ijuí, um quadrilátero irregular, cujo maior diâmetro tem 55 quilômetros, divide-se em numerosos lotes, que, segundo a necessidade são derrubados, ocupados e cultivados. A demarcação, riograndense esquemática, não leva em conta as variações do terreno e sua qualidade, mas esta regularidade é temperada pela escolha dos lotes segundo sua categoria. Na parte sul, perto da ferrovia e ligado a ela por estrada e telefone, fica o centro urbano. Êle segue o plano quadrado americano em tôda a sua pureza. As ruas de maior tráfego correspondem aos eixos principais; não longe do seu ponto de interseção fica o largo da feira, a Praça da República. Na orla exterior das poucas construções fica o cemitério.

A prova mais segura do sucesso dos esforços estaduais no domínio da colonização é fornecida pelos dados estatísticos: em 1910, havia 31 colônias estaduais ou subvencionadas; em 1911, elas já se elevavam a 38. No mesmo ano, fêz-se uma derrubada de quase 5 000 quilômetros quadrados, um têrço da superfície de Baden. Construíram-se, além disso, 128 quilômetros de estradas e assentaram-se 141 quilômetros de linha telefônica. A população das colônias somava, em 1911, 53 000 pessoas, pertencentes a 10 000 famílias; entraram no mesmo ano cêrca de 1 600 colonos. Pouco se modificaram êsses números em 1913. É evidente o progresso dessas colônias.

O plano traçado e o desenvolvimento atual permitem lobrigar o futuro. Não está longe o tempo em que os núcleos terão preenchido os quadros preestabelecidos; em que suas áreas se tocarão e, com a fundação de outras colônias, grandes trechos do Brasil subtropical terão sido ocupados por uma população campesina de densidade uniforme. Com a mesma simetria cobrirão a região as sedes coloniais, então promovidas à categoria de pequenas cidades, e, no final, ter-se-á uma paisagem que lembrará a da Vestfália, com suas cidadezinhas insuladas num mar de pequenas explorações rurais.

Situação dos centros urbanos

As escolha dos locais costeiros processa-se exclusivamente à base das necessidades da navegação, de acôrdo com sua serventia como ancoradouro. Varia muito, a êsse respeito, a acessibilidade dos vários setores da costa. No extremo norte, o estuário do Pará, a foz meridional do Amazonas, oferece excelente acesso. De resto, tôda a costa nordestina é neutra, pouco recortada e pobre em bons portos. A única baía que penetra mais profundamente na terra, a de São Luís, constituía um verdadeiro chamariz e, por isso, já no fim do século XVI, antes que os portuguêses se apossassem dessa parte da costa, foi ocupada pelos franceses. Parnaíba, pôrto da foz do rio do mesmo nome, e o ancoradouro de Fortaleza, aberto e, no entanto, mais seguro, são abrigos medíocres. O trecho que vai do cabo de São Roque até 20.º de latitude sul é, porque não recortado e ocupado por recifes de coral, igualmente pobre em portos. Tanto maior atenção deviam chamar sôbre si o pôrto de Pernambuco, protegido por um recife e por um quebra-mar, e o da Bahia, na magnífica baía de Todos os Santos. Mas ao sul, avultam os bons ancoradouros, porque baías profundas penetram na grande parede montanhosa da costa agora pronunciadamente concordante (de Vitória a Paranaguá). No extremo sul, o pôrto insular de Florianópolis e os portos de Laguna, Rio Grande e Pôrto Alegre completam o quadro variegado dos portos brasileiros.

Já se viu que as várias unidades federais constituem o *hinterland* natural dos portos; a concordância mostra-se com precisão especial no Rio Grande do Sul. É igualmente inegável um certo paralelismo entre a categoria do pôrto e a importância e extensão do *hinterland;* ao excelente pôrto de Bahia corresponde um extenso *hinterland,* aos portos medíocres de Maceió e Paraíba, um *hinterland* excepcionalmente pequeno (veja-se, no entanto, o que ficou dito no capítulo II).

Mesmo as cidades menos importantes do interior estão situados em pontos decisivos da circulação. São Paulo e Curitiba, atrás das brechas da serra do Mar impraticável em grande extensão, são de certo modo as portas do *hinterland* de Santos e Paranaguá; Manaus, na foz do rio Negro, ocupa o centro da bacia amazônica e domina a encruzilhada donde partem as vias fluviais para o Peru (Solimões), Bolívia (Madeira) e Venezuela e Guiana (rio Negro). Situação semelhante, se bem que menos importante, ocupa Corumbá no território do alto Paraguai.

A fundação da velha Ouro Prêto foi imposta inegàvelmente por motivos econômicos. No caso de Goiás e Cuiabá, parecem ter influído mais considerações de ordem local.*

Considerações administrativas fizeram nascer o plano de estabelecer em Goiás a futura Capital Federal. Realizado o plano de ampliação da rêde viatória, ela ocuparia uma posição realmente central.

---

* Os motivos econômicos foram também determinantes nos dois casos.

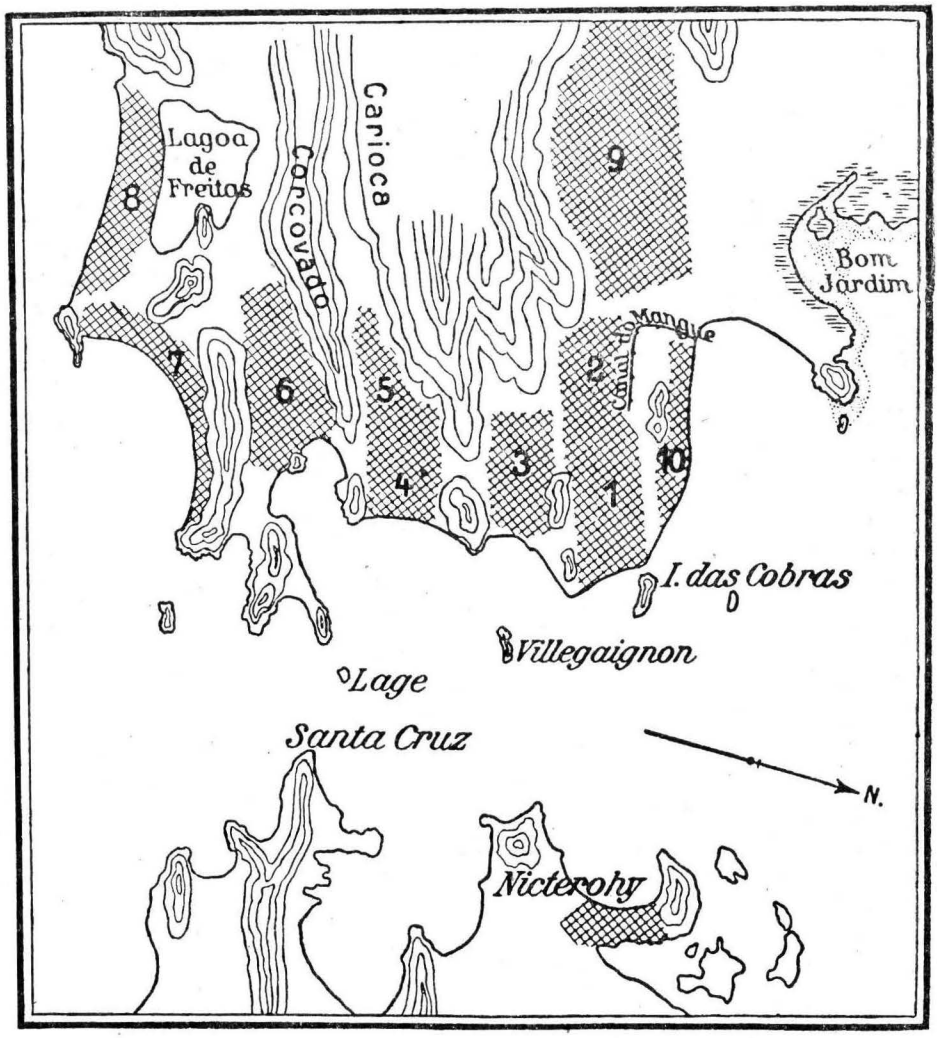


Fig. 13 — *Rio de Janeiro* *

Uma baía ampla, profunda e acessível por um canal que se pode fechar fàcilmente (Laje-Santa Cruz), oferece excelente pôrto. Na costa, sucedem-se elevações íngremes (Corcovado, Carioca, etc.) e morros e praias planas, em parte pantanosas (Bom Jardim, lagoa Rodrigo de Freitas). Evitando às encostas sujeitas a desabamentos e a insalubridade das terras encharcadas, partiu o povoamento da parte fronteira à ilha das Cobras, mediante o estabelecimento nas praias mais enxutas, em direção ao mar e à baía, mais ou menos na ordem indicada pelos números da figura. Os pântanos vizinhos do centro antigo foram drenados por um canal (Mangue) e saneados. Os vales oferecem possibilidade de expansão quando os terrenos de praia estiverem totalmente construídos; em um dêles, entre Corcovado e Carioca, fica o bairro de Laranjeiras. Na margem leste da baía, na praia, foi fundada Niterói, dotada de um serviço especial de barcas.

1 — Cidade Velha. 2 — Cidade Nova. 3 — Lapa, Curvelo. 4 — Catete. 5 — Laranjeiras. 6 — Botafogo. 7 — Copacabana. 8 — Ipanema. 9 — Engenho Velho. 10 — Saúde.

* O mapa foi reproduzido fotogràficamente.

Problemas urbanos

Feita a escolha do local, cabia adaptar as fundações às condições do terreno.

Se se comparam sob êsse ponto de vista as cidades de latitude diferente, não é difícil reconhecer uma certa distribuição em faixas. Em nossas latitudes, elas se situam tanto quanto possível em áreas planas; na faixa subtropical, ao contrário, evitando vales e planícies, quase tôdas se estendem nas elevações e formam aquêles panoramas em anfiteatro, tão característicos da bacia mediterrânea. Nos trópicos úmidos, mesmo nas terras acidentadas, procura-se o trecho mais plano que é possível achar. Por outro lado, na zona subtropical do hemisfério sul, aparece de novo a cidade em anfiteatro (por exemplo, Valparaíso). Essa distribuição assenta em razões climático-físicas. Na zona subtropical de chuvas periódicas, a oscilação das precipitações e as "avenidas" não raro caudalosas impedem que se edifique na planície. A regularidade das chuvas tropicais permite-o, mas impossibilita que se edifique nas encostas profundamente desintegradas, sujeitas a desabamentos e escorrimentos.

Quando começaram a colonização do Brasil, viram-se os portuguêses colocados em uma zona cujas condições de urbanização divergiam completamente daquilo que conheciam na metrópole. Sua adaptação ao novo espaço é excelentemente ilustrada pelo quadro urbano do Rio de Janeiro, cuja história mostra o preço pago pelo acêrto final. A famosa beleza da capital do Brasil advém, para o geógrafo, menos dos encantos da baía e da profusão de palmeiras, que deslumbram os viajantes, do que do endentamento dos morros cobertos de florestas no casario compacto que se eleva nos vales.

Edificou-se a princípio nos morros, mas logo se verificou a inconveniência desta escolha e então, à medida que se necessitava de novo espaço, foi-se processando a ocupação da planície; a montanha pôde, assim, conservar sua vestimenta vegetal, originando-se um traçado bastante irregular e interrompido em vários pontos (fig. 13 e plancha 1). Ulteriormente, por carência de espaço, drenaram-se os pântanos próximos e dêsse trecho mal afamado pelas febres nasceu um bairro saudável, a que se deu, com orgulho, o nome de Saúde. Se as bases da construção urbana não diferissem tão completamente das da metrópole, ter-se-ia originado no caso, provàvelmente, uma paisagem do tipo de Pôrto, que se estende sôbre uma área bastante acidentada.

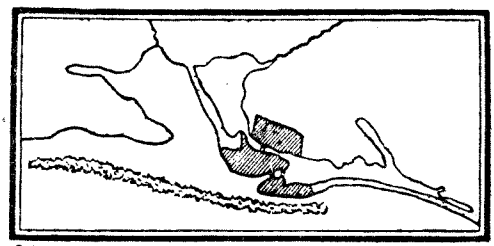


Fig. 14 — *Pernambuco*

Um recife que se estende como um quebra-mar fecha, em associação com uma língua de terra, uma enseada extensa e de certa profundidade, e oferece abrigo seguro. As extremidades de duas línguas de terra que quase se tocam e a planície costeira constituem o espaço de uma cidade que, atravessada por canais e ligada em um todo por pontes, tem certa semelhança com Veneza (a Veneza brasileira), mas também lembra certas cidades holandesas.

Outra é a visão da Bahia. A cidade alta, situada em uma elevação plana, e a cidade baixa, que ocupa uma estreita planura costeira, são separadas por um penhasco alcantilado e ligadas por ruas e ladeiras íngremes (fig. 10 e plancha V). A semelhança com Lisboa é bastante patente, para que possa ser atribuída a um simples acaso. Mas, na Bahia, quando se edificou tão compactamente na cidade baixa, cometeu-se, na ignorância da situação, um êrro bastante freqüente na América do Sul e não se levaram em conta as ressacas, não raro pesadas, que devastam a praia e o penhasco (ùltimamente, em janeiro de 1941).[1]

[1] É também o caso do Rio de Janeiro.

Em Pernambuco, deparam-se atrás do quebra-mar natural do recife, a que se deve a fundação da cidade dêste nome, as pontas de duas lingüetas. Sucedem-se, em tríplice alternação, terra e estreitos braços de mar. O problema da construção urbana que então se apresentava devia ser mais fácil para os holandeses, que ocuparam Pernambuco durante um quarto de século, do que para os portuguêses, acostumados a costas escarpadas. Valeria a pena investigar até onde contribuíram os holandeses para a conformação dessa cidade de laguna, tripartida por canais fossiformes e atravessados por pontes, dessa "Veneza brasileira", com suas ruas orientadas segundo o rumo da praia, seus cais de muralhas cuidadas e suas casas nórdicas, altas e estreitas, sombreadas por majestosas árvores (figs. 14 e 15).

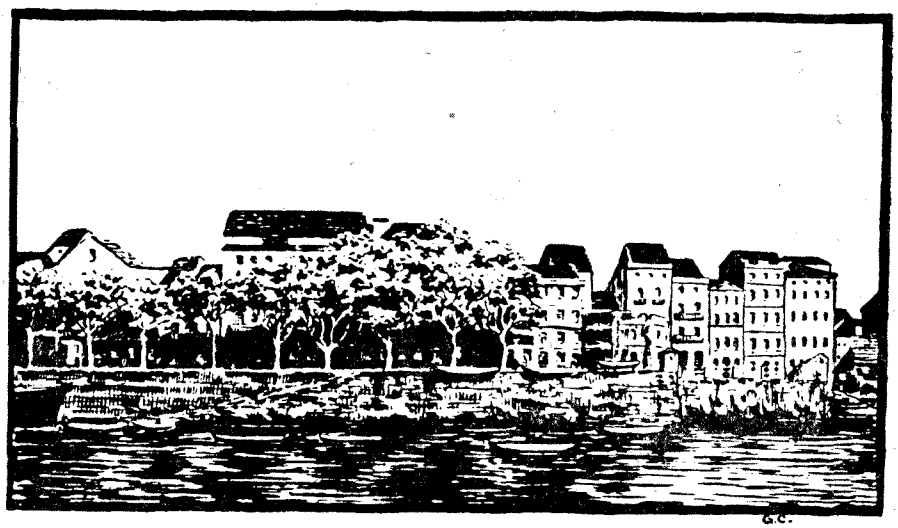


Fig. 15 — *Rua do pôrto de Recife*

Edifícios altos e estreitos ao longo de uma rua dotada de cais, de pouca largura e arborizada — paisagem incomum para o Brasil, a qual lembra as cidades portuárias baixo-alemãs e holandesas. Trata-se, provàvelmente, da influência da ocupação holandesa (1630-54), cujo ponto de apoio foi Pernambuco.

Em Santos, os portuguêses foram obrigados a ocupar uma ilha aluvial, cercada por extensos pântanos e fechada à brisa marinha, em uma posição muito insalubre, que, ao tempo das epidemias de febre amarela, no fim do século passado, custou numerosas vítimas. Também em outros lugares foi mister fechar os olhos a inconveniências sanitárias que se fizeram sentir durante muito tempo, até que, modernamente, o grandioso desenvolvimento da medicina tropical ofereceu os meios para a sua remoção.

Em todos os tempos, os povoadores adotaram medidas para vencer ou mitigar os perigos decorrentes da insalubridade do clima ou da posição, as quais, em parte, influíram consideràvelmente na conformação da paisagem. O recurso mais fácil e logo utilizado consistia em que, durante a época mais desfavorável, se evitava o mais possível o lugar, para fazer estação nas localidades próximas, isentas do perigo. Assim nasceram centros comparáveis às nossas estações de repouso. Quase tôda cidade de certa importância possui seu refúgio. Rio de Janeiro dispõe de Petrópolis, na montanha e batida pela brisa marinha; para Santos, há a praia exterior da ilha, exposta às correntes aéreas. Ùltimamente, à semelhança do que se usa nas grandes cidades européias, reserva-se para o fim referido a zona mais salubre da cidade, tal como se observa com o bairro de Higienópolis em São Paulo. A necessidade de ligação rápida com o centro urbano determinou a ampliação correspondente da rêde viatória.

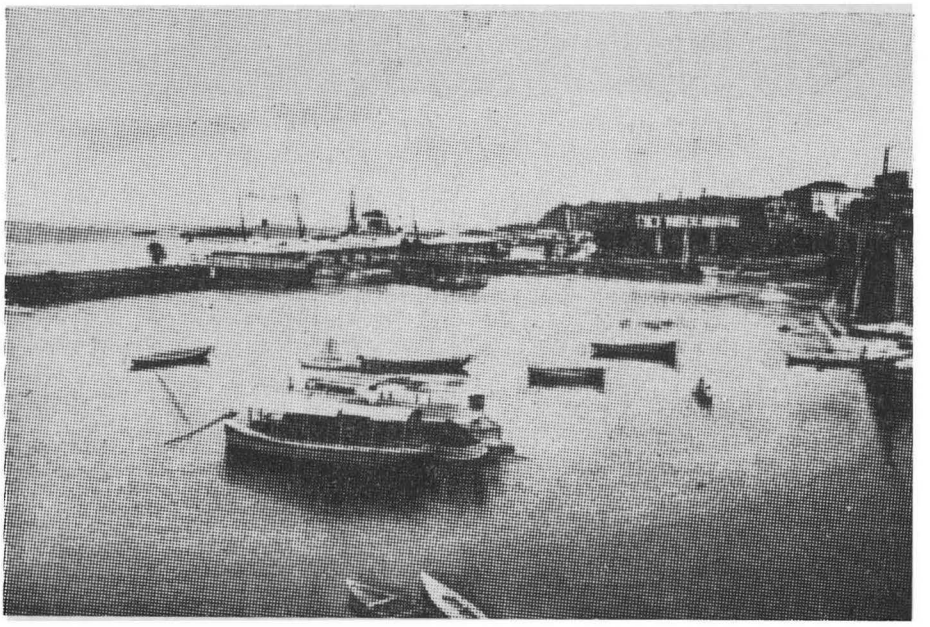
Começou-se cedo a prestar grande atenção ao abastecimento d'água potável. Já em 1750 havia sido terminada no Rio de Janeiro a grandiosa canalização que é alimentada pela montanha próxima e cujo extenso aqueduto disposto através do casario empresta à cidade, em conexão com um chafariz monumental, um aspecto romano, que se gaba com prazer. Santos possui uma instalação moderna e não menos grandiosa, na sua canalização que vem da serra do Mar.

Com o conhecimento crescente da perniciosidade dos pântanos, viveiros de insetos transmissores de moléstias, iniciou-se a construção de obras de drenagem. Devido a tais iniciativas, recebeu o Rio, deixando-se de lado o mencionado bairro da Saúde, o canal do Mangue, famoso pelos seus renques de palmeiras imperiais. A constatação que mesmo as mais insignificantes acumulações de água estagnada, tais aquelas observadas nas bainhas da folhagem, abrigam larvas de mosquitos, levou a que se iniciasse recentemente um combate contra a vegetação na proximidade das habitações — com prejuízo de certos aspectos encantadores das ruas e cidades.

Os traçados dos centros urbanos

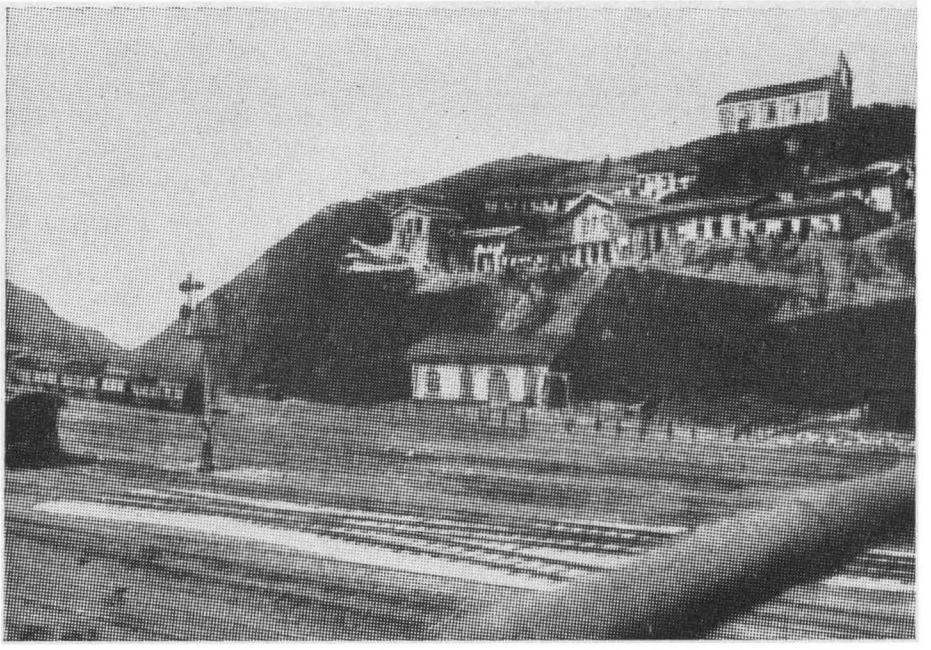
A exclusão das encostas para a edificação favoreceu grandemente o emprêgo do traçado típico das áreas planas, do plano romano de novo adotado na Renascença, retangular ou quadrado, o qual devia desenvolver-se tão exclusivamente no Novo Mundo, que se chega geralmente a considerá-lo como americano. Modelos antigos dêsse plano oferecem Fortaleza, Belém, e Rio, em seus bairros nucleares. Com o desenvolvimento ulterior, a carência de espaço nem sempre permitiu a aplicação constante do princípio, a ampliação sucessiva do plano em xadrez. A topografia impôs então a escolha de outras diretrizes e fêz adotar planos mais individuais (Rio de Janeiro). Mas, mesmo onde o espaço abundava, evitaram os portuguêses, ao contrário dos espanhóis e, sem dúvida, deliberadamente, a prossecução total do plano, donde não haver no Brasil aquelas imensas cidades em xadrez, de que Buenos Aires e Montevidéu são exemplos. Em São Paulo, a cidade compõe-se de numerosas secções quadradas, orientadas irregularmente; ela resultou da fusão de vários bairros. Uma execução rigorosa do plano em xadrez encontra-se nas novas colônias compactas dos últimos tempos (fig. 12) — Sua aplicação exclui-se, naturalmente, nas regiões montanhosas; nelas, o arruamento segue as linhas do vale, daí resultando traçados naturais (Petrópolis).

As estreitas ruas medievais, de casario compacto, expostas ao sol apenas durante pequena parte do dia, fazem valer sua função protetora ainda mais vantajosamente nos trópicos. Por isso, elas predominaram primitivamente no Brasil. A rua do Ouvidor, a mais freqüentada do Rio antigo, transitável apenas por pedestres e quase coberta pelos toldos das casas, lembra a Merceria de Veneza, a rua Sierpe de Sevilha e outras ruas famosas do sul da Europa, observando-se o mesmo com suas irmãs mais modestas da cidade velha (fig. 16 e plancha III). Essas ruas, porém, não são tão arejadas nos trópicos úmidos quanto sob o bochorno dos territórios secos subtropicais. Além disso, as chuvas constantes coíbem o uso, tão comum nas terras ibéricas e orientais, dos telhados em mirante, propícios à refrigeração; o "mirador", que os espanhóis transplantaram para as terras de clima sêco do Pacífico, não convém ao Brasil úmido. Dada essa inconveniência, lançou-se mão do único recurso, a construção isolada. Foi o que se fêz também na abertura dos bairros novos; em volta do centro urbano, compacto, que se transforma progressivamente em zona comercial, em "city", estendeu-se uma cinta de construções separadas, rica em jardins (fig. 17). Pode-se contrapor a construção compacta, a que chamaremos portuguêsa antiga, à construção separada, que se designará como colonial. De conformidade com a idade e a importância da cidade, dominará um ou outro tipo. Bahia, uma das cidades mais velhas e antiga capital, conserva ainda uma pronunciada feição passadista. As cidades nortistas, que se têm desenvolvido vigorosamente nos últimos tempos, a exemplo de Belém, seguem mais o estilo colonial e pouco diferem das modernas fundações portuguêsas na África.



O pôrto de Manaus, no rio Negro

As instalações portuárias têm que atender à forte oscilação estacional do nível das águas, a qual atinge 13-15 metros e mais. Vê-se o cais flutuante, ligado por uma ponte móvel à praia dotada de altas muralhas. O rio está cheio. (Fotografia Alemã, Manaus e Pará).



A estação do Alto da Serra

A ferrovia de Santos a São Paulo (700 metros).

O declive abrupto do planalto para a costa é vencido em grande parte por uma ferrovia funicular. A fotografia mostra o ponto terminal do grandioso trecho de montanha, onde na garganta que conduz ao planalto, à custa de considerável movimento de terra, se construiu uma imensa estação. A fotografia foi tirada da ponte que domina o conjunto. (Fotografia B. Brandt).

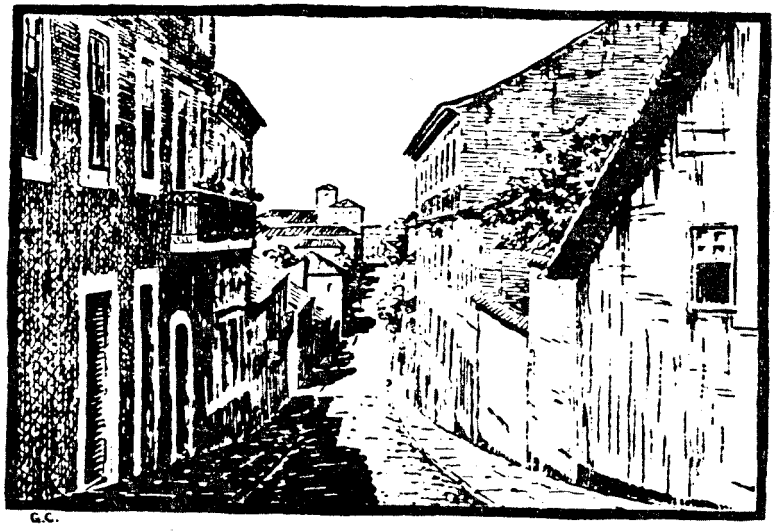


Fig. 16 — *Rua de São Luís do Maranhão*

Rua estreita, que oferece proteção contra os raios solares; fachadas singelas, de caiação variegada, tetos pouco inclinados, aqui e ali um estreito balcão; no conjunto, tem-se uma rua do sul da Europa. No primeiro plano, uma casa típicamente portuguêsa, com sua fachada coberta de azulejos.

O extraordinário crescimento das cidades maiores, Rio e São Paulo, obrigou de novo ao adensamento. Devido à valorização dos terrenos, volta-se ao casario compacto — e, simultâneamente, alto. A cinta de construções separadas sucede a uma zona de transição, na qual se procura equilibrar as vantagens daquela com os altos preços dos terrenos. Ela se caracteriza por pequenos lotes, casas acanhadas, jardins minúsculos (por exemplo, o bairro de

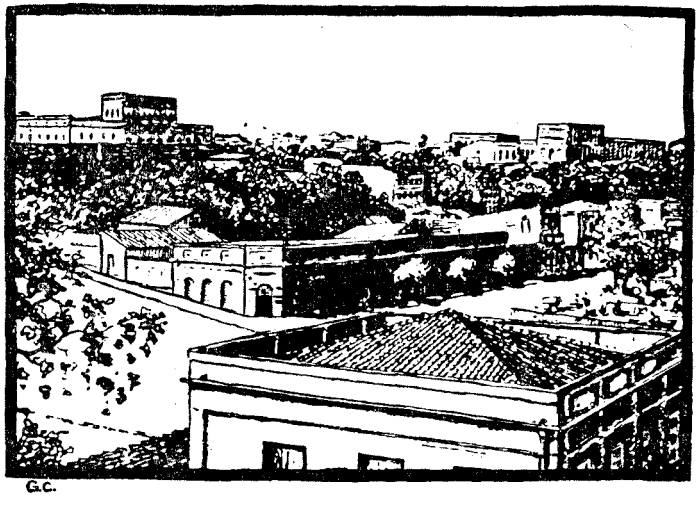


Fig. 17 — *Vista parcial de Corumbá*

Abstraindo-se de sua situação fluvial, o local de Corumbá presta-se ao povoamento, pois na margem direita do Paraguai se acha a serra Dourada, que liberta os habitantes dos pântanos insalubres que se estendem na margem esquerda através de mais de 200 quilômetros.

Botafogo). No geral não se presta a atenção devida ao clima e à tradição nas ampliações e renovações atualmente em curso nas grandes cidades. Constrói-se segundo o modêlo europeu ou norte-americano, despem-se as cidades de sua roupagem original e dá-se-lhes verniz cosmopolita. Abstraindo-se das cidades totalmente modernas, como Belo Horizonte, a nova capital de Minas, fundada em 1898, pode servir, de exemplo do modernismo brasileiro ou, se se quer, americano, a cidade de São Paulo, que tem crescido e progredido extraordinàriamente nos últimos tempos. Rio de Janeiro, com a reconstrução da cidade velha, revestiu um aspecto internacional. As novas avenidas, a Rio Branco, seu Broadway, e a marginal, que faz lembrar Nice, são apesar de seu esplendor, criações discutíveis sob o ponto de vista histórico e estético. As cidades menores, com a predominância das construções de estilo lusitano ou colonial, parecem mais condizentes com o ambiente e agradáveis do que os grandes centros cosmopolitas. Como condicionados pelo clima, merecem menção a arborização de muitas ruas com espécimes adequados, por exemplo, as umbrosas mangueiras, e o forte abaulamento do calçamento, que, especialmente nas latitudes equatoriais, deve dar rápida vazão às águas de chuvas não raro torrenciais.

Como em tôdas as terras mediterâneas, as praças representam na vida urbana brasileira um papel mais importante do que entre nós. As mais antigas trazem em seu mesquinho ajardinamento, em suas dimensões e em seu aspecto de sala, o sentido espacial dos séculos passados. O largo do Rocio, ponto central de Lisboa, parece ter servido comumente de modêlo. Seu curioso calçamento ornamental, em faixas ondeantes, o qual parece mover-se ao ser atravessado, é, por assim dizer, um símbolo do urbanismo português e é encontradiço tanto nas possessões africanas quanto no Brasil. Os largos, muito maiores e plantados à maneira de parques, obedecem mais às preocupações do confôrto urbano do que às de simples efeito ornamental; seu modêlo encontra-se nos "squares" das cidades inglêsas e norte-americanas.

A casa

A habitação do Brasil sofre modernamente as mesmas modificações que a das terras européias. Sob a influência das transformações econômicas e suas conseqüências, os tipos tradicionais desaparecem ràpidamente, substituídos por formas adaptadas às exigências atuais e de acôrdo com o individualismo da época. Velhos tipos de características locais, construções maciças modernas e ensaios indecisos de dar forte expressão arquitetônica ao presente misturam-se no quadro urbano e dão-lhe, pelo menos nos grandes centros, uma feição caótica, desagradável. Do mesmo modo que no traçado urbano, distinguem-se claramente, na construção, três tipos de relevância geográfica, um ibérico-nacional, um colonial, inspirado nas necessidades do ambiente, e um cosmopolita. Quanto ao primeiro, é possível identificar dois sub-tipos:

1. Edifícios de um andar, relativamente estreitos e compridos. Com poucas janelas para a rua, abrem-se para um pátio ou jardim. Como os compartimentos do lado da rua servem para fins econômicos, as janelas são geralmente substituídas por duas ou três portas de madeira, que, abertas durante o dia, se fecham de noite. De paredes meias, essas casas formam um conjunto claustral. Nas horas calmas, sem trânsito, as ruas que elas formam lembram vivamente Pompéia e denunciam, assim, que, quanto a êsse tipo de casa tão difundido em tôda a zona mediterrânea, se trata de uma herança do tempo romano (plancha III).

2. Edifícios com a mesma frente, mas com disposição totalmente diversa. O pátio não fica atrás da casa mas no meio dela. Êle constitui o centro da vida doméstica; os quartos, que, geralmente, só recebem luz pelas portas, desembocam nêle. Essa disposição é característica da casa mourisca, que, por sua vez, é uma variante da casa romana. Ela não é tão freqüente na América do Sul portuguêsa quanto na espanhola, pela simples razão de não permitir o clima úmido do Brasil a utilização do pátio como cômodo. Por êsse motivo, costuma-se cobrí-lo com um teto de vidro.

Muito característico de várias casas e ruas brasileiras é o uso mourisco, só encontrado em Portugal, principalmente no Pôrto, e em territórios de sua colonização, o qual consiste em cobrir as paredes com azulejos. Enquanto os árabes e os espanhóis só adornam dêsse modo as paredes interiores, sobretudo as dos pátios, os portuguêses também revestem de azulejo as paredes externas (fig. 16). Graciosas casas antigas dessa espécie ainda se encontram em Santos. Outras, modernas, mais vulgares e menos belas, ornam a rua do cais de Belém e evocam ao viajante a contra-costa européia.

3. A êsses empréstimos do Velho Mundo se junta, como terceiro tipo, a casa de alpendre, tão característica das regiões tropicais. O alpendre, que oferece um espaço protegido contra o sol e a chuva, envolve os quatro lados da casa ou um dêles; êle pode ser voltado para a rua ou para o pátio. Como essa forma de adaptação ao clima tropical é desconhecida nos territórios mediterrâneos, mas vulgar no ciclo cultural índico, justifica-se a hipótese segundo a qual os portuguêses, que tantos ensinamentos úteis aceitaram dos indígenas de suas colônias, também acharam na forma exótica da casa de alpendre um modêlo da casa européia nos trópicos.

4. As casas de dois ou mais andares, com muitas janelas, que se originaram de um ou de outro tipo e que se aparentam com os edifícios de fachada europeus (os quais, desde um século, vêm desalojando as casas de teto inclinado), servem de transição à arquitetura cosmopolita, que se apresenta com feição mais européia que norteamericana nas fachadas do estilo da Renascença e imitada servilmente, ou que, como pura construção utilitária, achou uma expressão grotesca no arranha-céu.

5. Em um último grupo podem ser classificados os tipos nacionais introduzidos pelos imigrantes europeus: casas de madeira germânicas, variantes da casa campestre da Francônia, e casas de tetos inclinados, tìpicamente germânicas, aparecem nas colônias alemães (fig. 11). Já vimos as características italianas de certas localidades paulistas (plancha II). Já nos referimos igualmente às influências holandesas em Pernambuco. Um exame cuidadoso de tôdas as colônias povoadas por estrangeiros revelaria numerosas outras constatações da mesma espécie (fig. 18).

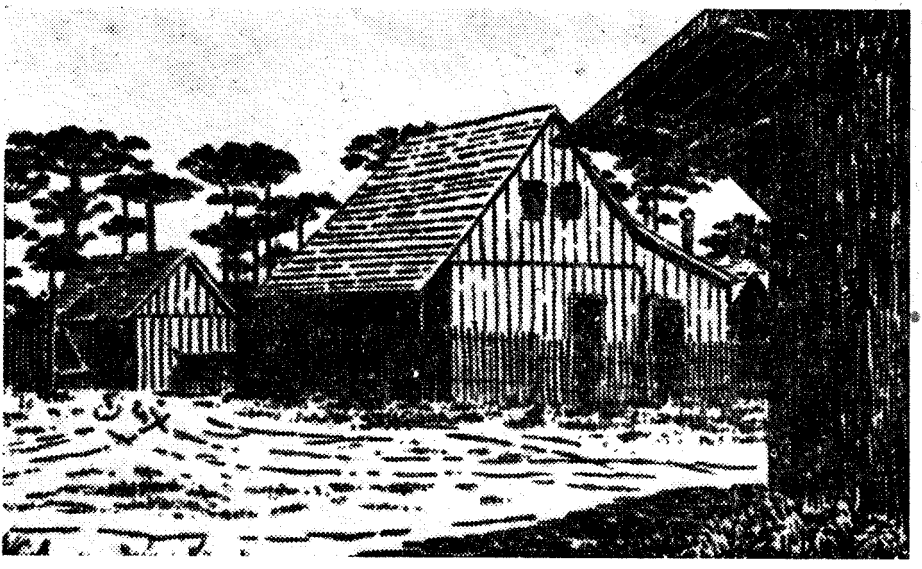


Fig. 18 — *Colônia polonesa do Paraná*

A colônia polonesa aqui representada difere das portuguêsas e italianas sobretudo pelo casario disperso, pelo uso das cêrcas, pelos altos tetos de madeira e pela ausência de pintura. Apesar de não se fazerem notar características da casa eslava, o casario cinzento de madeira evoca as construções de madeira do leste europeu. — No fundo, algumas araucárias, típicas da paisagem do sul do Brasil.

Os velhos edifícios públicos, igrejas, conventos, paços municipais e outros são construídos em sua maioria no estilo barroco, dominante em Portugal nos séculos XVII e XVIII, de modo que as cidades velhas como a Bahia e os núcleos daquelas reformadas posteriormente têm feição tìpicamente portuguêsa (plancha III). Modernamente, nas avenidas das grandes cidades, misturam-se todos os estilos históricos e todos os caprichos arquitetônicos dos últimos decênios. A justaposição do gótico e do mourisco, de palácios estilo Renascença e edifícios ultra-modernos, em ligação com o gigantismo não raro oposto às exigências arquiteturais, do qual tanto se orgulham os brasileiros, empresta a essas avenidas uma aparência desagradável, singularmente bárbara, e significa, muito ao invés de simbolizar o impulso criador do país, um retrocesso perante a velha sobriedade. A primazia cabe à arquitetura francesa, desde os modelos clássicos até o estilo moderno, extravagante, de exposição. Sobretudo os teatros, construídos com recursos em desproporção com sua serventia, tomaram como padrão a Ópera de Paris. A estudos de estética comparada dessa espécie oferecem oportunidade tôdas as grandes cidades, o Rio em primeira linha, mas mêsma a longínqua Manaus, onde, no âmago da selva amazônica, em uma cidade que assentava sôbre um único produto, a borracha, e que se desenvolveu desproporcionadamente, foi praticado um luxo arquitetural fantástico. Que em muitas dessas construções desnecessárias, começadas com desmedido entusiasmo meridional, o desejo ultrapassa os meios, mostra o exemplo de um palácio não concluído, de que se apossou a vegetação tropical, em cujas janelas vicejam moitas e em cujas cornijas forradas de epífitos se aninham os urubus.

A toponímia

As línguas indígenas predominantes no território do Brasil distinguem-se menos entre si, em concordância com a maior unidade do espaço, do que as faladas na América espanhola. Foi por conseqüência fácil aos missionários criar, mediante o polimento do tupí, um meio de entendimento comum, a língua geral. Como é de observação freqüente entre os povos coloniais, encorporaram os brasileiros elementos dessa língua e servem-se de palavras indígenas mesmo quando têm à sua disposição palavras adequadas em sua própria língua: não se diz, por exemplo, crocodilo, ananás, agave, mas jacaré, abacaxi e pita.[1] Dessarte, foram também adotados nomes geográficos indígenas, especialmente com respeito aos elementos mais notáveis da paisagem brasileira, os rios. Na bacia amazônica nomes europeus foram dados com relativa parcimônia, só no comêço, quando era ainda pequeno o contacto com o indígena, e modernamente, quando a exploração sistemática dos rios impunha designações em grande número. Das mais antigas é a de rio *Negro,* aposta por Orellana e já registada no mapa de Mercator; para a segunda fase servirá de exemplo o rio Teodoro que deve perpetuar a viagem de Roosevelt, a qual provocou na época desmedido alarde.

Os nomes indígenas traduzem de maneira surpreendente a natureza do país. Ocupa o primeiro plano, no norte do Brasil, o ritmo das águas, que interessa a existência dos indígenas quanto o do Nilo a vida dos egípcios. Por isso, na designação, uma consideração meticulosa de todos os fenômenos referentes à água. Os nomes tão numerosos formados com *Yg* relacionam-se

---

[1] A tradução e a ortografia dos nomes tupis seguiram A. Gonçalves Dias, Dicionário da Língua Tupi chamada Língua Geral dos Indígenas do Brasil. Leipzig, 1850.

A acentuação adaptada à língua portuguêsa e sem importância para a feição da palavra escrita foi deixada de lado. A grafia dos nomes mais conhecidos acompanhou o Atlas de Stieler, 9.ª edição. (V. a próxima nota do trad.).

Sempre que devemos os topônimos indígenas a portuguêses ou brasileiros, a grafia reflete de certo modo a pronúncia e facilita a interpretação. Outra é a situação quando a ouvimos de europeus ignorantes sob o ponto de vista lingüístico, os quais não se interessam pelos indígenas e sim pelo nome em si, sem preocupação pelo seu sentido. Assim, os inglêses que fizeram o levantamento da costa brasileira estropiaram os nomes indígenas, de modo a torná-los às vêzes irreconhecíveis. Gragoatá, para dar apenas um exemplo das cartas ricas em erros dessa espécie, tornou-se Gravatá. Ouvidos ainda menos sensíveis e maior indiferença revelaram os norte-americanos, que, no levantamento do Amazonas, desfiguraram até palavras portuguêsas e, por exemplo, de ponta de remanso, lingüeta que encerra águas mansas, fizeram *Romanço-Point.*

com água em geral; aquêles em que entra *paraná* referem-se a grandes lençóis d'água, rios e o mar (*paraná açu*, a água grande), a não ser que o sufixo *mirim*, pequeno, reduza a significação, assim no freqüente *paraná mirim*, água pequena. Um curso d'água navegável por um bote (*Ygara*), um dos muitos pequenos braços laterais da bacia, tem o nome de *Ygarapê* via de bote, ou ainda *Ygarapê mirim*. Nos braços maiores, *Yg guaçu* (furo), transitam barcos maiores, *ygarité*, aos quais os portos fluviais, *ygaropaba*, oferecem abrigo. A existência de uma ponte, *Ygaçapaba*, faz com que se dê o mesmo nome ao local *Yuru*, a embocadura, deu talvez *Juruá*, rio a princípio reconhecido em sua foz. As embocaduras no mar impressionam pelo areal claro, *juru juba*, embocadura amarela.

A enchente e a vazante dos rios, que os portuguêses comparam com a preamar e a baixamar, originam faixas de terra anfíbia, o *ygapó*, reduzem-no temporàriamente à condição pantanosa de braço lateral obstruído, morto, *ygapó pao*, com exclusão da porção mais alta, que fica inundada durante pouco tempo, a várzea; a vazante descobre terrenos baixos, *tipao*, *tijucupao*.

A colaboração da água era aparentemente menos importante para os indígenas que para os portuguêses,[1] que se apegavam à côr dos rios: rio vermelho, branco, pardo, verde. Contudo, os rios de água escura, *una pixuna*, são-lhes também dignos de nota. Para as corredeiras, *yg tu*, usou-se geralmente a palavra portuguêsa *cachoeira*. Os remoinhos freqüentemente observáveis nos leitos pedregosos sugeriram aos indígenas a expressão plástica *itá baboca*.

O componente *itá* significa pedra e ocupa na toponímia brasileira um lugar de destaque. Usam-no os gigantes da orografia brasileira *Itacolumi (itá curumim*, pedra com o filho, pela sua forma bicorne) e *Itatiaia;* êle é também empregado para margens íngremes, de pedra ou terra; *itá pê mirim*, pequeno caminho de pedra, é uma designação adequada para um valado de margens alcantiladas, tipo cañon. Em *Itacotiara*, literalmente pintor de pedra, indica-se a coloração variegada da parede marginal.

A côr clara do solo, *tabatinga*, barro branco, serve freqüentemente de designação; o vermelho da laterita é indicado em numerosas palavras compostas de *piranga* (*Ipiranga*) e no português vermelho. A pedra amarela, *itá juba*, o grão aurífero oculto na areia dos rios, o indígena não a aprecia menos que o europeu; sua posse também o faz rico — *itá juba jara* (pedra-amarelo-homem).

Grotas, *coara*, sugere o nome de uma serra, *Urubucoara*, grotas do urubu.

Com a água e solo, a floresta, *caá*, é o elemento vital do indígena, seja ela a floresta alta da Hylaea, jamais inundada, *caá etê*, ou a floresta "branca" sem sombra, aberta, quase savana, *caá tinga*. Capinzais úmidos são chamados *caapim* (capim). O português distingue *mato*, floresta (por exemplo, *mato grosso)* e *campo*, prado. Além do freqüente *ybá*, árvore *(hyba-hibaiua)*, muitos representantes da floresta aparecem na toponímia: jutaí, monguba sapucaia (*Lecythis ollaria*), piaçaba (*Atalea funifera*); por exemplo, em *Paranapiaçaba*.* Os portuguêses usam muito o sufixo al, que corresponde ao eta italiano (de pineta, por exemplo) e traduz a idéia de totalidade, juntando-o aos radicais das palavras próprias ou estrangeiras: *palmital; freixal* é a designação comum para a areia amazônica coberta de arbustos, a qual, tanto quanto o matagal úmido, recebe comumente o nome de *bom jardim*. Os nomes de plantações são também assim formados: *bananal, cacaual* (comparar *funchal*, campo de funcho). São designativos de derrubada: *capixaba* e os têrmos portuguêses *roça, rocinha* e *queimada; capoeira*, ex-floresta, refere-se ao mato fino, que nasceu em lugar do virgem.

De grande importância é o peixe, pirá, que, tanto quanto as várias espécies, fornece seu contingente (*marapatá*,* por exemplo, uma espécie de tainha). O gigante dos cetáceos (*pirá oçu paraná oçu pora*, o grande peixe que mora na

---

[1] Não porque não a notassem os indígenas, mas porque a côr variável com a estação, que êles conheciam, ao contrário dos portuguêses que batizavam os rios segundo a primeira impressão, parecia imprópria para a escolha do nome.

* O topônimo é *Paranapiacaba*, segundo Montoya, lugar donde se vê o mar.

água grande) encontra-se em Pirauçu. Entre os outros animais são os pássaros os designativos prediletos: o urubu, a arara, o magoari (todos tupis), e a cigana, o alcatraz, que juntamente com os leões marinhos (*porcos*), povoa a costa.

A costa, que representava para os indígenas o limite do seu mundo, recebeu nomes portuguêses. Além de *cabos, praias, lagoas, restingas, barras, salinas,* etc., os topônimos referem-se sobretudo às coisas da navegação: *Ilha da Âncora, Bom Abrigo, Lagoa Tapada, Pôrto de Pedras, Recife. Canal Perigoso* e *Abrolhos,* apontam para as dificuldades da navegação. Com a designação *Rio de Janeiro,* os portuguêses, como em outros casos semelhantes, revelaram menor argúcia que posteriormente Cook, o qual, sem vir à terra, reconheceu a ausência de um rio.

A costa ameaçada durante séculos por incursões inimigas foi, segundo a velha usança portuguêsa, defendida por "tôrres sarracenas", que nomes como *Atalaia* e *Casa da Tôrre* tão bem evocam. A precariedade da defesa é documentada por nomes como São Luís, local primeiramente ocupado pelos franceses e. como Luisiana, batizado em homenagem ao rei santo. A estada de Villegaignon perpetua-se na ilhota do mesmo nome, na baía de Guanabara. Contra os *índios bravos ou tapuais*[1] serviam postos militares, casas fortes (fortalezas); *Vitória, Vitória da Conquista,* lembram lutas coroadas de êxito em menor escala, porém, que nas possessões dos espanhóis belicosos.

Quanto aos nomes ligados à economia, já vimos os que se referem à atividade agrícola. São de interêsse especial os topônimos relacionados com a mineração: *Minas (Novas, Gerais),* serra *Dourada, Ouro Fino* e *Ouro Prêto, Diamantina.* As fontes termais denunciam-se em *Caldas (Velhas* e *Novas).*

Os sentimentos do colono refletem-se em topônimos tão comuns como *Formosa, Boa Vista, Saudades,* etc. Lugar saliente ocupam naturalmente as designações eclesiásticas, os nomes dos santos do calendário, que muito facilitaram a escolha dos pioneiros e que tanto convinham aos missionários. Mas essa comodidade foi neutralizada pela repetição toponímica; há pelo menos 18 localidades com o nome de São Francisco. Donde a necessidade de designações discriminadoras, que raramente se propagam: *São Sebastião do Rio de Janeiro,* por exemplo. Muito difundidos são naturalmente os nomes religiosos tão usuais na península ibérica: *Bom Jesus, Rosário, Carmo, Belém, Nazaré,* etc.

Soberanos, estadistas e políticos são lembrados em *Petrópolis, Pombal, Sousa, Vieira.* A velha *Destêrro* trocou o nome por *Florianópolis,* homenagem a um general. Algumas cidades receberam os nomes de suas predecessoras portuguêsas (*Santarém, Óbidos*).

Dado o ativismo da política de fronteira portuguêsa, não são numerosos os nomes estrangeiros. Apenas no Alto Amazonas, como postos perdidos do povoamento espanhol, aparecem alguns nomes, em parte aportuguesados: *Badajoz, São Paulo de Olivença.* Com a imigração se introduzem nomes estrangeiros, pela significação ou pela forma, que em seu conjunto testemunham a variegada composição étnica do Brasil moderno: *Blumenau, Garibaldi, Catalão, Nova Odessa.*

Na toponímia se refletem também a colonização interior e, simultâneamente, as migrações que se processam no país. Exemplo de ambos os fenômenos é *Curitibanos,* que lembra a capital do Paraná.

---

* O autor escreve mara pata. Como para todos os demais vocábulos indígenas, seguimos a grafia de G. Dias. Dicionário citado, sem os acentos que nossa grafia dispensa.

[1] *Tapuya* = selvagem, bárbaro. Também como *tapuya caapora,* selvagem que habita a floresta, designa o índio civilizado o índio bravo. Tapuy-tinga, selvagem branco, significa (segundo o Dicionário citado) francês, certamente por causa dos seus ataques nos séculos XVI e XVII. Curiosa analogia com o sinônimo suaili shenzi: washenzi, as tribos selvagens do interior; waulaya washenzi, selvagens europeus, brancos, entre os quais se entendem os sírios pouco polidos das cidades costeiras da África oriental.

Concorra para que o Brasil seja geògraficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Humboldt e Ritter

A revolução feita por êsses dois gênios deveria ser profunda. Diferentes pelo caráter e pelos méritos, êles se completam harmoniosamente. Humboldt (1766-1859) é, por tendência e educação, um homem de ciência, naturalista, sobretudo, e grande viajante. Percorreu, como atento observador de todos os fatos físicos e biológicos, grande parte da Europa, todo o México, a América Central, a Colômbia e a Venezuela. Andou mesmo, na Rússia, seguindo os traços de Pallas. Suas numerosas publicações são, tôdas, de natureza puramente científica, completamente isentas de preocupações pedagógicas.

Ritter (1779-1859) é um homem de gabinete, historiador e filósofo por educação, viajou muito menos que Humboldt e, quando viajou, foi mais para alargar suas idéias do que para se dedicar a observações e estudos sôbre os lugares. É um professor; suas publicações saíram do seu ensino na Universidade de Berlim e as preocupações pedagógicas são nêle sensíveis.

Os méritos de Humboldt são de difícil e elevada avaliação Êle fundou os métodos de quase todos os ramos da geografia física. Generalizou o emprêgo do barômetro para determinar as altitudes, os perfis e os cálculos da altura média para caracterizar o relêvo. Traçou a primeira *carta de isotermas* e mostrou o contraste que há entre as costas orientais e as ocidentais.

É êle ainda que deve ser considerado o criador da geografia botânica baseada na fisionomia das plantas e nas relações com o solo e o clima. Nenhum viajante se lhe aproximou como observador. Em cinco anos de estada na América Central e Meridional, êle colheu materiais para publicações que se sucederam por vinte anos.

Mas Humboldt não é apenas um naturalista e um viajante, é um geógrafo de uma amplidão de vistas que raramente se encontrou depois. Cabe-lhe incontestàvelmente o mérito de haver sido o primeiro que achou e explicou os dois princípios essenciais que fizeram da geografia uma ciência original, outra coisa que não um composto de ciências físicas e biológicas.

Qualquer que seja o fenômeno que estude, relêvo do solo, temperatura, vida vegetal, Humboldt se não contenta com encará-lo, com tratá-lo como geólogo, como meteorologista ou como botânico; seu espírito filosófico vai mais longe: dirige-se imediatamente para os fenômenos que o meio em que se encontra oferece à sua observação; sobe até as causas e desce até as mais longínquas conseqüências e abrange mesmo fatos políticos e históricos.

Ninguém mostrou de modo mais preciso como o homem depende do solo, do clima, da vegetação, e como a vegetação é função dos fenômenos físicos e como êles próprios dependem uns dos outros.

A êste primeiro princípio, que se poderá chamar o "princípio da causalidade", Humboldt acresce, um outro, que se poderá chamar o "princípio da geografia geral". Quando fixa sua atenção sôbre um problema geológico, biológico ou humano, êsse grande espírito não fica absorvido na contemplação do fato local; lança seus olhos para outras regiões em que se observam fatos análogos, e é sempre uma lei geral, válida em tôdas as circunstâncias semelhantes, que êle procura encontrar.

O estudo de nenhum ponto lhe parece independente do conhecimento do conjunto do globo.

A aplicação dêste princípio foi a derrubada definitiva da barreira que separa a geografia regional da geografia geral, a aproximação dêsses dois ramos de uma mesma ciência e sua recíproca fecundação. No dia em que se compreendeu a significação, a geografia moderna surgiu.

A obra de Humboldt infelizmente é desproporcionada com a influência que êle exerceu, ao menos, na geografia. Suas obras, de natureza puramente científica, eram destinadas aos sábios; ficaram por muito tempo desconhecidas do público geográfico. Foi no mundo dos naturalistas que êle en-

controu discípulos, sobretudo, na França, onde estêve largo tempo e onde publicou uma parte de seus trabalhos.

Ao contrário, a influência de Ritter sôbre os geógrafos é evidente na Alemanha, desde a primeira metade do século XIX e mesmo na França é mais sensível que a de Humboldt.

O princípio da geografia geral foi êle quem melhor o focalizou.

O grande mérito de Ritter é antes haver sentido e formulado nìtidamente os princípios que Humboldt aplicou, do que os haver enunciado dogmàticamente.

A posição mundial (Weltstellung) é para Ritter o primeiro fato que se deve encarar no estudo de um país qualquer que seja.

Não menos vivamente sentiu Ritter o princípio da causalidade mas é preciso se reconhecer que nem sempre soube aplicá-lo. Freqüentemente a sua geografia permanece descritiva e sem ligação com os fatos sociais e históricos, sôbre os quais insiste.

O homem que mais o influenciou foi Herder. O que se chama a *idéia teleológica* domina tôda a sua obra: a Terra é-lhe o teatro da atividade humana, o homem nêle desempenha o mesmo papel que a alma no corpo.

A influência de Ritter foi muito grande, na Alemanha, sobretudo; é ainda notável, e o atual movimento de delimitação da geografia se inspira em suas idéias matrizes. *EMM. DE MARTONNE* — (*Traité de Geographie Physique,* vol. I; ed. Armand Colin; Paris; 1925).

★

O que significa "carioca"?

Respondendo a uma consulta que lhe fôra dirigida sôbre o que significa a palavra "carioca"; porque foi dado êsse nome aos nascidos no Rio de Janeiro; se seria por causa do rio Carioca, que vinha desaguar no Flamengo; se o dito nome se dá apenas aos naturais desta cidade, ou de todo o Distrito Federal, etc., o professor Domingos Barbosa firmou para o *Jornal do Brasil,* desta capital, autorizada opinião em que afirma: — Para mim, nenhuma dúvida há quanto a não ter o vocábulo "carioca" vários dos significados que lhe emprestam.

Resta decompor a palavra, separando os dois elementos túpicos que nela se aglutinam, para ver qual o seu valor.

Cari é, não "branco" como supõem alguns, mas sim "o poderoso", "o que manda", "o que governa", e *oca* é "casa".

"Carioca", pois, quer dizer "casa do que governa, do que manda", designação dada, muito provàvelmente, pelos selvícolas de antanho ao local em que residiam os portuguêses, primeiros moradores da cidade e representantes da autoridade de El-Rei.

E' o que diz, entre outros, Cristóvão de Mauricéia, no seu excelente trabalho *Nomes geográficos aborígenes.*

Por extensão, da terra o nome passou à gente. E também ao curso d'água, como sugere o general João Borges Fortes, no seu valioso ensaio relativo ao tupi na corografia do Rio Grande do Sul.

Destarte, "carioca" é substantivo que nomeia os que nascem no território de todo o Distrito Federal, e é adjetivo que qualifica tudo quando é do aludido Distrito.

Substitui, assim, para os dois efeitos, a palavra "fluminense", que outrora designava, simultâneamente, "quem" era e "o que" era, assim da então Côrte ou Município Neutro, como da Província do Rio de Janeiro.

Hoje, "fluminense" se diz sòmente para falar de "quem" e do "que" é da antiga Província, ora Estado, ainda que esta cidade continue a ser chamada Rio de Janeiro, de cujo nome em latim (*flumen,* rio) vem aquêle adjetivo gentílico, concluiu o professor Domingos Barbosa.

★

Observações geográficas durante uma viagem em avião de Buenos Aires ao Chile sôbre os Andes

O Pampa é uma dessas paisagens que só são realmente vistas de avião; percorrê-la pela estrada ou pela via férrea deixa sobretudo uma impressão de céu imenso; a terra desaparece, reduzida a um horizonte curto e raso, limitado por arames farpados circundando a larga pista empoeirada indefinidamente reta.

Vista de avião, a terra torna-se grande, coberta do quadriculado oblíquo dos campos, dispostos segundo uma

geometria monótona numa planície de uma perfeita planura sem nenhum acidente físico, nem montanhas, nem florestas, sòmente alguns quadrados de eucaliptos em redor das fazendas; nem rios, o último curso de água que se atravessa é o Tigre, logo na saída de Buenos Aires. Em seguida, nenhum vale até à vizinhança da cordilheira, perto de 600 quilômetros. A monotonia é tal que o pilôto, apesar de numerosas travessias, navega usando a radiogonometria como sôbre um mar sem pontos de referência.

Entretanto, operam-se nessa paisagem mudanças progressivas, perceptíveis sòmente de avião graças à altitude (navega-se a 2 500 metros em média), que dá um largo campo de visão e aumenta a capacidade de comparação, e graças à velocidade, que é indispensável para discernir as transformações insensíveis e lentas das grandes planícies, porque ela aumenta o potencial de oposição.

E' fácil reconhecer três Pampas sucessivos: o primeiro, na saída de Buenos Aires, se caracteriza pela côr de seu solo, de um belo negro, uma espécie de "tchernozion", favorável às culturas de cereais, trigo, milho e linho. A estância bem pequena chama-se aqui chácara. E' percebida de longe graças a uma espécie de tôrre blindada, reluzente ao sol, o silo de grãos; ao lado o "galpão", hangares igualmente cobertos de zinco. Aliás o zinco está por tôda parte, sobretudo para o observador aéreo, para quem a casa se resume no teto. Aqui é o reino da fôlha de Flandres que lança clarões de sol a todos os cantos do horizonte.

As estações se esparsam a distâncias e iguais, rodeadas de pequenos burgos todos idênticos; não longe da estação se erige o elevador de grãos sempre de zinco ao lado, uma praça e ruas geométricas. As casas das cidades são tôdas dispostas em quadrados ao redor de um pátio interior, à maneira do pátio espanhol, dispositivo que não apresenta jamais a casa brasileira, copiada da habitação portuguêsa.

Os campos são bastante retalhados mas sempre geométricos e em filas alinhadas no sentido nordeste-sudoeste; o quadriculado agrário é bastante cerrado. Visto de um avião, o Pampa não parece o país da grande propriedade; aliás não se vê a propriedade mas a explotação, e esta se estende a mais de 100 hectares e é confiada a um fazendeiro. E' ela que faz a unidade do povoamento quase exclusivamente; não há casas de operários, peões. Pratica-se o sistema italiano da ajuda mútua. Não se tem a impressão de uma agricultura moderna de tipo americano do norte, com máquinas e confôrto. Os fazendeiros praticam uma economia tão fechada quanto possível.

Mas eis que o negro da terra se clareia, faixas amarelas, cada vez mais visíveis e cerradas a percorrem, logo aparece na extremidade do Pampa negro, o Pampa amarelo. Passa-se a fronteira da província de Santa Fé. Os campos diminuíram progressivamente, aqui se estende o prado, ou melhor, a forragem artificial, a luzerna e a alfafa. E' também o reino do arame contornando os quadrados de erva ou "potreiros". Nos ângulos das terras, poças de água arredondadas, brilham ao sol, rodeadas do seu colar de zinco, são tanques-bebedouros; em geral há um tanque para quatro "potreiros". As estâncias mudaram de aspecto; são mais espaçosas; ao redor, as casas dos peões são mais numerosas. Há menos silos de grãos: são substituídos por moinhos de vento para elevarem a água aos bebedouros. As estações possuem parques para os animais, currais em lugar de elevadores; os burgos que os rodeiam são menores; alguns não têm nenhuma aglomeração e tomam nomes de distância e não nomes de lugares; Quilômetro 32, por exemplo. As vias são pouco visíveis, pois sem calçamento são invadidas por capim e não podem, assim, servir de meio de orientação para o avião. A direção geral nordeste-sudoeste, se mantém impressionante através os campos; entretanto, algumas cidades parecem libertadas. A direção das ferrovias ou estradas, este-oeste serviu de base a outro plano procedente da estação que não se ajusta às linhas oblíquas dos campos.

No Pampa negro, as cidades parecem ainda mais dominadas pelo geometrismo do campo; no Pampa amarelo, há uma luta entre as direções agrárias e as direções das comunicações. Estas, que são mais recentes do que os limites das propriedades, triunfaram ainda mais no interior. Há aliás curiosas aglomerações apresentando as duas direções com um quarteirão da estação este-oeste e um quarteirão dos campos nordeste-sudoeste.

O avião continua a cortar obliquamente tôda a paisagem campestre, e esta paisagem que não se atravessa nem perpendicularmente, nem paralelamente, acaba por provocar um certo mal-estar, procura-se em vão a causa.

Mas eis que se prepara um novo Pampa, o terceiro; faixas de areias claras, em sulcos ou em dunas separadas, cortam a relva do solo; elas se levantam sob o vento e sem dúvida se deslocam, como testemunham os trabalhos de defesa, linhas de bambuzais ou plantações de acácias. Poder-se-ia chamá-lo: Pampa móvel. Essas dunas estão alinhadas no famoso sentido nordeste-sudoeste. Assim, o grande geometrismo agrário não aparece sòmente como uma direção humana, mas é também uma direção natural. Há uma relação com os ventos: o pampeiro ou minuano que sopra, em sentido inverso, do nordeste.

Convém pensar que o paralelismo dos campos tenha sido ordenado originàriamente pela separação dos bancos de areias inférteis? Em todo o caso êste paralelismo se interrompe para leste na zona onde as areias são menos abundantes.

Assim os ventos são os soberanos do país, e talvez mesmo da paisagem campestre. Todavia a água não falta; entre as dunas há fundos pantanosos e mesmo lacustres, os "esteros". São o resultado de depressões cavadas pelos ventos.

As águas, na ausência de tôda a drenagem por vales, concentram-se nesses centros eólios. As chuvas não obstante seriam suficientes para constituir uma rêde hidrográfica; deve ter mesmo existido outrora, e muitas dessas areias são devidas ao trabalho dos ventos nos antigos aluviões, mais ou menos deltaicos, provenientes da cordilheira. O vento destruiu a paisagem fluvial.

A região é muito mais sêca, as estâncias mais vastas e mais raras; é sobretudo o domínio dos pastos de carneiros. Nas faixas arenosas e pantanosas sem apropriação, bandos de flamengos róseos ou de *aigrettes* brancas levantam vôo quando ouvem o avião, sobretudo ao redor do maior dêstes lagos o Mar Chiquito; vêem-se mesmo alguns "nandus", êsses pequenos avestruzes cinzentos da América do Sul.

O avião sobrevoa já um meio deserto, a *travessia puntana*, no sul da província de São Luís. Mas eis que surge a oeste dêste Pampa móvel um alto muro estreito e rochoso, em espigão, a serra de São Luís, a primeira altitude depois de 600 quilômetros. No meio desta crista, uma porta, uma *cluse* e a este desta *cluse* uma cidade, São Luís, sempre geométrica em seu plano, mas bem diferente das aglomerações sobrevoadas anteriormente. O zinco quase desapareceu, substituído pela telha redonda, mediterrânea; aliás, a praça, dominada por uma velha igreja em estilo colonial, indica maior antigüidade.

E' necessário lembrar que na Argentina, ao contrário do Brasil, a conquista e a colonização caminharam do interior para a costa, vinda do Peru e dos Andes, e não do Atlântico.

De outro lado da *cluse*, para oeste, aparece uma paisagem diferente. Não é mais o Pampa, mas uma paisagem de relva, um *maquis de broussailles lâches, jarilla* ou *chanar*, dando ao solo um aspecto de pele de tigre; dá-se-lhe o nome de *monte*, quer dizer, floresta, mas uma pobre floresta, instalada num solo esbranquiçado de crosta calcárea gretada, a *tosca*. A secura aqui é bem mais acentuada que no Pampa, não obstante no meio dêste deserto reaparecerem os rios, ou pelo menos os vales.

Isto lembra um pouco o que se observa no sul algeriano, onde, depois de se atravessar o Atlas saariano, penetrando-se no verdadeiro deserto, encontra-se também uma drenagem. Aqui há mesmo vales de meandros, mas a água é substituída por bancos de areia micácea refulgindo ao sol e escondendo sua natureza. Aliás o rio chama-se Desaguadero, "despojado de água". Há também algumas placas brancas, que são lagos salgados, ou salitrosos, um sobretudo, bastante vasto, rodeado de uma auréola que escurece para o centro, indo do branco ao castanho avermelhado, é o lago Bebedero; dir-se-ia uma vasta concha de ostra com suas coroas de madrepérola. Está completamente sêco: estamos em outubro, no fim da estação sêca.

Em todo lugar o *maquis* continua vazio, sem habitações; o *monte* é todavia o domínio das cabras, mas êstes rebanhos foram para o Chile durante a sêca.

No meio dêstes desertos aparece bruscamente uma surprêsa: um quadrado verdejante, embelezado de pontos róseos, e cercado por regos geomé-

tricos de irrigação e altas cêrcas de álamos pontudos. Logo êstes quadrados multiplicam-se, cerram-se; é o oásis de Mendoza, que utiliza as águas dos rios Salado e Tunuyan de tal maneira sangrados, que se percebe seus leitos ùnicamente arenosos. O verdor é constituído por vinhas e os pontos róseos são os pessegueiros e damasqueiros em flor. No meio desta paisagem de sábia irrigação, algumas bodegas mostram suas grandes adegas cooperativas e seus secadouros de frutas. A cidade de Mendoza aloja seus 150 000 habitantes em casas baixas com terraços, revestidas de um manto empoeirado uniforme.

Fica-se de tal maneira surprêso pelo verdor em pleno deserto que se deixa de olhar o céu onde, entretanto se desenvolve uma espécie de aparição, uma alta muralha, orlada de uma crista tôda branca e denteada: os Andes. Êles se elevam bruscamente, sem patamar; aparecem sem contraforte, mantendo-se numa altitude uniforme de 6 000 metros, algumas cristas altas, mais elevadas, sobrepujam-nos.

Na saída de Mendoza, não se alcança logo a cordilheira; sobe-se para o norte seguindo um formidável cone de dejeção, vasta esplanada no sopé, na qual torrentes, atualmente sêcas, talham ravinas extremamente profundas e estreitas, separadas por arestas que se desfazem. Cortando estas ravinas, um espigão longo e estreito, quase inteiramente soterrado, deixa ultrapassar êste mar de detritos de rochas, como recifes alinhados.

Alcança-se o rio Mendoza no lugar onde êle vara a verdadeira cordilheira; aí se encontra um outro oásis, Uspallata, o último antes do Chile, aliás muito pequeno, instalado num lago morto, entulhado de seixos e suspenso acima da região baixa. Tudo se passa como se a Cordilheira estivesse ainda em via de aparecimento e isto explica a presença dessas altas bacias senis, tão freqüentes na vertente argentina.

Nós estamos já a 4 000 metros e subimos o vale do Mendoza, bastante largo, entulhado de detritos de declive. A ferrovia do transandino passa pelo fundo do vale, marcada por longos hangares destinados a proteger os trens das numerosas avalanches sêcas que descem os declives desérticos.

Eis a última estação argentina, Puente del Inca; numa reviravolta do avião, aparece todo o maciço do Aconcágua, o "pai da montanha", com seus 7 200 metros. Êle se projeta como um vasto triedro enquadrado por três línguas glaciárias; a de leste mais longa, parece cinzenta e coberta de morainas e detritos. Passamos rentes às nevadas, curiosamente esculpidas pelos ventos.

A fronteira não segue os altos cumes; o Aconcágua é inteiramente argentino, o colo, o Paso de la Cumbre, é marcado por uma grande estátua de Cristo, que se ergue a mais de 4 000 metros de altitude.

Descemos pela vertente chilena; não há mais altas bacias suspensas, mas aqui a montanha é decomposta pelos profundos entalhes dos vales; uns, sobretudo os mais altos, são típicos vales glaciários, em calha, com pequenos lagos nas cabeças de circos; barragens (*verrous*) marcam as confluências dos vales suspensos; suas águas que vêm das geleiras, são mais límpidas, menos carregadas de aluviões, elas lhes valeram nomes tais como Rio Claro, Rio Branco, Rio Limpo. Os outros penetram menos na montanha, são alcançados mais a jusante; suas nascentes são como que inícios de torrentes, seus declives escarpados impedem às vêzes a visão das águas, que correm no fundo; aliás estas mais carregadas de aluviões, mereceram os nomes de Rio Colorado ou Rio Negro.

A grande diferença entre as duas vertentes não está sòmente no relêvo muito mais recortado do lado chileno, mas também na vegetação. Não é entretanto a floresta, pois só aparece muito mais ao sul, aqui é um *maquis* de acácias, as *espinas*, muito mais verdes do que o *chanar* argentino. E' verdade que no Chile encontramos o fim da estação chuvosa. O gado é abundante, há uma apropriação pastoril revelada pelos longos paredões de pedras sêcas correndo sôbre cristas. Observam-se, múltiplas cabanas de pastôres; estas se dispõem, aliás, a partir para a Argentina onde começa a estação chuvosa que está terminando no Chile. Notam-se pistas de gado, verdadeiras trilhas, que se dirigem para a montanha.

O domínio das vertentes cobertas do *espinal* se opõe a pequenas bacias que se abrem bruscamente nas embocaduras dos vales selvagens; são admiráveis planícies de montanhas cobertas de pequenas casas, pequenas cidades de aspecto antiquado, valados de campos silvestres e sinuosos tão diferentes da geometria argentina, por todo

lado árvores frutíferas, canais de irrigação, imagina-se estar sobrevoando as pequenas planícies provençais. E' a bacia de São Filipe, Los Andes, onde a densidade atinge quase 100 habitantes por quilômetro quadrado.

Abandona-se esta bacia encantadora para ultrapassar a última crista de *espinal,* a cuesta de Chacabuco. Então aparece o Pacífico verde-azulado que emerge acima da cordilheira costeira.

Mas já estamos descendo nesta planície central, longo sulco de afundamento que constitui o núcleo do Chile; o entulhamento aluvionar tornou-a uma rica zona agrícola. Os vales a atravessam sem aí se instalarem; descendo os Andes, êles se escoam contra a Cordilheira litorânea, entalhando-a em gargantas selvagens. Aqui está precisamente o Mapocho que abandona um vale selvagem em V e estende um largo cone de dejeção de declive escarpado; é por êle que começa a extensa planície central.

Santiago do Chile, a capital aí está situada comandando a porta norte do verdadeiro Chile. No meio do cone aluvial, alguns testemunhos, sem dúvida pequenas barragens (*verrous*) glaciárias, fixaram um castelo, em redor do qual se estende a grande cidade de ruas geométricas com casas de tijolos, muito baixas e sem sobrado por causa dos tremores de terra. Para oeste, avista-se o Mapocho que desliza para o Pacífico, por outra *cluse* em V. O campo de aviação situa-se aí como uma ilha herbácea no meio de maravilhosos campos de irrigação.. (*Conferência pronunciada pelo Prof. Pierre Deffontaines, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, em Curitiba, em 1937, e publicada no "Bulletin de la Societé Belge d'Études Géographiques", tomo, IX, n.º 1, 1939).*

★

Ouro do Brasil

Conhecida a importância do ouro na história do Brasil. Causou fenômenos de ordem econômica, social, política e histórica. Constituiu, desde cedo, o eixo das nossas relações econômicas com a antiga Metrópole, cerceando o crescimento da colônia incipiente e enricando Portugal. Socialmente, o surto aurífero das Gerais provocou u'a migração colossal, que viria modificar a demografia colonial no II século. No plano político veio despertar surtos nativistas precoces — como o da Inconfidência — e concorrer para estreitar ainda mais os laços de submissão compulsória do *lado de cá,* ao *de lá.* Dentro da história, finalmente, determinou roteiros imprevistos, caracterizando decisivamente uma fase da nossa evolução.

Achamos interessante qualquer nova contribuição que venha trazer ao esclarecimento do assunto — ouro, lastimando mesmo que não haja ainda, êste metal, inspirado a obra de fôlego açambarcadora do tema sob os seus múltiplos aspectos. O ciclo do ouro aguarda o seu intérprete, aquêle que reúna e sintetize, orgânicamente, o copioso material informativo acumulado pelos cronistas e historiadores do nosso país.

Estas idéias nos foram despertadas pela leitura de um artigo do Sr. Daniel de Carvalho, publicado no *Jornal do Comércio* de 3-9-44, sob o título "O ouro do Brasil colonial".

Inicia o articulista, dizendo que "a descoberta e a exploração dos ricos depósitos de ouro aluvionar no planalto brasileiro exerceram, no século XVIII, considerável influência na economia e nas finanças do mundo ocidental.

"O ouro brasileiro alterou a *ratio* entre o ouro e a prata, completou o fim do regime de trocas, substituído definitivamente pelo da moeda, estabilizou o mil-réis lusitano durante um século, determinou a preferência britânica pelo ouro como padrão monetário, mudou de Amsterdam para Londres o centro financeiro internacional, acelerou o crescimento das indústrias inglêsas, holandesas e francesas, acentuou a revolução altista no preço das utilidades e ativou o desenvolvimento do comércio entre as nações."

Diz adiante:

"Montesquieu escrevera, por volta de 1728, um opúsculo acêrca do ouro da América, incluindo-o 20 anos depois no seu famoso tratado sôbre *Espírito das Leis.* Já naquele trabalho se mostrara impressionado com a abundância de ouro extraído do Brasil, vaticinando, com segura visão dos fatos econômicos, que tamanha quantidade de ouro havia de forçosamente acarretar o decréscimo do ganho dos mineradores e diminuir gradualmente o interêsse na exploração das minas.

Montesquieu declara em nota que, segundo o inglês Anson, (refere-se ao almirante George Anson) a Europa recebia do Brasil anualmente dois milhões de libras esterlinas em ouro, mostrando assim como crescera esta exportação da data do opúsculo à do livro".

A produção do ouro no Brasil continuou, como é sabido, a crescer até 1770, início da fase da decadência a qual só se acentuou a partir de 1780.

Prosseguindo, refere-se a Portugal:

"Em Portugal a abundância do ouro embarcado nas frotas do Brasil determinou sensíveis transformações de ordem política, administrativa, social, moral, econômica e financeira.

Com êle não se fêz só a construção do mosteiro de Mafra, do Palácio das Necessidades e de outros edifícios monumentais, nem com êle só se reergueu Lisboa destruída pelo terremoto, mas, na realidade, se reconstruiu todo o Reino, na expressiva frase de Oliveira Martins.

No Brasil, a caudal de ouro arrastou para o sul as populações e a sede do govêrno, transferida da Bahia para o Rio de Janeiro, absorveu capitais e braços da indústria açucareira do Norte na fase deficitária desta pela baixa do preço e pela concorrência das Antilhas e depois reanimou-a com a alta que provocou, atraiu a imigração branca e aumentou enormemente a africana, rasgou caminhos em tôdas as direções, disseminou núcleos demográficos por vastos territórios, alargou e demarcou as nossas fronteiras, edificou cidades, fomentou a agricultura, o comércio e as indústrias e, finalmente, criou uma arte, uma literatura, uma civilização no interior do país, entrelaçou o norte com o sul e deu unidade à idéia e ao sentimento nacional, preparando-o à independência política e abrindo largos horizontes ao futuro da nacionalidade.

Multiplicaram-se pelo sertão os núcleos demográficos, afirmando Luís Camilo que mais da metade de nossas vilas e cidades tiveram suas origens na mineração que transportou para a região das *minas gerais* "o centro da cultura e da liberdade de espírito que se tornou também, sob o influxo da civilização do ouro, o foco de mais intensa irradiação intelectual e de maior diversidade e riqueza de elementos nas artes e nas letras".

Um exemplo servirá para evidenciar como o fenômeno da exploração das minas no centro do país repercutiu por todos os quadrantes do território pátrio.

As *minas gerais* (Ouro Prêto, Mariana, Sabará; Caeté, Sêrro, São João d'El-Rei, etc.) dependiam para o seu abastecimento do gado do Piauí e de outras zonas do norte e do nordeste, e, para se libertar do monopólio dos senhores dos currais do São Francisco, apelou o conde de Assumar para a criação bovina nos campos do sul.

Êsse capitão-general, receoso de que o potentado Manuel Nunes Viana embaraçasse a descida do gado dos currais da Bahia, assegurou em 1719, aos criadores da região de Curitiba, um consumo anual de 18 000 cabeças na zona de mineração."

Focalizando um outro ponto do assunto, escreve:

"O exemplo de influência das minas de ouro, e também das de diamantes, na pecuária do Brasil, desde o Piauí até o Rio Grande do Sul, poderia ser estendido a outros ramos de atividade, visto como os fatos justificam plenamente o conceito de Contreiras Rodrigues: "O grande e exigente mercado das Minas Gerais consumiu as riquezas produzidas em tôda a colônia durante um século."

Para fugir ao perigo das asserções absolutas, e procurar, tanto quanto possível, ser exatos, emendaríamos apenas o final da frase para — "consumiu a maior parte das riquezas" porque assim excluiríamos a exportação de açúcar, algodão, couros, pau-brasil, azeite de peixe e outros artigos, cuja produção foi aliás estimulada pela alta de preços provocada pelo ouro e sustentada graças a capitais adquiridos no comércio com as minas.

Com efeito, se poucas fortunas, relativamente, ficaram nos centros de exploração aurífera, numerosas, entretanto, se formaram no litoral e em pontos distantes à custa do ouro extraído pelo esfôrço dos mineradores.

Os que mais lucraram com o ouro das minas foram no Brasil os comerciantes de escravos, de animais, de sal, de secos e molhados, e os criadores e invernistas.

E conclui, da seguinte maneira:

"Não admira, pois, que datem do século XVIII os mais suntuosos templos e solares da Bahia e os monumen-

tos de mais alto valor artístico no Rio de Janeiro (Igrejas da Glória do Outeiro, do Carmo, de São Francisco, obras de talha do Mosteiro de São Bento, obras do Mestre Valentim e outras).

Conhecem-se, portanto, os efeitos que as minas tiveram não só no Brasil como no mundo.

Ainda está, todavia, para ser levantada a estatística da produção e do comércio do ouro no Brasil colonial."

*

Limnologia e biologia das lagoas e seus afluentes no litoral sul-riograndense

No litoral sul-riograndense, desde o município de Tôrres, no litoral do Estado de Santa Catarina até o extremo sul do país, estende-se uma cadeia de lagoas de particular interêsse hidrobiológico, — afirma o Sr. Herm. Kleerekoper, limnologista da Divisão de Caça e Pesca, em trabalho publicado no *Boletim* do Ministério da Agricultura, ano 31, n.º 12, dezembro de 1942. — Tôdas essas lagoas estão em comunicação direta ou indireta com o mar, recebendo, na sua maioria, afluentes mais ou menos importantes do interior do Estado.

O grande interêsse que essas lagoas oferecem ao hidrobiologista está não sòmente na variação ecológica que se encontra nessas águas (água doce e água salobra são alternativamente encontradas), como ainda na riqueza de sua flora e fauna, na sua importância como locais de desova e desenvolvimento de várias espécies de peixes marítimos e na sua localização numa zona que, biogeogràficamente, deve ser considerada transitória entre a bacia amazônica e a do Prata. O fato de que a grande maioria dessas lagoas ainda não sofreu perceptíveis modificações provocadas por poluição, navegação, etc., torna-se ainda mais favorável para estudos de envergadura, estudos propícios para fornecer-nos importantes dados inéditos sôbre a limnologia e a biologia das águas sulinas.

Com êsses objetivos iniciou a Divisão de Caça e Pesca, em junho de 1941, um intensivo estudo dessas águas, abrangendo observações, as mais completas, sob todos os aspectos ecológicos e biológicos.

Já em publicações anteriores o autor frisou que condições ecológicas e biológicas, tanto aquáticas quanto terrestres, sòmente podem ser estudadas com real proveito científico e prático, quando são reconhecidas como produto de numerosos fatôres: geológicos, climatológicos, físicos, químicos, históricos, genéticos e biogeográficos, que devem ser considerados em seu indivisível conjunto. Êsse moderno conceito encontrou sua expressão nas resoluções dos congressos da Sociedade Internacional de Limnologia e dos da American Limnological Society, segundo os quais a limnologia abrange o estudo de todos os fatôres ecológicos e biológicos, gerais ou especiais, das águas interiores. Êsse esclarecimento servirá para dissipar dúvidas, ùltimamente surgidas, quanto à competência da limnologia de concentrar-se no estudo da biologia da fauna e flora aquáticas ao lado dos problemas puramente ecológicos .

Os estudos em andamento nas lagoas litorâneas do Estado do Rio Grande do Sul tiveram, inicialmente, os objetivos gerais acima expostos. Entretanto, logo em seu início, uma importante verificação de caráter essencialmente prático e ainda de considerável interêsse biogeográfico e ecológico fêz com que o programa de estudos, originalmente orientado no sentido de observações gerais, fôsse modificado, para que o aproveitamento prático e econômico da referida verificação pudesse ser o mais rápido e eficiente possível. Constatou-se a existência, em parte das mencionadas lagoas, do peixe-rei de água-doce que, pelo importante papel que exerce na economia argentina, desde há muitos anos tem sido objeto do crescente interêsse dos técnicos nacionais. Por várias vêzes importações de alevinos e ovos embrionados, procedentes da Argentina, foram feitas, sem, entretanto, darem origem à tão cobiçada criação dessa espécie em águas brasileiras.

Mais adiante, esclarece aquêle técnico da Divisão de Caça e Pesca:

A identidade da espécie de peixe-rei ainda não foi estabelecida com certeza; entretanto, trata-se de *Odonthestes bonariensis* C. V., a espécie predominante na criação argentina. Numerosas outras espécies de peixes aguardam também identificação.

Os volumosos dados até agora coletados, durante os 18 meses de quase ininterruptas observações e sua inter-

pretacão, são objeto de uma série de publicações que se dividem, de acôrdo com o seu caráter, em ecológicas, biológicas, experimentais e sistemáticas e que, em breve, serão dadas à publicidade — informa o Sr. Kleerekoper.

★

Engenheiros geógrafos

Comentando as sugestões apresentadas, pelo Conselho Nacional de Geografia, ao Sr. ministro da Educação, no sentido de que na futura reforma do ensino superior seja feita a separação das cadeiras de geografia e de história e criada, na Escola Nacional de Engenharia, uma classe de engenheiros goedesistas, o professor Backheuser firmou para o *Jornal do Brasil,* desta capital, a seguite nota em que expôs a sua autorizada opinião sôbre o assunto.

A geografia já tem bravos defensores que se doem pelas ofensas que lhe fazem, e, galhardos, tiram a durindana em defesa de sua dama, — afirma o Prof. Backheuser.

Tempo houve, e não longe, em que se entendia por estudo de geografia a arte de decorar um ror de nomes, saber onde ficavam as capitais dos países, por onde corriam as linhas de fronteiras, pedacinho a pedacinho, e as áreas das bacias fluviais. Passou êsse tempo. A geografia entrou a ser matéria de raciocínio, com deduções, premissas e conclusões. Uma ciência enfim.

Essa noção custou a chegar ao Brasil. Meia dúzia (seriam tantos?) de pioneiros se esforçaram na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, então nos andares altos da Ucharia do Paço, aí pelo primeiro quartel do século XX, cercanias de 1920, em esclarecer essas coisas. Ouvidos moucos.

Hoje já não é assim. O Conselho Nacional de Geografia, sob a alta orientação do embaixador Macedo Soares e a direção efetiva de Cristóvão Leite de Castro, sabe dar alarma nos casos de necessidade. E há quem lhe preste ouvidos... Pela resolução que tomou o número 156 e vem de ser divulgada pelas fôlhas diárias, aquêle Conselho acaba de endereçar ao Sr. ministro da Educação um apêlo para que na futura reforma do ensino superior se restabeleça a separação entre o curso de geografia e o de história. Nada mais justo. O especialista de uma, principalmente na feição moderna que tomaram em regra o não é da outra.

Ora, sucede que no *curriculum* atual das faculdades de filosofia a porção que cabe à geografia no curso de Geografia e História é, afinal, o das águas furtadas do edifício cujos pavimentos nobres, estão ocupados pela história. Há apenas três cadeiras de geografia. física, humana e do Brasil, esta lecionada em um único ano, três vêzes por semana, quando a matéria precisa, evidentemente, de mais espaço. Do mesmo modo as duas outras. A geografia física abarca conhecimentos de geologia, de geomorfologia, de meteorologia, de oceanografia, de cosmografia, de cartografia, de geodésia. Igualmente a geografia humana: qualquer de suas extensas divisões — geografia cultural, geografia política, geografia econômica — é vastíssima.

Um "geógrafo" moderno não se fabrica com dois sopapos de barro em um tecido de palmeira como as casas dos "jecas" no interior. Precisa sólidos alicerces. As estreitas ligações da geografia com outras e variadas ciências exigem que dessas outras ciências o geógrafo, sem nelas se especializar, tenha bons conhecimentos. Isso só se consegue multiplicando as disciplinas a serem aprendidas nos cursos de geografia. Essa necessária sub-divisão, porém, é incompatível com a permanência anacrônica da xifopagia da geografia e da história.

A reclamação do Conselho Nacional de Geografia é, pois, de justiça e terá de ser atendida.

* * *

Uma vez com a mão na massa o Conselho sugeriu, à guisa de complemento, de haver na Escola Nacional de Engenharia um curso especial para a formacão de uma nova classe de engenheiros à qual propõe dar o nome de engenheiros *geodesistas*.

O título de *"engenheiro geógrafo"* sempre foi motivo de mau estar para os engenheiros civis. E com razão. Êsse "crachá" da engenharia (mero crachá) era obtido uma vez alcançada a aprovação no último exame do 3.º ano do curso da velha Politécnica. Muitos dos que venciam êsse terceiro ano, principalmente quando maus alunos, se contentavam com o crachá. Ainda que crivados de reprovações,

passavam a ser engenheiros. *Engenheiros, tout court.* Cortavam, apressados, o qualificativo "geógrafo" e entravam a concorrer, ainda que sem qualquer direito, com engenheiros de verdade, nos trabalhos públicos e particulares. Era uma rasteira. Isso prova que o título de "engenheiro geógrafo" precisava ser abolido.

Havendo, porém, para os trabalhos de campo, conveniência de existirem "operadores" sem mais profundos conhecimentos da carreira de engenheiro, convinham todos em ser dado a essa gente um título no qual, porém, não figurasse a astuta palavra que se prestava aos passes de mágica: engenheiros. Vários alvitres foram lembrados. O último divulgado, e êste amparado pelo prestígio do meu brilhante colega professor Maurício Joppert, lembra de se os chamar apenas de "geógrafos". Mas "geógrafo", sem mais nada, também não está certo, porque "geógrafo" é hoje em dia, por consenso geral, qualquer coisa mais do que o simples levantador de plantas topográficas, ou do que o homem que sabe determinar latitudes, longitudes e altitudes, ou mesmo mais do que quem possa lançar uma rêde de triangulação.

Longe iríamos se, em um curto comentário, do tamanhozinho dêste tentássemos esclarecer com minúcias o que é ser geógrafo. Precisa-se saber tantas coisas mais que só topografia, física e geodésia, que seria ridículo conceber um "geógrafo" como sendo capaz de realizar tarefa de geógrafo, desde que se lhe pusessem nos dedos os parafusos de um teodolito.

A proposta do Conselho Nacional de Geografia apresenta uma solução feliz. Chama-os, a êstes, de engenheiros geodesistas. Caso pareça aos engenheiros civis inconveniente o título camuflável de "*engenheiro geodesista*" que se os designe então simplesmente por "topógrafos e geodesistas". Nunca, porém, por "geógrafos". Ninguém, fora do Brasil, compreenderia esta designação no sentido que lhe querem aqui conferir. — conclui o professor Everardo Backheuser.

★

O Nordeste no Brasil

Diminuem, em regra, as possibilidades econômicas do Nordeste brasileiro. E chegam, não raro, a tratá-lo como incapaz de atingir uma grande produção. Apegam-se, para isto, às sêcas periódicas de sua zona semi-árida. Esquecem tôdas as suas outras grandes vantagens. E essas vantagens existem.

Há, em primeiro lugar, a considerar, a sua excelente posição geográfica. Na América do Sul, o Nordeste não é um fim de linha como a Argentina, onde vai quem tem negócios. É um lugar de trânsito obrigatório para várias importantes carreiras marítimas e aéreas. E essa situação ficou bem acentuada na guerra atual. Além disso, o Nordeste está mais perto da Europa e da África do que qualquer outro recanto brasileiro. E isto, desde que o volume da produção aumente, como é perfeitamente possível, pode redundar em fretes mais baixos e em maiores facilidades para a exportação de produtos pesados, mas de pouco valor por unidade, e dos de fácil deterioração, como ovos e frutas.

Sendo o Nordeste uma espécie de península, e seu litoral é maior por unidade de área do que o de outras regiões do país. Os portos numerosos dispõem-se uns a leste e outros ao norte, o que redunda em maiores facilidades de transporte e reduz, de um modo geral, as distâncias entre os pontos mais afastados e o mar.

A limpidez do céu durante grande parte do ano, a ausência de tufões, as cerrações não muito freqüentes — tornam-no muito apreciado pelos aviadores que encontram aí bom tempo, as mais das vêzes. Isso será um incentivo à aviação que, no fim da guerra, tenderá a tornar-se extremamente vulgarizada.

O Nordeste não é uma planície, um planalto ou uma montanha. Nada de monotonia. Não é parco de chuvas, nem extremamente pluvioso. Não tem o clima quente, nem temperado. No Nordeste há de tudo. É a região das disparidades e dos contrastes.

Possui planícies chatas, que são pampas minúsculos. Planícies onduladas como as do Acre, por exemplo, e a elas muito semelhantes. Planaltos extensos de 500 a 800 metros de altitude. Montanhas íngremes, embora relativamente baixas. Zonas mais chuvosas do que o Rio de Janeiro ou o interior do Estado de São Paulo. Terras outras com média pluviosidade. Raros pontos com chuvas muito reduzidas. Êsse mosaico de microclimas traz uma produção variadíssima. As plantas dos cli-

mas quentes e temperados, dos úmidos e dos secos se confundem. Há ou houve trigais em Garanhuns, Teixeira, Esperança, Campina Grande e Meruoca. Os vinhedos, ainda pequenos, se alastram por aqui e por ali. Os pessegueiros crescem nas montanhas. Os coqueirais põem uma fímbria verde e tatalante nas praias. Os carnaubais sobem as aluviões de alguns rios. Os canaviais enchem, em alguns, trechos, vales e montes. Os cafèzais crescem na Borburema, na Ibiapaba, em Baturité e em outras terras. E o milho, o feijão, os algodoais são de quase todos os pontos. A pecuária encontra aí condições de desenvolvimento não comuns em tôda parte.

Há minérios com extraordinária freqüência. O ferro forma cerros em várias faixas do Ceará, não longe do oceano. Em Chaval, pôrto na foz do Timônia, a mina de ferro vai até quase às praias. Os babaçuais vizinhos fornecer-lhe-ão no futuro o coque de que necessita para a criação de mais uma região siderúrgica brasileira. E ainda pode fornecer minério ao Pará, onde o tratariam com carvão vegetal. Além de ferro, há ouro em exploração em Patos e Teixeira e se exporta mais berilo, tantalita, cassiterita, baritina, fluorita, cheelita, rutilo, espodumina e ambligonita. O litoral é um dos trechos brasileiros com maiores possibilidades para a produção de petróleo.

O Nordeste talvez seja a região mais salubre do Brasil. Alguns de seus pontos são salubérrimos, verdadeiros sanatórios naturais — temperados, enxutos, lavados de sol, não sujeitos a mudanças bruscas de temperatura. Nos planaltos da Borburema, a temperatura é simplesmente deliciosa. Apresenta a máxima de 24 graus centígrados e a mínima de 12º. Daí o rápido aumento da população. Embora a vastíssima Amazônia seja uma conquista nordestina e nordestinos às dezenas de milhares estejam espalhados por todo o Brasil e já ocupem trechos de países vizinhos, a população do Ceará, por exemplo, entre 1920 e 1940 foi uma das que mais cresceu. Nos últimos cinqüenta anos, a população cearense aumentava de 161 %, enquanto a de Minas Gerais aumentava de 114% e a do Estado do Rio de 112%. Ainda hoje os municípios rurais de população mais densa se encontram em terras nordestinas.

O Nordeste, no Brasil, é o maior produtor de açúcar, sal e cêra de carnaúba, é um dos maiores produtores de algodão (segundo lugar), côco, milho, abacaxi e outras frutas tropicais, mandioca e gados. Essa produção tende constantemente a aumentar, mau grado as sêcas periódicas de suas regiões semi-áridas, e aumentará mais depressa à proporção que a técnica fôr corrigindo as falhas da natureza, pois a sêca não é um mal sem remédio. A própria experiência brasileira já fartamente o demonstra.

A açudagem grande e pequena tomou depois de 1930 um aumento verdadeiramente notável. Já são um fator importante na fixação do homem ao solo e no aumento de produção. A sua influência já se tornou sensível às estatísticas.

As culturas das regiões semi-áridas, as "dry land crops" — como as chamam os norte-americanos — podem tornar tão produtivas quantos as mais que agrìcolamente o sejam no país, vastas regiões que hoje pouco fornecem. Essas culturas valiosas, adaptadas ao meio e capazes de fornecer safras vultosas e de grande valor sem os artifícios da irrigação, existem e já contribuem para uma riqueza importante. Resta, apenas, aproveitá-las melhor. Delas pretendo tratar depois, mais demoradamente. Pode-se citar, porém, como lembrete, a carnaubeira, o licurizeiro, o oiticica, o caroá, o algodoeiro mocó e várias outras.

E há êsse grande São Francisco, cujo aproveitamento se inicia. Nêle se fixam os olhos do Brasil inteiro. Espera-se ansioso que o plano que o ministro Apolônio Sales estudou nos Estados Unidos seja pôsto em equação e realizado. Trará energia elétrica abundante e barata e a industrialização de vastíssimas regiões nordestinas já densamente povoadas e dispondo de outros importantes fatôres de produção. Será a transformação do vale do grande rio num Egito mais povoado e fecundo do que o africano, porque às riquezas agrícolas acrescerá as indústrias que a energia hidráulica abundante e barata criará.

Pimentel Gomes

★

Nicarágua

Topografia e clima

A República de Nicarágua confina ao norte com Honduras, ao sul com Costa Rica, ao leste com o oceano Atlântico, e ao oeste com o oceano Pacífico. É o país de maior extensão da América Central, possuindo uma superfície de 150 657 quilômetros quadrados. Fìsicamente divide-se em três partes bem distintas: a oriental, a ocidental e a setentrional. A mais povoada é a ocidental, que compreende um extenso vale encerrado entre a cordilheira dos Andes e a cadeia vulcânica perto da costa, vale êsse em que se encontram os dois grandes lagos de Manágua e Nicarágua. O último mencionado é a mais vasta extensão de água doce existente entre os Grandes Lagos da América do Norte e o Titicaca da América do Sul, tendo uma superfície de 9 500 quilômetros quadrados. O lago Manágua, em cujas margens está situada a capital da República, tem 2 000 quilômetros quadrados de superfície. A parte oriental é uma vasta planície regada por quatro rios navegáveis. A setentrional, por outro lado, é uma região montanhosa, regada por numerosos rios. A abundância de lagos e lagoas justifica o nome de "país dos lagos" aplicado à Nicarágua desde os tempos de Humboldt. O clima apresenta características tropicais, embora a proximidade dos mares, os ventos alísios que sopram do nordeste e as brisas que se levantam dos lagos façam com que o país goze de um dos climas mais sadios da zona tórrida.

É interessante notar que nas águas doces do lago de Nicarágua abundam o tubarão, o peixe espada e o jacaré. Êste singular fenômeno tem sua explicação no fato de que êste lago, da mesma forma que o lago Manágua, formava outrora parte da baía que se prolongava para o interior desde o oceano Pacífico. Grandes erupções vulcânicas deram origem a enormes depósitos de lava que se converteram em uma barreira natural e isolaram uma parte da baía. Ao ocorrer êste cataclismo inúmeros peixes marítimos ficaram presos no lago.

A maior parte da população nicaraguense, que atinge 1 100 000 habitantes, está concentrada, como já se disse, na parte ocidental da República, e quase todo o comércio exterior passa pelos portos do Pacífico. A região oriental da Nicarágua, pouco desenvolvida, com exceção das plantações de bananas e dos campos de exploração da indústria madeireira que se encontram ao longo da costa do Caribe, tem estado bastante separada econômica e fìsicamente da região ocidental, devido à falta de meios de transporte. O govêrno vem procurando, há vários anos, pôr em contacto mais íntimo as regiões leste e oeste do país. Apesar disso, a via de comunicação mais usada é ainda o rio San Juan, o qual é navegável sòmente por embarcações menores e comunica o lago Nicarágua com o mar das Antilhas.

Resenha histórica

Embora o território atualmente comprendido pela Nicarágua tenha sido descoberto por Cristóvão Colombo em 1502, durante a quarta e última viagem que o grande navegador realizou ao Novo Mundo, não começou a ser explorado senão em 1522, ano em que Gil González de Ávila desembarcou em solo nicaraguense e penetrou até o interior do país, partindo da costa do Caribe. O nome de Nicarágua parece derivar-se do de um chefe de uma tribo indígena, chamado Nacarau, o qual recebeu os espanhóis com grande cordialidade. Em 1524, Hermán de Córdoba, sucessor de Gil González de Ávila, fundou a atual cidade de Granada, nas margens do lago Nicarágua, sendo esta povoação por algum tempo a capital da região que a rodeava. Em junho do mesmo ano foi fundada a cidade de León, perto do Momotombo, vulcão situado na margem noroeste do lago de Managuá. Em 1609 León foi destruída por uma erupção do vulcão, construindo-se depois uma nova povoação no lugar que hoje ocupa. Ao ser formada, m 1542, a Capitania Geral de Guatemala, Nicarágua passou a fazer parte da mesma.

Em setembro de 1821, Nicarágua, da mesma forma que as outras quatro províncias da capitania geral de Guatemala, declarou-se independente de Espanha. No ano seguinte encorporou-se ao efêmero império de Iturbide, no México, situação essa que durou até 1823, data em que Iturbide se viu obrigado a abdicar. As cinco províncias centro-americanas resolveram então formar uma federação, porém esta organização política não foi de longa duração. Um a um foram-se retirando os

Estados membros da federação, declarando-se nações independentes. A secessão e declaração de independência da Nicarágua teve lugar em 1838. Mais de uma vez se tem procurado restabelecer a Federação de Centro-América, porém tais esforços não têm tido o êxito anelado.

A Nicarágua contém numerosas relíquias da civilização aborígene que floresceu antes da chegada dos espanhóis, especialmente nas ilhas do lago Nicarágua, nas quais abundam monumentos e outros vestígios do culto e costumes dos indígenas.

Entre os filhos verdadeiramente ilustres da Nicarágua, encontra-se Rubén Darío, considerado como um dos maiores poetas, senão o maior, da América Hispana. Rubén Darío morreu em León, em 1916, sem contar ainda cinqüenta anos de idade. O seu túmulo é venerado na catedral dessa cidade, enquanto que a sua poesia vive e a sua fama se torna mais duradoura com o decorrer dos anos.

Constituição e govêrno

De acôrdo com a Constituição, o govêrno da Nicarágua compõe-se de três Poderes independentes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

O Poder Legislativo reside em um Congresso composto de duas Câmaras: a de Senadores e a de Deputados. Cada um dos treze departamentos em que se divide a República está representado na Câmara de Deputados na proporção de um deputado por 15 000 habitantes, e na Câmara de Senadores na proporção de um senador por dois deputados. Os deputados são eleitos por quatro anos e os senadores por seis. Para ser eleito deputado é preciso ter pelo menos vinte e cinco anos de idade, e para ser eleito senador, pelo menos quarenta.

O Poder Executivo é exercido por um presidente que deve ser natural da Nicarágua e maior de trinta anos de idade. Êste funcionário é eleito por voto popular e o seu mandato dura quatro anos. Para sua eleição deve haver maioria absoluta de votos e caso não seja possível alcançar essa maioria, o Congresso elege o presidente de entre os dois candidatos que tenham recebido maior número de votos na eleição popular. O vice-presidente é eleito da mesma maneira que o presidente. Um gabinete coopera com o presidente no desempenho de suas funções administrativas.

O Poder Judiciário da Nicarágua é exercido pela Côrte Suprema de Justiça pelas Côrtes de Apelação e pelos juízes e outros funcionários que a lei autorizar. A Côrte Suprema está estabelecida na capital, ao passo que as Côrtes de Apelação se encontram estabelecidas em outras importantes cidades do país.

Indústrias principais

Entre os produtos principais do comércio de exportação figuram o café, o açúcar e a banana. Em anos anteriores o café constituía quase a metade de todos os produtos exportados. Embora esta proporção tenha diminuído, a produção e o valor do café têm aumentado. A perspectiva da indústria cafeeira é atualmente mais animadora do que nos últimos anos. A produção açucareira, por sua parte, tem recuperado certa importância, graças à instalação de máquinas modernas, ao melhoramento dos sistemas de cultivo, e à maior rapidez dos meios de transporte. O desenvolvimento das plantações de bananas tem sido considerável, com o conseqüente aumento das exportações.

A Nicarágua é um país que tem grandes possibilidades para o desenvolvimento da pecuária, porém ainda tem de aperfeiçoar a qualidade do seu gado para poder atrair o importador estrangeiro. As grandes riquezas florestais que o país possui não foram ainda tão extensamente exploradas como merecem. O milho, o arroz e o feijão são produtos alimentícios de consumo interno.

Desde a época colonial, a Nicarágua tem sido célebre pela sua riqueza natural. A rápida ocupação do seu território foi promovida em grande parte pelas histórias que circularam entre os primeiros colonizadores a propósito das suas ricas minas de ouro. Atualmente o ouro é cotado a um preço elevado e a sua exploração oferece melhores rendimentos, tendo aumentado a sua produção consideràvelmente durante os últimos anos.

O terreno montanhoso e outros fatôres geográficos permitem a cultura de produtos característicos tanto das

zonas tropicais, como das temperadas. Êstes produtos variam desde as bananas nas terras baixas e quentes, até o café, o milho, o feijão e outros produtos típicos das regiões altas e frias.

Cidades principais

Manágua, situada nas margens do lago de Manágua, é a capital da República. Tem mais de 60 000 habitantes e distingue-se por seus formosos parques e belos edifícios, entre os quais se destaca o Palácio Presidencial e o Ayuntamiento. Embora parcialmente destruída pelo terremoto e incêndio que a assolaram em princípios de 1931, Manágua está sendo reedificada ràpidamente, convertendo-se de novo no centro comercial mais importante da República.

Rivalizando com Manágua em importância e até mesmo em população, as cidades de *León* e *Granada* são centros da indústria açucareira, situadas entre terras férteis de lavoura. Granada foi fundada em 1524 e tem hoje 27 000 habitantes. A sua grande importância durante o período colonial foi devida ao fato de ser o pôrto principal para o então florescente comércio entre a América e a Espanha. Êste comércio fazia-se pelo lago de Nicarágua, à margem do qual a cidade está situada, e passava pelo rio San Juan até chegar ao mar das Antilhas.

León, que se encontra ao norte de Manágua, e foi durante algum tempo capital da República, tem uma população de quase 58 000 habitantes. A capital foi transferida com o andar do tempo para Manágua, devido à rivalidade que existia entre as cidades de León e Granada.

No Pacífico encontra-se *Corinto,* principal pôrto de Nicarágua naquela costa, e ponto terminal da estrada de ferro que comunica as principais cidades com o pôrto. A maior parte do comércio exterior do país passa por Corinto. Na costa do Atlântico, os portos mais importantes são *Bluefields e Puerto Cabezas,* de onde se embarcam principalmente bananas e madeiras.

No interior do país são dignas de ser mencionadas as seguintes cidades: *Matagalpa,* situada em uma importante zona cafeeira, cuja população ascende a 39 000 habitantes; *Chinandega,* com uns 17 500 habitantes; *Jinotega,* com uns 19 000; *Masaya,* com uns .... 17 000 e *Estelí,* com uns 10 000.

Vias de comunicação

A principal via de comunicação é constituída pelo *Ferrocarril Nacional* de *Nicarágua,* estrada de ferro esta que tem um percurso de 275 quilômetros desde o pôrto de Corinto, importante centro comercial da costa do Pacífico, até à cidade de Granada, passando pelas cidades de Chinandega, León, Manágua, Masaya e Diriamba. Dois ramais ferroviários recentemente construídos comunicam, um a cidade de León com a vila do Sauce, com um percurso de 80 quilômetros; e o outro, com 32 quilômetros de extensão, as cidades de Rivas e San Juan del Sur. Nicarágua tem, além disso, várias outras linhas ferroviárias, algumas das quais são de propriedade particular.

Atualmente existem 644 quilômetros de estradas utilizáveis durante tôdas as estações do ano, e uns 805 quilômetros mais que são transitáveis ao cessarem as chuvas. Da mesma forma que as estradas de ferro, as estradas limitam-se quase exclusivamente à parte ocidental da República, não existindo ainda comunicação terrestre entre a secção oriental e a ocidental da República. Entre as principais estradas devem ser mencionadas as que ligam Manágua com Matagalpa, Matagalpa com Jinotega, Granada com Tipitapa, Granada com Nandaime, Masaya com Carazo, Sauce com Esteli.

O rio principal da Nicarágua é o San Juan, no qual deságua o lago de Nicarágua. Êste rio corre na direção de leste, entrando no mar junto a San Juan del Norte, pequena aldeia na margem do Caribe, que no passado foi cidade florescente. O rio San Juan foi por muitos anos o único meio de comunicação entre o leste e o oeste da Nicarágua, e se chegar a realizar-se a construção do projetado canal inter-oceânico através da Nicarágua, o rio San Juan fará parte da rota do mesmo. Entre os outros rios que deságuam no mar das Antilhas figuram o Bluefields, o Segovia e o Grande. Existem atualmente planos que, se chegarem a ser realizados, resultarão em comunicar a cidade de Rama, situada nas margens do rio Bluefields, com a região ocidental da Nicarágua, por meio de uma estrada, estabelecendo-se assim outra rota através do país.

O problema das más comunicações que tem afetado o país, está atualmen-

te sendo resolvido até certo ponto com o desenvolvimento da aviação. A Nicarágua possui atualmente dois serviços aéreos, um nacional e outro internacional. A *Pan American Airways* mantém o país em comunicação com as demais nações americanas. As principais cidades da República têm aeroportos, de modo que as cidades que antigamente se encontravam isoladas da capital, estão atualmente a poucas horas de viagem aérea entre si.

Instrução pública

A instrução primária na Nicarágua está sob a direção do ministro da Instrução Pública.

O ensino primário é gratuito e obrigatório para tôdas as crianças de 6 a 13 anos de idade. Nos graus superiores, é obrigatório para os meninos o estudo da agricultura, exigindo-se das meninas que estudem a puericultura. A maioria das 700 escolas primárias na Nicarágua estão sob os auspícios do govêrno. As 300 escolas rurais e as 43 chamadas "de continuação", contribuem para elevar o nível cultural da população rural e urbana.

O ensino secundário é ministrado em uns 20 estabelecimentos públicos e particulares, os quais oferecem um curso de cinco anos, preparatório para o bacharelado que consiste de estudos clássicos, científicos e comerciais. O país tem três escolas normais, duas em Manágua e uma em Diriamba.

O ensino superior é ministrado na Universidade de León (direito, medicina e odontologia, e farmácia), na Faculdade de Direito, em Manágua, e na de Medicina e Odontologia em Granada. O govêrno mantém, além dessas, três escolas de agricultura, uma de telegrafia, uma comercial e uma instituição especial para preparar enfermeiras.

Envie os livros de sua autoria, ou os que se encontrem em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil.

Noções Elementares de Geologia

FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES
Chefe da Secção de Estudos Geográficos e Estatística Territorial do Serviço de Geografia e Cartografia

— I —

Geologia: objeto e utilidade — Rochas e minerais — Diversos tipos de rochas e sua formação

(Observação prévia: A presente lição tem por finalidade o conhecimento das noções mais elementares de Geologia, apenas o essencial para a compreensão dos fenômenos do relêvo do Brasil e da distribuição das suas jazidas minerais. Como em todo estudo elementar, tais noções são apresentadas com uma grande simplificação da realidade, que é naturalmente bastante complexa, e não com rigorismo científico, o que seria descabido, em face das finalidades dêste curso *).

GEOLOGIA: OBJETO E UTILIDADE — A Geologia é a ciência que estuda a crosta terrestre, tratando especialmente dos materiais que a constituem, assim como da sua origem e evolução.

Os estudos geológicos são fundamentais para a Geografia moderna, essencialmente explicativa e não mais apenas descritiva. A natureza dos materiais que constituem a crosta terrestre, assim como a sua disposição, influi diretamente nos fenômenos da Geografia Física, especialmente no relêvo, no regime dos cursos d'água e na vegetação. Sua influência é também importantíssima nos fatos da Geografia Econômica, quanto à distribuição e à exploração das jazidas minerais e ao aproveitamento do solo, para a agricultura ou para a pecuária. Repercute ainda nos fatos da Geografia Humana própriamente dita e até mesmo nos da Geografia Política.

ROCHAS E MINERAIS — Aos diversos materiais que constituem a crosta terrestre dá-se o nome de *rochas*. Qualquer porção relativamente homogênea dessa crosta é uma rocha; ex.: granito, calcáreo, areia, etc.

Essa homogeneidade é apenas relativa, pois, observando-se atentamente um fragmento de rocha, a ôlho nu ou com o auxílio de lentes de aumento, nota-se freqüentemente que êsse fragmento é formado pela reunião de partículas diferentes. A essas partículas, que são os elementos constitutivos das rochas e que são corpos de composição química bem determinada, dá-se o nome de *minerais*.

Há rochas que são formadas por um só mineral, como o calcáreo; mas, em sua maioria elas são agregados de minerais diferentes. O granito, por exemplo, é comumente formado pela reunião de partículas de quartzo, feldspato e mica.

Os minerais se apresentam freqüentemente sob a forma de corpos geométricos, limitados por facêtas planas, isto é, sob a forma de *cristais*. Quando isso não se dá, diz-se que estão no estado amorfo, isto é, sem forma definida.

---

* Lições de Geografia do Brasil, dadas em 1944, no Curso de Extensão do Instituto de Resseguros do Brasil.

Vejamos alguns exemplos de minerais.

O *quartzo,* vulgarmente chamado cristal de rocha, é um dos minerais mais comuns. Apresenta-se sob a forma de cristais alongados, geralmente com a transparência do vidro. Resulta da combinação do oxigênio com o silício, dois corpos simples, ou elementos químicos, dos mais comuns da Terra (quase três quartas partes das camadas superficiais da crosta são constituídas pelo oxigênio e pelo silício combinados entre si ou com outros elementos). Essa combinação recebe também o nome de sílica, sobretudo quando no estado amorfo.

Outros minerais muito importantes na constituição das rochas são formados pela combinação do oxigênio e do silício com certos metais; são os silicatos. Êsses metais são o alumínio, o potássio, o sódio, o cálcio, o ferro e o magnésio. A importância dêsses oito elementos é extraordinária, pois que quase 99% da parte superglacial da crosta terrestre é constituída por êles.

O mais comum dêsses silicatos é o mineral chamado *feldspato,* que contém sempre alumínio, aliado ao potássio, ao sódio ou ao cálcio. Apresenta-se sob a forma de cristais alongados, de côr clara, raramente transparentes. Sua variedade mais comum tem brilho e coloração semelhante aos da unha humana.

Outro mineral bastante vulgar é a *mica* ou malacacheta, cujos cristais são extremamente achatados, sob a forma de lâminas ou palhetas delgadas. São também silicatos. Sua variedade de côr preta é ferro-magnesiana, isto é, contém ferro e magnésio.

Há ainda outros minerais muito importantes na constituição das rochas. São silicatos ferro-magnesianos, sempre de côr escura.

É bastante extensa a lista dos minerais. Muitos dêles têm considerável importância em Geografia Econômica.

DIVERSOS TIPOS DE ROCHAS E SUA FORMAÇÃO — A) ROCHAS ERUPTIVAS — À proporção que se penetra no interior da crosta terrestre, conforme se pode fàcilmente observar ao descer num poço de mina, aumenta ràpidamente a temperatura. É lícito, por conseguinte, supor-se que a uma grande profundidade, a uns 60 quilômetros ou mais, o calor seja tão intenso, que todos os materiais que constituem a crosta se apresentam em estado líquido, ou pelo menos pastoso, como massas em fusão. Nas erupções vulcânicas são, aliás, expelidas massas fundidas, chamadas lavas, que pelo seu esfriamento se solidificam, transformando-se em rochas.

Às massas em fusão que se acham no interior da Terra, dá-se o nome de *magma* e as rochas que resultam de sua solidificação denominam-se *rochas eruptivas* ou magmáticas, ou ainda ígneas.

Se o magma não chega a atingir a superfície terrestre, permanecendo em certa profundidade no interior da crosta, o esfriamento se dá lentamente e, durante a solidificação, vão-se formando cristais. Às rochas eruptivas assim formadas chamam-se então *rochas de profundidade ou abissais,* que são agregados de cristais, isto é, cristalinas. Tal é, por exemplo, o *granito.*

Se as massas em fusão se derramam pela superfície, como as lavas dos vulcões, o esfriamento se dá bruscamente, não se formando cristais, a não ser de muito pequenas dimensões. Tais são as *rochas efusivas* ou vulcânicas, como o *basalto.*

Entre os dois tipos há diversos graus intermediários. O *diabásio,* por exemplo, é uma rocha muito semelhante ao basalto, mas na qual já se notam cristais alongados.

As rochas eruptivas ainda se classificam segundo os minerais que as compõem. Há rochas que contém muita sílica e que são claras, como o granito, muito rico em quartzo. Outras contêm pouca sílica e são escuras, como o basalto e o diabásio.

B) — ROCHAS SEDIMENTARES — Submetidas à ação dos agentes externos (mudanças de temperatura, ação da água, dos ventos, etc.), na superfície da Terra, as rochas se desagregam e se decompõem, transformando-se profundamente. As mais duras rochas sofrem esta ação, e, com o tempo, as suas camadas exteriores se transformam em massas moles e terrosas: são os produtos da decomposição local.

Os diversos minerais constitutivos das rochas sofrem essas ações de maneiras diversas.

O quartzo se desagrega mecânicamente, fragmentando-se em pequenos grãos, que vão constituir as *areias*.

O feldspato se decompõe quìmicamente pela ação da água, transformando-se em *argila* que, quando muito pura, se chama caolim.

Dentre os produtos da decomposição da mica, encontram-se os óxidos de ferro, responsáveis pela coloração amarelo-avermelhada que apresentam com freqüência as rochas decompostas (o chamado "barro" vermelho, por exemplo).

Os agentes externos (água, vento, etc.) não se limitam à decomposição local, mas transportam também os resíduos das rochas, de uns lugares para outros.

O trabalho das águas, assim como o dos ventos, pode ser dividido em três fases: erosão, transporte e depósito.

Ao passar sôbre as partes decompostas das rochas, as águas executam verdadeiro trabalho de desmonte hidráulico, retirando as partículas sôltas: é a *erosão*. Correndo das partes mais altas para as mais baixas, as águas realizam o *transporte* dessas partículas, tanto mais intensamente quanto maior fôr a sua velocidade. Ao chegarem às regiões mais baixas e planas, as águas vão perdendo a velocidade, dando-se o *depósito* dos materiais por elas carregados.

Os materiais depositados nas regiões baixas (planícies, fundos de lagos, de mares, etc.) vão-se superpondo, em camadas sucessivas: — é a *sedimentação*.

As rochas assim formadas, pelo acúmulo de fragmentos provenientes de outras, são chamadas *rochas sedimentares,* de *origem detrítica.* Tais são as areias e as argilas, por exemplo.

As rochas sedimentares podem ter ainda outras origens.

Podem ser de *origem orgânica,* quando formadas pelo acúmulo de restos de sêres vivos, ou pela ação dêstes. Assim, por exemplo, a deposição de conchas de moluscos no fundo dos mares ou dos lagos dá em resultado uma rocha chamada *calcáreo,* constituída de carbonato de cálcio, a qual, quando isenta de impurezas, é branca. O acúmulo de restos vegetais carbonizados forma outra rocha de origem orgânica, o *carvão de pedra*.

Podem essas rochas ser ainda de *origem química,* quando resultam da deposição de matérias que se achavam dissolvidas na água, após evaporação desta. Tal é a origem do *sal-gema,* do *gêsso* e também de certos calcáreos.

As rochas sedimentares de origem detrítica, formadas a princípio de fragmentos soltos (rochas incoerentes), podem, com o tempo, tornar-se consolidadas, resistentes (rochas coerentes).

As areias, por exemplo, podem consolidar-se, transformando-se em *arenitos,* rochas bastante comuns. Tal consolidação se dá pela infiltração, nas areias, de águas carregadas de substâncias diversas, como a argila, o óxido de ferro, o calcáreo, ou a sílica. Tais substâncias vão aglutinando os grãos de areia, uns aos outros, comportando-se como um cimento. Conforme a natureza do cimento, os arenitos se dizem argilosos, ferruginosos, calcáreos ou silicosos.

As argilas, uma vez comprimidas, tornam-se compactas, com a denominação de *argilitos*. Se se dispõem em folhetos, isto é, em camadas muito delgadas, recebem o nome de *folhelhos ou chistos argilosos.*

As rochas sedimentares podem atingir grandes espessuras, até cêrca de 15 quilômetros. Têm extraordinária importância em Geografia, cobrindo 75% da superfície das terras emersas.

Dêsse grupo de rochas as mais importantes são as argilosas, que correspondem a 82% do total, seguindo-se as arenosas, com 12% e as calcáreas, com 6%, aproximadamente.

Quando formadas por sedimentos depositados regularmente, uns sôbre os outros, as rochas sedimentares são *estratificadas,* isto é, dispostas em camadas ou estratos sucessivos.

Nelas se encontram com freqüência restos ou vestígios de sêres vivos, os chamados *fósseis*.

C) — ROCHAS METAMÓRFICAS — Quando submetidas a formidáveis pressões e elevadíssimas temperaturas, as rochas sedimentares sofrem transformações físicas e químicas. Tal pode ocorrer em conseqüência do pêso das camadas superiores sôbre as inferiores, das compressões motivadas por movimentos da crosta terrestre ou do contacto dessas rochas com as massas em fusão no interior da crosta.

As transformações sofridas têm como principais resultados a formação de novos minerais, a cristalização e o endurecimento dessas rochas. O conjunto dêsses fenômenos tem o nome de *metamorfismo* e as novas rochas assim formadas denominam-se *rochas metamórficas*. Note-se que as rochas eruptivas também podem sofrer metamorfismo.

As rochas metamórficas também são chamadas mistas, por participarem de propriedades das rochas eruptivas e das sedimentares. Como aquelas, são cristalinas; como estas, são comumente estratificadas, isto é, dispostas em camadas.

Pode-se acompanhar a transformação das rochas sedimentares em metamórficas.

Os arenitos de cimento silicoso transformam-se, pelo metamorfismo, em *quartzitos*, constituídos de quartzo quase puro.

Os chistos argilosos ou folhelhos, pela cristalização de seus elementos, passam a chistos cristalinos, de nomes diversos, conforme a composição. Se o metamorfismo é mais avançado, com a formação de lâminas de mica preta (biotita) temos o *micachisto*. O último grau do metamorfismo dêsses chistos, com a reconstituição dos feldspatos, é o *gnais*, rocha que se compõe dos mesmos minerais que o granito, mas dispostos em camadas ou estratos.

O calcáreo, por sua vez, quando sujeito às ações metamórficas, transforma-se em *mármore*.

As rochas metamórficas representam, assim, o têrmo de uma longa evolução, que constitui o chamado *"ciclo-geológico"*. Uma vez formadas, passam, por seu turno, a sofrer os efeitos da erosão, indo os seus fragmentos formar novas rochas sedimentares, recomeçando-se novo ciclo. Na crosta terrestre, tão inerte na aparência, há na realidade uma constante transformação, uma permanente atividade, como num imenso laboratório.

VOCABULÁRIO TÉCNICO

1) Corpos químicos:

Oxigênio (O)	Potássio (K)
Silício (Si)	Sódio (Na)
Sílica (Sio^2)	Cálcio (Ca)
Silicatos	Ferro (Fe)
Alumínio (Al)	Magnésio (Mg)

Carbonato de cálcio ($CaCo^3$)

2) Minerais:

Quartzo	Caolim
Feldspato	Biotita
Mica	

3) Rochas:

Granito	Calcáreo
Basalto	Sal-gema
Diabásio	Carvão de pedra
Areia	Gêsso
Arenito	Quartzito
Argila	Chisto cristalino
Argilito	Micachisto
Folhelho (chisto-argiloso)	Gnais
	Mármore

4) Têrmos e expressões diversas:

Geologia	Sedimentação
Rochas	Sedimento
Minerais	Rochas eruptivas, magmáticas ou ígneas
Cristais	" de profundidade ou abissais
Cristalino	" efusivas ou vulcânicas
Amorfo	" sedimentares
Lava	" de origem detrítica
Magma	" " " orgânica
Erosão	" " " química
Transporte	" metamórficas
Depósito	" incoerentes
Cimento	" coerentes
Estrato	Metamorfismo
Estratificado	Fóssil

QUESTIONÁRIO:

1) 1. Qual o objeto da Geologia?

.....

.....

2. Qual a utilidade da Geologia para a Geografia Física?

.....

.....

3. E para a Geografia Econômica?

.....

.....

4. Que são rochas?

.....

.....

5. Cite 6 exemplos de rochas.

.....

.....

6. Que são minerais?

.....

.....

7. Qual a diferença entre o estado cristalino e o estado amorfo?

.....

.....

8. Qual a diferença entre quartzo e quartzito?

.....

.....

9. Quais os dois corpos simples mais abundantes na crosta terrestre?

.....

.....

10. Quais os metais?

.....

.....

11. Como se distingue o quartzo do feldspato?

.....

.....

12. Qual a espessura admissível para a crosta terrestre?

.....

.....

13. Que são lavas?

.....

.....

14. Que é magma?

.....

.....

15. Por que são cristalinas as rochas abissais?

.....

.....

16. Que rocha se formou por esfriamento mais rápido? O basalto ou o diabásio?

.....

.....

17. Como se formam as areias?

.....

.....

18. Por que razão o barro é comumente vermelho?

.....

.....

19. O sienito é uma rocha sem quartzo. Os produtos da sua decomposição são arenosos ou argilosos?

.....

.....

20. Que é erosão?

.....

.....

21. Que rocha é mais fàcilmente atacada pela erosão: o granito ou o basalto?

.....

.....

22. Que é um sedimento?

.....

.....

23. Como se forma o sal-gema?

.....

.....

24. Que é rocha incoerente?

.....

.....

25. Qual é mais duro: o arenito argiloso ou o silicoso?

.....

.....

26. Por que são importantes as rochas sedimentares?

.....

.....

27. Que são estratos?

.....

.....

28. Que é metamorfismo?

.....

.....

29. Por que são estratificadas as rochas metamórficas?

.....

.....

30. Que rocha é mais resistente? o gnais ou o micachisto? Por que?

.....

.....

CORRIGIR AS SEGUINTES FRASES:

1) Os cristais de sílica são alongados.
2) O feldspato é uma rocha muito comum.
3) Tôdas as rochas são constituídas de dois ou mais minerais.
4) O silício é um dos mais importantes minerais.
5) As rochas formadas pela solidificação das lavas são cristalinas.
6) O quartzo se decompõe, transformando-se em areia.
7) Os sedimentos se depositam principalmente nos planaltos e no fundo dos mares.
8) O gêsso é uma rocha de origem orgânica.
9) Os fósseis são encontrados em rochas eruptivas.
10) O mármore resulta do metamorfismo de uma rocha de origem detrítica.

COMPLETAR AS SEGUINTES FRASES:

1) Os cristais de ..... são achatados
2) Um mineral não cristalizado acha-se no estado .....
3) Os ..... ferro-magnesianos são minerais de côr..... .....
4) O granito é uma rocha eruptiva de .....
5) O caolim resulta da decomposição do .....
6) O calcáreo é uma rocha sedimentar de origem ..... ou .....
7) O folhelho resulta da compressão da .....
8) Os chistos ..... resultam do metamorfismo dos chistos .....
9) O ..... é o têrmo do ciclo geológico da argila.
10) O quartzito resulta do metamorfismo do .....

— II —

Propriedades das rochas — Divisão do tempo em Geologia — Movimentos da crosta terrestre

PROPRIEDADES DAS ROCHAS — Aos geógrafos interessam especialmente certas propriedades das rochas, que exercem influência na paisagem geográfica. Dentre elas salientam-se a dureza e a permeabilidade, bem como a fertilidade dos solos a que dão origem.

A) — DUREZA — Por dureza entende-se a resistência ao desgaste, isto é, à erosão e não a resistência aos choques. Dêsse ponto de vista, classificam-se as rochas em duras e moles ou tenras.

De um modo geral, as rochas eruptivas e metamórficas são mais duras que as sedimentares. Dentre estas, as coerentes apresentam naturalmente maior dureza que as incoerentes e essa resistência está bastante relacionada com a consolidação, isto é, com a compressão que as rochas sofreram, assim como com a natureza do cimento que liga os seus grãos. Assim, o argilito é mais duro que a argila; um arenito de cimento silicoso é mais resistente que um arenito de cimento argiloso.

Geralmente a resistência aumenta com a homogeneidade e com a finura da granulação. Assim, o quartzito, o basalto e o diabásio são mais duros que o granito, o gnais ou ou micachisto. Numa rocha heterogênea, como o granito, os agentes atmosféricos agem diversamente sôbre os minerais que a constituem, e a rocha se desagrega mais fàcilmente. As rochas estratificadas são também mais fàcilmente atacadas que as outras, pois, sob a ação dos agentes externos, as camadas tendem a escorregar umas sôbre as outras, produzindo desabamentos. O gnais, por exemplo, é menos resistente que o granito.

No trabalho de destruição, o clima tem importância decisiva. Rochas como o calcáreo, consideradas como duras numa região fria e sêca, são relativamente tenras quando submetidas à ação de um clima quente e úmido.

A maior ou a menor dureza das rochas tem influência importantíssima no relêvo do solo. Sob a ação dos agentes atmosféricos, as rochas moles são fàcilmente destruídas pela erosão ao passo que as duras permanecem salientes na paisagem, formando elevações consideráveis. Conforme a natureza e a disposição das rochas, resultam formas diferentes do relêvo, ora arredondadas, ora angulosas, ora tabulares.

B) — PERMEABILIDADE — Há rochas que deixam passar fàcilmente as águas que nelas se infiltram: são rochas permeáveis, como a areia. Outras, como a argila, são impermeáveis.

O calcáreo não sòmente é permeável, mas também solúvel. Em regiões calcáreas as águas subterrâneas cavam, assim, com facilidade, grutas, cujo desmoronamento produz às vêzes pequenos tremores de terra locais.

De modo geral as rochas eruptivas e as metamórficas são impermeáveis. Quando estas, porém, são estratificadas, deixam passar as águas, com relativa facilidade, segundo a direção das camadas.

A maior ou a menor permeabilidade das rochas tem importância bastante apreciável no regime dos cursos d'água. As rochas permeáveis comportam-se como grandes reservatórios de águas subterrâneas, que afloram à superfície por numerosas fontes, as quais vão alimentar regularmente os cursos d'água, isto é, dão origem a rios perenes. Quando são impermeáveis, predomina o regime torrencial, isto é, os rios são caudalosos durante as épocas de chuvas, secando, no entanto, durante as sêcas prolongadas.

C) — FERTILIDADE — As diversas rochas dão origem a solos de diferente fertilidade. Da sua natureza depende, portanto, a maior ou menor riqueza agrícola de uma região, a escolha das culturas de maior rendimento, assim como o aproveitamento do solo para a agricultura ou para a pecuária.

As terras férteis são, em geral, misturas de elementos argilosos, silicosos (arenosos), calcáreos e de matéria orgânica (húmus ou terra vegetal). A falta de um ou mais dêsses elementos diminui a fertilidade. Os solos quase exclusivamente argilosos ou puramente silicosos são, em geral, quase estéreis. Os arenitos, por exemplo, dão comumente solos pobres, a não ser quando o cimento é calcáreo; as argilas ferruginosas (terras vermelhas) são também pouco férteis; o granito dá, em geral, solos sílico-argilosos, de fertilidade média, mas deficientes em cálcio, como acontece tão freqüentemente no Brasil. Dentre as rochas eruptivas, certas rochas vulcânicas produzem solos muito ricos, como a famosa terra roxa, do planalto meridional.

O grande inimigo da fertilidade do solo é a erosão, que torna improdutivas enormes extensões, especialmente em regiões montanhosas.

DIVISÃO DO TEMPO EM GEOLOGIA — Cabendo à Geologia o estudo da origem e evolução da crosta terrestre, interessa-lhe sobremodo estabelecer a seqüência cronológica dos fenômenos ocorridos nessa mesma crosta. Tal seqüência é estabelecida por meio do estudo dos fósseis e das diferentes camadas em que se dispõem as rochas.

Fósseis são restos ou vestígios de sêres vivos, vegetais ou animais, encontrados em camadas rochosas. Seu estudo (Paleontologia) mostra grande variação, através do tempo, das espécies que habitaram a Terra. Umas surgiram em épocas muito remotas, para mais tarde desaparecer completamente; outras apareceram mais tardiamente, para terem depois o mesmo destino, e assim por diante, até as espécies animais e vegetais hoje existentes. Estudos cuidadosos permitiram estabelecer, com certa segurança, a seqüência relativa dessas formas de sêres vivos, desde tempos remotos até à atualidade.

A presença de um fóssil numa camada sedimentar fornece-nos, pois, atestado da maior ou menor antigüidade dessa camada, permitindo fixar aproximadamente a época durante a qual se depositaram os sedimentos que a constituíram. A Geologia não possui, entretanto, elementos seguros para determinar a idade absoluta de um terreno, isto é, o número de anos decorridos desde a sua deposição. Apenas é possível fixar-se a sua idade relativa, isto é, afirmar-se que tal camada se formou, antes, depois ou na mesma época que outras já estudadas.

Na ausência de fósseis, a seqüência cronológica pode ser estabelecida, embora de modo menos seguro, pelo exame da natureza das rochas, aliado ao estudo cuidadoso da disposição das camadas ou estratos (Estratigrafia).

Além da idade relativa, os fósseis fornecem indicações valiosas a respeito das condições do meio físico que reinavam durante a formação de cada terreno. Conforme se trate, por exemplo, de vestígios de sêres marinhos ou terrestres, pode-se concluir que tais sedimentos se depositaram em fundos de mar (sedimentos marinhos) ou no interior dos continentes (sedimentos continentais).

Os geólogos conseguem assim reconstituir a história da crosta terrestre, dividindo o tempo em intervalos sucessivos, para cada um dos quais é possível descrever a flora e a fauna, as condições gerais de clima e a distribuição das terras e dos mares.

Os grandes intervalos de tempo denominam-se *eras* que se dividem em *períodos,* os quais, por sua vez, são subdivididos sucessivamente em intervalos menores, para estudos mais minuciosos.

Consideram-se cinco eras, assim denominadas, da mais antiga para a mais recente: *primitiva, primária, secundária, terciária* e *quaternária.* (Propositalmente usamos nesta lição a nomenclatura antiga, muito mais simples que a moderna, tendo em vista as finalidades dêste curso).

Da era primitiva, cujas rochas são metamórficas e eruptivas, não se encontram vestígios comprovados de sêres vivos. Nela se consideram dois importantes períodos: o *arqueano* e o *algonquiano.* No primeiro predominam rochas muito antigas, com alto grau de metamorfismo, como o gnais, aliadas a eruptivas diversas, como o granito. No segundo as rochas apresentam metamorfismo menos avançado, como micachistos, chistos cristalinos diversos, quartzitos, etc.

Nas eras primária, secundária terciária e quaternária, formaram-se, principalmente, rochas sedimentares, em geral tanto mais consolidadas (coerentes) quanto mais antigas, e nelas se encontram fósseis, com relativa abundância.

Na primária, predominam os animais invertebrados, especialmente os crustáceos; num dos seus últimos períodos, no *carbonífero,* a vegetação torna-se bastante desenvolvida, dando origem a ricos depósitos de carvão de pedra.

A secundária é a era dos grandes répteis; a terciária caracteriza-se pelos grandes mamíferos e, finalmente, na era quaternária surge o homem.

A Geologia Histórica, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, tem grande alcance de ordem prática econômica, orientando as pesquisas de jazidas minerais. A presença, por exemplo de fósseis terrestres do período carbonífero numa camada sedimentar, indica a possibilidade da ocorrência de carvão de pedra de boa qualidade e assim anàlogamente para outras riquezas minerais.

MOVIMENTOS DA CROSTA TERRESTRE — O relêvo atual da superfície terrestre resulta, em grande parte, de movimentos da crosta. Tais movimentos são observados até os nossos dias e uma de suas manifestações são os terremotos.

Em conseqüência dêsses deslocamentos, a crosta terrestre sofre deformações, dentre as quais as mais importantes são os *dobramentos* ou enrugamentos, que deram origem às principais cadeias de montanhas. Em vez, porém, de se dobrarem, certas partes da crosta, mais rígidas, podem fraturar-se, com o aparecimento de grandes fendas. Se a fratura é acompanhada de movimentos verticais, como seja o desabamento da parte situada de um lado da fratura, forma-se um brusco desnivelamento, a que se dá o nome de falha (em tipo inclinado).

As dobras e as falhas constituem as principais deformações da crosta.

Importantes movimentos verticais podem afetar extensas regiões, em virtude dos quais umas partes se elevam, enquanto que outras se abatem, gradualmente. Em conseqüência dêsses deslocamentos, certas regiões, que antes se achavam cobertas pelas águas, tornam-se terras emersas; ao passo que

outras, que eram porções de terra-firme, tornam-se fundo do mar. Encontram-se, com efeito, sedimentos de origem marinha situados atualmente em grande altitude.

A configuração dos continentes e dos mares tem, por conseguinte, grandemente variado através dos tempos.

Os movimentos da crosta (movimentos tectônicos) não se realizaram ràpidamente, mas sim durante longos intervalos de tempo. Nas eras primitiva e primária efetuaram-se importantes enrugamentos, aos quais se devem muitos velhos maciços montanhosos. Na secundária reinou relativa calma; mas na era seguinte, a terciária, recrudesceram os movimentos, com a formação de grandes dobramentos, dos quais resultaram as mais altas cadeias de montanhas (Himalaia, Andes, Alpes, etc.). A era atual, a quaternária, parece ser novamente de calma.

O relêvo atual não resultou ùnicamente dos movimentos da crosta. A êles se segue a ação dos agentes atmosféricos — erosão, transporte e depósito — remodelando constantemente a configuração da superfície terrestre.

VOCABULÁRIO TÉCNICO:

Rio perene	Eras
Regime torrencial	Períodos
Húmus	Era primitiva
Fóssil	" primária
Paleontologia	" secundária
Estratigrafia	" terciária
Dobramento	" quaternária
Falha	Período arqueano
Movimento tectônico	" algonquiano
Período carbonífero	

QUESTIONÁRIO

1) Que rochas são mais duras:

o quartzito ou o arenito? .....
a argila ou o folhelho? .....
o gnais ou o micachisto? .....
o diabásio ou o granito? .....
o calcáreo ou o mármore? .....
o micachisto ou o quartzito? .....
o arenito de cimento silicoso ou o de cimento argiloso? .....
.....

2) As rochas estratificadas, atacadas pela erosão, dão origem a formas de relêvo arredondadas ou tabulares? .....

3) Que rochas são mais permeáveis:

o arenito de cimento argiloso ou o de cimento calcáreo? .....
.....
o micachisto ou o quartzito? .....
o folhelho ou o calcáreo? .....

4) Que rochas dão solos mais férteis:

o gnaís ou o quartzito? .....
o diabásio ou o granito?

5) Por que a erosão é inimiga da fertilidade do solo? .....
.....
.....

6) Como se pode determinar a idade de um terreno? .....
.....

7) Como se pode saber se um sedimento se formou por depósito num fundo de mar ou num fundo de lago? .....
.....

8) Em que período se formou principalmente o gnais? .....
.....

9) Em que era se formou a cordilheira dos Andes?.....
.....

10) Como se explica o encontro de conchas de moluscos marinhos no alto de uma montanha? .....

CORRIGIR AS SEGUINTES FRASES:

1) Uma rocha dura é a que resiste bem aos choques.
2) O quartzito é mais duro que o granito.
3) O calcáreo e a argila são solúveis n'água.
4) O arenito de cimento ferruginoso dá solos férteis.
5) O homem surgiu no período terciário.

COMPLETAR AS SEGUINTES FRASES:

1) As rochas metamórficas e ..... são geralmente mais duras que as .....

2) A ..... é uma rocha permeável.

3) As rochas efusivas dão freqüentemente solos mais férteis que as .....

4) Os micachistos formaram-se principalmente no período .....
.....

5) As principais cadeias de montanhas formaram-se na era.....
..... em conseqüência de .....

Precisando de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente, se a consulta não fôr de caráter sigiloso.

Tertúlias geográficas semanais

OCTOGÉSIMA QUARTA TETÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 7 DE NOVEMBRO DE 1944

CONTINUAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO GERAL DA EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE PELA PROF.ª REGINA PINHEIRO GUIMARÃES ESPÍNDOLA — VIAGEM VITÓRIA-LINHARES — LAGOA DE JUPARANÃ — A REGIÃO QUATERNÁRIA E TERCIÁRIA AO N. DE VITÓRIA — O RIO DOCE-LINHARES — O CANAL SÃO JOSÉ E A LAGOA. OCUPAÇÃO HUMANA DA REGIÃO. DEBATES: A GEOMORFOLOGIA DO LITORAL ESPIRITOSSANTENSE PELO PROF. FRANCIS RUELLAN

Presidindo a sessão, o Prof. Lúcio de C. Soares comunicou a apresentação do relatório geral da viagem Vitória-Linhares-lagoa de Juparanã e a volta a Vitória, pela Srta. Regina Pinheiro Guimarães Espíndola, em continuação à série do vale do rio Doce.

Tomando a palavra, disse a tertuliana que tôda a região ao norte de Vitória é dominada por formações sedimentares, terciárias e quaternárias, que se desenvolvem na direção do rio Doce. Essa planície quaternária, ainda mal consolidada, com numerosos pantanais, é coberta de uma vegetação de sapê e camará; foi outrora aproveitada para plantações de mandioca, hoje está abandonada. Os terrenos não são bons e nêles se fazem queimadas anuais em julho e agôsto, mesmo quando não se planta nada.

Logo à saída, o tempo estava nublado e a observação foi perturbada: apenas se tinha boa visão sôbre a planície. Além de mandiocais abandonados, viam-se algumas cabeças de gado.

Um segundo elemento no relêvo da planície são os morros do arqueano muito dissecados pelos pequenos ribeirões, mas de cumes mais ou menos num mesmo nível.

Depois de Carapebus, seguem-se formações tabulares, identificadas como do terciário por alguns autores; com o terciário aparecem algumas plantações e a vegetação de sapê e camará foi sendo substituída por capoeiras mais densas.

As habitações são esparsas e isoladas, com alguns pés de mandioca e bananeiras, além de algum gado e dispõem-se em função da estrada.

Em Jacareípe, no limite das duas formações sedimentares, observaram um corte de uns três metros de altura, numa barreira que tinha ao todo 13 metros. Na parte humosa, encontraram uma parte argilo-arenosa de 20 centímetros, abaixo outra de 40 centímetros de seixos rolados, uma camada lavada de uma argila amarelo-avermelhada, outra mais colorida com concreções lilás ferruginosas e finalmente uma de 1,50 metros, de argila com quartzo cada vez mais rolado.

O interessante em Jacareípe foram os gêneros de vida: a população maratimba ou praiana, vive do plantio da mandioca ou da pesca; esta se faz apenas de novembro a fevereiro, quando sopra o vento norte. O vento sul faz com que a pesca seja abandonada, dedicando-se então a população à pequena lavoura e à fabricação de peneiras de taquara, rêdes e esteiras; as casas, muito pobres, são cobertas de fôlhas de indaiá.

Os produtos alimentícios são aí muito caros, pois tem subido o preço do que compram e não do que vendem; o resultado é que apenas os intermediários ficam com os lucros.

As formações terciárias são muito dissecadas pelos ribeirões. Em Nova Almeida encontraram um terraço terciário de uns 30 metros, muito dissecado, de onde se teve boa vista sôbre a embocadura do Timbuí e o cordão litorâneo que aí se está formando. E' um estágio intermediário para a expansão da planície quaternária.

Sôbre êste terraço erguem-se as ruínas de um antigo convento, sem nenhuma conservação.

Nova Almeida está se desenvolvendo devido à estrada e conta com uma colônia de pesca; as casas são muito melhores que em Jacareípe e possuem telhas e tijolos.

Continuando a viagem para Santa Cruz, as barreiras se vão tornando mais altas e a vegetação mais forte, talvez por ser uma região mais úmida. Em Santa Cruz, notaram três níveis nas barreiras, além do quarto, pertencente ao quaternário; o rio está sendo bloqueado aí também por um cordão litorâneo e por isso o pôrto não foi utilizado para a exportação do minério, apesar de ter outras vantagens. A sedimentação é aí muito importante e seria preciso dragagem constante. Santa Cruz já foi um grande pôrto para escoamento dos produtos da zona de Colatina, principalmente o café; realmente Santa Cruz merece ser pôrto de escoamento, pois a região é bem extensa. Sua população é de 600 habitantes aproximadamente.

Adiante, seguiram pelo rio Piraquê-Mirim, abandonando o litoral e seguindo até Santa Rosa. Subiram até um divisor de águas e observaram vales largos com calhas entulhadas por sedimentos. Os rios são pequenos filêtes de água (estava-se na vazante) e formam alguns meandros; é exemplo o ribeirão da Linha.

A impressão geral é que os rios são muito pequenos para seus vales. Aí começa a faixa pioneira; a região só se desenvolveu recentemente, desde 1932-33, quando foi construída a estrada.

Três recursos existem nesta região: mineral — turmalinas e ouro de aluvião, segundo informações locais; agrícola — há a colônia agrícola de Taquaral e algumas fazendas como a de Alex Dorofef, dantes pertencente a Amaro Ribeiro, onde se faz plantação de cacau; madeiras — é uma zona riquíssima nesse particular e em Jacrepema as casas e a igreja são de madeira.

Chegando à estação experimental de Goitacases, logo visitaram o rio Doce e a lagoa de Juparanã; dois terraços foram vistos: o primeiro inundável, de 2 a 3 metros, aproveitado para o plantio de arroz e cacau, talvez porque aí se deposite uma vaza argilosa, pois o cacau prefere terrenos argilosos úmidos; o outro terraço é de cerca de 10 metros e aí se situa Linhares, cuja importância advém do cruzamento da rodovia com a parte navegável do rio.

Num esquema feito pelo professor Veríssimo aparece o aproveitamento econômico recente dessa região. 1) Na zona de Perobas há principalmente cacau e cereais para o consumo local; os terrenos são muito bons para o cacau. 2) Rio Quartel — é de renda mais fraca, havendo sobretudo café e cereais. 3) Linhares — está na zona do centro; produz cereais, cacau e bovinos. 4) Bananal do Sul — tem muito valor, mas ainda não é explorada e só há uma plantação de cacau, além da de mandioca. 5 — Bananal do Norte — é também pouco explorada e tem muita falta de transporte. 6) São José — é ainda mata virgem, sem exploração. 7) Barra Sêca e 8) Pau Atravessado, ainda não exploradas, com floresta muito densa.

De maneira geral, a cultura do cacau data de 27 a 30 anos; é feita com sombra, para proteger contra as mudanças bruscas de temperatura e dos ventos do sul. São plantadas quatro a seis sementes em tôrno de uma estaca e recebem muitos cuidados nos três primeiros anos. O cacau "Pará", comum, é o mais plantado; o crioulo é melhor, porém menos plantado.

Pau D'alho, Bananeira Brava, Virota, são árvores-padrão de terrenos bons para o cacau; as matas são ricas em jequitibás, parajus, perobas, jacarandás, etc.

A estação de Goitacases procura atualmente melhorar a produção do cacau na região, pois as sementes sofreram uma doença, a "vassoura de bruxa".

Visitando a ilha do Desejo, no rio Doce, viram o mesmo terraço inundável de 2 a 3 metros; as cheias se dão geralmente em janeiro e fevereiro e também em março (cheia das goiabas). De 7 em 7 anos há uma cheia com as chuvas de outubro. No centro da ilha há uma parte mais baixa, falso braço do rio, muito pantanoso.

Através do canal do rio São José êste terraço inundável foi visto freqüentemente. No de 10 metros situam-se as casas das fazendas. Êste canal é o escoadouro da lagoa de Juparanã na vazante e do rio Doce para a lagoa na cheia, quando são inundados os terraços de dois metros.

Um terraço de 30 a 40 metros cerca a lagoa; são formações de colorido muito vivo e variado, às vêzes branco; existem praias de areia muito grossa e os troncos das árvores apresentam sinais das enchentes.

A formação da lagoa é interessante; houve primeiro a deposição da série Barreiras e depois progressivo abaixamento do nível do mar, formando-se diversos terraços: o de 60 metros, o de 30-35 a 40 metros, que contorna a lagoa e, finalmente, o de 13 metros sôbre o qual se encontram areias como as de Jacareípe. Baixando o nível de base, houve grande escavamento dos rios. O mar depois subiu novamente e houve entulhamento progressivo nas regiões escavadas do litoral; o escavamento foi muito profundo onde os rios eram importantes. Até hoje há 5 metros de profundidade no centro da lagoa.

O rio Doce formou um cone aluvial que barrou a saída da lagoa, só deixando pequeno canal. O canal divagou nessas formações recentes e ainda hoje se vêem meandros abandonados.

Estas explicações se aplicam a outras lagoas do mesmo tipo, como no litoral de Alagoas.

Concluiu a Srta. Espíndola dizendo que em conjunto havia primeiramente a zona antiga e decadente, com Nova Almeida e Santa Cruz; depois uma zona nova a explorar, coberta por mata virgem, de grande futuro econômico.

Seria de interêsse que houvesse uma serraria em Linhares, pois só existe em Colatina; a madeira tem, assim, que subir o rio até atingir esta última.

À explotação do cacau, agora bem dirigida pela estação experimental de Goitacases, também está reservado grande futuro.

Foi ilustrada a exposição com fotografias, cartas e desenhos.

Iniciados os debates, disse o Sr. Miguel Alves de Lima que a estrada é muito importante, como agente modificador da região. Seu traçado segue primeiramente o quaternário pelas cidades do litoral; são cidades de pequena pesca, que antigamente apenas se comunicavam pelo mar. A estrada que agora atravessa a região facilitará a economia do interior, e no terciário já existem pequenas fazendas para o norte, praticando a pecuária recentemente.

Perguntou o Sr. Peluso qual a causa da decadência dêsses povoados.

Respondeu a tertuliana que o escoamento dos produtos se fazia, antigamente, por Santa Cruz, mas com a ligação ferroviária de Colatina a Vitória, esta passou a concentrar os produtos de exportação; daí a decadência de Santa Cruz.

Declarou o Sr. Peluso que é muito comum ouvir-se falar em região decadente, quando não o é na realidade; pode ter havido apenas estagnação e os que estão de fora têm a impressão de decadência.

Mas a Srta. Espíndola afirmou que houve de fato decadência em Santa Cruz que, no entanto, poderá desenvolver-se futuramente.

Perguntou o Sr. Beneval de Oliveira se as condições eram propícias.

Respondeu a Srta. Espíndola que não sabia ao certo, pois, embora houvesse quem o afirmasse, viram lá um cordão bem desenvolvido; o pôrto aí poderá instalar-se se forem feitas dragagens ou então se fôr diretamente construído no oceano.

O Sr. Tavares de Lira declarou que houve projetos de pôrto em Santa Cruz pela Itabira Iron, em 1916. O interêsse dessa Companhia era atender às necessidades de ferro da Inglaterra, privada, com a conflagração, de outros mercados; queria transportar o minério em navios próprios. Mas, com o fim da guerra, a companhia suspendeu os trabalhos e o contrato foi sendo prorrogado até 1932, quando foi rescindido. Vitória foi preferida a Santa Cruz como pôrto, devido a razões políticas.

O Prof. Lucio de C. Soares esclareceu que a zona de São José não é inexplorada; já existe intensa exploração de madeiras de lei, com um núcleo fixo.

A seguir, tomou a palavra o Prof. Ruellan, que apontou esta etapa da excursão ao rio Doce como bastante importante.

No conjunto, a região entre Vitória e o rio Doce é limitada a W pelos contrafortes da serra dos Aimorés, grande escarpamento de bloco falhado dissecado. Num dado momento houve aí uma grande zona montanhosa que

foi levantada, falhada e depois intensamente atacada pela erosão; desta zona, onde a rocha se decompõe fàcilmente graças ao clima, só restam montanhas — testemunhas de formas muito bizarras, por causa da ação erosiva elementar e fluvial. Trata-se de uma região de tal modo dissecada, que muita atenção é necessária para encontrar a continuidade da serra dos Aimorés.

Dirigindo-se para leste, passa-se pelo que se pode chamar de uma planície de "Piemonte", isto é, que se estende ao pé de um escarpamento. Esta planície corresponde precisamente aos tabuleiros terciários; com os detritos da dissecação do bloco falhado, os rios construíram terraços de materiais finos, com muita argila e areia algumas vêzes consolidadas na base, em forma de arenito, como em Juparanã, com falsa estratificação.

O nível relativo das terras e mares baixou no conjunto e passou-se por níveis intermediários; em Nova Almeida encontraram 32 metros e o terraço de Linhares está a cêrca de 10 metros. Êste progressivo recuo do nível do mar ocasionou forte dissecação. Para determinar onde se encontrava exatamente a costa, não há fósseis e sòmente existem indicações geomorfológicas: a presença de areias, a uniformidade da altitude dos terraços de tipo marinho. E' certo que no terraço de 13 metros de Jacareípe existem areias finas bem roladas, que indicam ter aí havido uma praia. A dissecação continuou; os rios formaram vales muito profundos. Por causa de um posterior levantamento do nível do mar, êsses vales hoje são de fundo plano, coberto de aluviões, onde o rio às vêzes divaga. Há trechos onde existe água estagnada em vales cujo fundo está em super-escavamento em relação ao nível atual. Quando se trata de um vale perto do mar, como em Santa Cruz, foi coberto pela água do mar e aí se encontram formas de vales submersos; é a mesma função de Vitória, mas em outro terreno.

Admite-se, então, que num dado momento o nível marinho foi mais baixo que atualmente, com recomêço formidável da erosão. Depois o mar voltou e invadiu; os rios mais fortes que tinham aprofundado muito seu leito, formaram vales submersos, mas os menores, menos aprofundados, foram depois fàcilmente colmatados.

Esta colmatagem se fêz ràpidamente porque o mar foi fortemente alimentado pelos materiais trazidos pelos rios, como o Doce por exemplo, que é sobrecarregado, e pelas vagas que fàcilmente demoliram as barreiras. Sob a influência dos ventos de nordeste, as vagas encaminharam êsses materiais ao longo da costa. Formaram-se barras na embocadura dos rios, tomando a direção sul. Se o rio era pequeno e pobre, houve colmatagem com o concurso de um grande fator, o mangue; atrás da região batida pelas vagas, se o rio era muito profundo, continuou como vale submerso.

Em Santa Cruz existem grandes profundidades e outrora aí entravam navios importantes, mas existe a terrível ameaça de uma barra e lutar contra ela é muito difícil: seria necessária uma obra não só de cortar a barra, como de construir um molhe suficiente, que duraria sòmente alguns anos.

Quanto ao aprofundamento do curso inferior dos rios, foi muito forte no rio Doce, que constituiu para seus afluentes um nível de base muito baixo; tiveram êstes então que fazer o mesmo trabalho para adaptar-se ao nível de base do rio Doce. Mas, em seguida, o nível do mar subiu. O rio Doce começou então a construir um cone aluvional em função do novo nível de base e barrou assim os afluentes, formando depósitos sôbre suas margens; atrás dêstes depósitos, o curso inferior de cada pequeno afluente se transformou em lago alongado; o de Juparanã atinge 5 metros de profundidade. Dêste modo, formou na embocadura dos afluentes uma planície aluvional e uma barra na entrada dos mesmos, e é com dificuldades que a lagoa mantém pequenos canais de comunicação.

Na lagoa de Juparanã há vagas que transportam materiais e que vão formar pequenas praias e restingas. Quer se trate de Vitória, no granito arqueano, ou do terciário em Santa Cruz, perto do litoral, ou da lagoa de Juparanã, no rio Doce, a evolução foi a mesma, isto é, a sucessão dos movimentos do mar e dos ataques e construções da erosão fluvial e marítima em função de cada nível de base.

Isto é um fenômeno geral no Brasil. Todos os grandes rios afluentes do baixo Amazonas terminam pouco antes do confluente por um alargamento; em Alagoas é o mesmo nos tabuleiros.

Quando se estudou a erosão litorânea no Brasil, certos autores viram costas levantadas e outros, costas submersas. Por tôda parte existe um nível de terraços, provando movimento negativo da costa e vales submersos, provando movimento positivo e invasão pelo mar, e não um ou outro isoladamente.

As restingas são resultantes de construção marinha após o movimento positivo, enquanto que para trás os rios divagam, pois construíram grandes cones aluvionais recentes e não há mais declive e velocidade. Também o rio Doce divagou muito no cone aluvial quaternário; com tal abundância de materiais formaram-se restingas, que ainda mais dificultam o trabalho do rio.

Foi na excursão da lagoa de Juparanã que o Prof. Ruellan disse ter adquirido a certeza definitiva dêstes fatos.

Aparteou o Prof. Veríssimo esclarecendo que a parte baixa do rio Doce é análoga à do Paraíba e Linhares seria para o rio Doce como São Fidélis para o Paraíba.

Preferiu o Prof. Lúcio de C. Soares comparar Linhares com Campos e Colatina com São Fidélis.

Continuando, declarou o Prof. Ruellan que restam problemas de data; quanto às barreiras, nada se encontrou para afirmar; a única coisa que se conhece é que o depósito destas barreiras é ao mesmo tempo anterior aos terraços devido aos movimentos negativos sucessivos e por conseqüência também ao movimento positivo que é mais recente.

Encerrando a sessão, o Prof. Lúcio de C. Soares agradeceu em nome de todos a ótima exposição do Prof. Ruellan.

*

OCTAGÉSIMA QUINTA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 14 DE NOVEMBRO DE 1944

APRESENTAÇÃO PELO SR. MIGUEL ALVES DE LIMA, DO ÚLTIMO RELATÓRIO GERAL DA EXCURSÃO DO VALE AO RIO DOCE: A VIAGEM VITÓRIA-CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM — A BAIXADA — A SUBIDA DO PLANALTO: VALES PROFUNDOS, RIOS ENCACHOEIRADOS — OCUPAÇÃO HUMANA DO PLANALTO — RELÊVO EM PONTÕES — O AMPLO VALE DO ITAPEMIRIM — CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM; SUA IMPORTÂNCIA NA ECONOMIA DO ESTADO. DEBATES: O PROBLEMA DAS BARREIRAS TERCIÁRIAS, O LITORAL E A ORIGEM DA MONAZITA PELO PROF. SÍLVIO FRÓIS DE ABREU — ENCERRAMENTO DAS TERTÚLIAS DA EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE PELO PROF. FRANCIS RUELLAN

Presidiu a reunião o Prof. Lúcio de C. Soares que anunciou a comunicação do Sr. Miguel Alves de Lima apresentando o relatório geral da viagem Vitória-Cachoeiro de Itapemirim, da excursão ao vale do rio Doce.

Inicialmente, disse o Sr. Miguel A. de Lima que se tratava da conclusão da viagem ao rio Doce.

Deixaram a cidade de Vitória às 10 horas do dia 31 de agôsto de 1943, com céu encoberto por camadas de altos estratos e estratos-cúmulos, impelidos para o interior por vento fraco.

A via férrea segue por vales pantanosos e só nas proximidades de Viana começam a aparecer colinas arredondadas, dissecadas, separadas entre si por vales estreitos. Trata-se de uma região que sofreu forte rejuvenescimento e, pela forma do relêvo e orientação das camadas, parece aí dominar o gnaisse arqueano, a cuja estrutura se adaptou o modelado.

Ao longo dêste trecho há, nas partes mais elevadas, algumas plantações de café sombreadas, aliás a melhor forma de cultivo, pois, não só aprimora a sua qualidade tornando-o menos ácido e protege os terrenos contra a erosão, como conserva a fertilidade do solo pela contribuição da matéria vegetal das fôlhas que caem da cobertura. Com a limitação imposta pelo govêrno quanto à instalação de novos cafèzais, os agricultores estão procurando desenvolver a cultura do cacau nos terrenos do rio Doce e São Mateus, bem como o arroz, havendo dêsse modo um certo deslocamento da lavoura para o norte.

Nesse trecho ainda apareceram alguns cacauais e culturas de bananas e cereais. Nos lugares mais baixos e alagadiços aparece freqüentemente a vegetação de brejos denominada tabua, que é muito utilizada na fabricação de esteiras. Já as colinas, por vêzes, apresentam vegetação um pouco mais espêssa e nos campos surgem exemplares de grande porte, constituindo provas de que ali já existiram florestas.

A partir de Viana, situada a 15 metros acima do nível do mar, começa-se a subir as encostas da serra, seguindo o vale do rio Jucu, cujo curso é bastante movimentado; forma gargantas profundas entre encostas abruptas e apresenta inúmeras corredeiras. Varia muito a inclinação das camadas nos cortes laterais da estrada, mas de maneira geral domina o mergulho para oeste.

Em certos trechos os terraços se apresentam bem nítidos e os vales são geralmente em V, o que exprime o enérgico rejuvenescimento bem como os trechos de meandros encaixados. O nível do rejuvenescimento é marcado por esporões que, ao que parece, constituem o ponto de partida da erosão. Êsse rejuvenescimento foi aproveitado para instalação de barragens no rio Jucu, que fornecem energia elétrica à cidade de Vitória.

Depois dessa usina o vale se estreita e se aprofunda e as camadas são visivelmente inclinadas para oeste.

Mais acima aparecem meandros encaixados e uma garganta de uns 30 metros, provàvelmente resultante da adaptação da hidrografia à estrutura. Em Domingos Martins atinge-se 396 metros de altitude. Aí se encontrava grande quantidade de madeira já cortada e pronta para exportação; entre esta estação e Araguaia, a mais de 600 metros de altitude, disseminam-se culturas de café, laranjas e bananas, bem como alguma criação.

O relêvo se apresenta mais suave perto de Marechal Floriano, em que as cristas são mais ou menos uniformes, cortadas por vales profundos; o próprio rio tem o curso mais tranqüilo e tende a formar meandros. É possível que um represamento provoque esta fase de estabilização no alto da serra. Logo a seguir, de fato, o rio se estreita numa garganta, mas novamente se alarga, chegando mesmo a apresentar meandros divagantes ou abandonados, antes de Rio Fundo, enquanto o relêvo é formado de pequenas colinas.

A vegetação, à medida que se subia, aparecia mais pujante, graças à maior condensação de umidade nas alturas por influência do relêvo; o tempo continuava encoberto, soprando vento de nordeste.

Em Rio Fundo existe uma colônia alemã, possìvelmente um dos antigos núcleos de colonizadores, naturalmente bem adaptados ao clima dessa região.

Depois de Araguaia, a visibilidade foi bastante perturbada, pois a um denso nevoeiro juntou-se uma chuva fina, que ainda mais veio robustecer a hipótese de penetração de massas frias vindas do sul que aí encontrassem os ventos do nordeste.

Nesse trecho é atravessada a garganta que liga a bacia do Jucu à do rio Benevente ou Anchieta, como é atualmente chamado; atinge-se então o nível geral do planalto.

Descendo o vale do Anchieta, atingiram Matilde, com 520 metros de altitude, onde se notou grande aumento de umidade, isto porque êste vale está exposto aos ventos do litoral; de acôrdo com informações aí obtidas, as chuvas são fracas no inverno, mas contínuas, enquanto que no verão aparecem temporais, sendo os meses mais secos janeiro e fevereiro.

Várias culturas aí existem, como mandioca, laranja, banana, milho, feijão, alho e legumes, além da criação de gado, destinado ao consumo local e também ao fornecimento de Vitória.

O rio Anchieta apresenta, em Matilde, uma bacia com rejuvenescimento bem marcado. Numerosos afluentes têm seus cursos perpendiculares ao curso principal e em um dêles é que se situa a belíssima cachoeira do Véu da Noiva. O rejuvenescimento parece se realizar em inúmeras etapas, donde a formação de vários níveis de terraços, onde, às vêzes, se encontram meandros encaixados.

Ao longo do rio instalaram-se as habitações, sedes de bem cuidadas fazendas, com culturas de café, banana, laranja, etc. A vegetação é de floresta nas encostas dos vales e de campos de criação nas colinas.

Em Guiomar se encontra a estação sericícola, onde são cultivadas amoreiras para a criação do bicho da sêda. Existem aí, também, plantações de eucaliptos, numa louvável obra de reflorestamento das zonas das matas devastadas pelas antigas culturas e pela exploração de suas madeiras. Toros ainda foram observados na estação de Vargem Alta a 614 metros de altitude.

Atravessando-se um colo, passa-se da bacia do Anchieta para a do Itapemirim; grandes quantidades de seixos rolados aparecem nos leitos e as encostas da estrada são revestidas de saibro branco, resultante da decomposição do feldspato.

Perto de Virgínia vê-se um grande vale de fundo raso, recoberto de vegetação de alagadiço; os terrenos amplos são aproveitados para culturas de café e bananas principalmente, e a criação de gado parece ter aí grande importância. O pinheiro do Paraná aí aparece, sugerindo a existência de clima úmido e relativamente temperado. Os aspectos da vida rural são atraentes, graças às casas bem cercadas e limpas, que se distribuem sobretudo pelas encostas.

Virgínia marca, na verdade, um limite entre duas zonas culturais diversas; uma de ocupação humana mais recente, e outra mais antiga, como denota o aspecto colonial de suas casas assentes sôbre pilastras e onde a marca do tempo se faz sentir. Segue-se uma região de fazendas antigas com algumas casas assobradadas e avultam os cafèzais nas encostas, alternando com bananais.

Na verdade, a zona é de transição, como demonstra o próprio revestimento vegetal: os cafèzais se concentram no alto enquanto que as encostas até o rio são desnudas.

À medida que se prossegue na descida, o declive é mais brusco e aparecem vales em V, de regime torrencial.

Em Soturno surgem pequenas colinas de altitude constante, onde foram distinguidos dois a três níveis; um amplo vale apresenta meandros encaixados e elevações arredondadas arqueanas. Antes de Cachoeiro do Itapemirim, a ferrovia acompanha a serra do Mar; passa-se o 6.º túnel a partir de Vitória e novamente aparece a floresta espêssa nas encostas, enquanto as habitações são geralmente de taipa e telhas, alinhando-se pela primeira vez no fundo do vale, provando não ser êste inundável.

A floresta em alguns trechos é substituída por plantações de café. O nível mais baixo, ou seja o das colinas, é ocupado também por habitações. São estas colinas convexas e os fundos dos vales são planos; os morros são de declive forte e na base das encostas se depositam os sedimentos que também entulham os largos vales.

O relêvo, antes de Cobiça apresenta formas em "dedo de Deus", resultantes da última etapa da evolução dos pães de açúcar, graças à ação do clima quente e úmido sôbre o gnaisse.

A 29 metros apenas acima do nível do mar encontra-se Cachoeiro do Itapemirim, atravessada pelo rio; apresentava êste um leito pedregoso e pequenos terraços laterais, dissecados por pequenos afluentes perpendiculares, para onde parte da cidade se estende. Nesta cidade foram informados de que não chovia havia algum tempo e a temperatura era relativamente elevada. O período chuvoso abrange os meses de outubro a março, ocorrendo as cheias do rio entre fins de dezembro e fevereiro e a estiagem entre março e outubro.

Existem aí várias indústrias, cuja importância justifica o nome de capital industrial do Espírito Santo; são elas de tecidos, cimento, etc.. Também a pastoril é bem desenvolvida e são importantes as culturas de cereais, mas o produto agrícola mais importante da região é o café. Boas oficinas mecânicas trabalham na madeira extraída das redondezas.

São organizadas as comunicações e permitem o ativo comércio que caracteriza esta cidade; além disso, a pequena distância da costa, 53 quilômetros, favorece a navegação do rio por embarcações de pequeno calado.

As casas mais próximas do rio erguem-se sôbre estacas de pedras, a fim de evitar os efeitos das grandes variações do nível do rio.

Depois de Cachoeiro do Itapemirim, a estrada passa por São Filipe, construída sôbre um elevado terraço e onde não faltavam empilhamentos de troncos para a exportação.

Novamente recomeça a subida, atingindo Muqui a 239 metros de altitude, cidade que impressiona pela boa disposição de suas vias.

Daí por diante, com a aproximação da noite, nada mais foi possível observar. No dia seguinte chegou a expedição ao Rio de Janeiro.

Em conclusão, pode-se dizer que nessa viagem, passa-se partindo de Vitória, pela planície argilo-arenosa que se estende do norte para o sul, estreitando-se ora em contacto com os prolongamentos do planalto que descem para a costa, ora em contacto com as formações barreiras. Estas últimas, de Vitória para o sul, aparecem em manchas descontínuas, em oposição com o que se observa na região do norte do Estado.

A planície na zona percorrida difere substancialmente da sua homônima do cone do rio Doce para o norte pelo aparecimento das calotes arredondadas gnáissicas, que formam verdadeiras ilhas. É de notar que essas protuberâncias arredondadas não só aparecem no meio dessa zona plana sedimentar como também dentro d'água, no mar, formando ilhas de relêvo abaulado e pouco salientes da superfície.

Da planície passa-se a galgar a encosta do planalto atravessando um relêvo de transição de formas arredondadas, mas enèrgicamente trabalhado, separadas aquelas formas entre si por vales estreitos e relativamente fundos.

Passado êsse trecho, o trabalho de erosão ataca enèrgicamente as encostas, dando origem ao relêvo de vales profundos, encostas abruptas e rios encachoeirados que marcam o rejuvenescimento, cujo efeito é econômicamente aproveitado como no caso da reprêsa do Jucu.

Tudo isso, isto é, todo êsse trabalho, ao que parece, tem a sua origem ligada ao fenômeno geral de recuo e posterior avanço do mar.

A baixada não está, naturalmente, aproveitada, e só nas encostas aparecem as culturas que o homem aí ensaiou numa zona de transição climática que separa o Estado em duas províncias: uma no norte: distribuição de chuvas irregular durante todo o ano e outra do sul que marca a passagem dêsse regime para o de duas estações distintas, que se firma em Cachoeiro do Itapemirim sôbre o planalto fortemente trabalhado pelos agentes de erosão, onde os rios às vêzes se estabilizam temporàriamente por fôrça de barragens naturais, para vencer depois o declive em rápidos, cascatas e cachoeiras. Quanto a essas cachoeiras há que se distinguir as que são devidas à interferência de rochas duras das que resultam de escarpamentos de falhas. O clima da região do planalto é influenciado, naturalmente, por uma zona que poderemos chamar de "zona de condensação", que é fruto da ação de dois fatôres: a descompressão das massas mais baixas de ar que vêm do mar e do contacto dessas massas com as frentes frias que vêm do sul. O caso do nevoeiro e da chuva encontrados no percurso e não observados em Cachoeiro do Itapemirim ilustra bem o fenômeno.

A ocupação do planalto iniciada com a colonização estrangeira nos meados do século XIX deu origem a uma sucessão de pequenas localidades, que hoje são as estações de estrada de ferro como Guiomar, Matilde, Araguari, etc., de colonização inicialmente italiana. Ao que parece, embora houvesse uma certa fixação de populações de pequenos proprietários, o esgotamento da terra tem provocado novas migrações.

A zona de influência de Vitória parece chegar até ao vale do Benevente, no máximo; da vertente direita dêsse rio em diante a zona é francamente influenciada pela cidade de Cachoeiro do Itapemirim, que é o centro da economia de todo o sul do Estado.

No planalto distinguem-se, quanto aos efeitos da erosão e decomposição, duas zonas: uma, dos cumes elevados que aparecem no caminho de quem vem de Vitória, até as proximidades de Soturno, de grandes massas gnáissicas que formam abruptos; outra, daí por diante, de formações em picos tipo "dedo de Deus", que refletem a influência de condições climáticas diferentes. São notáveis, sobretudo, os picos de Itabira e o do Frade e Freira. A umidade desempenha um papel muito importante nessas formações e o fato delas se desenvolverem principalmente nos bordos do vale do Itapemirim, sujeitas, portanto, não só à umidade que entra do mar como à que se deve ao ar quente que sobe do fundo do vale, deve ser particularmente notado.

As chuvas na zona de Cachoeiro do Itapemirim se concentram de novembro a março e as enchentes coincidem com êsses períodos.

A elevação do nível de base — o rio Itapemirim — provoca geralmente o extravasamento dos seus afluentes, transformando as zonas de confluência em grandes charcos.

A cidade de Cachoeiro, situada no estroncamento de várias estradas de ferro e de rodagem, desempenha uma função importantíssima na economia estadual, especialmente da zona sul, como já foi assinalado.

Papel semelhante poderá ser reservado a Colatina, no futuro, que deixaria a função de elemento de apoio da penetração pioneira do norte do Estado, que se desloca para o norte, para, como Cachoeiro, ser centro de transformação industrial e de apoio econômico para os recursos da zona explorada.

Cachoeiro com suas indústrias, fábricas de tecidos, cimento, etc., seus bancos, seu vigoroso e ativo comércio, dá a tôda a região sul os elementos indispensáveis ao bom aproveitamento dos seus recursos, facilitando o problema do transporte da matéria prima aos centros de transformação e levando para próximo do produtor os abastecimentos diversos de que necessita e a assistência econômica oficial e particular.

É possível mesmo que, com o progresso constante dessa região, haja um ressurgimento do antigo pôrto de Itapemirim como mais um escoadouro das riquezas dessa região, fruto do trabalho denodado dos filhos dêsse magnìficamente organizado Estado do Espírito Santo.

O Prof. Lindalvo Bezerra assumiu a presidência com a retirada do Prof. Lúcio de C. Soares. Declarou que esta palestra encerrava o ciclo das tertúlias sôbre a excursão ao vale do rio Doce, que realizou verdadeiro circuito; convidou, então, todos a estarem à vontade e que abrissem os debates.

Estando presente o Eng. Sílvio Fróis de Abreu, os Profs. Veríssimo e Ruellan concitaram-no a falar sôbre o problema das barreiras, por exemplo.

Declarou aquêle engenheiro que as barreiras formam uma faixa quase contínua no litoral do Brasil, sendo menos desenvolvidas de Vitória para o sul. Um problema que se refere às barreiras é o da fonte das areias monazíticas, que também preocupou Arrojado Lisboa; com a desagregação provocada pelo mar elas ficam no litoral, pois são pesadas. Mas, à medida que desaparece a monazita, as jazidas se vão regenerando, razão porque muitos atribuem sua origem às próprias barreiras. Entretanto, alguns práticos acham que é a maré que empurra a monazita para o interior. Trata-se de uma questão séria, e quanto a suas próprias pesquisas, nunca encontrara monazita na argila das barreiras; por isso, tinha dúvidas sôbre a origem da monazita.

Existem barreiras desde o cabo Orange até Macaé; só o litoral do Espírito Santo e da Bahia apresentam monazita.

O litoral das barreiras coincide com o litoral africano onde há monazita, o que é um argumento a favor da teoria de Wegener.

Indagou o Prof. Veríssimo se tinha testemunhos quanto aos movimentos de transgressão e regressão do mar.

Respondeu o Sr. Fróis de Abreu que havia fatos pró e contra. Em Maraú, ao sul da Bahia, há regressão marinha e no sul do E. Santo, em Guarapari, encontrou arenitos atacados pelo mar, a 3 ou 4 metros acima da maré. Em cabo Branco, na Paraíba, há barreiras invadidas pelo mar. Portanto, existem zonas em que o mar avança e outras em que recua; Por exemplo, na ilha de Itaparica o mar avança.

Asseverou o Cel. Lísias Rodrigues que isto se verifica em tôda a costa.

Perguntou o Prof. Ruellan qual a idade presumível das barreiras.

Respondeu o Sr. Fróis de Abreu que seria o terciário plioceno; a prova foi encontrada em Ouriçanguinhas, no nordeste da Bahia, graças a sinais da flora pliocena. Não há provas do mioceno, quando muito do eoceno, como folhelhos betuminosos, etc., do Maranhão e Alagoas.

Indagou ainda o Prof. Ruellan se a flora do nordeste da Bahia não seria do fim do plioceno.

Respondeu o Sr. Fróis de Abreu que talvez fôsse. O fato é que a formação das barreiras é recente e arenitos inconsolidados estendem-se pelo interior do nordeste, formando serras tabulares, e chegam até o norte de Goiás, onde aparecem cangas iguais às do litoral; é exemplo a chapada das Alpercatas. Óton Leonardos também a isso se referiu.

Disse o Prof. Veríssimo que Capper de Sousa igualmente.

Declarou o Prof. Ruellan que talvez fôssem já do pleistoceno.

Perguntou o Prof. Veríssimo se o Sr. Fróis de Abreu notara mudança sensível do aspecto da zona costeira a partir de Belmonte.

Respondeu o Sr. Fróis de Abreu que de fato a zona norte do Espírito Santo é muito semelhante a Belmonte e muda para o norte.

Outro importante problema é a grande planície do norte do Espírito Santo: nela não existem rochas cristalinas, pois a serra fica muito para o interior e a planície se prolonga pelo oceano a dentro, numa grande plataforma. É sedimentar e corresponde a uma extensa fossa geológica; pode ser que encerre petróleo, tal como no gôlfo do México, mas nunca lá se fêz uma perfuração.

Disse o Cel. Lísias Rodrigues que, através dessa tertúlia, deveria lançar-se nova campanha nessa região, o que foi bem recebido pelo Prof. Ruellan.

Declarou o Cel. Lísias Rodrigues que ao norte dessa região havia o interessante fenômeno do "molungu", uma nuvem densa e escura que se forma a 500 metros de altitude, aproximadamente, sôbre o mar e penetra no continente, com violentos turbilhões, constituindo grave perigo para a aviação. A causa é desconhecida.

Perguntou o Prof. Veríssimo se havia época marcada para tal fenômeno. Apresentou, então, um pequeno trabalho de adaptação de alguns autores americanos, como Preston James, onde indicava a distribuição das massas de ar quente e frio que interessavam ao Espírito Santo. Em janeiro, o ar frio toca a costa e invade o Distrito Federal, explicando, assim, as bruscas variações do tempo; a posição da frente intertropical lembra uma parábola que se estende pelo centro-sul de Goiás, Guaporé, Tabatinga e o limite Piauí-Ceará. Justamente na altura de Belmonte se verifica o limite do avanço máximo do ar frio. Em julho esta frente vai a um ponto além que não conseguiu marcar; o ar frio vai para NE e o ar quente para NW, o que talvez seja a causa dos distúrbios referidos pelo Cel. L. Rodrigues, isto é, sua formação na zona limite das massas de ar.

Por conseguinte, também as chuvas diminuem em Colatina, a partir de julho, não apenas por acaso.

Declarou o Cel. L. Rodrigues que isto vinha esclarecer êstes fatos atmosféricos que se processavam aproximadamente de janeiro a março.

Disse o Prof. Ruellan que é um fato importante, pois é simétrico em relação ao equador, encontrando-se o mesmo ao sul de Marrocos; é uma zona de nevoeiro constante e também de acesso de massas de ar frio. Perguntou ao Cel. Rodrigues se se verifica o deslocamento da massa com as estações. Informou êste que é puramente local.

Declarou o Prof. Ruellan que é uma região limite, pois o nevoeiro, em geral, marca o limite entre a zona de chuvas e a zona sêca.

O Prof. Veríssimo concluiu, em grosso modo, que Belmonte é o limite de alguma coisa, sendo, de maneira geral, zona de perturbações. Seria interessante acumular dados climáticos para fazer adaptações cartográficas, entregues a especialistas no assunto. A povoação pescadora de Jacareípe leva, além disso, um gênero de vida que depende dos ventos; é uma agricultura associada à pesca e sem qualquer expressão econômica. Ampliando o inquérito, colheram informações dos práticos afeitos ao mar que indicaram a mudança do rumo dos ventos em certas épocas do ano.

O Sr. Miguel Alves de Lima esclareceu ao Prof. Lindalvo Bezerra que interpretara os dados de chuvas, mostrando a irregularidade ao norte do Estado e as diferenças com o sul, onde o verão e o inverno são mais bem marcados. A sêca se acentua para o interior.

A seguir, o Prof. Lindalvo Bezerra deu a palavra ao Prof. Ruellan que agradeceu ao tertuliano a apresentação do relatório final da excursão, um dos mais difíceis, não só, pelo meio de transporte, o trem, como pelo mau tempo que prejudicou as observações e as fotografias.

Esta viagem veio confirmar as noções gerais do relêvo, já relatadas, entre Colatina e Vitória, e o desenvolvimento das formas da erosão e do povoamento, mais avançados que ao norte de Vitória.

Referiu-se então ao método de trabalho seguido para a elaboração dos relatórios da excursão, que pode ser considerado como um padrão. Cada equipe fêz seu relatório e com a secretária científica da excursão, a Srta. Fanny R. Koiffman, elaborou êle mesmo o relatório geral; cada membro das equipes foi pelas mesmas designado para apresentar uma parte dêste relatório geral a um auditório mas amplo, a fim de ser discutido e, assim, deixou-se de lado o que estava incerto e completou-se o que tinha lacunas. Foram, portanto, ao terreno para colhêr observações e, obtidas estas, compararam os resultados com bibliografia, mas principalmente submeteram-nos nas tertúlias a conhecedores das regiões; considerou ser êste o melhor meio.

Nesta excursão percorreram sucessivamente um trecho do vale do Paraíba, depois de atravessar a serra do Mar, a zona da mata de Minas Gerais, o sítio e os arredores de Belo Horizonte, estendendo-se até a zona de campos cerrados na região calcárea, a zona metalúrgica, com a velha mineração do ouro e a moderna explotação do ferro, descendo o vale do rio Doce até Vitória.

Grandes problemas se impõem, aliás comuns a outros do planalto oriental do Brasil; os resultados serão publicados e as conclusões apresentadas representarão qualquer coisa de concreto.

Concluindo, disse o Prof. Ruellan, agradecendo à Srta. Fanny Koiffman o seu concurso como secretária da excursão e das tertúlias e anunciou que se seguiriam as tertúlias referentes à excursão a Angra dos Reis, de que foi secretária a Profª. Mariam Tiomno, que será de agora em diante a nova secretária das tertúlias.

Encerrando a sessão, o Prof. Lindalvo Bezerra apontou o interêsse e a qualidade dêsse método de trabalho, que trazia novas correlações e novos frutos, indicando ainda novos caminhos a seguir. A próxima série de palestras versaria também sôbre uma parte muito importante e problemas interessantes seriam trazidos à baila.

☆

OCTAGÉSIMA SEXTA TERTÚLIA, REALIZADA A 21 DE NOVEMBRO DE 1944

APRESENTAÇÃO PELA PROFESSORA MARIAM TIOMNO DO RELATÓRIO GERAL DA EXCURSÃO A GUARATINGUETÁ, CUNHA E PARATI — O VALE DO PARAÍBA — APROVEITAMENTO HUMANO — DE GUARATINGUETÁ A CUNHA — O NÍVEL DAS MEIAS-LARANJAS E A SERRA DE QUEBRA-CANGALHA — A PENEPLANÍCIE — APROVEITAMENTO HUMANO — DE CUNHA A PARATI — NA ANTIGA ESTRADA DE TROPAS — MORRO DO DIVINO MESTRE — TABUÃO — SERRA E CIDADE DE PARATI — APROVEITAMENTO HUMANO. DEBATES: INTERPRETAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DAS RELAÇÕES DO VALE DO PARAÍBA COM AS SERRAS DO MAR E A MANTIQUEIRA PELO PROF. FRANCIS RUELLAN

Presidindo a sessão, o Prof. Lindalvo Bezerra anunciou a apresentação pela Profª Mariam Tiomno do relatório geral da excursão a Angra dos Reis, realizada entre os dias 29 de outubro e 2 de novembro de 1943. Foi patrocinada pela Faculdade Nacional de Filosofia e Conselho Nacional de Geografia e dirigida pelo Prof. Francis Ruellan. Foram por Guaratinguetá, Cunha, Parati e voltaram por Mangaratiba.

Tomando a palavra, a Srta. Tiomno disse que partiram para Guaratinguetá pelo noturno, e, em virtude de um forte atraso de trem, as observações iniciaram-se perto de Pombal. Abordaria o trecho que se estende daí até Parati. A segunda parte seria tratada em próxima tertúlia.

Em Pombal, a forma de relêvo dominante é a de "meias laranjas", aproximadamente de 50 a 60 metros de altura, típicas de terreno arqueano em região tropical úmida. Êsses morros, geralmente arredondados, aparecem às vêzes alongados, separados por pequenas ravinas escavadas por águas torrenciais.

O terreno é bastante erodido e decomposto e os afloramentos da rocha matriz (provàvelmente gnaisse ou granito) são muito escassos.

O desflorestamento é intensivo; notam-se vestígios da antiga mata devastada durante o Império para o plantio do café. Êste já se acha substituído por vários produtos agrícolas. A principal atividade humana é a pecuária e seus sub-produtos.

Antes de Resende, onde o Paraíba descreve uma grande curva, o vale se alarga e apresenta uma extensa planície sedimentar, seguida por um nível terciário bem regular (bacia de Resende). A W. se estende o nível de "meias laranjas" do arqueano e, no fundo, destaca-se a serra da Mantiqueira com um perfil muito irregular.

Adiante, observa-se um terraço intermediário que indica um leve rejuvenescimento. O terraço intermediário foi utilizado pelo homem, que aí construiu algumas habitações isoladas, uma capela e um curral para o gado. Cortando o terciário há seguramente dois níveis de erosão: um regular, perto do nível atual e o outro, mais elevado, constituído por colinas.

Assinalando o antigo nível de erosão vêem-se seixos rolados numa espessura de 60 centímetros, a uns 5 metros acima do leito da estrada, estendendo-se até Resende. Observa-se aí, também, estratificação de argilas de côres diferentes.

À saída de Resende a paisagem quase não se altera. Distinguem-se perfeitamente os três níveis do terciário, das meias laranjas e da serra da Mantiqueira. A atividade humana é ainda a mesma: criação de gado, notando-se pequenas culturas em tôrno dos casebres.

Entre o nível de meias-laranjas e o rio Paraíba há 2 terraços; o mais alto, em forma de dorso alongado, parece ser terciário e é recoberto de vegetação secundária graminácea; o mais baixo é constituído de aluvião recente e possui uma vegetação mais densa.

A bacia terciária prolonga-se para W., acompanhando o leito do Paraíba; seu eixo menor tem 3 a 4 quilômetros.

Na zona de Campo Belo, as meias-laranjas do arqueano continuam marginando a bacia terciária e, ao longe, ao N., dominando as regiões circunvizinhas, ergue-se o maciço do Itatiaia.

Nos cortes, ao lado da ferrovia, seixos rolados mostram o antigo leito do rio.

À direita vê-se o cone de dejeção de Campo Belo.

Adiante, as camadas do terciário repousam diretamente sôbre o gnaisse e apresentam-se levemente inclinadas.

Seis a sete quilômetros além da estação de Barão Homem de Melo, o terciário se estreita e apresenta formas rejuvenescidas. As meias-laranjas se aproximam do rio. A montante, dá-se um novo alargamento da bacia.

Chegando à divisa Rio-São Paulo nota-se que a espessura da camada de decomposição das rochas aumenta.

No rio Paraíba notam-se afloramentos de rochas formando-se mesmo, a seguir, uma pequena cachoeira.

Na região de Salto, o rio apresenta um declive muito forte e se encaixa no seu leito rochoso descrevendo curvas sem adaptação visível à direção das camadas, inclinadas para NW. Após Queluz, o Paraíba corta ainda os afloramentos sem considerar a direção das camadas, dando a impressão de uma epigenia.

Adiante, após um nível de seixos rolados, as camadas mostram-se paralelas à direção do rio.

O vale do Paraíba, em virtude das retomadas de erosão, apresenta diversos terraços que são utilizados pelo homem. Nota-se um, modelado em argilas lateríticas, logo após a cascata, tendo aproximadamente 10 metros de altura; outro é ocupado pela Igreja e uma parte da cidade de Queluz; adiante, habitações miseráveis se assentam sôbre um terraço muito regular, no qual os pequenos vales afluentes são profundos e modelaram vertentes convexas numa

altura aproximada de 10 metros; um outro é ocupado por uma fazenda, compreendendo a casa principal, a dos empregados e o curral para o gado; grande parte da cidade de Cruzeiro situa-se em pequenos terraços.

A cidade de Cruzeiro ocupa, além dos pequenos terraços, uma planície aluvial recente. Meias-laranjas são aí observadas nas duas margens do rio.

Sendo o terreno argiloso surgiram cerâmicas, olarias, mas a base da economia é ainda a pecuária. O gado é visto nas margens do rio, nas pequenas fazendas aí existentes. Algumas das habitações são de estilo colonial, denotando a antigüidade da ocupação da região.

Vêem-se pequenas culturas entre as quais algumas de arroz.

Observa-se ainda uma extração de madeira nas pequenas matas secundárias; estas são vistas em galeria na zona de Itatiaia. De um modo geral a região é desflorestada, recoberta de gramíneas, como o capim sapê, que é aproveitado na cobertura dos casebres. Já se pensa num reflorestamento por meio de eucaliptos e são observadas boas plantações em Engenheiro Passos e Queluz.

Nessa última localidade via-se, depositado na estação, carvão ensacado em quantidade relativamente grande. Os subúrbios pobres de Queluz, com casas paupérrimas cercadas de plantações de bananeira e milho, se estendem pela margem do Paraíba. Observam-se, também, habitações provisórias de barro batido ou madeira dos operários da estrada que trabalham na retificação da linha Rio-São Paulo.

Em Cruzeiro a atividade humana é mais intensa não só por ser essa região importante zona de entroncamento ferroviário como pelas indústrias que aí se desenvolvem.

As plantações são agora bem mais evoluídas e o gado é visto em muito maior quantidade.

À saída de Cruzeiro, à planície aluvial recente que se apresenta bem larga, sucedem pequenos terraços provàvelmente terciários. Mais adiante, ela é dominada pelas meias-laranjas. O vale se estreita e aparece o gnaisse que é visto nos cortes da estrada.

Os pequenos terraços modelados na argila laterítica continuam porém, a acompanhar o rio.

O vale, depois de Cachoeira, torna-se novamente largo e acima do mesmo vê-se o terraço terciário. Essa planície, apresenta-se intensamente cultivada; é também aproveitada para o gado.

O rio São Gonçalo, afluente do Paraíba, corre por entre os pequenos morros do arqueano, fortemente decompostos. Êsse rio possui um leito arenoso e apresenta, na margem convexa de seus meandros, uma grande sedimentação. Adiante, um ligeiro aprofundamento indica um recomêço da erosão; a seguir passa a correr num vale fortemente escavado, concordando com o vale principal. No alto, nota-se, estrangulado pelos espigões, o antigo ciclo de erosão. Após a estação de Agente Barbosa Cunha, atravessa-se uma região pantanosa dominada por um nível de terraços. Assim chega-se a Guaratinguetá, onde se observa o terciário.

O reflorestamento por meio de eucaliptos apresenta-se mais a miúdo. Da antiga mata restam apenas algumas árvores, nas margens do Paraíba e no cimo das colinas. Nos vales, onde há maior umidade, desenvolve-se o bambu.

As culturas apresentam-se mais bem organizadas. O solo é geralmente preparado pelo arado.

A indústria de laticínios se desenvolve em Cachoeira e, principalmente, em Lorena.

Essa zona do vale do Paraíba que constituiu outrora uma das mais ricas do Brasil encontra-se, assim, em fase de rejuvenescimento.

Guaratinguetá, uma das mais antigas cidades do Estado de São Paulo, é importante centro agro-pecuário possuindo também uma indústria bem desenvolvida.

Dirigindo-se daí para Cunha, situada ao S., segue-se pela estrada de rodagem que margina o rio São Gonçalo. O seu vale é dominado pelas meias-laranjas do arqueano, que continuam a constituir a forma de relêvo prepon-

derante. Os terrenos são bastante erodidos e decompostos. Após a ponte sôbre o São Gonçalo há uma grande espessura de decomposição. Em seguida à fazenda de criação Getúlio Fortes, dois níveis de esporões alongados cortando o vale assinalam um antigo ciclo de erosão.

O rio se aprofunda e apresenta, à esquerda, um terraço ocupado por uma fazenda.

Adiante, a estrada abandona o São Gonçalo e começa a subir as colinas.

No alto do morro Frio, numa altitude de 511 metros, foram medidas camadas de gnaisse: direção, N. 62 W.; inclinação, NE. 40°.

Daí descortina-se a paisagem de meias-laranjas clássicas do vale do Paraíba, e, ao longe, a serra do Mar.

Garupas de perfil convexo adquirem para baixo formas mais côncovas por sedimentação oriunda do *"creeping"* (os solos do alto são desagregados e decompostos e estão se movendo lentamente por ação do *creeping*). Em baixo, um pequeno terraço conduz ao vale atual, nìtidamente afundado, marcando um pequeno ciclo de erosão.

À esquerda vê-se uma vossoroca erodindo uma meia-laranja.

Nessa zona intensamente devastada, o tipo de vegetação dominante é o de gramíneas que recobrem os campos artificiais e naturais. De quando em quando ocorrem moitas isoladas. Os campos naturais têm uma tonalidade verde-claro e recobrem solos lateríticos. Situam-se mais em baixo e são utilizados pelo gado. Os cultivados, mais escuros, abrangem as encostas dos morros e são ocupados por pequenas culturas.

Nos vales aparece o bambu, que é utilizado nas cêrcas. A criação é a principal fonte de renda dessa zona em rejuvenescimento. Fazendas com gado são vistas, ocupando principalmente os terraços.

A estrada cruza novamente o rio São Gonçalo, que contorna o morro Frio. Na margem esquerda a sedimentação é bem grande.

Antes de São José o rio se estreita, afunda e forma garganta. Em seguida, o vale se alarga e apresenta terraços recentes bem cultivados.

Os sucessivos ciclos de erosão são bem marcados por vários níveis de seixos rolados.

Em Figueira, atinge-se o nível de meias-laranjas. Estas, vistas do alto apresentam formas bem irregulares, mantendo, entretanto, sempre o mesmo nível, 750 a 800 metros. Há uma transição para espigões com encostas bem acentuadas. O nível de meias-laranjas apresenta uma certa ordem. É constituído por vários alinhamentos separados por vales sinuosos de sedimentação.

Êsse tipo de relêvo lembra o apalachiano pela sua regularidade.

Os vales indicam um antigo ciclo de erosão. São duas bacias de recepção torrencial encaixadas até o cimo.

Vê-se ainda a serra de Quebra-Cangalha, orientada no mesmo sentido que o vale do Paraíba. Completando o quadro, destaca-se ao longe a serra da Mantiqueira.

Cafèzais abandonados, de aspecto desolador, são vistos nas encostas dos morros. Êsses antigos cafèzais, pertencentes à família Rodrigues Alves, substituíram a primitiva floresta. Essa zona é de ocupação muito antiga: data do tempo dos bandeirantes que se dirigiam para o sertão através da garganta do Embaú. Só muito mais tarde foi o vale do Paraíba ocupado pela monocultura do café.

A mata é vista ao longe, no cimo da serra de Quebra-Cangalha, chegando até lá vestígios dos cafèzais. Nos vales profundos, a forte inclinação do terreno, tornando impraticável a cultura do café, conservou até hoje testemunhos da antiga floresta.

Atualmente a vegetação é quase ùnicamente campestre, destacando-se o capim gordura. Observa-se ainda a presença da embaúba e do bambu. À medida que se sobe a embaúba torna-se mais freqüente e mais exuberante.

Plantações de bananeiras e milho nos vales e terraços constituem as principais culturas. Perto de Paiol a banana aparece associada à cana de açúcar e à mandioca.

O gado é visto nos currais e nas encostas que se apresentam bem sulcadas. Os pastos são divididos com cêrcas de bambu.

O principal tipo de transporte é o de pequenas tropas de 5 a 6 burros que levam leite e lenha para Guaratinguetá. A lenha, que é trazida da serra de Quebra-Cangalha, é ainda transportada em caminhão, dando movimento à estrada.

Paiol, no pé da serra a 12 quilômetros de Guaratinguetá, está numa altura de 706 metros, é um pequeno aglomerado de casebres. Possui uma oficina de ferreiro e algumas culturas de consumo local.

Na subida da serra de Quebra-Cangalha, vê-se um afloramento de gnaisse lenticular com variação de fácies alongado de pegmatitos.

A espessura de decomposição aumenta, apresentando-se bem grande perto de Brumado. Êste povoado está situado num platô bem cultivado, formado por um ciclo superior de erosão. Brumado, tendo 5 a 6 casas em tôrno de uma venda, é uma antiga fazenda de café hoje transformada em fazenda de criação.

Daí avista-se para o N. a serra da Mantiqueira, precedida pelo vale do Paraíba com o nível de meias-laranjas.

A transição do nível de meias-laranjas para a serra de Quebra-Cangalha faz-se por meio de grandes esporões que não terminaram sua evolução. Os fundos de vales que os separam provam que houve um antigo ciclo de erosão, hoje utilizado para estabelecimento humano

A seguir, o solo apresenta-se bastante pedregoso e saibroso, aflorando freqüentemente a rocha matriz: gnaisse-granítico muito duro.

O vale do rio que atravessa a região de Brumado é encaixado e apresenta um depósito de seixos muito superior à sua fôrça atual.

Chegando-se ao colo do alto da serra, à altitude 1 000 metros, a paisagem muda bruscamente. Atinge-se uma peneplanície onde se desenvolve a araucária. O contraste da peneplanície, mal drenada, com forte declive da subida é bem grande. As vertentes convexas apresentam-se bem rejuvenescidas.

Na peneplanície, que recebe o nome local de Rocinha, muda-se de vertente. A estrada passa a seguir o vale do Paraitinga, que, talvez por uma captura, se tornou um dos formadores do Paraíba. O aprofundamento é rápido, dependendo diretamente do Paraíba.

A existência de turfa confirma a antigüidade da peneplanície que é um excelente sítio de estabelecimento humano.

Desce-se por um vale largo, onde, numa várzea, encontram-se araucárias de 2 espécies, brasiliensis e pedicular. A derrubada é intensa restando, apenas pequenos trechos de florestas densas com árvores entrelaçadas com lianas e cipós.

Depois de Campo Alegre, divisa dos municípios de Guaratinguetá e Cunha o solo apresenta-se vermelho, formado por argila laterítica, micaxistos e xistos sericíticos decompostos.

O caminho passa a seguir o vale do rio Cedro. Na margem da estrada, assinalando o seu antigo leito há um nível de seixos rolados.

O vale atual, de início largo, pantanoso, de drenagem ruím, torna-se após uma ruptura no seu declive (cachoeira do Cedro) rejuvenescido por forte erosão apresentando-se encaixado.

O desnível que constitui a cachoeira do Cedro talvez seja cíclico. Não se pode deixar, entretanto, de considerar o obstáculo oferecido por uma rocha mais dura, o gnaisse-granítico, capaz de deter a erosão remontante por algum tempo. Essa cascata tem a forma de uma ferradura; é uma Niagara em miniatura, mas de rocha eruptiva. Adiante o rio forma meandros divagantes, notando-se também meandros abandonados; finalmente, segundo parece, apresenta uma certa regularidade. O vale do rio Cedro apresenta portanto 3 ciclos distintos de erosão.

A região é ocupada por fazendas de criação, como a de Gameleira do Sr. Benedito Sales, de Guaratinguetá.

As várzeas são aproveitadas para plantio do arroz e as encostas para mandioca. O arroz também se desenvolve nas encostas por ser úmida a região. Notam-se, ainda, culturas associadas de milho e feijão.

Continuando a viagem, atinge-se a fazenda do Sr. José Verresqui, onde se dá a confluência do rio Cedro com o Paraitinga numa várzea larga bem cultivada. O caminho segue depois o rio Sapê, que consta na carta como rio Facão. O vale é profundo e encaixado entre as colinas. Nas encostas dominam os pastos onde ocorrem, às vêzes, capões fechados. No vale há pequenas plantações de milho, feijão e arroz.

Do alto vê-se bem a grande regularidade daquela superfície de erosão muito antiga.

Em Teodoro Cassinho passa-se para a vertente do Jacuí; o antigo nível de erosão é marcado pelos seixos bem rolados vistos na margem da estrada.

A vegetação apresenta-se mais abundante e exuberante. O feto arborescente surge pela 1.ª vez. Encontra-se a araucária em grande quantidade.

É bem observada a derrubada de árvores para produção do carvão vegetal exportado para o Rio, na razão de 3 000 sacas por mês.

O hábito de preparar a terra em "mutirão" ou "butirão" é aí notado.

Pelo vale do rio Facão, que a estrada acompanha desde Curralinho, atinge-se Cunha. O vale apresenta-se bastante aprofundado e os sucessivos ciclos de erosão são marcados em Curralinho por níveis de seixos rolados. Nas margens do rio cultiva-se o trigo para consumo local.

As maiores produções do município são o carvão de madeira e o milho.

A sua exportação é, entretanto, pequena por ser empregado na alimentação do gado, principalmente suíno. Cêrca de 40 000 cabeças são exportadas anualmente. Dos produtos agrícolas o mais exportado é o feijão, depois a batatinha.

A produção se escoa pela estrada de Guaratinguetá. Há um comércio muito rudimentar com Parati; Cunha envia-lhe feijão e toucinho e recebe em troca peixe e parati. Êsse intercâmbio não se pode desenvolver pela carência de estradas. Cessando o movimento das tropas de Minas e São Paulo para Parati, passando por Cunha, a estrada ficou completamente abandonada não restando atualmente quase nada da mesma.

Cunha, situada sôbre um pequeno esporão, numa altitude de 960 metros, possui cêrca de 250 casas, tôdas antigas, inclusive a Igreja, e uma população de 1 100 pessoas. Goza de um clima temperado e de um regime de chuvas de verão e sêca no inverno. As chuvas vão de novembro a janeiro e são freqüentemente acompanhadas de trovoadas e de fortes ventanias. A geada é aí outro fator climático importante, os seus efeitos se fazem sentir até o mês de novembro, daí não plantarem café.

De Cunha para Parati segue-se de início pela estrada de rodagem de Tabuão, antigo caminho das tropas melhorado durante a revolução de 1932. O caminho atravessa o morro do Apertado donde se divisam dois ciclos de erosão, um cortando as camadas e formando a peneplanície e outro constituído pelo vale. Entre êles há esporões intermediários, num dos quais situa-se a cidade de Cunha.

A vegetação se caracteriza por uma espécie de cerrado conhecido com o nome de "carrascal".

Vêem-se plantações de feijão que abrangem grandes áreas, pequenas culturas de arroz e campos de pastagens com capim gordura.

No bairro de São José da Boa Vista, existe uma capela aonde, nos períodos de grande sêca, os moradores vão em romaria orar para que chova.

Adiante, atinge-se o morro do Divino Mestre, numa altitude de 1 500 metros, distingue-se num 1.º plano a peneplanície dissecada muito confusa. Apresenta níveis intermediários, num dos quais se vê a cidade de Cunha. Nessa peneplanície de 900 a 1 000 metros de altitude há um tipo de rocha homogênea, gnaisse-granítico, que exerce ação determinante na disposição de rêde hidrográfica, em "pata de ganso". Próximo à encosta anterior da serra do Mar

os vales mais distantes apresentam-se alongados indicando uma melhor rêde hidrográfica contrastando fortemente com a disposição muito complicada em "pata de ganso". A serra do Mar apresenta-se como um patamar de descida mais suave para o vale do Paraíba.

Completando êsse quadro estende-se ao fundo o maciço do Itatiaia.

O bairro da Aparição, com 1 220 metros de altitude, é uma das zonas mais frias e de mais intensa geada. Possui alguma cultura de milho e feijão e uma pequena criação de gado.

Daí, a peneplanície apresenta-se com uma forma muito mais regular do que quando vista de 800 a 900 metros de altitude.

A estrada passa a seguir o vale do rio Tabuão, tributário do Jacuí. Nesse vale existe alguma turfa.

No bairro de Tabuão, pequena localidade onde se vê o sítio do Sr. Vitalino e um armazém, há uma espécie de bacia, com dois níveis de espigões bem nítidos. O solo, rico em matéria orgânica, não está ainda bem consolidado.

A vegetação higrófila é de dois tipos; baixa e rasteira nos pontos menos úmidos e com juncos nos lugares de maior umidade. Os juncos parecem representar uma primeira parte da conquista da água pelo solo; indicam o tremedal de água doce.

De Tabuão a Parati, na base da serra, numa distância de 20 quilômetros, o antigo caminho das tropas que vinham de Minas e São Paulo acha-se em completo abandono.

Na subida da serra do Mar, os vales se apresentam jovens, de perfil bem pronunciado. Após o divisor, as encostas dos vales tornam-se muito mais abruptas. Os rios apresentam um regime torrencial e formam várias cascatas sôbre rochas de gnaisse-granítico que ocorrem freqüentemente, não tendo sido visto, entretanto, nenhum bom afloramento.

As chuvas são constantes, chove o ano todo, pois a serra retém a umidade vinda do mar. Aliás, partiram os excursionistas de Tabuão, debaixo de pequena garoa e atingiram o alto da serra sob forte aguaceiro. As observações foram perturbadas pela chuva e pela vegetação que, sendo muito densa, dificulta a visão.

A vegetação, de início bastante viçosa, não apresenta, entretanto, árvores altas; depois, o divisor torna-se mais exuberante dispondo-se em vários níveis bem fechados.

O sistema de colonização dessa zona de matas é o de doação de terras a quem quiser trabalhá-las. A pessoa que assim se compromete marca por meio de uma derrubada a área que deseja ocupar. Tiveram os excursionistas ocasião de ver algumas áreas já apropriadas.

Completada a descida da serra atinge-se a Várzea, conhecida com o nome de Leopoldo, onde começam a aparecer as primeiras fazendas em estilo colonial.

Após a usina que fornece energia para Parati, o caminho cruza o vale do rio Bananal, afluente do Perequê-Açu. Através de uma extensa zona de baixadas com vegetação de tabua chega-se a Parati.

Os vales são bem abertos, de encostas altas separadas por grandes planícies aluviais.

Parati é dominada pelas encostas abruptas da serra e por espigões que se estendem mar a dentro. Nestes vêem-se antigas falésias.

O rio Perequê-Açu, transportando grande quantidade de sedimentos, se lança na baía de Paratí. A sua foz se encontra bastante entulhada.

O pôrto é um atêrro que termina numa ponte de embarque. A cidade, de aspecto bem antigo com casas e igrejas de estilo colonial, foi outrora uma das mais ricas do Brasil.

Vivia do cultivo da cana de açúcar e do seu pôrto. Com a abolição da escravatura e o surgimento das linhas férreas no planalto, paralisando o movimento do pôrto, deixou de se desenvolver e entrou em decadência. Atualmente tende a um ressurgimento. Vive da pesca, do comércio da banana, que é bem cultivada, e do parati.

Em resumo, temos no primeiro trecho o vale do Paraíba seguido pelo nível de meias-laranjas, destacando-se no fundo a serra do Mar ou a da Mantiqueira. O Paraíba apresenta-se bastante aprofundado, concordando com êle os seus afluentes.

Em seguida, sobe-se o nível de meias-laranjas, atingindo-se a serra de Quebra-Cangalha, por meio de um nível intermediário de esporões alongados. No alto da serra a paisagem muda bruscamente, penetra-se num peneplaino, bem irrigado, onde se vêem níveis intermediários.

Surge depois a serra de Parati, recoberta pela mata virgem. Ao pé da serra, o vale se alarga e, em seguida a uma enorme zona de baixadas, chega-se a Parati.

O desflorestamento da primeira zona de ocupação antiga e que já foi das mais ricas do Brasil, é intensivo.

A principal fonte de renda passou a ser a pecuária. Esta não lhe trouxe grande ensejo de sair do isolamento em que caiu com a decadência da cultura cafeeira. A criação de gado não necessita, como a agricultura, de grande número de braços para o trabalho. A região já está, entretanto, entrando numa nova fase agrícola. Boas culturas são vistas nos vales

A mata virgem da serra por explorar oferece também boas possibilidades.

Já se pode, portanto, falar numa fase de rejuvenescimento; entretanto, o reerguimento principalmente do último trecho da zona percorrida seria muito mais rápido e maior se não fôsse a precariedade dos meios de transportes aumentando mais ainda o seu isolamento.

A exposição foi ilustrada com fotografias.

Abertos os debates, o Prof. José Veríssimo referiu-se à diminuição do número dos freqüentadores das tertúlias, lamentando que os mesmos não pudessem observar os progressos principalmente de método das jovens tertulianas. Em seguida, congratulou-se com a assiduidade do coronel Lísias Rodrigues, um dos criadores das tertúlias. O Prof. Veríssimo chamou a atenção para o fato de ter a Srta. Tiomno se referido a florestas em galeria depois da estação Barão Homem de Melo, pois nessa região, segundo parece, só existem capões, restos de florestas. Esclareceu ainda o sentido do têrmo "bairro" empregado pela tertuliana ao designar as diferentes povoações que se estendem de Guaratinguetá a Parati. E' aí uma denominação estritamente local; designa grupos de três ou mais casas em tôrno de uma venda ou em antigas fazendas. O Prof. Veríssimo disse ainda ter a tertuliana omitido a orientação de certas paisagens descritas.

O coronel Lísias, após fazer essa mesma observação, perguntou até onde se nota a ocorrência de araucárias, pois na última tertúlia houve, também, referências a elas. O Prof. Lindalvo Bezerra, respondendo, disse que a sua presença é notada até Conselheiro Pena, no vale do rio Doce. O coronel Lísias assinalou ainda a existência de algumas araucárias acima de Belmonte, numa altitude de 400 metros, admirou-se o Prof. Ruellan da pequena altitude.

O Sr. Peluso, interpelado, disse ter observado que, na serra Geral, em Santa Catarina, as araucárias terminam numa altitude de 1 500 metros, como em uma curva de nível. Indagando o Prof. Veríssimo a temperatura média naquela altitude, respondeu o Sr. Peluso ser de 15°, acrescentando ainda que as araucárias aí se acabam por influência do solo, pois, após aquela altitude, sendo muito fraca a decomposição do diabásio, quase não existe solo. O Prof. Lindalvo disse achar a influência da temperatura maior que a do solo; no Paraná não existem araucárias abaixo de 500 metros. O Sr. Peluso acrescentou que no Rio Grande do Sul as araucárias também só existem acima de 500 metros.

Tomando a palavra, o Prof. Ruellan disse que também se associava ao que fôra dito quanto à clareza, método e conclusão da exposição, assim como sôbre a colaboração do coronel Lísias e outros assíduos participantes das tertúlias. Disse, em seguida, achar-se diante dos problemas mais difíceis da zona litorânea, zona essa cuja origem é muito discutida e cuja evolução econômica dá lugar a uma série de debates.

Quanto às formas, é preciso saber se o vale do Paraíba é originado de falhas ou flexuras. Acrescentou, ainda o Prof. Ruellan que, desde a excursão ao Itatiaia, não duvidava mais da formação por falha restando, entretanto, um problema; pois se se admite a formação por uma falha no lado da Mantiqueira precisa-se, entretanto, saber o que há entre ela e a serra do Mar: se o vale é de ângulo de falha ou um verdadeiro "graben". Essas duas interpretações são possíveis sendo a primeira melhor aceita após o que se observou nessa excursão. Do lado da Mantiqueira há um escarpamento com pequenos rios de declive forte, enquanto que do lado da Bocaina os vales são largos e de pequena declividade, não há aí abrupto. Notam-se as meias-laranjas e em seguida o cimo da serra de Quebra-Cangalha, que é uma superfície de erosão pela uniformidade das cristas, constituídas de camadas de gnaisse inclinadas. Essa superfície se continua pelo rebordo do planalto da serra do Mar, cujas altitudes vizinhas são as mesmas; tem-se a impressão de uma continuidade e não de falhas. Os diferentes níveis correspondem a superfícies de erosão. Em seguida ao enorme diastrofismo terciário houve, por causa dos movimentos eustáticos, vários ciclos de erosão dando vários níveis. Depois da excursão a Volta Redonda não há mais dúvida sôbre a origem fluvial das meias-laranjas, pois foram encontrados seixos rolados em tôdas as alturas.

Nos modelados da serra do Mar e da Mantiqueira há quem veja apenas falhas ou apenas a ação da erosão. O melhor é ficar entre essas duas hipóteses: grandes falhas da parte oriental do planalto brasileiro e depois a erosão se adaptando a êstes movimentos e, finalmente, movimentos eustáticos.

Quanto à serra de Parati, observa-se o mesmo que na serra da Mantiqueira; os rios são extramamente pequenos. A 10 quilômetros do litoral, há rios que se dirigem para o interior e se o escarpamento tivesse como causa a erosão não há dúvida que êsses rios, bem alimentados de água, teriam feito capturas o que não se deu. Trata-se, portanto de um movimento do solo e recente, pois os rios não tiveram ainda tempo para fazer muito trabalho.

A parte de Parati será assunto de próxima tertúlia.

— Do ponto de vista econômico há também um grande problema. A antiga estrada de Cunha a Parati, que já teve um enorme movimento no tempo das tropas, apresenta-se num estado de decadência impressionante. A floresta retomou posse de tudo. O Prof. Ruellan, referiu-se em seguida ao pedido que lhe fôra feito pelo prefeito de Cunha: mostrar às autoridades do Rio a verdadeira situação de Cunha, chamando a atenção para a urgente necessidade de serem melhoradas as comunicações entre Cunha e Parati. No alto da serra dá-se o limite político dos Estados de São Paulo e do Rio, portanto, os melhoramentos da estrada importam aos dois Estados. Cunha acha-se completamente isolada, o que dificulta o seu desenvolvimento econômico, pois é impossível fazer descer os produtos para Parati pela serra, e por Guaratinguetá e vale do Paraíba; o alto preço dos transportes, em virtude da grande distância, não compensa.

O Prof. Lindalvo tomou em seguida a palavra, testemunhando o que já dissera o Prof. Ruellan.

O Prof. Veríssimo chamou a atenção para a situação estratégica da estrada. As revoluções de 1930 e 32 mostram a sua importância, é uma das poucas vias de acesso para o planalto.

O Sr. Miguel Alves de Lima disse que o prefeito de Cunha pedira no mínimo uma turma de conserva a fim de manter carroçável a estrada, pois as chuvas constantes, cavando panelões, não permitem que a mesma se conserve em bom estado por longo período.

O coronel Lísias disse que o Conselho Nacional de Geografia podia dirigir-se ao Departamento de Viação de São Paulo ou ao govêrno do Estado do Rio.

Em seguida foi encerrada a sessão.

☆

OCTOGÉSIMA SÉTIMA TERTÚLIA, REALIZADA A 28 DE NOVEMBRO DE 1944

FISIOGRAFIA DO PARANÁ PELO PROF. SÍLVIO FRÓIS ABREU — A BAIXADA QUATERNÁRIA E OS PLANALTOS ARQUEANOS, PALEOZÓICO E MESOZÓICO — VILA VELHA, A IDADE DO ARENITO E AS FORMAS DE EROSÃO. DEBATES: A ORIGEM DO POÇO PERTO DE VILA VELHA — INTERVENÇÃO DO PROF. ÓTON HENRY LEONARDOS SÔBRE A IDADE DO ARENITO DE VILA VELHA — OBSERVAÇÕES DO PROF. FRANCIS RUELLAN SÔBRE AS FORMAS CÁRSTICAS DOS ARENITOS DE VILA VELHA E SÔBRE AS DOLINAS E "AVENS" (POÇOS) DOS ARREDORES DE PONTA GROSSA

O Eng. Cristóvão Leite de Castro, presidindo a sessão, anunciou a comunicação do Prof. Sílvio Fróis Abreu sôbre sua recente viagem ao Paraná e especialmente sôbre Vila Velha.

Inicialmente, o Prof. Fróis disse que não tivera intenção de fazer uma tertúlia sôbre a sua viagem, mas que ao manifestar suas impressões ao Prof. Ruellan, assumira com o mesmo o compromisso de expor numa tertúlia o que observara. Falaria sôbre *A fisiografia do Paraná e os rochedos de Vila Velha.*

A seguir, disse que o Brasil é uma região de planaltos e que o Paraná define bem êsse aspecto.

O Paraná possui uma topografia muito simples em linhas gerais: uma grande baixada litorânea seguida por três planaltos. Num esquema da região mostrou a baixada quaternária até 20 metros acima do nível do mar, seguida pelos três planaltos, tendo respectivamente 900, 1 000 e 1 200 metros de altitude. Êsses níveis correspondem a idades e solos diferentes.

Do litoral para o interior observa-se: uma baixada quaternária de argilas de formação recente; a serra do Mar, constituída de gnaisse e granito, com uma topografia arredondada, suavizada pela esfoliação. Depois, cristas xistosas do algonquiano, filitos, quartzitos e calcáreos. Segue-se a escarpa devoniana do segundo planalto de rochas sedimentares paleozóicas. Para o interior as séries são cada vez mais modernas: devoniano, carbonífero, triássico. O grande derrame basáltico, triásico forma a última escarpa.

Distinguem-se, portanto, uma baixada quaternária de argilas, um planalto arqueano e algonquiano de granito, gnaisse e filito; um planalto paleozóico de arenito e folhelhos e finalmente, um planalto mesozóico de rochas eruptivas que constituem a feição geral do sul do Brasil, bem caracterizada no Paraná, menos sensível em São Paulo e mais movimentada em Santa Catarina. Em Paranapiacaba há filitos calcáreos correspondentes aos do Paraná.

O Paraná é uma das regiões do Brasil mais adequadas a excursões geográficas pela diversidade de rochas, abundância de fósseis e pelos seus dados fisiográficos e geológicos.

De N. a S. estende-se uma faixa do carbonífero sôbre o devoniano, havendo aí ocorrências de carvão. Êsse planalto constitui também exemplo de relêvo glaciário, pois contém tilitos e argilas glaciais que apresentam trabalhos evidentes de gêlo. Os blocos são de todos os tamanhos, arredondados e facetados. Alguns são tetraedros. Às vêzes têm a face perfeitamente polida pelo trabalho do gêlo; freqüentemente vêem-se estrias. A W. de Palmeira há dêsses seixos em grande abundância.

Nas formações permianas há grande número de fósseis, principalmente marítimos, e répteis. Nos cortes são vistas costelas de *mesossaurus brasiliensis* em grande quantidade.

Vila Velha é um conjunto de rochedos situados a 30 quilômetros a SW de Ponta Grossa. E' uma paisagem natural que extasia quem a vê; é um dos lugares mais propícios à criação de um Parque Nacional. O Prof. Laboriau foi quem primeiro externou essa idéia, que ocorre a todos que vêm a Vila Velha. E' uma camada de arenito bastante erodido, situada no meio dos campos gerais do Paraná. Parece uma cidade gigante em ruínas, daí o seu nome.

Quanto à idade do arenito há várias controvérsias: para uns é arenito Furnas, devoniano, bem caracterizado na segunda escarpa do planalto, de Serrinha a Itararé. Eusébio de Oliveira, em 1912, disse tratar-se de arenito glacial carbonífero. Na *Geologia do Brasil* Óton Leonardos e Avelino Inácio de Oliveira colocam o arenito de Vila Velha no devoniano. Sílvio Fróis coloca o

arenito no carbonífero e disse que encontrou em Ponta Grossa Guilherme Langen, que também afirmou não ter dúvida quanto ao carbonífero. É uma questão de estratigrafia.

A seguir, o Prof. Fróis Abreu sintetizou a região percorrida por meio de esquemas e fotografias, o que já havia feito pela apresentação de exemplares de rochas e fósseis trazidos por êle do Paraná.

Num esquema mostrou o aspecto geral da fisiografia do Paraná: o litoral tendo morros emergidos do oceano aonde se vêem às vêzes sambaquis. Na baixada, os rios formam meandros. Terraços quaternários são também vistos. Ao N. na serra da Ribeira e Paranapiacaba, há camadas muito inclinadas de filito, quartzito e calcáreo; a topografia é semelhante à dos vales em V fechado. A serra do Mar tem um perfil mais suave e menos anguloso que a de Paranapiacaba; é constituída de cabeços arredondados, cobertos de matas. No planalto predominam os campos com capões e nos lugares ainda há um filête de água vêem-se pequenas escarpas de arenito cujas camadas quase que horizontais, são inclinadas no máximo de um grau.

O perfil topográfico do Estado é simples: litoral, serra do Mar, planaltos de arenito devoniano, permiano e triássico; finalmente, a escarpa do planalto de basalto.

Nos planaltos notam-se belos pinheirais.

Vila Velha apresenta uma estratificação do arenito quase que horizontal. Os sulcos verticais, formados pela erosão pluvial, dão aspectos bizarros; com o tempo as fendas se alargam e deixam testemunhos, muitos dos quais em posição de equilíbrio pouco estável. Essas formas são de um vermelho muito bonito que contrasta fortemente com a relva verde-claro dos campos vizinhos. A erosão do arenito é ocasionada pelas chuvas e pela esfoliação do próprio arenito. Nos blocos grandes ao mesmo tempo que a rocha se decompõe, formam-se fendas, em virtude da erosão pluvial, nos lugares de menor resistência, diáclases e pontos de sedimentação. O arenito se decompõe encaroçando, formando reticulados; isso constitui mais um argumento a favor de que o arenito de Vila Velha não é o arenito Furnas, pois nesse a erosão não forma reticulados.

Os espíritos ardentes vêem no reticulado figuras exóticas. O lugar é adequado à criação de um Parque Nacional com hotéis, piscinas, etc.

Em Palmeira observa-se uma micro Vila Velha, em arenito carbonífero assentado sôbre o devoniano. A côr do arenito é idêntica à de Vila Velha. No planalto existe uma argila muito branca, usada na cerâmica; é pura em óxido de ferro.

O rio Tibagi atravessa o planalto devoniano, suas margens são abruptas. Forma rápidos, cachoeiras e contém cascalhos diamantíferos semelhantes aos da África do Sul; é mais um argumento em favor da ligação dos dois continentes quando se deu a separação, os cascalhos destacaram-se da matriz que ficou na África.

Na subida da serra de São Luís, as camadas de arenito devoniano estão assentadas sôbre filitos decompostos. O contacto do devoniano com o algonquiano é bem observado nos cortes da estrada Curitiba a Palmeira.

Na subida do segundo planalto vê-se a escarpa devoniana e ao longe elevações de filitos calcáreos. A escarpa de cêrca de 100 metros de arenito devoniano é quase que horizontal.

Noutro ponto, o arenito devoniano se assenta sôbre tilitos pré-devonianos. O arenito Furnas apresenta-se com falsa estratificação.

Um bloco glacial de arenito é visto acamado em argilas glaciais. Êsse bloco deveria ter estado sôbre um *iceberg* sendo projetado quando o *iceberg* se fundiu. Não possui estrias por ser muito friável.

Abertos os debates, o Sr. Durval de Magalhães Lima pediu informações sôbre um poço existente a 3 quilômetros de Vila Velha.

O Prof. Fróis respondeu que o mesmo dá a impressão de não ter fundo, e que as paredes são a pique. Quanto à sua origem não tem explicação satisfatória. Segundo Eusébio de Oliveira, sua origem é devida a um afundamento do arenito. O coronel Lísias disse que no Arizona há também um grande poço atribuído à queda de um meteoro.

O Sr. Durval Lima perguntou ainda se há ligação entre o poço e o lago que aí existe.

O Prof. Fróis respondeu não ter chegado a um resultado satisfatório e pediu, então, ao C. N. G. para destacar um grupo de geógrafos para estudar a região.

O Dr. Óton Leonardos, tomando a palavra, disse não estar convencido como o Dr. Eusébio de Oliveira de que o arenito de Vila Velha seja carbonífero. A seguir o Dr. Leonardos leu uma comunicação do Prof. Backheuser em que êsse diz ser devoniano o arenito de Vila Velha. Há quem o atribua também ao triássico. Terminou dizendo que o que há é uma série de palpites e que um dêles deve ser certo.

O Prof. Sílvio Fróis disse ter visto arenito Furnas no nível dos campos, e que a 60 metros mais alto pode-se ver arenito de uma côr diferente, idêntico ao de Palmeiras. O Dr. Óton Leonardos acha que o argumento de côr não é suficiente e que não havendo fósseis tudo é palpite. A escarpa de arenito é contínua, estende-se de São Paulo ao Paraná, sendo aí levemente inclinada. No Brasil como na África do Sul existe arenito vermelho dentro de arenito branco, portanto, não se deve afirmar categòricamente a idade do arenito de Vila Velha.

O Eng. Virgílio Correia Filho, lembrando-se de uma formação parecida que vira perto de Cuiabá, a "Cidade de Pedra", atribuída ao devoniano, disse que achava que se devia também colocar o arenito de Vila Velha no devoniano. Sílvio Fróis explicou então que tôda escarpa de arenito submetida a grandes chuvas gera essas formações ciclópicas.

O Eng. Leite de Castro, tomando a palavra, ofereceu a colaboração do Conselho Nacional de Geografia para esclarecer o caso, organizando uma expedição que seria entregue aos Profs. Leonardos e Fróis Abreu.

O coronel Lísias pediu então para incluir no Programa as "cidades-ruínas" do Piauí e Cuiabá. O Eng. Leite de Castro achou que seria interessante apresentá-las primeiramente nas tertúlias.

O Prof. Geiger perguntou se a formação do lago profundo não estaria relacionada com a dissolução do cimento do arenito encaroçado. O Prof. Fróis acha que não. Segundo o Dr. Leonardos seria um banco de arenito, tendo em baixo, folhelhos e que, num dado momento, ter-se-ia dado um desabamento formando uma chaminé circular, o que é muito simples.

O Prof. Válter pediu uma explicação sôbre a falsa estratificação do arenito. O Prof. Fróis respondeu que a mesma é observada em tôdas as elevações.

O Prof. Zarur tomando a palavra disse que o interessante seria bem assinalar o aspecto geográfico da região, pois à geografia interessa mais a forma do relêvo. O Dr. Leonardos acrescentou que a geologia também importa à geografia.

O Prof. Orlando Valverde explicou que tendo estado em Vila Velha com o Prof. Francis Ruellan, pudera verificar serem as suas formas resultantes da erosão pluvial e não eólica como querem alguns autores. São camadas tenras de arenito alternando com camadas duras. Contou 5 camadas duras e 6 tenras. Nas tenras, que são mais atacadas pela erosão, nota-se uma declividade suave e nas duras uma pequena saliência. Junto ao paredão há lacunas onde a água penetra dando origem a caneluras. Notam-se camadas horizontais e paredes verticais ocasionadas pela chuva, e dois planos de clivagem com superfícies lisas. Talvez os planos de clivagem tenham dado as avenidas. O arenito, quando tenro, decompõe-se dando a forma bombeada, suave; quando rico em ferro, forma camadas duras com saliências. No arenito de Vila Velha observa-se, portanto, uma alternância de saliências e reentrâncias. Do ponto de vista da geografia humana quase nada existe.

O Prof. Veríssimo referindo-se à topografia do Paraná disse que a mesma se presta muito bem ao estabelecimento humano. Vila Velha é uma paisagem natural, não tendo sofrido modificações introduzidas pelo homem. A região é bem adequada à construção de um Parque Nacional.

O Prof. Ruellan a seguir explicou que se inaugurava, com a brilhante participação do Prof. Fróis Abreu, uma série de tertúlias sôbre o Paraná. Nas próximas tertúlias serão apresentados os trabalhos da excursão que êle chefiou ao Paraná, patrocinada pela Faculdade Nacional de Filosofia e Conselho Nacional de Geografia.

O Paraná apresenta um grande número de problemas; foram necessários 30 dias de excursão para estudar a região, que é do ponto de vista geomorfológico, dominada pela estrutura, sendo muito importantes, entretanto, as formas devidas à erosão. Uma superfície de erosão pode ser percebida a cêrca de 1 100 metros de altitude, onde as camadas sedimentares são cortadas em bisel. Esta superfície não foi ainda estudada nem datada. A oeste se estende o planalto basáltico trabalhado pela erosão, formando níveis estruturais ou níveis de erosão que também ainda não foram estudados nem datados.

Vila Velha foi bem analisada pelo Prof. Valverde. A chuva que caía impediu uma boa visão sôbre o planalto, mas não deixou dúvidas quanto à ação da mesma na formação de Vila Velha, devida principalmente ao fenômeno de dissolução e de lavagem. Os pequenos alvéolos, *lapiés* e caneluras aí observados são análogos aos de calcáreos; sua formação é aliás a mesma. A erosão elementar e o escoamento difuso são guiados pelas diáclases.

Para os geógrafos, a idade do arenito, carbonífera ou devoniana, é coisa secundária; o que lhes interessa é o *facies* da rocha. Datar é difícil, principalmente quando não se tem fósseis. O importante é verificar como as rochas reagem à erosão. O arenito de Vila Velha é bem trabalhado, é diferente do arenito Furnas cujo aspecto é mais simples.

Da estrada de ferro, ao sul de Ponta Grossa, vêem-se fenômenos cársticos de dissolução, pequenas dolinas moldadas no arenito. Os fenômenos cársticos não são observados apenas em calcáreos, mas também em arenitos como em Itaparica e São Francisco. As dolinas apresentam um certo alinhamento, segundo a direção dos vales, proveniente da desorganização de uma antiga rêde hidrográfica. Houve um movimento do solo seguido de um abaixamento do nível hidrostático e os vales começaram então a formar depressões fechadas.

A origem do poço perto de Vila Velha é devida ao desabamento do teto de uma escavação subterrânea. É um fenômeno cárstico freqüente nos arenitos onde se encontram *lapiés*, caneluras, dolinas e mesmo *avens* (poços), tão nítidos como nos calcáreos. As ações de dissociação, dissolução e de lavagem, de uma parte do cimento dos arenitos são as causas dêsses fenômenos cársticos.

Finalizando, o Prof. Ruellan disse que é preciso colocar nessa paisagem o homem, sendo o clima de Vila Velha ideal para a criação de um Parque Nacional e para o turismo, concordando assim inteiramente com o Prof. Fróis Abreu e o Prof. José Veríssimo da Costa Pereira.

A seguir foi encerrada a sessão.

Êste "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia — Praça Getúlio Vargas, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro, D. F.

Noticiário

Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselho de Imigração e Colonização

OBSERVAÇÕES DO CONSELHEIRO ARTUR HEHL NEIVA SÔBRE SUA RECENTE VIAGEM AO TRIÂNGULO MINEIRO, A GOIÁS E A MATO GROSSO — Realizou-se no dia 6 de novembro último mais uma sessão do Conselho de Imigração e Colonização, sob a presidência do Sr. Joaquim de Pinto Dias e com a presença dos Srs. conselheiros: capitão de mar e guerra, Átila Monteiro Aché, Dulfe Pinheiro Machado, José Oliveira Marques, Artur Hehl Neiva, Ernane Reis e tenente coronel Miguel Laje Saião.

Aprovada a ata da sessão anterior o conselheiro Artur Hehl Neiva foi então solicitado pelo presidente a expor verbalmente, antes da apresentação do relatório definitivo ao Conselho de Imigração e Colonização, suas observações sôbre a viagem que acabou de realizar por determinação do Conselho. Esclareceu o Sr. Artur Neiva os pontos de seu itinerário que compreendeu o Triângulo Mineiro, o centro, o sul e sudoeste do Estado de Goiás e parte leste do Estado de Mato Grosso. Delineou, ainda, as diretrizes gerais seguidas pela Fundação Brasil Central em matéria de colonização e suas realizações até o presente na região em que opera, que se estende de Uberlândia até o rio das Mortes, passando por Itumbiara, Rio Verde, Caiapônia, Barra do Garças e o Vale dos Sonhos, num dos contrafortes da serra Azul. Também descreveu a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, situada na confluência do rio das Almas e do São Patrício, a 142 quilômetros a NNE de Anápolis, no Estado de Goiás. Pôde fazer a comparação entre os trabalhos realizados nas duas regiões, ficando de apresentar brevemente relatório completo.

Antes de encerrar a sessão, o presidente do Conselho depois de rápidas referências sôbre as obras já realizadas pela Fundação Brasil Central, congratulou-se com o desenvolvimento atingido em tão curto prazo pela Companhia Agrícola Nacional e felicitou o conselheiro Neiva pelas observações feitas no decorrer de sua excursão.

★

Coordenação da Mobilização Econômica

REGULADA A REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÕES E CERTAMES SEMELHANTES EM VÁRIOS ESTADOS DO PAÍS — O coordenador da Mobilização Econômica, baixou, no dia 21 de novembro último, uma portaria subordinando a licença prévia da Coordenação da Mobilização Econômica, a realização de feiras, exposições e certames semelhantes, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina Rio Grande do Sul, Espírito Santo Minas Gerais e Goiás, onde mais agudas se têm mostrado as dificuldades no transporte por via férrea. A referida licença só será concedida se o transporte dos produtos ou animais a serem exibidos não preterir o de cargas de interêsse mais imediato para a população do país.

★

Fundação Brasil Central

APROVADOS OS SEUS ESTATUTOS — O Sr. Presidente da República, assinou no dia 30 de novembro último, o Decreto-lei n.º 17 274, aprovando os estatutos da Fundação Brasil Central, instituída, pela União Federal, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 5 878, de 4 de outubro de 1943 e que tem por objeto o desbravamento e a colonização das regiões do Brasil Central e Ocidental, notadamente as dos altos rios Araguaia e Xingu.

A íntegra do referido decreto-lei está publicada na secção "Leis e Resoluções" dêste *Boletim*.

UMA NOVA CIDADE NA BARRA DAS GARÇAS — ENCAMINHAMENTO DE CRIANÇAS PARA O SEU POVOAMENTO — Barra do Garças, a distante localidade goiana, estabelecida na fronteira com o Estado de Mato Grosso, por entre cujos territórios passam os rios Garças e Araguaia, será o primeiro ponto a ser colonizado pela Fundação Brasil Central.

Desde que deixou as funções de coordenador da Mobilização Econômica, o Sr. ministro João Alberto se tem dedicado à obra de desbravar as regiões que separam o norte do sul do país, muitas das quais inteiramente desconhecidas do homem. O ponto mais distante a que atingiu a Expedição Roncador-Xingu, o instrumento desbravador utilizado pela Fundação, é o rio das Mortes, de onde os expedicionários continuarão abrindo estradas, em direção ao Xingu, enquanto se estabelecerem as condições para descer uma nova expedição do norte.

Em Barra do Garças, onde o ministro João Alberto estabeleceu sua sede, mais de trezentos operários, além de engenheiros e técnicos diversos, trabalham em serviços de cerâmica, olaria, etc., serraria e estocagem de matérias primas, afim de atacar a construção de uma nova cidade cujo plano de urbanismo já foi estabelecido.

Agora mesmo, antes de regressar daquela localidade, afim de inaugurar, em São Paulo, o *stand* da Fundação na Exposição da Federação das Indústrias, o Sr. ministro João Alberto dirigiu, pessoalmente, o levantamento topográfico, nivelamento e a demarcação das estradas, ruas e avenidas da futura cidade. Esta será construída num magnífico altiplano de onde se descortina um panorama simplesmente maravilhoso. Demarcou, também a área em que serão construídos os edifícios de ginásio, do hospital e da administração central, além do hotel cujos alicerces aliás já foram lançados.

Na sede da Legião Brasileira de Assistência o Sr. ministro João Alberto entendeu-se com seus membros dirigentes com o propósito de encaminhar as crianças brasileiras para a Barra do Garças. Trata-se no seu entender, de coisa simples, mas absolutamente indispensável para o mais rápido êxito da zona política de colonização e civilização do *hinterland*, tratando-se desde já, para garantir a posse efetiva daquelas vastas regiões do nosso território pelos próprios brasileiros.

Assim a partir de abril do próximo ano, a Fundação estará em condições de receber uma média de cem crianças por mês, até novembro do mesmo ano. A idade para as inscrições dos interessados será desde os seis até os quinze anos. A Fundação receberá essas crianças, fornecerá, desde os primeiros instantes, tôda a assistência necessária, sob a direção de médicos e especialistas, e as instalará confortàvelmente, ministrando-lhes, depois, o ensino adequado.

Uma vez na Barra do Garças, as crianças receberão uma educação especializada, orientada no sentido das atividades agrícolas. Dêste modo, as de mais tenra idade, serão submetidas ao curso primário e as que já estiverem em condições de melhor aprendizado, passarão ao curso de agricultura, com aulas eminentemente práticas. Para isso a Fundação dispõe dos elementos necessários, agrônomos, sementes e campos experimentais.

Uma vez completado o aprendizado agrícola, quer dizer, quando os orientadores dos alunos entenderem que êles já estão em condições de dedicar-se ao seu mister, a Fundação lhes dará ampla liberdade para trabalharem onde bem entenderem. Se, porém, êles desejarem permanecer na região, a Fundação lhes fornecerá terras e instrumentos agrícolas. Assim, os jovens entrarão na vida como proprietários de terras, que êles irão cultivar e cuja produção será adquirida pela própria Fundação.

O Sr. ministro João Alberto já se entendeu a propósito, com a Sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que dirigirá a parte referente ao encaminhamento das crianças, cuja única exigência é não possuírem moléstia infecto-contagiosa. A Fundação não faz questão que os responsáveis desistam do direito de paternidade; mas esclarece que, devido à distância e às dificuldades de transporte as crianças devem permanecer na região durante todo o período do aprendizado, e isso, aliás, em seu próprio benefício, de vez que tôdas elas receberão não só uma orientação sadia, como uma assistência médica e alimentar do que de mais moderno existe nessa matéria.

★

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ESTÁGIO CIENTÍFICO DO PROF. ALÍRIO HUGUENEY DE MATOS NOS EE. UU. DA AMÉRICA — O embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, enviou ao Sr. Presidente da República uma exposição de motivos, solicitando autorização para o Prof. Alírio Hugueney de Matos fazer nos Estados Unidos da América, durante seis meses, o estágio científico oferecido pelo seu Govêrno, por intermédio do serviço especializado U. S. Coast and Geodetic Survey.

É a seguinte a exposição do embaixador Macedo Soares: A Sua Excelência o Sr. Dr. Getúlio Vargas.

Muito digno Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Excelentíssimo Sr. Presidente:

Durante a II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, realizada em nosso país de 14 de agôsto a 2 de setembro último, os dirigentes do Conselho Nacional de Geografia dêste Instituto tiveram entendimentos com os distintos delegados norte-americanos, em tôrno duma possível cooperação do Govêrno dos Estados Unidos que concorresse para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades geográficas e cartográficas no Brasil.

2. Tais entendimentos redobraram de interêsse e oportunidade, diante da criação por Vossa Excelência, com o Decreto-lei n.º 6 828, de 25 de agôsto de 1944, do Serviço de Geografia e Cartografia, como órgão executivo central do mesmo Conselho, o que constituiu sem dúvida a melhor demonstração de aprêço do Govêrno de V. Excia. àquela importante Reunião Científica, pois evidenciou os firmes propósitos do Brasil de levar adiante, eficaz e imediatamente, as recomendações e decisões aprovadas no memorável conclave.

3. A iniciativa do Conselho de estabelecer êsses entendimentos se impunham, diante da excelente oportunidade que se lhe abria do contacto direto com as maiores autoridades técnicas dos Estados Unidos, em assuntos de Geografia e Cartografia, as quais no ambiente do Brasil, manifestaram espontâneamente propósitos de proveitosa colaboração.

4. Os resultados já começam a aparecer pois constitui objeto do presente ofício solicitar a V. Excia. autorização para o professor catedrático classe M. Dr. Alírio Hugeney de Matos, da Escola Nacional de Engenharia, ir aos Estados Unidos, por um período de seis meses, a fim de estagiar nos serviços técnicos americanos, de Geografia e Cartografia.

5. Cumpre-me esclarecer a V. Excia. que a viagem em aprêço se fará por conta do Govêrno americano, conforme se depreende do convite formulado pelo United States Coast and Geodetic Survey, do qual anexo cópia fotostática.

6. A escolha do professor Alírio Hugueney de Matos impôs-se porque, além de ser o catedrático de Astronomia de Campo e Geodésia no nosso mais alto instituto de engenharia, e êle reconhecidamente a maior autoridade profissional em assuntos de coordenadas geográficas, triangulação, topografia e matérias técnicas conexas; e a sua ida aos Estados Unidos será duplamente vantajosa: para a cátedra, pelos conhecimentos novos que adquirir, sobretudo acêrca do ensino da especialização; para o Conselho, quanto aos métodos de trabalho geográfico e cartográfico que naquele país se apresentam tão desenvolvidos e aperfeiçoados, portanto em condições de oferecerem ensinamentos e sugestões valiosas para os nossos incipientes serviços.

7. Ao disposto no art. 2.º do Decreto-lei n.º 1, 2, 8 de 8 de maio de 1939 — que sujeita a saída do funcionário público do país a prévia autorização de Vossa Excia — se acresce a determinação do art. 42 do Decreto-lei n.º 1 713, de 28 de outubro de 1939. "Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União", segundo a qual, sòmente com a autorização expressa de Vossa Excelência, o funcionário poderá ausentar-se do país, antes de decorridos quatro anos, contados da data de regresso da viagem anterior ao estrangeiro.

8. Há incidência desta determinação, pois o professor Alírio Hugueney de Matos estêve ausente do país de 3 de outubro de 1943 a 25 de novembro de 1943, para participar como técnico brasileiro, dos trabalhos da I Reunião de

Consulta sôbre Geografia e Cartografia, de Washington, para a qual foi a convite e por conta do Govêrno americano e representou brilhantemente o Conselho Nacional de Geografia do Brasil.

9. Diante do exposto, atendendo aos altos interêsses da Geografia nacional, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência autorização para o professor Alírio Hugueney de Matos fazer nos Estados Unidos da América, durante seis meses, o estágio científico oferecido pelo seu Govêrno, por intermédio do notável serviço especializado U. S. Coast and Geodetic Survey, sem prejuízo das vantagens do seu cargo.

Renovo a Vossa Excelência os protestos do meu elevado aprêço e mais distinta consideração.

Rio de Janeiro, D. F. em 10 de outubro de 1944. — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Autorizado. — 16-10-944. — G. VARGAS.

CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFÔRÇO DA VERBA — "SERVIÇOS E ENCARGOS" — O Presidente da República assinou no dia 16 de novembro último o Decreto-lei n.º 7 035 abrindo ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito suplementar de um milhão de cruzeiros (Cr$ 1 000 000,00), em refôrço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do mesmo Instituto (Anexo n.º 5 do Decreto-lei n.º 6 143, de 29 de dezembro de 1943).

★

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Exposição de Aeronáutica

SUA INAUGURAÇÃO PELO MINISTRO DA AERONÁUTICA — Foi aberta ao público, na manhã do dia 14 de novembro último, a Exposição de Aeronáutica, depois de ter sido inaugurada pelo ministro Salgado Filho.

Acha-se instalada no Ministério da Educação, no salão apropriado para tais fins, e foi organizada pelo Sr. Garcia de Sousa, diretor do Museu Aeronáutico, com a colaboração de várias autoridades da aviação militar e de elementos da aviação civil e comercial.

Uma dessas autoridades, o tenente-coronel aviador engenheiro Jussaro de Sousa, superintendente da Fábrica de Aviões de Lagoa Santa, contribuiu com uma coleção de livros e gravuras de interêsse geral da aeronáutica.

A Biblioteca Nacional também contribuiu com alguns livros raríssimos e preciosos, os quais estão expostos num mostruário de vidro..

Há outras curiosidade na exposição. Além da reprodução do desenho do helicóptero de Leonardi de Vinci, cujo original escrito em grego, para que ninguém tomasse conhecimento do invento do genial pintor, encontra-se no Museu de Roma, exibem-se os desenhos originais do dirigível "Pax", do nosso patrício Augusto Severo; as primeiras cartas geográficas usadas em viagens aéreas no Brasil, por Edu Chaves e pelo Correio Aéreo Militar, como ainda pelos pilotos do primeiro raide continental a países vizinhos, o famoso raide do "Duque de Caxias" tripulado pelo capitão Arquimedes Cordeiro e tenentes Godofredo Vidal e Francisco Melo, postos que tinham na época. Êsse vôo, que tanta sensação causou em 1931, interrompeu-se com um acidente verificado a 140 quilômetros da capital do Equador.

Noutro mostruário, homenagea-se o índio carajá, tribo pacífica, que habita a região circunvizinha do Araguaia. Sob a direção de frei Pedro e auxiliados pelas freiras do Convento da Conceição do Araguaia os índios carajá construíram, nessa cidade, um campo de pouso. As autoridades da Aeronáutica Civil estiveram, depois no local, examinando a obra, que consideraram em condições de servir ao tráfego aéreo. O resultado é que Conceição do Araguaia passou a ser visitada, semanalmente, por aviões do Correio Aéreo Nacional.

Frei Pedro, que prestou, dessa forma uma colaboração inestimável à aviação, encontra-se nesta capital e fêz questão de preparar um mostruário no qual, por entre fotografias em que aparecem os índios em pleno trabalho de construção do campo de pouso, vêem-se objetos usados pelos membros daquela tribo, muitos dêles de admirável confecção como sejam cestos, adornos e flechas.

O objetivo da exposição é desdobrar perante o público o processo evolutivo da conquista do ar, no mundo, com as experiências e descobertas dos seus pioneiros e inventores e, particularmente, de mostrar o progresso da aviação em nosso país nestes últimos anos.

Os mostruários da Fábrica do Galeão, da Escola de Aeronáutica, da Escola Técnica de Aviação de São Paulo e de outros departamentos e dependências do Ministério da Aeronáutica, como das companhias de transportes aéreos, se destinam a uma eloqüente comprovação do esfôrço que desenvolvemos e do que já alcançamos.

Logo à entrada do certame, depara-se com a maqueta do Panteão dos Aviadores, existente no Cemitério de São João Batista. Ao fundo, um grande mapa do Brasil está ladeado pelos retratos a *crayon* do Presidente Getúlio Vargas e do ministro Salgado Filho, e, um pouco à frente, o escrínio contendo o coração de Santos Dumont e a imagem de Nossa Senhora de Loreto padroeira dos aviadores.

Em grandes painéis, lêem-se conceitos emitidos pelo chefe da Nação e pelos titulares da Aeronáutica e da Educação. O conceito do Presidente da República é um trecho de um dos seus discursos, concebido nestes têrmos:

"A aviação é uma carreira sedutora, porque põe à prova a saúde do corpo e do espírito. Reclama agilidade física e mental, inteligência e nervos, arrôjo e serenidade. Os nossos pilotos possuem essas qualidades. Entre êles já contamos com heróis e mártires, dignos do nosso respeito e da nossa exaltação patriótica".

O que se lê, da autoria do ministro Salgado Filho é a seguinte legenda:

"Pilotos para o Brasil, aviões para os pilotos e técnicos para os aviões. Esta é a flâmula aeronáutica".

O ministro da Educação escreveu:

"O avião é um educador. O avião pode formar, no coração da juventude, os nobres atributos de resistência. Pode ensinar-lhes aquêles dons essenciais à ação — a bravura e a prudência, constantemente exigindo a primeira e aconselhando a segunda e tornando-as coexistentes no espírito, mérito raro, segundo a observação de Salustio".

O ministro da Aeronáutica percorreu todo o certame com muito interêsse, mostrando-se satisfeito. Considerou mesmo, ao cumprimentar os seus organizadores, que nada fôra feito anteriormente comparável à presente exposição.

Além do Sr. Salgado Filho compareceram ao ato o major brigadeiro Armando Trompowski e coronel aviador Armando Arariqbóia, respectivamente chefe e sub-chefe do Estado Maior, coronel Lisias Rodrigues, tenentes-coronéis Armando Meneses e Casimiro Montenegro, numerosos outros oficiais da F.A.B., grande número de aviadores civis, representantes e diretores de companhias de navegação aérea comercial.

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

REGULADOS O DESMEMBRAMENTO A VENDA E A CESSÃO DOS BENS E INSTALAÇÕES UTILIZADOS NA PRODUÇÃO, TRANSMISSÃO, TRANSFORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA — O Presidente da República assinou, no dia 24 de novembro último, o Decreto-lei n.º 7 062, que dispõe sôbre os bens e instalações utilizados na produção transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica ou termo elétrica que pelo aludido decreto, desde que sujeitos às normas do Código de Águas — Decreto n.º 24 643, de 10 de julho de 1934 — e dos Decretos-leis ns. 2 281 de 5 de julho de 1940, 3 128, de 19 de março de 1941, e 6 764 de 19 de agôsto de 1943, ainda que operados por emprêsas preexistentes àquele Código, concorrendo diretamente para aquelas atividades, são vinculados a êsses serviços, não podendo ser desmembrados vendidos ou cedidos sem prévia e expressa autorização dos poderes competentes definidos nas leis e regulamentos sôbre a matéria.

— Os atos dos governos estaduais e municipais que se proponham a promover a desapropriação dêsses bens e instalações, na conformidade do Decreto-lei n.º 3 365, de 21 de junho de 1941, ficam sujeitos a aprovação prévia do Presidente da República, na forma do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e ouvidos o Ministério da Agricultura e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

A CACHOEIRA DE PAULO AFONSO E O DESENVOLVIMENTO DAS FÔRÇAS ECONÔMICAS NACIONAIS — Realizou-se no dia 6 de novembro último no gabinete do ministro Apolônio Sales, a solenidade para a entrega ao titular da pasta da Agricultura de um álbum contendo impressões de vultos os mais destacados do país sôbre a significação de que se reveste a Cachoeira de Paulo Afonso para o desenvolvimento das fôrças econômicas nacionais.

Estiveram presentes àquela solenidade os Srs.: general Eurico Dutra, ministro da Guerra, o arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara, o almirante Aristides Guilhen, ministro da Marinha o embaixador Leão Veloso, ministro interino das Relações Exteriores o agrônomo Oscar Espinola Guedes, presidente da C.B.A.

Fazendo a oferta do álbum ao ministro Apolónio Sales, falou o general Valentim Benício, comandante da 1.ª Região Militar, que, em expressivo discurso ressaltou a importância da eletrificação da Paulo Afonso. Lembrou as palavras de José Lins do Rêgo de que a cachoeira estava rouca de gritar pelos engenheiros do Brasil, para acentuar, a seguir, o sentido da obra que se pretende executar, com a captação das energias de que a enorme queda d'água dispõe.

Em seu discurso, o ministro Apolônio Sales salientou os benefícios que surgirão para todo o país com a eletrificação da Paulo Afonso. Disse que a solução de tão magno problema viria não só contribuir para o progresso brasileiro, como também, aumentar consideràvelmente o padrão de vida do povo. Referiu-se aos exemplos da Rússia e dos Estados Unidos, que devem o seu admirável desenvolvimento industrial à audácia com que se atiram ao plano de aproveitamento de suas energias hidráulicas.

Após frisar o interêsse do presidente Getúlio Vargas pela solução dêsse grande problema, afirmou que dentro de um ano não se ouvirá mais o apêlo angustioso da Paulo Afonso.

★

Departamento Nacional da Produção Mineral

Divisão de Águas

CURSOS D'ÁGUA CONSIDERADOS PÚBLICOS — Em obediência ao disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 5.º do Decreto-lei nº 2 281, de 5 de junho de 1940, a Divisão de Águas do D. N. P. M., do Ministério da Agricultura, depois de meticuloso estudo, considera públicas: I) de uso comum do domínio do município de Lajes, Estado de Santa Catarina, as águas do curso denominado "Caveiras", em tôda sua extensão, incluído naquele município e que se lança no rio Canoas pela margem esquerda.

O critério adotado para a determinação dessas águas foi o seguinte:

1º) o curso d'água foi determinado, partindo de jusante para montante;

2.º) nas confluências foi considerado como principal o de maior bacia hidrográfica.

II) de uso comum, do dimínio do Estado de Minas Gerais, as águas do curso denominado "Machado", em tôda sua extensão. Nasce no município de Pouso Alegre, limita em parte os de Silvianópolis, Parreiras, Gimirim, Machado percorre êstes dois últimos, e limita ainda em parte os de Alfenas e Paraguaçu todos no Estado de Minas Gerais, e se lança no rio Sapucaí pela margem esquerda.

O critério adotado para a determinação dessas águas foi o seguinte:

1.º) o curso d'água foi determinado, partindo de jusante para montante;

2.º) nas confluências foi considerado como principal o de maior bacia hidrográfica.

III) de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do curso denominado "Rufino", em tôda sua extensão. Nasce no município de Lajes, limita êste com o de São Joaquim, ambos no Estado de Santa Catarina e se lança no rio Canoas pela margem esquerda.

O critério adotado para a determinação dessas águas foi o seguinte:

1.º) o curso d'água foi determinado, partindo de jusante para montante;

2.º) nas confluências foi considerado como principal o de maior bacia hidrográfica.

IV) de uso comum, do domínio da União, de acôrdo com o inciso IV do art. 2.º do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, as águas do curso denominado "Cêrco", "São Bernardo" e "São Bernardo", respectivamente nos trechos superior, médio e inferior. Nasce no município de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo percorre o município de Itajubá, Estado de Minas Gerais onde se lança no rio Sapucaí pela margem esquerda.

O critério adotado para a determinação dessas águas foi o seguinte:

1.º) o curso d'água foi determinado, partindo de jusante para montante;

2.º) nas confluências foi considerado como principal o de maior bacia hidrográfica.

V) de uso comum, do domínio do município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, as águas do curso denominado "Sebastião Vilas Boas", "Albinos", e "Albinos", nos trechos superior, médio e inferior incluído naquele município e lançando-se no rio Piranguçu pela margem direita.

O critério adotado para a determinação dessas águas foi o seguinte:

1.º) o curso d'água foi determinado, partindo de jusante para montante;

2.º) nas confluências foi considerado como principal o de maior bacia hidrográfica.

Estas conclusões se apóiam no art. 6.º do Decreto-lei já citado no art. 3.º do Decreto-lei nº 852, de 11 de novembro de 1938 e no inciso III, do art. 29 do Código de Águas.

★

Serviço Florestal

OS EXCURSIONISTAS EM COLABORAÇÃO COM O SERVIÇO FLORESTAL — Os clubes de excursionistas do Distrito Federal, dentro dos quais se encontra uma mocidade vigorosa e dedicada à preservação de suas matas, adotaram uma modalidade de colaboração com o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, que tem dado resultados bastante apreciáveis em favor daqueles salutares objetivos. Enquanto escalam montanhas ou procuram grutas, galgando serras ou transpondo rios, descobrindo novos ângulos panorâmicos ou mergulhando no sombrio das florestas protetoras, os rapazes dêsses clubes dentre os quais quase todos os guias das excursões são guardas florestais, de função relevante e autoridade federal, designados pelo ministro da Agricultura, vão atuando aqui, denunciando ali apreendendo acolá — num trabalho desinteressado de cooperação com a Secção de Proteção Florestal contra os intrusos e desbastadores e os infratores de tôda espécie do Código Florestal.

Recentemente, na excursão do dia 2 de novembro último — um dia feriado propício às atividades clandestinas dos malfeitores das florestas cariocas — o Centro Excursionista Leopoldinense, na pessoa de seu sócio-guia e guarda florestal Sr. Arlindo Dias Pais numa excursão à serra Carioca, teve oportunidade de surpreender um grupo de contraventores da lei em plena mata da União que, aproveitando a ausência dos guardas do Serviço competente, por fôrça do feriado abatia árvores e descia madeira e lenha por um "arrastão" existente nas proximidades do Sumaré.

Os infratores, pressentindo os excursionistas, fugiram a tempo de não serem apanhados em flagrante, mas deixaram parte da ferramenta que foi apreendida e recolhida ao Serviço Florestal pelo próprio presidente do Centro Excursionista Leopoldinense, a quem o chefe da Secção de Proteção Florestal agradeceu a colaboração e cientificou das providências a tomar imediatamente.

★

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

INSTRUÇÕES PARA OS CONCURSOS DE HABILITAÇÃO NOS CURSOS DE ENSINO SUPERIOR — O ministro da Educação e Saúde, Sr. Gustavo Capanema baixou, no dia 29 de novembro último a Portaria n.º 635 dispondo sôbre os concursos de habilitação para matrícula nos cursos de ensino superior, no ano escolar de 1945. Na secção competente dêste *Boletim* será publicada na íntegra a aludida portaria e a parte referente ao programa de História e Geografia do Brasil.

★

Escola Nacional de Música

CENTRO DE PESQUISAS FOLCLÓRICAS PALESTRA FOLCLÓRICA — Em continuação à série de sessões públicas, levadas a efeito pelo Centro de Pesquisas Folclóricas da Escola Nacional de Música, realizou-se no dia 4 de novembro último a palestra do Sr. Darci Rêgo Barros sôbre *A Favela como cabeça de ponte sonora*, com demonstrações pela cantora Iolanda Rhodes.

★

MINISTÉRIO DA FAZENDA

REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO NO CONGRESSO BRASILEIRO DE INDÚSTRIA — O ministro da Fazenda, Sr. Artur de Sousa Costa, designou o oficial administrativo, Sr. Otávio Gouveia de Bulhões para representar aquêle Ministério no Congresso Brasileiro de Indústria, a realizar-se em São Paulo, entre 9 e 16 de dezembro corrente, por iniciativa da Confederação Nacional de Indústria.

★

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTRO DA JUSTIÇA SÔBRE O ACÔRDO DE LIMITES ENTRE OS ESTADOS DE MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO — Sôbre o acôrdo de limites celebrado entre os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro aprovado pela Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, o ministro da Justiça exarou uma exposição de motivos a respeito da validade do mesmo. Essa exposição, que foi aprovada pelo Sr. Presidente da República em 2 de outubro último, foi vazada nos seguintes têrmos:

"Senhor Presidente,

Para pôr têrmos às dúvidas que ainda subsistiam quanto à demarcação e descrição da linha divisória entre os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, os Governos dessas unidades da Federação celebraram, em 10 de abril de 1940, um acôrdo que foi homologado pelo Decreto-lei federal n.º 3 471, de 26 de julho de 1941.

2. Êsse acôrdo autorizava a Comissão Mista, que se constituísse para levar a efeito os trabalhos demarcatórios, a proceder a estudos de pequenas variantes nos trechos em que eventualmente houvesse reclamações por parte dos interessados, procurando por tal forma atender, tanto quanto possível, em justo e equânime conciliação ao critério de *util possidetis* da configuração natural do terreno, da comodidade dos proprietários, junto à linha divisória, fazendo para isso, se necessário compensações de áreas ainda que não rigorosamente iguais.

3. Depois de concluído o trabalho demarcatório na forma prevista e autorizada no citado acôrdo de 10 de abril de 1940, celebraram os dois referidos Estados, por meio de representantes devidamente credenciados, aos 28 de fevereiro do corrente ano na cidade de São Lourenço, o convênio em que minuciosamente descreve a linha divisória entre ambos.

4. E, em seguida, os Governos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro elaboraram, simultâneamente cada um dêles o projeto de decreto-lei estadual que deveria aprovar êsse último convênio a fim de que pudesse ter início a cravação de marcos ao longo da referida linha divisória.

5. Os Conselhos Administrativos de ambos os Estados manifestaram-se favoráveis à aprovação do projeto que a cada um dêles foi submetido.

6. Na Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, o assunto foi inicialmente examinado pelo Sr. Clodomir Cardoso, depois de apreciar a validade dos convênios estaduais sôbre limi-

tes em face do art. 184 da Constituição Federal e a natureza do ato aprobatório dos mesmos convênios, à luz dos arts. 5.º e 16, n.º I, da mesma Constituição foi de parecer que os referidos projetos deveriam ser aprovados, para o fim de serem baixadas as leis estaduais aprobatórias do convênio, embora considerando necessária a posterior promulgação de uma lei federal aprovando o mesmo convênio. Com êsse parecer manifestaram-se de acôrdo os senhores Junqueira Aires, Simões Lopes, Gontijo de Carvalho e Valdir Niemeyer. O Sr. Sá Filho também concordou com a aprovação dos projetos, mas sustentou que as leis estaduais deveriam ser precedidas da lei federal sôbre o assunto. Os Srs. Oto Prazeres e Cleveland Maciel, porém, opinaram pela rejeição dos projetos, por entenderem que, *ex-vi* do art. 184 da Constituição a linha definitiva de limites deverá ser traçada ou demarcada pelo Serviço Geográfico do Exército, o que vale dizer que a União chamou a si, de modo terminante, a tarefa demarcadora e a de reconhecimento da jurisdição.

7. Examinando por minha vez o assunto, Sr. Presidente, cheguei à mesma conclusão que o Sr. Clodomir Cardoso, no parecer, acima aludido aprovado pela maioria da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais.

8. Na verdade o art. 184, da Constituição Federal determinando que "os Estados continuarão na posse dos territórios em que atualmente exercem a sua jurisdição vedadas entre êles quaisquer reivindicações territoriais" e que "o Serviço Geográfico do Exército procederá às diligências de reconhecimento e descrição dos limites até aqui sujeitos a dúvidas ou litígios, e fará as necessárias demarcações — contém, apenas, uma regra destinada a evitar os litígios e a pôr têrmos compulsòriamente às dúvidas surgidas sôbre limites interestaduais. A intervenção da União, porém, para pôr têrmos às dúvidas, de modo compulsório, não impede que os Estados entrem em acôrdo sôbre os mesmos limites inclusive para alterar as divisas e transferir qualquer área sôbre a qual um dêles tivesse jurisdição na data da Constituição. O que esta quis evitar, em suma, foi a lide judicial sôbre limites estaduais sem pretender de modo algum tornar êstes limites inalteráveis.

9. O art. 5.º da mesma Constituição, efetivamente faculta aos Estados, de modo amplo, "encorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexar-se a outros ou formar novos Estados, mediante a aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas em duas sessões anuais consecutivas e aprovação do Parlamento Nacional". Ora, segundo Pontes de Miranda (*Comentários* v. I, p. 237 ed. 1938), no "desmembramento" de um Estado podem ocorrer as hipóteses seguintes:

a) desmembramento com desaparecimento de Estado (do Estado A, desmembra-se um trato de seu território, em duas ou mais partes, que se anexam a outros tantos Estados);

b) desmembramento com a criação de Estado (de Estado A. desmembra-se um trato de seu território o qual passa a construir um novo Estado da federação);

c) desmembramento sem desaparecimento do Estado e sem formação de outra unidade federativa (do Estado A. se separam uma ou mais partes, que, são anexadas a um ou mais Estados).

Essa última hipótese foi precisamente a que ocorreu no caso em exame, pois de acôrdo, na parte em que envolve a transferência de áreas de um para outro Estado, não fêz mais do que o desmembramento dessas áreas e anexação das mesmas ao Estado a que passaram a pertencer.

10. Por último, o inciso I do art. 16 da mesma Constituição declarando competir privativamente à União legislar sôbre "os limites dos Estados entre si", não invalida a norma, acima referida, do art. 5.º, mas, pelo contrário, confirma e repete o que dispuseram êsse artigo e o art. 184 ficando assim, a capacidade legislativa da União circunscrita aos casos em que esta aprova a deliberação das Assembléias Legislativas estaduais, (art. 5.º) ou o laudo do Serviço Geográfico do Exército, art. 184).

11. Nestas condições, meu parecer é que os projetos elaborados pelos Governos dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro — constantes dos processos anexos CENE-645-44 e 906-44) — merecem ser aprovados por Vossa Excelência, expedindo-se a seguir, isto é, depois de baixadas as leis estaduais, o decreto-lei federal aprovando a linha divisória aceita pelos Estados.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do mais profundo respeito. — *Alexandre Marcondes Filho.*

☆

Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais

NOVO MEMBRO DA C.E.N.E. — Foi, empossado nas funções de membro da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, o Sr. M. Paulo Filho, recentemente nomeado pelo Sr. Presidente da República. O Sr. Oto Prazeres ao saudar o novo membro ressaltou as suas qualidades de inteligência e de homem público, e congratulou-se com a Comissão por contar em seu meio mais um elemento de real valor. O Sr. M. Paulo Filho agradeceu a acolhida que lhe foi dispensada e disse da grande satisfação que lhe dera o Sr. Presidente da República ao nomeá-lo para a C.E.N.E.

★

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Divisão de Cooperação Intelectual

CONFERÊNCIA DO SR. JOAQUIM LEITÃO SÔBRE A FIGURA DE JOSÉ BONIFÁCIO — Sob os auspícios da Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores realizou-se no dia 13 de novembro último no salão de conferências do Itamarati, a sessão em homenagem ao Sr. Joaquim Leitão, da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras.

Presidiu a sessão o Sr. ministro interino das Relações Exteriores, embaixador Pedro Leão Veloso, que tinha à direita o Sr. embaixador de Portugal, Martinho Nobre de Melo, e à esquerda o Sr. Joaquim Leitão. Nos outros lugares da mesa sentaram-se os Srs. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, José Bonifácio Ribeiro de Andrada, embaixador Sousa Dantas, ministro Ataúlfo de Paiva, Pedro Calmon e Osório Dutra, chefe da Divisão de Cooperação Intelectual.

O ministro das Relações Exteriores, depois de abrir a sessão em breves palavras protocolares, deu a palavra ao Sr. Pedro Calmon, da Academia Brasileira de Letras, que proferiu sugestivo discurso saudando o conferencista.

Seguiu-se a conferência o Sr. Joaquim Leitão, subordinada ao tema: *O primeiro chanceler brasileiro,* moldada nos seguintes têrmos:

"A primeira vez, que como convidado de honra ergo a minha voz no Brasil, cumpre-me antes de mais nada, agradecer tão honroso e desvanecedor convite ao Govêrno brasileiro, a que preside uma das maiores figuras de estadista, de que se orgulha a América.

Emocionadamente o faço.

Compreende-se bem a minha emoção, não desacompanhada de profundo sentimento da responsabilidade, quando penso que é no Palácio Itamarati, que pronuncio as minhas primeiras palavras:

Que dizer nesta sala, por onde têm passado tantos vultos ilustres da política, da diplomacia, das ciências, das letras ? Que dizer perante o serviço que nesta Casa representa o Serviço de Cooperação Intelectual, criado em Genebra, em cujos trabalhos o Brasil se cobriu de glórias ?

Um só tema podia escolher e o meu próprio espírito o pede: evocar as maravilhas dêste Palácio, povoá-lo das majestosas sombras que através do tempo o enobrecem, e dentre tôdas destacar uma que mais cara seja às duas pátrias, para nela corporizar a homenagem que hoje desejo prestar a uma das maiores nações do mundo.

Consegui-lo-ei ?

Não virei apenas repetir o que sabem melhor do que eu ?

A História repete-se; se não se repetisse ela não seria História. Todos aqui sabem quanto desta casa lhes possa referir. Mas as minhas palavras, que se dirigem à Nação, que tão generosamente me recebe, o Brasil e o Itamarati e para as quais chamo como patrono da minha iniciação o brilhantíssimo orador que é o atual embaixador em Portugal Sr. João Neves da Fontoura, glória da tribuna brasileira e uma das raríssimas exceções em que a fascinação do verbo se alia a deslumbradora linhagem de escritor para a qual a limpidez e a elegância do idioma não têm segredos; as minhas palavras têm um caráter votivo. Não é bem um discurso que me proponho fazer; não é bem falar-lhes dêste Palácio, mas dizer-lhes o que se passa dentro de mim e como vejo êste cenário histórico. As coisas existem imutàvelmente; a impressão que nos causam, sim, pode ser mutável, múltipla e diversa. O deslumbramento de quem recém chega, como eu, certamente não se parece nada com o de quem tem a boa fortuna de ver as mesmas coisas belas todos os dias.

Há uma obra de arte, um mundo, uma vida diferente para cada um de nós. Existe apenas uma Gioconda e uma Vitória de Samotrácia; mas porque cada um as vê através do seu temperamento, há milhares de Monas Lisas, há milhares de Vitórias de Samotrácia.

Também não há sòmente um Itamarati, há um para cada pessoa que tem a honra de subir esta escadaria.

Há também o meu, que reconduz aos meus olhos, outras chancelarias, as quais amanhã me lembrarão êste outro ambiente.

Como às vêzes um nada provoca a visão de um mundo ! e como um esplendor nos vem relembrar certos pormenores que dormitavam na nossa reminiscência !

Quem entra aquela portinha internacional de Downing Street — donde diàriamente emerge para as mundiais repercussões a veneranda juventude de Churchill — dá com modesta escada, que despretensioso corrimão de ferro nos ajuda a trepar. À medida que se sobe, os olhos encontram desde logo pequenos retratos de Primeiros Ministros da Grã-Bretanha, que depois, pelas grandes salas, se ampliam em telas imponentes, ao lado dos suntuosos retratos dos Monarcas.

Êste breve memorandum e a ostentosa galeria resumem-nos a política externa inglêsa. Em minutos pela nossa memória perpassam grandes trechos da história do Reino - Unido, — de que se destacam mais vivos, por mais próximos, o ciclo de Pitt, que dir-se-ia ressuscitado no Primeiro Ministro de hoje, — o de Disraeli, elegante criador do Império das Índias e sincrônicamente se evocam os medalhões de Jorge III, da Rainha Vitória, de Eduardo VII, de Jorge V.

Acudiu-me esta evocatória britânica na afortunada hora em que transpus os umbrais dêste Palácio. Os bustos de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores que projetam clarões na galeria direita da entrada dêste suntuoso paço; as denominações das salas; o precioso recheio; as proveniências das peças de arte, pertences e heranças de imperantes ou ofertas dos titulares da pasta; tudo revive o passado e os fulgores contemporâneos da nobre chancelaria. Estas paredes, estas decorações valem um índice onomástico do fausto político do Ministério, como se o conde da Barca, não na rua do Passeio, mas aqui mesmo houvesse inaugurado as instalações do departamento dos negócios externos da côrte joanina.

Secular casa patrícia, tomou o nome do seu primitivo proprietário, o segundo barão de Itamarati. Era natural. Mas, os acasos são sempre propósitos do destino. Vindo a ser o que é parece um dos tais casos. Itamarati, em língua tupi-guarani significa pedra branca; tantas são as que marcam a história do Brasil que êste imóvel palacego fica bem chamar-se Palácio da Pedra Branca.

As duas vêzes que, no Segundo Reinado, se franquearam os seus salões, uma para comemorar o fim da guerra do Paraguai, outra para o baile em que a oficialidade da Guarda Nacional da Côrte ofereceu ao conde d'Eu, a que também assistiram o Imperador e a Imperatriz, e que se acenderam os opulentos lustres que rebrilharam nos grandes espelhos e ainda hoje resplandecem na tradição, nada foram comparadas com as galas que a política externa do Brasil tem dado ao Itamarati.

Residência presidencial do marechal Deodoro e de Prudente de Morais, aqui se viveram as ansiedades dos primeiros tempos do regime, aqui se discutiu a nova constituição, aqui se deu a assinatura dos decretos primordiais do Govêrno Provisório. À sua aquisição ficou ligado desde logo o nome impoluto de Rui Barbosa; a sua apropriação à Secretaria de Estado relembra a figura do ministro Olinto de Magalhães; à sua ampliação e atual enriquecimento, o nome do barão do Rio Branco orgulho do Brasil, com que também nós portuguêses, ufanamente enchemos a bôca.

Que compenetração da seqüência lusa ! que sentido da hora política ! que intuição de estadista não teve Rio Branco quando o restaurou, o guarneceu de tapeçarias e telas de mestres, para receber o maior diplomata português contemporâneo duas vêzes Grande de Portugal, Sua Majestade D. Carlos I, Rei-Lavrador, Rei-Marinheiro, de gloriosas campanhas oceanográficas, Rei-Artista, pintor de marinhas e sobreiros, de cuja palheta o Itamarati possui uma boa água-marinha; Rei a quem o destino negou as almejadas jornadas — a Itália e o Brasil; Rei Desventuroso, perante quem se assiste hora a hora, retirando precipitados e injustos juízos, ao arrependimento da História !

Quantas figuras ressurgem entre estas paredes ! Agora me lembra o Dr. Lauro Müller, o homem que teve a visão e a sabedoria de promover a ministro no mesmo pôsto um secretário da Legação brasileira em Buenos Aires, hoje queridíssimo e eminente decano dos embaixadores — Sousa Dantas.

Há peças deliciosas provindas do Paço de São Cristóvão que nos recordam terem morado aqui Nilo Peçanha e Dionísio da Gama, e coleções sempre cuidadas pelo amoroso empenho dos

funcionários desta Casa, que são verdadeiras e honradíssimas fôlhas de serviço de Araújo Jorge, da geração formada pelo Barão, e da geração nova, cuja escola segue tão bem, com tanta ponderação e poder de captação intelectual e pessoal, Ribeiro Couto, 1.º secretário da Embaixada em Portugal, querido da Lisboa oficial, da Lisboa intelectual, de Lisboa tôda.

Os Wateau, os Gavarni, os Corot, as delicadas Tanagras tornam a falar-nos do príncipe dos chanceleres.

O valioso Arquivo e a Biblioteca desafia-nos a tentação de percorrer as preciosidades bibliográficas de Duarte da Ponte Ribeiro, de Joaquim Nabuco, de Rio Branco e do visconde de Pôrto Seguro, para quem a brilhantíssima carreira diplomática foi um instrumento para as pesquisas do fundador da História Brasileira, o "Historiador da Pátria, como o cognominou Capistrano de Abreu, e para cuja glória bastavam as contribuições, datadas de Viena, à cartografia medieval, da Renascença e da história dos primeiros descobrimentos do Novo Mundo. Uma parte dêste espólio bibliográfico de Varnhagen guarda-o o Itamarati; Portugal guarda o orgulho de haver sido o seu primeiro educador; a Academia das Ciências de Lisboa o de o ter eleito seu par aos vinte e pouco anos.

E não acaba a magia das ressurreições !...

A sala Joaquim Nabuco, sôbre cuja mesa, desde o tratado de Petrópolis, são assinados os atos internacionais, o seu busto pelo querido Rodolfo Bernardelli; a sala Rui Barbosa, a sala Cabo Frio, visconde Joaquim Tomás do Amaral, com o busto em bronze por F. Rudier; a sala do Piano, onde admiramos o retrato do eminente acadêmico e embaixador J. C. de Macedo Soares, na tela de Medina; o busto de Alexandre de Gusmão, na sala Verde por Charpentier; na sala de Música as miniaturas de Pedro Jacques de Magalhães e Salvador Correia de Sá, fidalgos seiscentistas que pelo Brasil trabalharam na luta contra os holandeses; o retrato, atribuído a Guilard, de D. Luís da Cunha que o ministro plenipotenciário e eminente acadêmico Dr. Augusto de Castro, quando da Embaixada presidida pela gloriosa figura de Júlio Dantas, entregou, acompanhando a oferta com o fulgurante brilho da sua palavra ao chanceler Osvaldo Aranha que, mais uma vez com a sua compreensiva alma de brasileiro consubstanciou o imperecível afeto do Brasil a Portugal numa oração magistral e inesquecível; tôdas estas obras de arte familiares a quantos aqui impressionam deslumbradoramente; tôdas estas imagens, estas pratas, êstes cristais, êstes mármores nos avivam, em rápida rememoração a política externa do Brasil e alguns dos seus notáveis chanceleres.

Esta chamada de vulto tenta-nos a percorrer de novo o Palácio. As casas e as obras de arte são como as pessoas: temos de as ver mais de uma vez, para as sentirmos inteiramente; são como as cartas que para nós contêm íntima razão de ansiedade; lêem-se de um jato, e vêzes sem conta voltamos a revê-las para a saboreada felicidade do pormenor.

Repasso êste cenário opulento, que por si só constitui museu histórico e documental, subo a escadaria de mármore, entro no Salão de Honra, tapetado pelo rico Aubusson, que pertenceu ao marquês de Abrantes, característica Regência, que persiste na sala Nabuco, onde nos ficam os olhos da marinha de Ziem evocadora da cidade do silêncio. Vale a pena parar uns instantes na sala Pedro II, só para ver, à luz do lustre de prata barroco, o esbôço da célebre tela de Pedro Américo o "Grito do Ipiranga", que sugestivamente nos diz quanto os estudos dos coloristas e os esbocetos dos estatuários se parecem com as fundições e refundições dos prosadores.

De acôrdo que nada mais inútil do que o intuito, bem longe de mim, de avivar, já não digo de descrever-vos riquezas, fatos, imagens, tão cotidianamente vossas conhecidas. Que se me perdoe esta naturalíssima impressão de ser Portugal que aqui está a ouvir-me, e de me não cansar de ver e rever tudo isto. E' que não há salão onde a vista e a sensibilidade se não prendam a qualquer motivo de magnificência ou de bom gôsto: aqui a suavidade de uma tapeçaria francesa adiante os tons quentes de um tapête persa, como o que pertenceu ao Palácio Barbrini; além a graciosa curva de um móvel, a leveza de uma sangüinea, a frescura de uma aquarela, a gravidade de uma gravura holandesa, o vigor de um bronze, a frágil pureza de um cristal, a asa de uma grinalda.

A cada passo se destaca do damasco das paredes um capítulo de história, como o quadro alegórico das credenciais de Ch. Stuart, representante de Portugal nas negociações do reconhecimento da Independência do Brasil, como sabem inspirado num leque da viscondessa de Cavalcante ou como os retratos de D. João VI, de Pedro I, de D. Miguel, de D. Pedro II.

Há pormenores que têm o poder evocador do mármore dos monumentos: o cravo da imperatriz D. Leopoldina ou as credências brasonadas da imperatriz Maria Amélia; o retrato de Carlota Joaquina, a cavalo; candelabros de bronze com mangas de cristal, cuja frouxa luz tanta vez terá sido cúmplice de trêmula, assustada leitura de furtivo bilhete; aquela pêndula de jacarandá, armoriada, que marcou amargas horas históricas no Paço de São Cristóvão...

Tudo é evocador de suntuosidade, tudo chameja côr e refulge ouro, tudo reveste de esplendor e dignidade êste Paço onde o Brasil tem recebido e tratado com o Mundo.

Um senão: na legenda que corre na cimalha de mármore verde da Sala do Grande Chanceler:

"Neste gabinete de trabalho faleceu em 11 de fevereiro de 1912, o grande ministro das Relações Exteriores, barão do rio Branco".

Perdoai a corrigenda ! O barão do rio Branco não morreu; naquela data decansou das fadigas da chancelaria e dos dissabores da vida, porque vive e viverá no Brasil, em Portugal, na história da diplomacia dêste continente e do mundo.

Há na verdade, homens que demonstram a imortalidade !

O Brasil tem mais dêsses incontestados imortais.

Muito desejaria deter-me no estudo de várias figuras, e são tantas ! que honram a história da diplomacia brasileira. Como penhor e símbolo dessa aspiração, rendo o meu preito, pàlidamente sem dúvida, a um dos maiores brasileiros do século XIX, o qual por fôrça se há-de nomear quando se trate de política externa brasileira ou da Independência do Brasil: José Bonifácio de Andrada e Silva.

A figura de José Bonifácio, que se consubstanciou nas duas fases da sua vida, a portuguêsa e a brasileira, é tão grande que feita pela História a sua chamada solene em qualquer das duas pátrias, a mesma voz responde:

— "Presente" !

Portugal quer-lhe, como se quer a filho dileto. A sua formação mental fizemo-la nós: O moço escolar, cujo talento a penetração pedagógico de Fr. D. Manuel da Ressurreição, bispo de São Paulo, quis captar para a Igreja, cursou em Coimbra, ali se doutorou, regeu Metalurgia e ombreou com Brotero, com Correia da Serra com Manuel José Barjona, com João Antônio Monteiro. Pelo braço do duque de Lafões entrou aos 26 anos, na nossa Academia Real das Ciên-

cias que luso-brasileira nasceu, porque contou entre os acadêmicos fundadores brasileiros eminentes como: o doutor José Correia Picanço, cirurgião-mor do Reino; o criador da Arcadia Ultramarina, doutor Manuel Inácio da Silva Alvarenga; o poeta e jurisconsulto doutor Joaquim da Amorim Castro; o doutor Vicente de Carvalho, lente de Cirurgia na nossa velha universidade.

Depois de cursar Coimbra, a munificência da rainha D. Maria I mandou José Bonifácio "cursar na Europa", na expressão de Latino Coelho. Foram dez anos de estudo, das ciências naturais, especialmente química e montanística, de privança com os sábios da época — Chaptal e Fourcroy, e o grande Volta.

Por onde passava, José Bonifácio era o primeiro: matriculou-se em Coimbra, e dos bancos universitários ascende à cátedra; estuda ciências naturais e proclamam-no sábio, como fêz Karl Bruhs, o biógrafo de Humboldt; os franceses invadem Portugal, alista-se no Corpo de Voluntários Acadêmicos, encorporaram nada menos de vinte estudantes brasileiros; comandados pelo lente de Cálculo, doutor Tristão Álvares da Costa, bate-se contra Soult; é louvado por Bersford, em ordem do dia, pelos serviços prestados no comando da guarda-avançada do exército luso-brasileiro que entrou no Pôrto e promovido a tenente-coronel; eleito acadêmico, vem a ser o 5.º secretário perpétuo da Academia Real das Ciências.

Por duas vêzes se ausentou de Portugal: a primeira para o cruzeiro científico pela Europa que acabou por também reconhecer que nada tinha a ensinar-lhe; a segunda separação, mais longa, êle mesmo a anunciou no Discurso-Histórico de 1819, a sua despedida:

He esta, ilustres Academicos, a derradeira vez, sim, a derradeira vez (com bem pesar o digo) que tenho a honra de ser Historiador das vossas tarefas.

Como o sol que doira todos os pontos da Terra onde dá, José Bonifácio que refulgira na ciência, na cátedra e no campo, professando dirigindo e descobrindo, ia agora resplandecer nas cumiadas da política. De Lisboa partira com propósito e programa: — *He forçoso deixar o antigo, que me adoptou por filho, para hir habitar o novo Portugal onde nasci.*

Ainda teve a ilusão de que poderia continuar no Brasil a vida científica. Tanto assim que, agradecida a carta de conselho e a recepção e o convite que lhe fêz D. João VI para a magistratura suprema da projetada Universidade, se fecha na sua casa de Outeirinhos. Mas dali mesmo, redigiu o plano da autonomia brasileira, não se quedou nas regiões da ideologia. Assim que os acontecimentos comandaram, o Mousinho da Silveira do movimento separatista brasileiro abandonou o monacato de Santos, interrompeu para sempre as pesquisas auríferas; em que pelo solo brasileiro andava com o irmão Martim Francisco. O destino imperioso chama-o, a concluir o enunciado pela heróica tropa dos Guararapes.

Salvo o Brasil das primeiras ameaças de deslumbramento, pela sua sensaíssima visão, jugulados os extemporâneos pruridos republicanos do exaltado Ledo, é José Bonifácio quem dirige tôda a máquina da Independência desde a condução dos fatos à entrada de D. Pedro I em cena.

Em meia dúzia de anos decorrem tôdas as culminâncias e tôdas as desilusões de estadista: Primeiro ministro e primeiro chanceler dos Negócios Estrangeiros do Império, é José Bonifácio quem desenha a Bandeira do Brasil Independente, êle, que traçara a nova potência, é quem simbòlicamente concebe e lega ao Brasil o áureo pendão da Pátria; afastado do Poder pelo Imperador, chamado novamente a governar, demitido pela ingratidão constitucional de D. Pedro, êle que, no elogio histórico de D. Maria I, bem provaria saber com quantas letras se escreve a palavra gratidão; endoado pelo exílio; tutor dos quatro filhos do Imperador, quando o monarca abdica e deixa o solo brasileiro; tornado a deportar pela Regência, julgado, absolvido; hoje a representar majestosamente o Brasil na antecipação do Pan-americanismo, onde se encontra com Washington, com Benjamim Franklin, com Bolivar, com San - Martin, amanhã esquecido; nada pode contra o seu nome glorioso nem o tumulto dos acontecimentos nem a versatilidade interesseira dos políticos nem a falibilidade do favor real. Contra a sua responsabilidade de homem público e os seus incomparáveis serviços à Pátria, se quebraram as ondas da inveja, e as melancolias do exílio.

A essa tão grande, tão bela, tão excepcional figura que Portugal e o Brasil veneram com a mesma ternura, Portugal quis-lhe sempre bem, e bem continua a querer-lhe.

O culto que lhe vota o Brasil é uma das formas de reverência.

E José Bonifácio vive cada vez mais entre a adoração do velho e do novo Portugal, em que nascera.

Em verdade êle é a expressão das duas Pátrias, ou não houvesse sido o enumerador dessa *profunda afinidade, direi mesmo cumplicidade, de destino e de alma, que une as duas almas lusitanas,* — felicíssima síntese de Osvaldo Aranha, gravada no pórtico do famoso volume de Sérgio Correia da Costa *As Quatro Coroas de D. Pedro I.*

Essa comunhão das duas Pátrias êle a reconheceu antes de todos na concepção, meditada ainda na cela de Outeirinhos, *de uma forte aliança política luso-brasileira tendo por duplo centro de gravitação as duas capitais, com a permanência alternada do Soberano ora numa ora noutra, pelo tempo, que a Constituição designasse.*[1]

A fatalidade política decidiu de outro modo mas não conseguiu apagar os índices de uma fraternidade superiores às convenções ou aos tratados. Nesse concebimento de uma monarquia dualista luso-brasileira se contém, o símbolo expressional do seu coração pertencer às duas pátrias, que êle afinal realizou na sua própria vida. José Bonifácio viveu como êle quis *que fizessem os nossos Monarcas — um tempo em Portugal, um tempo no Brasil.*

Comovidamente se despediu de nós, portuguêses e nós a custo o deixamos partir-se para o estuante Brasil.

Era, então, conforme o dá o retrato da época, um homem na plenitude, cinqüenta e poucos anos, bom arcaboiço para poder com vigílias de sábio e as inquietações da governação, no qual assentava bem o trajo doutoral, em que refulgia a Cruz de Cristo, pendente da fita vermelha que rodeava a volta branca, cabeça de cabelo encanudado, feições regularíssimas, perfeitas, sem uma única ruga, e uns olhos em que chamejava o talento, a energia e certa doçura, já a prelibar da melancolia.

Êsse José Bonifácio nunca mais tornou.

Dobrado mais de um século, voltou no bronze[2] que o neto, também José Bonifácio, há anos embaixador em Portugal, de cujo coração nunca mais saiu — é a magia dos Andradas! e seu ilustre irmão, o terceiro Antônio Carlos ofereceram à Academia das Ciências de

---

[1] Alberto Sousa — Os Andradas.

[2] Vigorosa escultura de Décio Vilares.

Lisboa, quando o embaixador Júlio Dantas veio trazer os agradecimentos de Portugal penhorado pela fraterna assistência, que o Brasil nos dera no ano aureo de 1940.

Êsse José Bonifácio, que há três anos enche de majestade da História a sala de bustos da Academia Portuguêsa, não é, não, o homem da plenitude, mas o varão que as vicissitudes da Política consumiram, arfante, os rolos do cabelo desfrisados e de todo encanecidos, olhos enevoados pelo desprazimento da vida, a máscara sulcada pelas cicatrizes das amarguras, sombra desatenta a tudo quanto não sejam os augustos silêncios.

A essa fascinação da eternidade fui arrancar, de modo algum por acaso, esta ofuscadora figura símbolo da história brasileira. É que, mais que qualquer outra, ela resume a comunhão de dois corpos animados pela mesma alma, de duas nações animadas pelo mesmo espírito, *duas pátrias imortais"!*

☆

O Sr. embaixador Leão Veloso, agradeceu ao conferencista a brilhante peça literária que acabava de proferir, na qual estudou com superior espírito crítico o vulto do Patriarca de nossa Independência.

★

Divisão Política e Diplomática

RECONHECIMENTO DO GOVÊRNO PROVISÓRIO DA FRANÇA — O *Diário Oficial* de 25 de novembro último publicou a nota referente ao reconhecimento do Govêrno Provisório da França, verificado em 23 de outubro passado. É o seguinte o seu texto:

O Govêrno brasileiro resolveu reconhecer, hoje, o govêrno do general De Gaulle como Govêrno Provisório da França. O embaixador Frederico Clark, delegado do Brasil em Paris, de acôrdo com instruções que recebeu do Itamarati, passará nota, hoje, ao Quai d'Orsay, comunicando-lhe essa decisão do Govêrno brasileiro e acentuando o interêsse fraterno com que todo o povo brasileiro acompanhou a resistência heróica do povo francês à tirania do invasor do seu território, hoje liberto, e a admiração com que vê o seu pertinaz esfôrço de guerra contra o inimigo comum. A decisão do Govêrno brasileiro traduz os sentimentos do nosso povo para com a França, ao qual se acha ligado por tão fortes vínculos morais e espirituais, de afeto e de cultura, e tem em vista facilitar ainda mais, daqui por diante, as relações entre os dois povos e governos, tão cordiais em todos os tempos e sempre inspiradas em ideais comuns de paz e de civilização.

Em 23 de outubro de 1944.

★

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Instituto Nacional de Tecnologia

EMPRÊGO DAS UNIDADES LEGAIS DE MEDIDA — A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais em uma de suas recentes reuniões resolveu opinar, unânimemente, para que se proponha ao Sr. ministro da Justiça e Negócios Interiores uma circular aos governos estaduais, contendo têrmos do pedido de providências feito pelo Instituto Nacional de Tecnologia, no sentido de ser lembrado àqueles governos a necessidade de praticarem atos que permitam controlar a aplicação da legislação federal sôbre o emprêgo das unidades legais de medida.

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ENTREVISTA DO MINISTRO MENDONÇA LIMA SÔBRE AS INUNDAÇÕES DE PÔRTO ALEGRE — VIAGEM DE INSPEÇÃO — O general Mendonça Lima, ministro da Viação e Obras Públicas, de regresso de sua recente visita ao Rio Grande do Sul, onde mais uma vez teve oportunidade de inspecionar os serviços a cargo do seu Ministério, concedeu à imprensa desta capital, uma entrevista na qual fêz importantes declarações sôbre o saneamento da capital gaúcha contra a calamidade das cheias. Disse o general Mendonça Lima:

— Mal desembarquei em Pôrto Alegre, tratei de visitar os importantíssimos trabalhos que ali está executando o Departamento Nacional de Obras de Saneamento para salvaguardar a próspera e rica capital gaúcha das temidas inundações do Guaíba. Em maio de 1941, ocorreu, como se sabe, a maior verificada até hoje.

É a repetição dêsse cataclismo que o govêrno federal está buscando evitar para sempre".

— "O rio Jacuí, com o seu afluente Taquarí, inscreve-se numa bacia de cêrca de oitenta mil quilômetros quadrados.

Os ventos dominantes no regime meteorológico lacustre do Rio Grande do Sul são os de nordeste, que ajudam o curso das lagunas para a foz. Mas ocorrem não raro ventos sudoestes que comprimem a lagoa dos Patos contra o Guaíba e cuja coincidência com uma enchente das proporções da citada, poderia ter feito mais funesto ainda a Pôrto Alegre o dilúvio de 1941.

As soluções propostas para obviar êsse fato da rica metrópole riograndense tendiam tôdas a facilitar o escoamento do Guaíba para a lagoa dos Patos ou abrir um gigantesco canal e desviar as águas para o mar.

O nosso Departamento conduzido, pelo Sr. Hildebrando de Góis, mostrou a inviabilidade das soluções propostas e optou por um cinturão capaz de acobertar a cidade das maiores cheias.

Percorri as obras dêsse cinturão, que, partindo do pôrto na extensão de 2 000 metros, prolonga-se pelo bairro dos Navegantes até o Saco do Cabral com 4 500 metros, a seguir pela margem do Gravataí até enraizar no morro do Bernardi, com 8 700 metros. É uma cinta de 15 quilômetros no corpo da cidade.

★

Conselho Nacional de Minas e Metalurgia

AS JAZIDAS DE BAUXITA DE LAJINHA E SANTO AGOSTINHO, EM CONCEIÇÃO DE MUQUI, NO ESPÍRITO SANTO — Reuniu-se o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia sob a presidência do Eng.º Ernesto Lopes da Fonseca Costa e com a presença dos Srs. Edmundo de Macedo Soares e Silva, Bernardino Correia de Matos Neto, Casimiro Montenegro Filho, Antônio José Alves de Sousa, Emídio Ferreira da Silva Júnior e Óton Henry Leonardos.

Aprovada a ata da sessão anterior, passou-se ao expediente, que constou do seguinte:

a) Ofício do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda remetendo os dados de comércio exterior, durante o mês de agôsto, referentes a combustíveis e demais substâncias de origem mineral.

Distribuído ao Sr. Óton Leonardos.

b) Ofício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, agradecendo a designação do Eng.º Óton Leonardos para representar êste Conselho no X Congresso Brasileiro de Geografia.

O Conselho ficou ciente.

Na ordem do dia, o Sr. Casimiro Montenegro Filho relatou o processo constituído de um ofício da Companhia Indústrias Reunidas do Ferro, Alumínio e Cimento do Brasil, em resposta às solicitações do conselho para apresentação de documentos acêrca da constituição e funcionamento da referida Companhia, opinando pelo arquivamento do processo, por não terem sido atendidas pela Companhia as exigências constantes do ofício dêste Conselho de 16 de fevereiro de 1943 e do edital publicado no *Diário Oficial* de 29 de julho do mesmo ano, o que foi aprovado.

O Sr. Emílio Ferreira apresentou o processo relativo às amostras de serras para metais, de aço, carbono, remetidas pela Metalúrgica Nélson Limitada para que sejam experimentadas em oficina oficial, processo que aguarva a presença do Sr. Fonseca Costa, afim de ser deliberado a respeito.

Foi resolvido remeter as amostras em aprêço, ao Instituto Nacional de Tecnologia, para serem examinadas.

O Sr. Bernardino de Matos sugeriu a conveniência de serem convidadas as Companhias Brasileira de Alumínio, de São Paulo, e Industrial Brasil Alumínio S. A., a mandar um representante expor ao Conselho a situação em que se encontram essas emprêsas, a exemplo do que fizera há dias o Eng.º Américo Gianetti, o que foi aprovado.

Por último, o Sr. Óton Leonardos relatou a impressão pessoal que teve das jazidas de bauxita de Lajinha e Santo Agostinho, em Conceição de Muqui, Espírito Santo, parcialmente prospectadas pela Companhia Industrial Brasil Alumínio. Êstes depósitos que se acham a 30 quilômetros da estação de Muqui, distante 200 quilômetros do pôrto de Vitória, demonstraram na parte pesquisada, uma reserva de cêrca de um milhão e meio de toneladas de minério; estendem-se, ademais, por outras propriedades e reaparecem em Bom Jesus de Itabapoana, nos limites do Estado do Rio de Janeiro. O minério de Muqui está sendo exportado para a Argentina, para a fabricação de sufato de alumínio utilizado na clarificação das águas de abastecimento das cidades, tendo tido a melhor aceitação, dado o seu elevado teor em alumina (60 - 62 %) e baixa porcentagem de ferro (2 %). Em parte o minério é também pobre em sílica, prestando-se à fabricação do alumínio metálico pelos processos básicos.

★

Instituições particulares

CLUBE DA UNIVERSIDADE

CONFERÊNCIA DO EMBAIXADOR DA CHINA SÔBRE A CONTRIBUIÇÃO DÊSSE PAÍS À VITÓRIA DAS NAÇÕES UNIDAS E A SUA SITUAÇÃO INTERNA — No dia 28 de novembro próximo passado, realizou-se na sede do Clube Ginástico Português um banquete promovido pelo University Club do Rio de Janeiro, que foi presidido pelo seu presidente interino, Dr. Godofredo M. de Meneses.

A êsse banquete compareceu, como convidado de honra, o Dr. Chiang Tien Koo, embaixador chinês no Brasil, que, embora chegado há pouco, já conta com grande número de amigos e admiradores nos círculos sociais e diplomáticos.

Convidado pelo presidente do Clube da Universidade a falar nessa ocasião, o embaixador chinês pronunciou um discurso de agradecimento, no qual rendeu elevado tributo aos valores educacionais das grandes universidades dos Estados Unidos e a sua importância na era do após guerra. Conquanto se encontre no Brasil há muito pouco tempo, o embaixador mostrou-se profundamente comovido pelas numerosas expressões de cordiais boas-vindas de que fora alvo.

O fato de que o Brasil — declarou o embaixador — mantém um sincero sentimento de amizade para com o meu país só foi claramente manifestado pela calorosa recepção e entendimento simpático com que distinguiu a Sra. Chiang Kai-Shek, quando da sua recente visita a êste país.

Muito antes da invasão nipônica da China, acrescentou S. Excia., já havia ampla evidência do propósito do Japão de conquista mundial no notório Memorial Tanaka. O então primeiro ministro japonês, Tanaka, esboçou ao seu Imperador o plano para a conquista japonêsa do mundo. Em seu programa de dominação mundial, o Japão devia conquistar em primeiro lugar a China e, em seguida, a Índia. Com essas duas nações sob o seu domínio, o Império Nipônico teria sob o seu contrôle oitocentos milhões de pessoas e os recursos econômicos de dois dos mais ricos países do mundo. Se se tivesse concretizado o plano de conquista mundial elaborado por Tanaka, é difícil imaginar qual seria na atualidade o quadro do Globo. Foi a sólida e obstinada resistência da China que pôs por terra os planos cuidadosamente estabelecidos pelo Japão.

"O meu país — continuou o embaixador — tem uma história e civilização de 5 000 anos. Temos uma população de 450 milhões de almas. O nosso território é maior do que os Estados Unidos e o Alasca, juntos. Em nossos 5 000 anos jamais fomos conquistados por qualquer nação, e contudo, senhores, os nipões julgaram que poderiam conquistar uma nação que permanecera por séculos como Estado soberano. Pensaram que seria fácil... em três meses a China seria conquistada... em seis meses... então, talvez dentro de um ano... Sete e meio anos já se passaram e continuamos inconquistáveis. Ainda resistimos. Ainda lutamos. Seremos inconquistáveis.

Teriam êles realmente acreditado que, por um instante sequer, dariamos ouvidos às suas pueris conversas de "paz honrosa"? Não! senhores, os japonêses terão de encontrar algo mais do que a sua fanática adoração pelo seu Imperador ou algo mais do que a sua disposição de morrer por uma causa perdida. Algo maior do que isso; que venham a reconhecer a inutilidade da sua tentativa de manter-se contra as qualidades de bravura e resistência em combate dos chineses, qualidades que conquistaram a admiração de todo o mundo.

Neste mundo em guerra, em marcha rápida, talvez existam pessoas inclinadas a esquecer o que significou a resistência do meu país para a auspiciosa posição em que se encontram hoje as Nações Unidas. Sem a resistência da China não há motivos para se deixar de crer que as tropas japonêsas teriam atravessado o meu país e, depois, a Índia, para estabelecer junção com os exércitos do Eixo no Oriente Médio.

E não olvidemos que quando Leningrado vivia com as suas horas mais sombrias um milhão de soldados japonêses, concentrados na fronteiras de Mandchúria, estavam prontos para o ataque à Rússia, pelo leste. Mas aqui, novamente, foi o temor de um ataque pela retaguarda conduzido pelas fôrças chineses, bem como contínuas ações retardadas, que tornaram impossível aos japonêses fazer o que teria decidido a sorte da Rússia, tendo de enfrentar uma guerra em duas frentes, simultâneamente. E certamente, enquanto nós nos mantínhamos tão resolutos e firmes no combate aos japonêses, num esfôrço tão custoso para nós mesmos, demos tempo a que os Estados Unidos se rearmassem e preparassem depois do insidioso golpe contra Pearl Harbour. Foi essa a contribuição da China à presente guerra mundial.

Mas, senhores, realizamos êsses feitos com sacrifícios e custos espantosos. Não nos foi fácil. Nossas perdas são assombrosas. Cêrca de vinte milhões de baixas. Acima de oito milhões de mortos. Pensai bem, oito milhões de mortos. Imaginai quase tôda a população de Londres ou de Nova Iorque aniqüilada em sete anos. Dez milhões se acham desalojados. Há centenas de milhares de órfãos e viúvas. Nossas indústrias estão tôdas destruidas. Todos os nossos portos se acham bloqueados, e o sistema de transporte paralisado. A fome e as doenças afetam todos nós. Na verdade, sofremos. Contudo, prosseguimos combatendo.

A despeito dêsse esfôrço quase sobreumano, um esfôrço de travar continùamente a guerra por sete anos contra um dos exércitos mais bem equipados já conhecido no mundo, travamos a guerra sòzinhos e pràticamente de mãos vazias. O bloqueio nipônico cortou inteiramente todos os suprimentos, e no entanto conseguimos manter-nos em combate e contivemos o invasor. Mas, a despeito de tudo temos sido alvo de críticas. O meu país foi acusado de dar mais atenção aos negócios internos do que ao esfôrço de guerra total, por causa dos reveses militares registrados há pouco em Cantão.

Fomos também acusados de não possuir união. Nada poderia estar mais longe da verdade. Poderá, talvez, existir falta de união num país que por sete longos anos combateu como um só homem contra o inimigo comum? Se sofremos alguns reveses militares, êsses foram devidos em grande escala à falta de suprimentos necessários e não a divergências políticas em nosso govêrno. Os reveses militares sofridos em Cantão tiveram uma única origem — a falta de material bélico. Logo que esteja aberto um pôrto e os suprimentos cheguem em quantidades vultosas, estou certo, senhores, nenhuma fôrça no mundo poderá deter os nossos soldados no esfôrço para derrotar os japonêses em todos os pontos. Se por sete anos, os meus compatriotas realizaram tal missão magnífica e corajosa de conter o inimigo, contando apenas com o que o presidente Roosevelt descreveu como um "auxílio quase insignificante", imaginai o que o meu país fará quando se apresentar a oportunidade, dispondo de armas e suprimentos necessários!

Seria um prazer citar os que observaram as qualidades combativas do soldado chinês, na frente da Birmânia, onde, com limitado equipamento, as nossas tropas mereceram a reputação de bravos e ferozes guerreiros. Tendo oportunidade, o soldado chinês dará uma resposta aos críticos da sua nação. Que se dê à China três por cento dos suprimentos das Nações Unidas, e o mundo verá a minha nação colocar de joelhos os invasores japonêses.

Em nossa resistência, temos apenas um objetivo — derrotar o Japão. Êsse dia se torna cada vez mais próximo. Esperemos que o mundo relembre a resistência chinesa, que desempenhou um papel inestimável nesta guerra. O mundo sabe que a China contribuiu brilhantemente para a vitória final, e à China atribui-se o direito de receber maiores quantidades de suprimentos.

Os aliados precisam do auxílio da China, na mesma escala em que a China necessita da ajuda dos aliados na luta mútua contra a agressão".

O discurso do Sr. embaixador da China foi muito aplaudido.

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE MINAS E GEOLOGIA

RECEPÇÃO AO PROFESSOR EDWARD STEIDLE — Na sede do Clube de Engenharia, reuniu-se no dia 16 de novembro passado, em sessão extraordinária, o Instituto Brasileiro de Engenharia de Minas e Geologia, para receber o professor Edward Steidle, presidente da Secção Americana do Instituto Pan-Americano de Minas e Geologia e decano da Universidade de Indústrias Minerais da Pensilvânia. O professor Steidle, que está fazendo uma viagem a todos os países da América, já se encontra nesta capital há vários dias, tendo tido oportunidade de visitar as nossas instituições especializadas em geologia e minas sobretudo o Departamento Nacional da Produção Mineral. Dentro de poucos dias, o ilustre visitante partirá para a capital do Peru, onde tomará parte do Congresso Nacional Peruano de Mineração, que terá lugar naquele país. Na sessão extraordinária do IBEMG, falou o Sr. Glycon de Paiva, engenheiro de Minas do D. N. P. M., saudando o professor Edward Steidle, que respondeu pronunciando interessante palestra sôbre assuntos de geologia.

★

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA INGLÊSA

"AS FUNÇÕES DA COROA NA COMUNIDADE BRITÂNICA E NO IMPÉRIO" — O embaixador britânico no Brasil, Sir Donald St. Clair Gainer, pronunciou no dia 9 de novembro último na sede da Sociedade Brasileira de Cultura Inglêsa uma conferência sob o título *As Funções da Coroa na Comunidade Britânica e no Império*.

O embaixador Donald St. Clair Gainer abordou com profundo conhecimento os mais variados aspectos da organização e funcionamento da máquina político-administrativa da comunidade das nações e do Império Britânico e ainda, o estudo das leis sociais vigentes em todos os países que progridem à sombra da bandeira inglêsa, as prerrogativas que lhes assistem na comunhão geral, as leis próprias e a aplicação da legislação metropolitana em casos determinados, o conceito de autonomia administrativa, a concessão do direito de autogovernação, a independência e a autonomia dos Domínios e Colônias, a organização dos territórios sob mandato, a estrutura política, econômica e administrativa e social, dêsses territórios e o estudo comparativo das respectivas legislações, foram temas abordados com alta erudição pelo atual embaixador de Sua Majestade no Brasil.

No seu número correspondente a janeiro de 1945, êste *Boletim* publicará a integra da conferência em aprêço, na secção "Contribuição ao Ensino".

★

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA — RESOLUÇÕES APROVADAS — Realizou-se em sua sede, a Assembleia Geral Extraordinária, convocada por decisão do Conselho Diretor da Sociedade em 5 de novembro último.

A Assembléia foi presidida pelo ministro almirante Raúl Tavares, que foi secretariado pelos Srs. João Ribeiro Mendes e Epitácio Monteiro Pessoa, tomando parte na mesa o Sr. ministro Fonseca Hermes Júnior.

A reunião foi iniciada, tendo o presidente dado a palavra ao 1.º secretário que iniciou a leitura da ordem do dia. Foram aprovadas as seguintes resoluções: 1) do tenente coronel Frederico Augusto Rondon sôbre nomeação de uma Comissão Diretora dos Congressos Brasileiros de Geografia. Foi unânimemente aprovada sendo nomeados os Srs. ministro J. S. Fonseca Hermes Jr., Eng.º Cristóvão Leite de Castro, Dr. Carlos Augusto Guimarães Domingues, Dr. Mário Rodrigues de Sousa e cônsul Murilo de Miranda Basto; 2) do Sr. ministro Fonseca Hermes sôbre os direitos dos sócios honorários, beneméritos e remidos em face dos efetivos. Foi aprovada em parte, sendo resolvido que tanto os sócios beneméritos como os remidos gozam dos mesmos direitos e prerrogativas que os efetivos, para os efeitos dos artigos 22, 24 e 30 dos Estatutos da Sociedade; 3) do Sr. ministro Fonseca Hermes sôbre "Das sessões do Conselho Diretor e da Sociedade". Foi encaminhada à Comissão de Reforma dos Estatutos; 4) do mesmo sôbre os Quadros de Honra e de Benemerência. Foi aprovada, sendo nomeada a comissão constituída pelos Srs. tenente coronel Frederico Augusto Rondon, comandante Luís Alves de Oliveira Belo e comandante César Feliciano Xavier; 5) do mesmo sôbre a doação do prédio ou do terreno em que funciona a Sociedade. Foi aprovada, sendo nomeada a comissão constituída pelos Srs. membros da Diretoria e do Conselho Diretor da Sociedade; 6) do mesmo sôbre o andar térreo do prédio. Foi aprovada sendo nomeada a Comissão constituída pelos Srs. João Ribeiro Mendes, Murilo de Miranda Basto e Carlos Xavier Pais Barreto; 7) do mesmo sôbre o projeto de novos estatutos. Aprovada, sendo nomeada a Comissão constituída pelos Srs. ministro Fonseca Hermes, desembargador Carlos Xavier Pais Barreto, Dr. Mário Rodrigues de Sousa, Dr. Francisco de Sousa Brasil e comandante Oliveira Belo; 8) do comandante Oliveira Belo sôbre as eleições e reeleições e 9) do mesmo sôbre o orador da Sociedade. Foram encaminhadas à Comissão dos Estatutos. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a cooperação e presença dos membros presentes e deu por encerrada a sessão.

POSSE DE NOVOS SÓCIOS — A 16 de novembro último reuniu-se a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sob a presidência do ministro Raúl Tavares. Durante a sessão, o ministro João Severiano da Fonseca Hermes Júnior saudou os Srs. ministro Orlando Leite Ribeiro, cônsul José Maria Reis Perdigão, cônsul Jorge d'Escragnolle Taunay, cônsul Murilo Otacema de Figueiredo Pessoa e engenheiro Valério Caldas de Magalhães. Em seguida, o Sr. Mário Rodrigues de Sousa saudou em nome da Sociedade, o professor Carlos Marie Cantão e o comandante Luís Alves de Oliveira Belo saudou o novos sócios comandantes Armando Pina e capitão-tenente Antônio Mendes Brás da Silva. Após os discursos de recepção, o presidente entregou a cada um dos recipiendários o diploma que lhes conferia o título de sócio titular da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Em continuação, o presidente deu a palavra aos novos sócios, tendo o ministro Orlando Leite Ribeiro agradecido também em nome dos seus colegas do Itamarati que acabavam de ingressar na Sociedade. Seguiram-se os discursos dos demais membros empossados. O ministro Fonseca Hermes propôs que fôsse consignado em ata um voto de congratulações pela presença do Sr. Humberto Vásquez Machicado, ministro plenipotenciário da Bolívia, proposta essa unânimemente aprovada. O ministro Machicado agradeceu a honra e declarou, ao mesmo tempo, que trazia a saudação fraternal da Sociedade de Geografia de La Paz à sua congênere do Rio de Janeiro. O presidente almirante Raúl Tavares felicitou o comandante Brás de Aguiar pela sua presença entre nós, apesar das espinhosas tarefas que lhe exige a Comissão Demarcadora de Limites da qual é o chefe.

★

Certames

CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA

SUA REALIZAÇÃO EM 9 DE DEZEMBRO EM SÃO PAULO — Por iniciativa da Confederação Nacional de Indústria, será realizado, em São Paulo, entre 9 e 16 de dezembro corrente, o Congresso Brasileiro de Indústria, que visa estudar a situação do parque manufatureiro nacional, os problemas que mais de perto se relacionam com suas atividades e fixar os rumos da política industrial no período de após guerra.

A organização do Congresso está a cargo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que nomeou uma Comissão Técnica para estudo do programa do Congresso, comissão essa que está constituída do seguinte modo: presidente, Sr. Roberto Simonsen; membros: Sr. Aldo Mário de Azevedo, Sr. Antônio Augusto de Barros Penteado, Sr. Antônio de Sousa Noschese, Sr. Félix Guisard Filho, Sr. Francisco de Sales Vicente de Azevedo, Sr. Humberto Reis Costa, Sr. Morvan Dias de Figueiredo, Sr. Nicolau Filizola, Sr. Oscar Egídio de Araújo e Departamento de Economia Industrial, da Federação das Indústrias.

Deverão comparecer à reunião de dezembro delegações das Federações Industriais do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, de Pernambuco e do Paraná, e também de outros importantes centros do país, como Pará, Bahia, Ceará e outros.

Já aderiram ao certame os Ministérios da Fazenda e do Trabalho, que serão representados por delegações de técnicos de serviços relacionados com as atividades industriais.

O presidente de honra do Congresso será o chefe da Nação e vice-presidentes o ministro Marcondes Filho e o interventor Fernando Costa; presidente efetivo, Sr. Euvaldo Lodi, e vice-presidentes: 1.º, Sr. Roberto Simonsen presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; 2.º, Sr. Américo René Gianetti, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; 3.º, Sr. Joseph

Turton Júnior, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco; 4.º, Sr. Herbert Bier, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul; 5.º Sr. Heitor Stockler de França, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná; 6.º, Sr. Artur Tavares de Moura, vice-presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, e secretário geral, Sr. Honório de Silos.

A Confederação Nacional da Indústria, escolhendo o mês de dezembro para a realização do certame, quis que êle coincidisse com a 5.ª Feira Nacional de Indústrias, que, assim poderá ser vista pelos industriais dos outros Estados.

Serão membros do Congresso as entidades ou associações de classe da indústria ou associações mistas do comércio e indústria das localidades onde não haja associação industrial; os industriais em geral, e, especialmente convidados, os economistas, os técnicos e as entidades que se ocupem de assuntos econômicos e industriais.

O PROGRAMA DO CONGRESSO

O Congresso em benefício da sua eficiência limitar-se-á a estudar e debater os assuntos constantes de seu programa, formulando certo número de conclusões, sob forma de recomendação.

O programa das Comissões é o seguinte:

1.ª *Comissão* — Estudo das conclusões do Primeiro Congresso Brasileiro de Economia que, particularmente, interessem a indústria. Ordem de prioridade em que deve ser pleiteada a execução das medidas sugeridas.

2.ª *Comissão* — Planificação econômica do Brasil no setor das atividades industriais.

1 — Planificação industrial: o que deve abranger. 2 — Intervencionismo do Estado e iniciativa particular. 3 — Geografia industrial. Escolha das regiões mais adequadas para o desenvolvimento industrial. Centralização e descentralização industrial. 4 — Indústrias de base 5 — Indústrias de transformação. 6 — Fatôres da planificação, sua ordenação no espaço e no tempo. 7 — Mão-de-obra. 8 — Assistência técnica e incentivo ao seu desenvolvimento. 9 — Legislação social e mobilização psicológica. 10 — Legislação fiscal. 11 — Energia e combustíveis. 12 — Transportes. 13 — Organização de crédito. Bancos industriais. 14 — Processo da planificação. Sua defesa e sua harmonização com as demais atividades produtoras.

3.ª *Comissão* — Reajustamento da produção industrial às necessidades do período do após-guerra. Medidas a serem adotadas.

1 — Sobrevivência das indústrias criadas durante a guerra. 2 — Exploração de novas matérias primas. 3 — Liquidação dos estoques adquiridos ou fabricados a preços do período de guerra. 4 — Medidas de proteção às indústrias nacionais no período de reajustamento da guerra para a paz.

4.ª *Comissão* — Produção industrial brasileira. Fatôres de encarecimento e medidas aconselháveis para baixar o seu custo. Produtividade

1 — Custo da produção industrial brasileira: a) mão de obra; b) energia e combustível; c) transportes; d) matérias primas; e) assistência técnica; f) administração; g) gravames fiscais; h) gastos diversos. 2 — Comparação entre o custo da produção nos países industrializados. 3 — Fatôres de encarecimento da produção brasileira. Meios e processos de combatê-los. 4 — Produtividade.

5.ª *Comissão* — Política industrial. Normas mais convenientes a serem adotadas pelo Brasil e sua harmonização a serem adotadas pelo Brasil e sua harmonização com os interêsses das demais classes produtoras e com as necessidades de consumo.

1 — Sentido da industrialização brasileira. Grande, média e pequena indústria. 2 — Industrialização e renda nacional. 3 — Estatística e estudos de economia industrial brasileira. Barômetros econômicos. Nomenclatura industrial. 4 — Tratados de comércio e cooperação econômica. 5 — Política aduaneira. 6 — Leis anti-*dumpings*, coercitivas da ação dos *trusts* e cartéis. 7 — Legislação fiscal. 8 — Legislação trabalhista. 9 — Harmonização da política industrial com as necessidades das classes agrícolas e com o consumidor em geral. 10 — Fortalecimento do mercado interno. 11 — Conquista de mercados externos.

★

CONFERÊNCIA ECONÔMICA INTERNACIONAL

ALMÔÇO OFERECIDO À DELEGAÇÃO BRASILEIRA PELA CÂMARA DE COMÉRCIO AMERICANA DO BRASIL — A delegação do Brasil à próxima Conferência Econômica Internacional, que se realizará brevemente em Rye, Estado de Nova York, nos Estados Unidos, foi homenageada no dia 31 de outubro último com um almôço oferecido pela Câmara de Comércio Americana do Brasil.

Tomaram parte nesse almôço, além de convidados de honra, cêrca de 150 membros da referida instituição comercial e alguns de seus amigos brasileiros.

Saudando os representantes do Brasil o Sr. Searle B. Dougherty, presidente da Câmara proferiu o seguinte discurso: "A finalidade especial da nossa reunião de hoje é a de desejar uma estada feliz e produtiva à delegação que vai representar o comércio e a indústria do Brasil na Conferência Internacional de Economia que se realizará em Nova York, no próximo mês.

Na minha opinião, essa conferência é de um alcance que há de interessar profundamente a todos. Os problemas que hoje se apresentam ao mundo inteiro são muito maiores e mais complexos do que quaisquer outros encarados até aqui. Nunca até hoje os povos da terra presenciaram uma guerra como a atual, e êsse fato de por si próprio comoveu de tal maneira as inteligências de tôdas as nações que se tornaram possíveis conferências como as recentes de Dumbarton Oaks e de Bretton Woods.

Dizer-se que o mundo vai se tornando cada dia menor, pode parecer lugar comum. No entanto é um fato que os aviões modernos podem alcançar em poucas horas qualquer ponto da superfície terrestre, quando semanas e semanas de viagem se tornaria necessárias há alguns anos. Disso resultaram o desenvolvimento excepcional das relações comerciais e a destruição das barreiras que fórmulas e costumes respeitados durante longos anos tinham levantado entre países. As nações cada dia se tornam mais interessadas nos usos e costumes de povos que dantes pouco ou nada conheciam. O nível de vida mais elevado de algumas nações é exigido pelos cidadãos dessas nações quando por motivo da guerra devem viajar noutros países, cujos povos amanhã exigirão por sua vez as mesmas vantagens. E devido aos movimentos de exércitos inteiros no exterior nota-se também um maior interêsse em aprender idiomas estrangeiros.

São tantas e tamanhas as mudanças que se produzem dia a dia, que seria impossível registrá-las tôdas. Tôda esta ânsia de aprender, de novos conhecimentos, deve ter uma base sólida. *Essa base deve ser a amizade.* Sem amizade,

tôdas as conferências do mundo, todo o intercâmbio de estudantes, todos os esforços nos negócios, sejam êles grandes ou pequenos, seriam fadados ao fracasso. Por outro lado, com a *amizade* como base das relações internacionais, não há problemas que se não possa resolver justa e imparcialmente. O espírito de eqüidade deveria sempre governar. Ninguém pode insistir em seu próprio ponto de vista — sempre devem se fazer e aceitar, concessões e assim, quando o princípio da eqüidade como base da amizade internacional, tiver pôsto raízes, todos veremos os nossos próprios países prosperarem e com a nova prosperidade internacional prosperarão também os nossos negócios.

É com êsses sentimentos, pois, que desejamos aos embaixadores do mundo dos negócios no Brasil uma feliz viagem, e o fazemos com a convicção de que êles também hão de sentir, como nós, que a amizade é o vínculo que une as nossas nações.

Os membros da delegação que se acham aqui presentes são os seguintes:

Sr. João Daudt d'Oliveira — Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Sr. Euvaldo Lodi — Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Sr. Artur Lacerda Pinheiro — Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Sr. Heitor Beltrão — Vice-Presidente Técnico da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Sr. Alberto Oliveira — Presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul.

Sr. Mariano Ferraz — Federação da Indústria de São Paulo.

Sr. Hugo Napoleão — Consultor Jurídico do Banco do Brasil.

Sr. Gileno de Carli — Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Sr. Luís Dodsworth Martins — Idem, idem.

Sr. Paulo Godói — Secretário da delegação brasileira".

Em seguida o Sr. Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional das Indústrias, representando a delegação do Brasil, pronunciou a seguinte oração, agradecendo a homenagem:

Justifica-se plenamente êste almôço de solidariedade que a American Chamber of Commerce oferece aos delegados das classes econômicas ao International Business Conference. A justificativa se funda na sinceridade e na identidade de sentimentos que têm americanos e brasileiros na obra comum de construção da grandeza econômica do Brasil.

Constituímos todos uma só família, sob o imperativo de um ideal superior que tem suas raízes na fraternidade e na solidariedade dos nossos povos. Tem especial significação para nós a presença dêsse grande amigo do Brasil, homem de elevada autoridade moral, pelos seus nobres sentimentos e pela sua alta capacidade de trabalho, que é Mr. Walter Donnelly, atual encarregado de negócios dos Estados Unidos no Brasil.

Dirigindo-me a homens que realizam o intercâmbio comercial entre os Estados Unidos e o Brasil, quero salientar a evolução das trocas entre os nossos dois países, durante os últimos lustros.

A exportação brasileira para os Estados Unidos manteve-se pràticamente estacionária, quanto ao volume, desde 1915 até 1938, influenciando-se a partir desta data, em conseqüência das necessidades da guerra, a nossa importação de produtos americanos nesse mesmo quartel da vida, oscilou, sem regra, de modo a decrescer entre 1927 a 1938, para de novo, restabelecer-se, quanto ao volume, nestes últimos anos de guerra.

Quanto ao valor, em contraste, as variações têm sido notáveis. É assim que o valor da tonelada exportada pelo Brasil aumentou 230% de 1920 até 1940, correspondendo a um aumento de 270% para o produto importado da América do Norte.

Entre 1940 e 1943, o valor médio da tonelada brasileira exportada para os Estados Unidos dobrou e o produto americano importado triplicou de preço.

Em números redondos, no ano de 1943, o Brasil, exportou para os Estados Unidos Cr$ 4 400 000 000,00 e importou ..... Cr$ 3 300 000 000,00.

Nossa exportação foi constituída essencialmente de café em grão, que representou 55%; 6,6% de cacau, 5% de cristal de rocha; 4½% de cêra de carnaúba; 4% de mamona; 4% de diamantes; 1½% de minério de manganês, etc.. Quer dizer que a exportação do Brasil para a América do Norte foi de 62% de gêneros alimentícios, 34% de matérias primas e 4% de manufaturas.

Ao contrário, a nossa importação da América do Norte foi essencialmente de fôlhas de flandres, carvão de pedra, trilhos, veículos, celulose, máquinas, óleos, soda cáustica, etc.. Isto representa 78% de manufaturas, 15% de matérias primas e 7% de gêneros alimentícios.

O exame da variação dos artigos que o Brasil passou a fabricar de 1920 a esta parte, deixando, em conseqüência, de importar da América do Norte, revela o desenvolvimento da importação de novos artigos de consumo, bem como o desenvolvimento intensivo da importação de produtos normais.

Nada tem isso de extraordinário, porque melhorando o poder aquisitivo interno, evidentemente desenvolve-se o intercâmbio entre as duas nações, especialmente em relação aos bens de produção e aos artigos de consumo relacionados com a melhoria do padrão de vida e com o confôrto das populações. A riqueza se cria comprando e vendendo muito, isto é, intensificando, de tôdas as maneiras, o intercâmbio entre os nossos dois países.

Um país nunca conseguirá enriquecer se depender exclusivamente de seus próprios recursos; sòmente por meio de um intercâmbio mútuo, isto é, do desenvolvimento de seu comércio com o exterior, êste fim será atingido.

Os países pobres não podem comprar no estrangeiro. E' preciso aumentar o poder de aquisição de um povo, para que o país se torne mais rico, aumentando, por conseguinte, sua capacidade de produção e sua capacidade de consumo.

O nível econômico de um país bem organizado é avaliado pelo acréscimo constante de suas compras no estrangeiro.

Aí está, meus prezados amigos, o espírito da delegação brasileira. É um alto espírito de compreensão, de conciliação e de cooperação, no sentido de tornar possível uma nova ordem econômica que seja a base de uma sincera confraternização dos povos.

Em nome dos meus colegas, agradeço esta festa, com a determinação de tudo fazer no sentido do bem comum das nossas Pátrias".

Unidades Federadas

ALAGOAS

Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito

"A INFLUÊNCIA FLAMENGA EM PERNAMBUCO E ALAGOAS" — A Convite do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Alagoas, o escritor pernambucano Sr. José Gonçalves de Melo pronunciou, em Maceió, uma conferência sôbre a influência flamenga em Pernambuco e Alagoas.

O conferencista falou sôbre as questões vinculadas às migrações dos flamengos, raramente adaptáveis ao interior, vivendo nas cidades. Sôbre a influência dos costumes, exemplificou diversos casos ainda hoje observados, quer na estilização arquitetônica de algumas casas ou na maneira de traçado das ruas recifenses. Sôbre a derrocada dos poderes econômico e político dos senhores de engenho da época e a maneira com que os invasores negociavam com os naturais, exigindo para os pagamentos juros bastante elevados, demonstrando que o principal interêsse flamengo era a conquista da terra e a sua exploração comercial.

Mais adiante, o escritor José Gonçalves de Melo, referiu-se ao problema racial, mostrando a maneira como eram tratados os luso-brasileiros, índios e escravos, além dos métodos adotados pelos invasores batavos para a instrução à maneira flamenga e a introdução dos seus costumes.

Finalizando na parte sôbre a escravidão, o conferencista esclareceu que o mercado negro era também praticado pelos holandeses constituindo mais uma fonte de renda para o interêsse mercantilista da Companhia das Índias Ocidentais.

✶

AMAZONAS

Primeira Exposição do Amazonas

Prosseguem os trabalhos para a instalação da Primeira Exposição do Amazonas a ser inaugurada em 19 de fevereiro, data aniversária do govêrno do interventor Álvaro Maia. Recentemente seguirão para Pôrto Velho os Srs. Branco Silva e José Silveira Pinto, aquêle diretor técnico da Feira e êste funcionário do DEIP, que ali fizeram levantamentos, fotografias, e estatísticas, colhendo dados para o *stand* do Território do Guaporé.

✶

GOIÁS

2.º Centenário do desmembramento da Capitania de São Paulo

Várias solenidades assinalaram em novembro último a passagem do bi-centenário do desmembramento da capitania de São Paulo, que deu origem à emancipação político-administrativa de Goiás, que se tornou unidade autônoma. Entidades culturais, tendo à frente o Instituto Histórico e Geográfico, em colaboração com o D. E. I. P. em Goiânia promoverão diversas cerimônias de caráter cívico, para comemorar aquêle evento.

✶

MINAS GERAIS

REGULAMENTADO O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM — Foi divulgada pela Secretaria da Viação e Obras Públicas uma portaria que regulamenta o Departamento de Estradas de Rodagem que, entre suas atribuições, conta as de executar todos os serviços técnicos e administrativos referentes a especificações, estudos, projetos, orçamentos, locações, construções, melhoramento e pavimentação das rodovias do Estado, inclusive pontes e demais obras de arte, emitir parecer sôbre projetos de estradas de rodagem municipais ou orientar-lhes tècnicamente as construções, estabelecendo normas gerais a que devem satisfazer, além de outras atribuições especificadas na referida portaria.

O Departamento de Estradas de Rodagem, além da secção de expediente, distribui-se ainda em secções de oficinas e máquinas, de desenhos e projetos, de estudos de estradas, de construção, divisão técnica, divisão de conservação e melhoramentos.

Esta organização do Departamento de Estradas de Rodagem vem torná-lo perfeitamente apto para executar o grande plano rodoviário já estabelecido pelo govêrno mineiro.

A rêde rodoviária de Minas Gerais, que foi acrescida de alguns milhares de quilômetros pelo atual govêrno do Estado, será consideràvelmente ampliada de maneira que tôdas as regiões venham a ser articuladas tanto entre si como ao plano rodoviário nacional que o presidente Getúlio Vargas vem realizando com tanta continuidade.

Para êsse fim é que o Departamento de Estradas de Rodagem se reaparelha, tomando maior amplitude tôda a sua organização.

☆

Departamento de Geografia do Estado

ATIVIDADES REFERENTES AO MÊS TRANSATO — Os serviços de turmas de triangulação e de topografia do Departamento de Geografia do Estado foram suspensos, temporàriamente, como sempre acontece, nos períodos chuvosos do ano. Os chefes das turmas de triangulação, ora auxiliam os cálculos geodésicos e os das turmas de topografia se empenham nos cálculos de altitudes e desenhos dos levantamentos feitos durante a campanha do ano.

Por aquêle mesmo Departamento foi iniciado o ajustamento dos ângulos e compensação da rêde tri-básica ligando Belo Horizonte, Lagoa Santa e Sete Lagoas. Ainda naquele Departamento têm sido intensos os trabalhos complementares da revisão administrativa tais como: descrição de divisas, revisão de mapas municipais; atualização e elaboração dos mapas dos novos municípios.

☆

Instituto Histórico e Geográfico

RECOLHIMENTO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS — UM APÊLO DA DIRETORIA — Visando conservar e aumentar o nosso valioso patrimônio artístico e histórico, especialmente na parte referente a documentos de caráter particular, que são ainda guardados por muitas famílias, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas, por intermédio de sua atual diretoria, está dirigindo à população do Estado um apêlo para que ajude o sodadício no recolhimento de tôda a documentação possível.

Fundado, em 1907, pelo presidente João Pinheiro da Silva, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas vem sendo prestigiado, em tôdas as etapas de sua útil existência, pelas autoridades públicas federais, estaduais e municipais,

justamente por ser uma instituição de finalidades múltiplas e elevadas, que visam ao progresso intelectual, artístico e histórico de Minas, através do culto assíduo e reverente ao nosso passado.

Tendo em seus estatutos um vasto programa de atividades, que vem sendo cumprido fielmente, a nobre instituição não pode, porém, prescindir do concurso eficaz e generoso de todos os que guardam, em seu poder, documentos e objetos aparentemente inúteis, mas de grande valor para a formação de um museu histórico mineiro.

Existe, com efeito, espalhado e esquecido por todo o imenso território de nosso Estado e em mãos particulares, no recesso das fazendas, nas populações rurais, nos cartórios de paz, nos remanescentes dos clubes e associações extintas, nos armários de nossas capelas e igrejas paroquiais, mesmo nas estantes dos velhos arquivos municipais, muita coisa aparentemente inútil e sem valor intrínseco, assim em alfarrábios, papéis findos, cartas políticas, escrituras particulares, certidões de nascimento e óbito, jornais antigos, livros velhos, biografias, registro de família, dados genealógicos testamentos, mapas manuscritos, cartas de sesmarias, patentes, inventários, processos extintos, fotografias, telas, quadros etc., como também em objetos desusados móveis antigos, peças isoladas, e outros utensílios, que, apesar de inúteis no jazigo em que se acham podem, entretanto, enriquecer a nossa biblioteca e o nosso museu histórico, muitos dêles talvez em molde a constituir, em face de nosso exame e interpretação, motivo para esclarecer pontos ainda obscuros do passado de Minas, dando, em muitos casos, assunto e matéria para excelentes monografias, memórias e possìvelmente mesmo para a formação e publicação de alentados livros.

É êste precioso material que o Instituto Histórico e Geográfico está procurando reunir, em suas estantes, e espera contar com a boa vontade de todos os mineiros.

PUBLICAÇÃO DA REVISTA DO INSTITUTO — Realizou-se no dia 9 de novembro último, mais uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, sob a presidência do Sr. Benedito Quintino, a fim de tratar do expediente e da publicação de sua *Revista*.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior procedeu-se à leitura do expediente, que constou de cartas e telegramas de consócios correspondentes, sôbre assuntos diversos.

O Sr. Salomão de Vasconcelos encaminhou à Mesa um trabalho do consócio Hélio Viana, sôbre o "Primeiro jornal eleitoral", ou o "Precursor das eleições", de 1828; e uma separata do consócio paulista, Carlos da Silveira, estudo genealógico sôbre "Descendência de Francisco Dias Velho".

O mesmo Sr. fêz também uma comunicação, de sua autoria, sob o título *O fim de Fernão Dias e as dúvidas sôbre o seu jazigo".*

Em seguida o Sr. presidente nomeou uma comissão *ad hoc* na falta dos membros efetivos, para opinar sôbre as propostas dos novos sócios correspondentes Américo Jacobina Lacombe, do Rio de Janeiro, e Tito Lívio Ferreira, de São Paulo.

Passando-se ao objeto principal da sessão, a publicação da *Revista* do Instituto o Sr. presidente disse que tinha sôbre a mesa o projeto já elaborado pela Diretoria, afim de ser submetido ao exame e parecer da comissão respectiva, que ali se achava representada pela maioria de seus membros.

Salientou a necessidade da publicação dessa *Revista*, velha aspiração do Instituto e de que cogita, com acentuado empenho, a nossa carta magna, ùltimamente impressa e devidamente registrada em cartório.

Aberta a discussão sôbre a maneira mais prática de se conseguir a realização dêsse desiderato, depois de longo debate em que tomaram parte os Srs. Augusto Couto, Álvaro Benício de Paiva, Manuel Casassanta, Copérnico Pinto Coelho, Salomão de Vasconcelos, Herculano d'Assunção, Geraldo Dutra de Morais e Sílvio Vasconcelos, ficou deliberado a publicação da mesma *Revista* desde já, tendo a comissão emitido o seu parecer de aprovação do projeto e enaltecido a iniciativa da Diretoria na coordenação do material e na organização do projeto.

Pelo Sr. Álvaro Benício de Paiva foi proposto e aprovado para redator-chefe da *Revista* o Sr. Salomão de Vasconcelos e diretor-secretário o Sr. Copérnico Pinto Coelho.

Foi, em seguida, apresentado pela comissão respectiva o parecer favorável sôbre as propostas acima referidas, para sócios correspondentes no Rio de Janeiro e São Paulo, sendo o mesmo parecer unânimemente aprovado.

Depois de ter o Sr. presidente se congratulado com o Instituto pela aquisição dos novos consócios, de cujas luzes e patriotismo muito deve esperar a instituição, foi levantada a sessão.

☆

Sociedade Mineira de Agricultura

REFLORESTAMENTO DOS MUNICÍPIOS — A Sociedade Mineira de Agricultura acaba de enviar ao Sr. presidente da República uma sugestão para que os serviços e fiscalização de reflorestamento fiquem afetos aos municípios brasileiros para maior facilidade de execução.

☆

Sociedade Mineira de Engenheiros

CONFERÊNCIA SÔBRE O DESENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS MINERAIS E DAS FONTES DE ENERGIA DO BRASIL — Constituiu um acontecimento de grande repercussão nos círculos industriais e técnicos da capital a conferência que o coronel engenheiro Bernardino C. de Matos Neto pronunciou a 23 de novembro último, no salão nobre da Sociedade Mineira de Engenheiros, sôbre tema de atualidade e especial interêsse para a nossa engenharia.

Iniciando a sessão, falou o professor Pires e Albuquerque, que pôs em relêvo o papel do Instituto Eletrotécnico de Itajubá na formação de técnicos para a indústria nacional, dirigindo uma eloqüente saudação ao seu corpo docente.

Agradecendo a homenagem, ergueu-se, vivamente aplaudido, o professor José Vitor Renó, de Itajubá, que, em comovidas palavras, disse do entusiasmo e da dedicação com que o seu Instituto colabora no engrandecimento do país manifestando, ao mesmo tempo, a gratidão dos seus atuais componentes, pelas homenagens que a instituição recebia da S.M.E.

A seguir, falou o engenheiro Antônio Melo Silva, que, em bela oração, saudou o conferencista da noite, sendo muito aplaudido.

Em último lugar falou o coronel Bernardino C. de Matos Neto, pronunciando, sob os aplausos da seleta assistência, uma interessante conferência sôbre o desenvolvimento das indústrias

minerais e das fontes de energia do Brasil e sôbre a oportunidade da criação do Ministério de Minas e Energia.

O ilustre técnico, que é membro do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, expôs os seus pontos de vista, apoiado em profundos conhecimentos teóricos e larga experiência da matéria, merecendo sempre calorosa acolhida por parte do numeroso auditório.

O conferencista examinou detidamente os recursos minerais e fontes de energia de que o país poderá dispor, focalizando com precisão os pontos essenciais e os problemas que devam ser resolvidos antes de o país considerar-se definitivamente aparelhado para a industrialização em larga escala, de que tão ràpidamente se aproxima.

Ao terminar o seu brilhante trabalho, o coronel Bernardino C. de Matos Neto recebeu demorada salva de palmas.

Em seguida, foi encerrada a sessão.

★

PARAÍBA

VISITA DO PROFESSOR CURT LANGE À CAPITAL PARAIBANA — EXIBIÇÕES FOLCLÓRICAS — Procedente do Recife estêve em visita à capital paraibana, o professor Francisco Curt Lange, musicólogo sul-americano, que percorre atualmente o Nordeste, a fim de colhêr elementos regionais para o número do *Boletim Latino-Americano de Música*, dedicado ao Brasil.

Com o objetivo de proporcionar àquele ilustre visitante as modalidades folclóricas da música paraibana, o Sr. José Semeão Leal e o professor Gazzi de Sá articularam providências para que fôssem mostradas ao professor uruguaio não só os motivos musicais da região como também danças populares, que se prendem ao ciclo do Natal. Foi também proporcionado ao prof. Curt Lange uma exibição *in-loco* dos "cabocolinhos" da Tôrre, do Rogers e de Cruz das Almas, todos conservando numerosos aspectos da vida tribal ameríndia e conhecidos respectivamente por "índios Africanos" "Tupis-Guaranis" e "índios do Papo-Amarelo" . Uma "lapinha" de Jaguaribe, com os seus motivos típicos, inclusive o tradicional "queima", foi mostrada ao professor Curt Lange, organizada pela "mestra" D. Clotilde. Em Tambaú, os praieiros formaram num "côco" do melhor estilo, alimentado a "água de fogo" e na rítmica dos homens do mar.

A colaboração de todos os participantes dessa exibição popular, inclusive de um famoso porta-estandarte *índio* que é um grande dançarino, se revelou em todos os aspectos das mais entusiásticas e esforçadas, prontificando-se o pessoal, "pastorinhas", "cabocolinhos", homens do "côco" e "marujos" a emprestar o máximo de suas habilidades nessa mostra para o cientista estrangeiro.

O professor Curt Lange pronunciou no auditorium da Rádio Tabajara, duas conferências sôbre assunto de sua especialidade, a exemplo do que vem fazendo em várias capitais.

★

PERNAMBUCO

VISITA DE UM MUSICÓLOGO SUL-AMERICANO — MATERIAL FOLCLÓRICO PARA O "BOLETIM LATINO-AMERICANO DE MÚSICA" — Estêve em visita à capital pernambucana, em novembro último, o professor Francisco Curt Lange, musicólogo sul-americano e membro do Instituto Inter-Americano de Musicologia, a fim de colhêr material folclórico musical, especialmente com relação ao "frevo" e canções típicas pernambucanas para o *Boletim Latino-Americano de Música*, sob sua direção. Durante sua permanência naquela capital foi-lhe proporcionado o material necessário para entrar em contacto com as fontes e as diversas manifestações do folclore regional, por intermédio de audições e exibições combinadas de forma dramático-musical. O professor Curt Lange teve também ocasião de pronunciar várias conferências sôbre temas de sua especialidade.

★

Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano

PERNAMBUCO NA CARTOGRAFIA ANTIGA — No dia 8 de novembro, reuniu-se o Instituto Arqueológico, sob a presidência do professor Amazonas e secretariado pelos Srs. Mário Melo e Olímpio Costa Júnior.

Dentre os vários assuntos tratados na sessão, o Sr. Mário Melo fêz a seguinte comunicação, conseqüente de sua última viagem à capital da República: "Existem na Biblioteca do Ministério do Exterior alguns mapas do cartógrafo português João Teixeira, de 1631, de 1640 e de 1666, todos de grande importância para Pernambuco e que são considerados raridades.

Conquanto os haja compulsado ligeiramente numa visita, colhi anotações toponímicas que reputo valiosas e que constam desta comunicação, para que fiquem registadas na ata.

No mapa de 1631, um ano depois da invasão holandesa, estão assinalados os pontos principais da marcha dos inimigos, desde o Pau Amarelo até "a vila de Olinda". No extremo sul da restinga está pequeno grupo de casas com a indicação "lugar do Recife". É bom assinalar: do Recife e não de Recife, como escrevem e dizem os forasteiros. Na ilha fronteira ao "lugar do Recife", figura apenas "o mosteiro de Santo Antônio". O nome da Capitania aparece com a grafia *Pernãbuco*, o do rio como *Capiuaribe* e o atual Persinunga como *Pirasinunga*.

No mapa de 1640, a barra sul de Itamaracá tem o nome *Paranapuc*. Sabemos que a denominação da capitania proveio dela e, assim, a melhor decomposição do topônimo é *paranã*, semelhante ao mar, *pucu*, comprido; rio comprido ou canal.

Figura o rio *Igarassu*, com esta grafia em boa hora restabelecida, bem como, numa espécia de confirmação "villa de Igarassu". *Igara*, canoa, e não *Iguara*, vale, baía e *assu* com *s*.

A atual Barra de Jangadas, foz do Jaboatão, tinha o nome de "rio do Extremo" perto do qual estava a igreja da "Candelária", que chegou a nossos dias com o nome de N. S. das Candeias e de que, tragada pelo mar, não restam mais vestígios. Na ilha de Santo Antônio, vê-se o forte Ernestus, ligado ao Mosteiro, que já figura no mapa anterior, de 1631, com os dizeres "alojamentos com casinhas". Mais ao sul, o forte das Cinco Pontas, com "alojamento para mil homens", ligado ao do Príncipe Guilherme, por uma "praça forte".

No terceiro atlas, Goiana tem a grafia *Guayana*, que conservou pura até o século seguinte como se vê da correspondência dos governador e que no guarani dos paraguaios é a flor da cana; o rio que corre em *Guayana* é o *Capiuamiri;* a barra de Itamaracá está abrandada para *Paranapuca*, a vila continua como *Igarasu* (com *s* singelo mas a raiz *Igara*) e o pôrto de Recife como *Barra de Pernambuco*, sendo de notar, para futuro estudo dos especialistas, o caminho diferente das duas corruptelas *Paranapuca, Pernambuco*".

O Sr. Gil Maranhão fala sôbre a comunicação acima, que reputa valiosa. Diz que João Teixeira foi o autor do mapa do livro *Rezão do Estado do Brasil*, existente no Instituto Histórico Brasileiro, inédito ainda na íntegra e de que também há um exemplar em Portugal, donde o padre Serafim Leite extraiu cartas para sua *História dos Jesuítas*. O orador mandou fotografar, no Instituto Histórico, o trecho da carta relativa ao Recife-Olinda, no qual se vê o Recife com edificações, além do Convento de Santo Antônio, e coqueiros, do que conclui que o coqueiro não foi transplantado para o Recife por Maurício da Nassau. Sabe, também, que êsses mapas de João Teixeira apresentam algumas diferenças.

GRAFIA DO TOPÔNIMO IGARAÇU — Na reunião de 22 de novembro último, presidida pelo Sr. Fernando Barroca, o Sr. Mário Melo deu à casa conhecimento dum ofício que como presidente da Comissão de Divisão Administrativa, dirigira ao presidente da Academia Brasileira de Letras, no sentido de não ser alterada a grafia Igarassú, a exemplo da exceção aberta "Bahia", de fundação mais recente que aquela.

O Sr. Olímpio Costa Júnior disse que, tratando-se de vocábulo indígena e não tendo os aborígenes escrita, o essencial é que seja fixada uma fórmula de grafia, não vendo motivo para exceções.

O Sr. Mário Melo explicou que apenas estava fazendo uma comunicação, na qual não envolveu o Instituto, para que possa, em qualquer tempo, provar que defendeu a tradição gráfica do topônimo.

★

PIAUÍ

RESOLUÇÕES DA JUNTA EXECUTIVA REGIONAL DO C.N.G. — A Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Geografia baixou, recentemente, a Resolução n.º 23 dispondo sôbre a prorrogação do prazo para a apresentação de mapas municipais. A mesma Junta baixou, também, a de n.º 24 dispondo sôbre a aceitação da significação de *Juncal* para a palavra *Piripiri*.

★

RIO DE JANEIRO

INSTALADA PROVISÒRIAMENTE A INSPETORIA REGIONAL DE ESTATÍSTICA — Foi recentemente instalada, em caráter provisório, a Inspetoria Regional de Estatística, à rua José Clemente n.º 86 em Niterói, atendendo aos compromissos assumidos por efeito dos Convênios de Estatística Municipal, assinados pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais, de tôda a República.

As Agências de Estatística dos municípios fluminenses ficarão, como órgãos de coleta primária, administrativamente subordinadas a esta Inspetoria. A sistematização nacional, alcançada em virtude dos Convênios citados, constitui o primeiro passo para a futura organização, com o apoio da Caixa Nacional de Estatística Municipal, de uma vasta cadeia de Agências, espalhadas por todo o país. Estas Agências, incumbidas da coleta e pesquisa estatística, abrangendo os múltiplos setores da vida do país, operarão em moldes eficientes e uniformes, capazes de recolherem todos os elementos necessários ao esclarecimento e orientação do "progresso social, econômico e cultural da comunidade brasileira".

Tôdas as atividades estatísticas continuarão a ser coordenadas, do ponto de vista técnico, pelo Departamento Estadual de Estatística, responsável pela crítica, apurações e análise dos inquéritos.

★

RIO GRANDE DO SUL

EMPRÉSTIMO DESTINADO À EXECUÇÃO DE OBRAS DE SANEAMENTO — Foi autorizado pelo interventor federal o lançamento do empréstimo de cento e vinte milhões de cruzeiros (Cr$ 120 000 000,00) destinado à execução das obras de saneamento do Estado. O Govêrno Federal emitirá várias apólices da dívida pública estadual ao portador no valor de mil cruzeiros.

O prazo de resgate será de 30 anos, a contar do décimo primeiro, mediante sorteios semestrais.

★

SÃO PAULO

Secretaria de Agricultura

Divisão de Caça e Pesca

MONOGRAFIA INDÍGENA DO ARAGUAIA — Regressou do Araguaia, onde foi colhêr subsídios para publicações de uma monografia indígena dessa região, o Sr. Agenor Couto de Magalhães, sub-diretor da Divisão de Caça e Pesca da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

★

Federação das Indústrias de São Paulo

ESTABELECIMENTO DE ÍINDICES ECONÔMICOS — A Federação das Indústrias de São Paulo, por seu Departamento de Economia Industrial, vem desenvolvendo para o estabelecimento de índices que possam ser considerados barômetros econômicos. A Federação, colaborando na indicação, já apresentada ao Conselho de Política Industrial, para a fixação dos barômetros econômicos mais característicos, fornece elementos com os quais fácil será, a organizações técnicas existentes no país, estudar a nossa evolução.

O Departamento de Economia Industrial da Federação em seu trabalho relacionou os seguintes itens para verificação: Circulação monetária, consumo de energia elétrica nas duas maiores cidades do Brasil, Rio e São Paulo, tonelagem e valores do comércio de cabotagem internacional, bem como a importação e exportação, volume dos negócios das Bôlsas do Rio e de São Paulo, títulos públicos e particulares, movimento das transações imobiliárias nas duas cidades citadas, índice do custo de vida nas mesmas, impostos de consumo, renda, venda e consignações índices característicos do movimento bancário, assim como depósitos, empréstimos, disponibilidades e cheques, depósitos nas Caixas Econômicas Federais, falências e concordatas decretadas no Rio e São Paulo, número e valor dos títulos protestados, volume dos salários pagos aos comerciários e industriários, valores segurados e registrados no Instituto de Resseguros, valores da produção industrial, como tecidos, ferro, cimento, etc. tonelagem quilométrica transportada nas principais estradas de ferro e finalmente, cotação semanal dos produtos agrícolas básicos, como café, arroz, algodão etc.

A Federação, ao iniciar êsse trabalho, pediu ao ministro do Trabalho para que o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, coordenasse seu trabalho junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no sentido de que os índices pudessem ser organizados e publicados dentro dos primeiros dias de cada mês.

★

Associação dos Geógrafos Brasileiros

"NOTAS DUMA VIAGEM AO BRASIL CENTRAL" — O Sr. Luís Pini Neto, jovem sertanista e organizador da Bandeira Anchieta, proferiu no dia 6 de novembro último, na Associação dos Geógrafos Brasileiros, uma conferência sob título *Notas duma viagem ao Brasil Central* na qual foi focalizada a biogênese da vida regional; o garimpeiro e o sertanejo, e os males que os afligem; a situação física e as possibilidades econômicas da região, e os planos para a sua exploração.

Na secção competente dêste *Boletim*, referente ao mês de janeiro de 1945, será publicado um resumo da palestra do Sr. Luís Pini Neto, proferida na 88.ª tertúlia semanal do C.N.G., realizada em 5 do corrente, cujo tema também se relaciona com a aludida viagem daquele sertanista.

★

Instituto Geográfico e Geológico

APROVEITAMENTO DAS RIQUEZAS MINERAIS DO VALE DO RIBEIRA — A exploração do subsolo está merecendo a maior atenção do govêrno paulista, que vem desenvolvendo algumas iniciativas já em fase ativa de produção.

O vale do Ribeira, sobretudo, sempre foi considerado uma região rica em minerais, destacando-se o chumbo e a prata. Agora, através do Instituto Geográfico e Geológico vai a Interventoria Federal proceder a novas pesquisas minerais naquela região, destinando a êsse fim uma verba de Cr$ 1 465 000,00. A verba em aprêço será aplicada no pagamento do pessoal e do material necessário ao desenvolvimento das pesquisas das riquezas do subsolo, abrindo-se para isso o necessário crédito especial no Tesouro do Estado.

★

Instituto Histórico e Geográfico

SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO 50.º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO — Comemorando o jubileu de sua fundação, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou no dia 1.º de novembro último, uma sessão solene sob a presidência do Sr. José Tôrres de Oliveira. Foram convidados a tomar assento à mesa os Srs. Afonso de Taunay, presidente honorário do Instituto; Abner Vasconcelos, vice-presidente do Instituto do Ceará; Álvaro Soares Brandão, vice-cônsul de Portugal e representante do decano do corpo consular; e capitão José de Oliveira Melo, representando o Sr. secretário da Segurança Pública.

Abrindo a solenidade, o Sr. José Tôrres de Oliveira expôs, em rápidas palavras, a satisfação dos consócios pelo trânscurso do 50.º aniversário de fundação do Instituto relatando, depois, os trabalhos executados pela comissão encarregada de dar realce ao importante acontecimento, e enumerando a série de solenidades que ainda serão realizadas.

A seguir o Sr. José Tôrres de Oliveira comunicou à casa que o orador oficial do Instituto, professor José Carlos de Ataliba Nogueira, iria ocupar a tribuna para fazer o elogio histórico dos sócios falecidos no decorrer do ano de 1944.

Fazendo uso da palavra, o professor Ataliba Nogueira relembrou, com expressões de saudade e gratidão, os consócios mortos neste ano.

Na segunda parte de sua oração, o professor Ataliba Nogueira falou sôbre o cinqüentenário da fundação daquele sodalício, — enaltecendo a atividade do Instituto em todos os campos do conhecimento de nosso passado histórico e pôs em relêvo, por fim, os trabalhos de alto valor científico, empreendidos pelo Instituto em prol da cultura brasileira.

2.ª REUNIÃO COMEMORATIVA DO CINQÜENTENÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO — INAUGURAÇÃO DO RETRATO DO HISTORIADOR SR. AFONSO DE TAUNAY — Realizou-se no dia 9 de novembro no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a 2.ª sessão solene comemorativa do cinqüentenário de sua fundação sob a presidência do Sr. José Tôrres de Oliveira.

Abrindo a sessão, o Sr. Tôrres de Oliveira declara que as comemorações do dia constam de duas partes, a inauguração do retrato do Sr. Afonso de E. Taunay, presidente honorário do Instituto, trabalho do pintor Rodrigo Monteiro Soares, e do elogio histórico dos quatro presidentes honorários do Instituto, o que estava a cargo do Sr. Aureliano Leite. Desculpando-se por motivo de seu estado de saúde, que não lhe permitia alongar-se a respeito dos méritos do homenageado, o Sr. Tôrres de Oliveira convida D. Marina de Andrada Procópio de Carvalho para descerrar o retrato do Sr. Afonso de Taunay, o que foi feito sob prolongada salva de palmas.

A seguir, o Sr. presidente dá a palavra ao Sr. Aureliano Leite, que ocupa a tribuna para discorrer sôbre os quatro presidentes honorários do Instituto, tendo-os de início, separado em dois grupos, o dos políticos, em que trata de Rui Barbosa e de Prudente de Morais e o dos historiadores em que estuda as figuras de Rio Branco e de Afonso de Taunay.

Fala depois o Sr. Afonso de Taunay para agradecer a homenagem de que se via alvo e que só podia interpretar como resultante da generosidade dos seus promotores.

O Sr. Tôrres de Oliveira comunica que em prosseguimento das comemorações serão realizadas mais três conferências, ainda neste mês, no dia 22, pelo Sr. Afonso de Taunay, que discorrerá sôbre os grandes vultos do Instituto, e duas no dia 30, pelos Sr. Enzo Silveira e Tito Lívio Ferreira respectivamente sôbre os fundadores vivos e os presidentes efetivos. Em dia ainda não fixado será celebrada uma missa em ação de graças.

3.ª SESSÃO COMEMORATIVA DO 50.º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO — O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou, no dia 22 de novembro, a 3.ª sessão solene comemorativa do cinqüentenário de sua fundação. Presidiu a solenidade o Sr. José Tôrres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, que depois de declarar a finalidade da sessão, comunica que vai ocupar a tribuna para discorrer sôbre os grandes vultos do Instituto o seu egrégio presidente honorário, Sr. Afonso de Taunay, conhecido historiador que, por sua erudição em vários ramos do saber e excepcional merecimento no domínio da história pátria e, particularmente, de São Paulo, dispensava qualquer apresentação.

O Sr. Taunay, dando início à conferência, retifica o título anunciado, pois não se propõe tratar de todos os vultos eminentes do Instituto, mas ùnicamente dos mortos e, com mais particularidade, daqueles com que teve oportunidade de privar de perto quer na sociedade, quer no próprio Instituto, depois de sua admissão. Com traços incisivos passa, então, a evocar a figura dos três fundadores do sodalício realçando-lhes as características.

Em seguida o Sr. Amador Florence pede a palavra, embora reconhecesse, de início, que estava quebrando norma protocolar, por violar o programa das comemorações cinqüentenárias do Instituto. Mas a sua insubmissão se justificava pelo próprio tema de que ia tratar o elogio da diretoria do cinqüentenário.

Encerrando a solenidade o Sr. Tôrres de Oliveira fêz comentários elogiosos à conferência do Sr. Afonso Taunay e agradeceu as palavras do Sr. Amador Florence.

ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES DO 50.º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO — Encerrando as comemorações do cinqüentenário de sua fundação o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou no dia 30 de novembro último várias solenidades. A sessão plena foi presidida pelo Sr. José Tôrres de Oliveira e contou com a presença de altas autoridades civis e militares especialmente convidadas.

Falou, historiando a vida daquela entidade, o Sr. Enzo da Silveira. Em seguida, fazendo uma saudação aos ex-presidentes do Instituto, falou o professor Tito Lívio Ferreira.

Encerrando a sessão o Sr. Tôrres de Oliveira agradeceu a presença dos convidados.

★

SERGIPE

Departamento Administrativo do Estado

REFORMA DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — Pelo Departamento Administrativo do Estado de Sergipe foi aprovado em novembro último, o projeto de reforma da Organização Judiciária do Estado. De acôrdo com a reforma fica o quadro judiciário do Estado constituído de 17 comarcas, 39 têrmos, dos quais 17 têrmos sedes e 53 distritos, na conformidade do projeto de nova divisão, alterando a de 31 de dezembro de 1943 (Decreto-lei estadual n.º 377 da mesma data) ja remetido pelo govêrno ao Ministério da Justiça e elaborado em face da faculdade expressamente dada pelo art. 3.º do Decreto-lei n.º 6 549, de 31 de maio do corrente ano.

★

TERRITÓRIO DO AMAPÁ

44.º ANIVERSÁRIO DE SUA ENCORPORAÇÃO DEFINITIVA AO BRASIL — HOMENAGEM DO GOVÊRNO DO TERRITÓRIO À MEMÓRIA DO BARÃO DO RIO BRANCO — O 44.º aniversário da assinatura do laudo suiço que deu ganho de causa ao Brasil na questão de limites com a República Francesa, e de que resultou a encorporação definitiva da região do Amapá ao Brasil, será comemorado nos primeiros dias de dezembro no Território do Amapá. para isso, o governador Janari Gentil Nunes fêz organizar o seguinte programa: "Decreto-lei municipal denominando "Barão do Rio Branco" a atual praça dos Inocentes e colocação da placa comemorativa; lançamento da pedra fundamental do Pôsto de Puericultura, pela Campanha de Redenção da Criança; fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Macapá; sessão cívica comemorativa; inauguração do cinema falado educativo. Por outro decreto-lei municipal será denominada "Veiga Cabral" a rua onde se travou a fase principal da luta contra oficiais e marinheiros franceses. Ainda, ali, será lançada a pedra fundamental do monumento a Veiga Cabral. Em Espírito Santo, será dada a denominação de "Caetano Silva" à principal rua e haverá, também sessão solene, comemorativa. Em Mazagão, a principal rua da cidade receberá o nome de "Barão do Rio Branco".

Em aditamento a êsse programa, será inaugurado no dia 15 de março do próximo ano, em todos os edifícios públicos dêste Território, o retrato do herói amapaense, patriota Francisco Xavier Veiga Cabral, em celebração da data da derrota das tropas francesas de desembarque.

★

Municípios

ANÁPOLIS — (Goiás)

REMODELAÇÃO DA CIDADE — A cidade de Anápolis cujo desenvolvimento tem sido surpreendente sobretudo com a exploração das grandes jazidas de níquel de Niquelândia, se ressente ainda dos serviços de abastecimento d'água, esgotos sanitários e pavimentação. À vista disso, o interventor Pedro Ludovico, há pouco mais de um ano, enviou para aquêle município como prefeito, o engenheiro Joaquim Câmara Filho, afim de executar essas importantes obras, tendo o mesmo entregue os estudos, organização de plano-diretor e projetos de tais melhoramentos, à Companhia Serviços de Engenharia.

Através dêsses trabalhos, que ficaram sob a direção do urbanista João Alves Toledo, tem-se hoje uma idéia do vulto do plano de urbanização a ser realizado em Anápolis o qual tornará aquela cidade uma das mais modernas do Brasil Central.

Na organização dêsse plano, em que trabalharam vários engenheiros, foram apresentados àquela Prefeitura, pelos técnicos, como complemento, um memorial descritivo e justificativo com 46 fôlhas dactilografadas e 22 plantas de espécies diferentes sendo 11 referentes à rêde de esgotos, 9 a respeito do serviço de abastecimento d'água potável e 2 relativos a urbanismo pròpriamente dito.

★

BELO HORIZONTE — (Minas Gerais)

SOCIEDADE MINEIRA DE AGRICULTURA — O Ministério da Agricultura teve conhecimento de que na última reunião da Sociedade Mineira de Agricultura, em Belo Horizonte, foi, através da palavra de vários associados, largamente debatido o problema florestal do Estado.

Foi sugerido pelo Sr. Benedito de Azeredo Coutinho a solicitação de medidas junto às autoridades federais estaduais e municipais visando a manutenção de parques florestais e replantio de áreas, tendo ainda sido sugerida uma campanha por parte de tôdas as prefeituras municipais de Minas Gerais no sentido de organizarem-se para fazer distribuição de mudas e sementes de essências florestais aos agricultores interessados.

★

CUIABÁ — (Mato Grosso)

INAUGURAÇÃO DE UMA EMISSORA — Foi oficialmente inaugurada, no dia 10 de novembro último a Rádio "Voz do Oeste", que recebeu o prefixo PRH-3 e que foi recentemente autorizada a funcionar.

★

FRANCA — (São Paulo)

120.º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO — HISTÓRICO DO MUNICÍPIO — A mimosa Franca de nossos dias foi elevada à categoria de vila, com o nome de Vila Franca do Imperador.

Mas não foi êsse o primeiro nome da opulenta e faceira cidade do nordeste paulista.

A histórica estrada que os paulistas traçaram, com os tacões de suas botas, em direção às minas de Goiás, passava pelo ribeirão dos Bagres. E aí se constituiu um rancho a que os bandeirantes denominaram o Pouso do Ribeirão dos Bagres, bem no centro do altiplano do Belo Sertão. Foi êsse pouso a célula primeira da maravilhosa cidade que se esparrama altaneiramente, pelas históricas três colinas, banhadas pelos ribeirões dos Bagres e dos Catocos.

Em fins do século XVIII, começaram a aparecer os primeiros povoadores, atraídos pelas "faisqueiras" de ouro ou então pela excelência dos campos, cobertos de luxuriantes pastagens, muito propícios para a formação de rebanhos.

Iniciou-se, assim, o arraial Bonito do Capim Mimoso, situado em paragem admirável, alta, cheia de luz e encantamento, cujo povo hospitaleiro e valente se arranchava em cabanas tôscas ao redor de uma igrejinha que a fé cristã dos moradores levantara humildemente, religiosamente, em homenagem a Nossa Senhora.

O arraial prosperou com a caudal dos "entrantes", entre os quais se encontrava o Rev. padre Joaquim Rodrigues, que conquistou o bem querer dos fregueses, mercê de sua austeridade e peregrinas virtudes.

E o indicaram para assumir as funções de pastor, do mesmo passo que pediram permissão para erigir a Matriz Nova, solicitações que foram atendidas pelo bispo Mateus de Abreu Pereira, por provisão de 9 de agôsto de 1805. Reunidos os principais da vila, para tratar da construção da nova igreja "com a possível decência", tiveram a grata ventura de testemunhar a doação que Vicente Antunes de Almeida e sua senhora D. Maria Francisca Barbosa fizeram à Matriz Nova, de uma sorte de terras da fazenda "Ribeirão Santa Bárbara" para que o templo "tivesse fábrica e pudesse, com esta, suprir o ornato e mais guisamentos precisos para a decente celebração do Santo Sacrifício da Missa".

Jubilosos, os moradores do povoado celebraram a inauguração da nova Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Franca da Freguesia do Rio Pardo, aos 3 de dezembro de 1805, criada que fora a freguesia, aos 29 de agôsto do mesmo ano.

Aparece, aí, pela primeira vez, o nome de Franca, em homenagem ao capitão-general Antônio José da Franca e Horta. A gratidão do povo se deve à boa vontade demonstrada pelo governador da província, a quem se dirigira o comandante do distrito, Hipólito Antônio Pinheiro, solicitando sua intervenção junto ao bispo de São Paulo, D. Mateus, para que criasse uma freguesia no arraial do Belo Sertão a fim de atender ao "pastor espiritual dos habitantes" e por lhes ser penoso "marchar primeira e segunda vez até cincoenta leguas para a Freguezia do Mogy, quando hajão de dar estado a seus filhos, sujeita esta jornada a quatro portos reaes, além do perigo da gentilidade barbara". A vila de Mogi-Mirim era, então, cabeça do têrmo a que estava subordinado o Arraial do Capim Mimoso.

Mais tarde, nos pródromos de nossa independência política, a florescente freguesia recebeu o nome de vila Franca d'El-Rei, por ato do Govêrno Provisório, que determinara, aos 21 de outubro de 1821, "ao nobre dezembargador João de Medeiros Gomes, ouvidor da Comarca de Itú, que se passasse incontinente á freguezia e ahi fizesse erigir a povoação em villa".

A determinação não foi cumprida. Certo porque a luta pela independência ou pelo menos a expectativa que sucedeu ao grito do Ipiranga pôs um natural hiato às atividades administrativas.

Sòmente três anos depois, ou seja a 14 de outubro de 1824, foi que Lucas Antônio Monteiro de Barros, presidente da província, ordenou ao ouvidor geral de Itu que "se desempenhasse com a maior brevidade possível" da incumbência de erigir a freguesia em vila, com o nome, porém, de villa Franca do Imperador. Já não mais se homenageava o rei D. João VI, mas sim o "Defensor Perpétuo do Brasil", primeiro imperador dos brasileiros. Perpetuidade que não passou de 1831...

No cumprimento das ordens recebidas, o nobre ministro Dr. Antônio de Almeida e Silva Freire da Fonseca, do desembargo de sua majestade imperial, ouvidor e corregedor da fidelíssima comarca de Itu, dirigiu-se ao têrmo da vila Franca aos 21 de novembro de 1824. Três dias depois, rubricou o livro que "havia de servir para as eleições do Juizes Ordinários, orfões, da vintena, e mais officiaes da Comarca de Villa".

No dia 28 de novembro de 1824, em meio a estrepitosa demonstrações de júbilo, foi proclamada aos povos a ereção da garrida vila Franca do Imperador.

Achavam-se presentes as pessoas mais qualificadas do lugar e muitos cidadãos da freguesia de Batatais. O auto foi lavrado por José Manuel Lôbo, escrivão da ouvidoria.

Dois dias depois, na casa de residência do ministro, "tendo comparecido a maior parte da Nobreza, e cidadãos desta villa e seu termo", procedeu-se à abertura de "um dos Pelouros da Justiça que nesta villa devem servir o resto do corrente anno, e o futuro de mil oitocentos e vinte e cinco".

O pelouro foi aberto por um menino, que procedeu ao sorteio dos juízes ordinários, de órfãos, vereadores, procurador e escrivão da comarca.

Para juiz ordinário foi escolhido Hipólito Antônio Pinheiro. Escolha acertadíssima, porque a figura do comandante do distrito tem uma enorme projeção na história germinal de Franca. Foi êle quem pediu a confirmação do padre Joaquim Rodrigues nas funções de pastor; êle mesmo foi quem dirigiu o movimento para "mudar a freguezia em villa". Prometeu construir, com o alferes do distrito, à sua custa, os edifícios necessários à câmara, cadeia e pelourinho.

Vemo-lo alterar-se nas lutas que os habitantes do povoado sustentaram contra "os insultos e invasões" do Juiz de Fora da Campanha e contra "a gente do Aterrado que pretendia puxar as terras para as Minas Geraes, sem respeito aos marcos ratificados e as recommendações da Governança". O bravo e brioso capitão, quando soube da presença dos enviados daquele juiz no arraial Aterrado, mandou avisá-los, simplesmente, de que iria prendê-los.

Diante desta advertência, os louvados, escrivão pilôto e oficial de justiça, deram as de vila Diogo, sem toque de campainha...

Mais tarde, os "insultos e invasões" provieram da Câmara de Jacui, cujos impetos expansionistas o bravo capitão procurou conter, pedindo ao governador que lhe enviasse dez soldados da Tropa de Linha, refôrço que julgava suficiente para repelir os invasores.

Mas êste é um assunto que deve ser tratado a parte.. Fiquemo-nos por aqui, pois o nosso fito foi sòmente comemorar a gloriosa efeméride francana, que relembra a ereção da freguesia em vila Franca do Imperador, aos vinte e oito de novembro de mil oitocentos e vinte e quatro.

★

IJUÍ — (Rio Grande do Sul)

CONFERÊNCIA SÔBRE A ILHA DO BANANAL — Realizou-se no dia 22 de novembro último, no Clube de Ijuí a conferência do monsenhor Cândido Penso, prelado da ilha do Bananal, sob o título *Uma viagem ao coração do Brasil*.

A descrição do rio Araguaia a sua fauna, a paisagem maravilhosa daquela região, a vida e costume dos aborígenes daquela ilha, e a obra patriótica civilizadora e evangelizante dos missionários católicos, ilustrada com fotografias, marcaram a nota significativa dessa conferência que tanto agradou ao público local.

★

JOÃO PESSOA — (Paraíba)

VISITA ÀS OBRAS CONTRA AS SÊCAS NO SERTÃO PARAIBANO — A embaixada pré-universitária Rui Carneiro, composta de alunos do Colégio Estadual, seguiu para o sertão paraibano em visita às obras contra as sêcas.

★

MANAUS — (Amazonas)

Departamento Estadual de Estatística

EDITADO UM TRABALHO CULTURAL — Prosseguindo na sua obra de divulgação dos aspectos históricos e sociais de Manaus, o Centro "Teixeira de Freitas", do Departamento Estadual de Estatística, acaba de editar um trabalho da autoria do acadêmico Mário Ipiranga Monteiro, sob o título *Os Aguadeiros*, e referente à reconstituição histórica do antigo tipo popular desaparecido, em 1886, com o advento da água canalizada.

★

MARÍLIA — (São Paulo)

O MAIOR NÚCLEO JAPONÊS NO BRASIL — A apuração preliminar de alguns elementos do Censo Demográfico referentes aos principais núcleos japonêses no Brasil, realizada no início de 1942, deu uma adequada idéia da importância do núcleo existente em Marília, que foi desde então avaliado em cêrca de 10 000 componentes de nacionalidade japonêsa, com numerosos descendentes naturais do Brasil.

A apuração definitiva, agora terminada, oferece informações precisas e amplas acêrca dos amarelos de Marília, que serão resumidas na presente nota do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento.

O município de Marília tem uma população de fato de 81 064 habitantes, numa área de 1 224 quilômetros quadrados. A densidade de 66 habitantes por quilômetro quadrado é muito elevada para o Brasil e mais do que dupla da própria média do Estado de São Paulo.

Entre os 81 064 presentes, 66 083 são brasileiros natos, 422 brasileiros naturalizados, 14 539 estrangeiros, e 20 de nacionalidade ignorada. A proporção dos naturais do exterior, 18,4 por 100 habitantes, é bastante elevada e quatro vêzes maior do que a média do Brasil.

A tabela I mostra a distribuição da população de Marília por grandes categorias de nacionalidade, segundo grupos de sexo e idade, em cifras absolutas (secção A) e em cifras proporcionais a 10 000 habitantes (secção B).

A proporção média geral de 18,4 naturais do interior por 100 habitantes não constitui um índice suficiente da importância dêstes elementos na vila econômica e social, que encontra uma melhor expressão nas proporções dos naturais do exterior nos grupos de idade que mais participam das atividades produtoras.

Saindo de 18,4 % nas idades de 20 a 29 anos, estas proporções sobem para 30,4 % nas de 30 a 39 anos, 42,9 % nas de 40 a 49 anos, 55,7 % nas de 50 a 59 anos.

Nas idades senis, de 60 anos e mais, encontra-se uma proporção ainda mais elevada, de 62,4%; pelo contrário na infância a proporção é muito baixa (2,1% nas idades de 0 a 9 anos) e na adolescência se mantém inferior à média geral (12,5 % nas idades de 10 a 19 anos).

TABELA I

POPULAÇÃO DE FATO DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA, DISCRIMINADA SEGUNDO GRANDES CATEGORIAS DE NACIONALIDADE, POR GRUPOS DE SEXO E IDADE

IDADE (anos completos)	BRASILEIROS NATOS		BRASILEIROS NATURALIZADOS		ESTRANGEIROS		TOTAL*	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
A) DADOS ABSOLUTOS								
0 a 9	12 023	11 510	2	3	262	238	12 288	11 751
10 a 19	8 258	8 423	8	11	1 336	1 276	9 602	9 711
20 a 29	7 178	5 848	18	19	1 600	1 312	8 797	7 181
30 a 39	3 826	3 100	73	41	1 608	1 305	5 509	4 448
40 a 49	2 054	1 594	81	34	1 490	1 141	3 630	2 771
50 a 59	800	661	61	25	995	756	1 857	1 443
60 a 69	313	224	24	9	457	379	794	614
70 a 79	72	83	6	5	154	132	232	220
80 e mais	27	37	1	—	45	45	73	82
Ignorada	22	30	1	—	5	3	28	33
TOTAL	**34 573**	**31 510**	**275**	**147**	**7 952**	**6 587**	**42 810**	**38 254**
B) DADOS PROPORCIONAIS A 10 000 HABITANTES								
0 a 9	1 483	1 420	—	—	33	29	1 516	1 449
10 a 19	1 019	1 039	1	1	165	158	1 185	1 198
20 a 29	886	721	2	3	197	162	1 085	886
30 a 39	472	382	9	5	198	161	679	549
40 a 49	253	197	10	4	184	141	448	342
50 a 59	98	82	8	3	123	93	229	178
60 a 69	39	28	3	1	56	47	98	76
70 a 79	9	10	1	1	19	16	29	27
80 e mais	3	4	—	—	6	6	9	10
Ignorada	3	4	—	—	—	—	3	4
TOTAL	**4 265**	**3 887**	**34**	**18**	**981**	**813**	**5 281**	**4 719**

* Inclusive 10 H. e 10 M. de nacionalidade ignorada.

Entre os 14 539 estrangeiros, *os japonêses constituem o grupo predominante,* com 9 825 componentes, dos quais 5 344 homens e 4 481 mulheres.

Os outros grupos de maior importância numérica são os dos espanhóis (1 905), dos italianos (1 415), dos portuguêses (749), dos sírios e libaneses (256). Os demais 389 estrangeiros subdividem-se entre 37 nacionalidades, tôdas com pequenas representações.

Entre os 422 brasileiros naturalizados, os naturais do Japão são 60, dos quais 32 homens e 28 mulheres.

Logo acham-se, em total, no município de Marília, 9 885 naturais do Japão, isto é, 12,2 por 100 habitantes (12,6 % na população masculina e 11,8 % na feminina).

A proporção dos naturais do Japão é apenas de 2,0 por 100 habitantes nas idades de 0 a 9 anos, mas já atinge 12,5 % nas de 10 a 19, subindo para 18,7% nas de 20 a 59 e mantendo-se de 15,8% nas de 60 anos e mais.

É interessante a comparação das precedentes proporções com os dados naturais dos outros países estrangeiros, considerados em conjunto, que correspondem a apenas 0,1. E' dos presentes nas idades de 0 a 9 anos e 1,1% nas de 10 a 19, subindo para 10,9 % nas de 20 a 59 anos e alcançando 46,6 % nas de 60 anos e mais.

A diferente distribuição por idade é uma conseqüência da diferente antigüidade das correntes imigratórias: recente, a japonêsa; antigas, em boa parte, as demais. E' característico desta situação comparativa o confronto entre os japonêses e os italianos que fazem parte da população de Marília: estão em idades de 50 anos e mais 11,1% dos primeiros, mas 60,4% dos segundos.

O questionário do Censo Demográfico contém um quesito relativo à *côr dos recenseados.* Conformando-se ao uso corrente, os japonêses em geral declararam ser de côr amarela, estendendo-se essa declaração também aos filhos de japonêses nascidos no Brasil.

Em conseqüência o número dos amarelos * nas idades da infância e da adolescência é muito superior ao dos naturais do Japão. Nas idades de 0 a 9 anos os declarados amarelos excedem de 4 605 os naturais do Japão; nas de 10 a 19, de 1 127; e ainda nas de 20 a 29, de 146. O excedente total de 5 878 representa aproximadamente a importância do grupo dos descendentes de japonêses que integra a população de Marília, constituindo 7,3 % do seu número total.

Em conjunto, os naturais do Japão e os seus descendentes ascenderiam a 15 763, constituindo 19,4 % da população total.

A comparação por sexo e grupos de idade entre os números dos amarelos e os dos naturais do Japão, efetuada na tabela II, põe em evidência um fenômeno singular. Desde a idade de 30 anos os números dos naturais do Japão excedem constantemente os dos amarelos, sendo o total dos primeiros de 4 615, o dos segundos de 4 445. A diferença de 170 representa uma estimativa mínima do número dos naturais do Japão, de 30 anos e mais, que não se declararam amarelos: cêrca de 4 % do total. Por óbvias razões a proporção correspondente deve ser suposta maior nas idades de 0 a 29 anos, de modo que parece provável que de fato *os japonêses e os seus descendentes constituam pelo menos 20% da população de Marília.*

TABELA II

COMPARAÇÃO ENTRE OS AMARELOS E OS NATURAIS DO JAPÃO, PRESENTES NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE

IDADE (anos completos)	AMARELOS		NATURAIS DO JAPÃO		DIFERENÇA AM. — NAT. JAP.	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 9	2 571	2 507	248	225	2 323	2 282
10 a 19	1 748	1 803	1 233	1 191	515	612
20 a 29	1 382	1 135	1 308	1 063	74	72
30 a 39	992	855	1 031	894	39	39
40 a 49	866	679	894	699	28	20
50 a 59	460	286	482	297	22	11
60 a 69	138	106	140	110	2	4
70 a 79	22	21	34	23	2	2
80 e mais	4	6	4	7	—	1
Ignorada	2	—	2	—	—	—
TOTAL	8 195	7 398	5 376	4 509	2 819	2 889

Quanto à composição por sexo, entre os naturais do Japão de 20 anos e mais encontram-se 3 893 homens em comparação com 3 093 mulheres com um excedente masculino de 26%, dependente da composição das correntes migratórias. Entre os naturais do Japão de 0 a 19 anos, quase todos filhos imigrados com os pais, o equilíbrio dos sexos é normal, havendo 1 481 homens e 1 416 mulheres. Análoga normalidade observa-se naquele excedente de amarelos sôbre os japonêses de 0 a 19 anos que representa pela maior parte dos filhos de japonêses nascidos no Brasil, sendo de 2 838 o número dos homens e de 2 894 o das mulheres.

O grupo dos amarelos inclui, como vimos, a quase totalidade dos japonêses e respectivos descendentes. Por isso tornam-se interessantes algumas análises da sua composição sob os pontos de vista cultural e econômico.

Dos 15 593 amarelos, 7 738, isto é, quase a metade, não falam corretamente o português. A proporção dos que não conhecem bem a língua nacional é sensivelmente maior entre as mulheres (3 860 sôbre 7 398, isto é, 52,2 %) do que entre os homens (3 878 sôbre 8 195, isto é 47,3%), que pelas próprias exigências da vida profissional têm maiores contactos com brasileiros.*

Dos 15 593 amarelos, 13 719, isto é, 88,0 % pertencem a *lares em que se fala japonês;* 7 221 são homens e 6 498 mulheres, entre êstes 13 719.

Considerando agora em particular os *amarelos que não falam corretamente português,* podemos discriminá-los segundo grandes categorias de nacionalidade, em combinação com a naturalidade de pai ou própria, em:

Brasileiros natos, filhos de pai natural do Japão H. 1 627 M. 1 650.

Brasileiros naturalizados, naturais do Japão H. 6 M. 6.

Estrangeiros, naturais do Japão H. 2 245 M. 2 204.

Vê-se que entre os naturais do Japão, quase todos adultos, há 4 461, isto é, 45,1% do número

* Além dos japonêses, foram recenseados em Marília apenas 2 chineses e 4 outros asiáticos que podiam ser declarados amarelos: números tão pequenos que achamos lícito desprezá-los nas considerações expostas no texto.

* As percentagens dos que falam correntemente o português ficariam maiores se o cômputo fôsse limitado às idades de 6 anos e mais, excluindo-se as crianças. Mas a declaração feita a respeito das crianças é significativa quando se refere a famílias em que os próprios adultos desconhecem o português.

total de 9 885, que não falam correntemente o português. Quanto aos 3 277 brasileiros natos, filhos de japonêses, que não falam correntemente o português, em parte a causa disto é apenas a sua idade, mas em parte é também o seu isolamento do meio nacional.

Considerando, de outro lado, *os amarelos que falam japonês no lar*, podemos também discriminá-los, segundo grandes categorias de nacionalidade, em:

Brasileiros natos	H. 2 507	M. 2 474
Brasileiros naturalizados ..	H. 22	M. 14
Estrangeiros	H. 4 691	M. 4 009
Nacionalidade ignorada ...	H. 1	M. 1

Os lares em que se fala japonês são compostos por 63,7 % de naturais do Japão e por 36,3 % de seus filhos, brasileiros natos.

Sob o ponto de vista da *instrução* os amarelos de Marília são caracterizados pela quota relativamente elevada da *alfabetização* masculina (67,9 %, nas idades de 6 a 39 anos), muito superior à feminina (49,3 %). A inferioridade feminina é pequena na infância e adolescência, mas se acentua ràpidamente com o crescer da idade, como mostra os seguintes dados.

Sabem ler e escrever, por 100 amarelos em cada grupo de sexo e idade,

de 6 a 9 anos	H. 31,4	M. 28,2
" 10 " 14 "	" 67,7	" 28,2
" 15 " 19 "	" 71,1	" 62,4
" 20 " 29 "	" 77,8	" 51,9
" 30 " 39 "	" 84,4	" 36,0

Notar-se-á que, enquanto a quota de alfabetização dos homens sobe com a idade, até 40 anos, a das mulheres desce desde 15 anos.

Outra apuração realizada refere-se aos amarelos que estão recebendo instrução, cujo número total, 1 310, corresponde a pouco menos de um quarto do total dos amarelos de 6 a 19 anos. Subdividem-se da maneira seguinte, quanto ao grau da instrução que estão recebendo:

Primária	H. 658	M. 563
Secundária	" 32	" 31
Superior	" 2	" —
Não especializada..	" 10	" 14

Se tomarmos como índice do número dos que deveriam receber instrução primária a metade do número dos presentes de 6 a 14 anos, 1 835, o número dos que a estão recebendo, 1 221, corresponde a cêrca de dois dêsse limite.

Os que já *têm curso completo ou diploma de estudos* são pouco numerosos (275), discriminando-se assim segundo o grau do curso ou diploma:

Primário	H. 95	M. 81
Secundário	" 42	" 20
Superior	" 18	" 1
Não especificado.	" 10	" 8

É notável a freqüência relativamente elevada das pessoas com cultura superior ou secundária, em comparação com as com cultura primária.

Embora na apuração do censo de 1940 a *religião* não seja combinada com a côr nem com a nacionalidale, podem-se fàcilmente discriminar os principais grupos religiosos dos amarelos.

A apuração pelas religiões dá como presente em Marília 11 920 budistas e 66 sintoístas, que, com grande probabilidade, são todos

TABELA III

AMARELOS DE 10 ANOS E MAIS, PRESENTES NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA, SEGUNDO A ATIVIDADE E A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, POR SEXO

RAMOS DE ATIVIDADE	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO					Total
	Empregadores	Empregados	Membros de família	Isolados independentes	Posição ignorada	
I. HOMENS						
Agricultura, etc.	185	451	1 852	1 878	10	4 376
Indústrias extrativas	—	—	—	—	—	—
Indústrias transfor.	10	53	4	22	1	90
Comércio de mercadorias	30	140	14	125	—	309
Crédito, etc.	3	23	—	18	—	44
Transportes e comunicações	2	11	—	13	—	26
Administração pública	—		—	—	—	—
Defesa nacional	—	—	—	—	—	—
Prof. liber., culto	—	8	—	14	1	23
Serv. e ativ. sociais	27	57	10	41	1	136
Ativ. dom. e escolar	—	9	1	2	393	405
Outras atividades e inativos	—	1	—	2	212	215
TOTAL	**257**	**753**	**1 881**	**2 115**	**618**	**5 624**

TABELA III

AMARELOS DE 10 ANOS E MAIS, PRESENTES NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA, SEGUNDO A ATIVIDADE E A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, POR SEXO

RAMOS DE ATIVIDADE	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO					Total
	Empregadores	Empregados	Membros de família	Isolados independentes	Posição ignorada	
II. MULHERES						
Agricultura, etc.	2	27	1 368	30	23	1 450
Indústrias extrativas	—	—	—	—	—	—
Indústrias transfor.	—	1	—	—	—	1
Comércio de mercadorias	1	11	5	6	—	23
Crédito, etc.	—	—	—	—	—	—
Transportes e comunicações	—	—	—	—	—	—
Administração pública	—	—	—	—	—	—
Defesa nacional	—	—	—	—	—	—
Prof. liber., culto	—	1	—	—	—	1
Serv. e ativ. sociais	1	12	1	15	—	29
Ativ. dom. e escolar	1	18	22	3	3 038	3 082
Outras atividades e inativos	—	2	—	—	303	305
TOTAL	**5**	**72**	**1 396**	**54**	**3 364**	**4 891**

amarelos. Mais 3 607 amarelos pertencem a outras religiões ou não têm religião; a proporção dêstes é um pouco maior na infância e na adolescência do que nas idades sucessivas.*

A distribuição dos amarelos pelos diversos ramos *da atividade econômica* consta pela tabela III, que os abrange todos, a partir da idade de 10 anos. A tabela, considerando separadamente os dois sexos, discrimina os recenseados em cada ramo de atividade segundo a posição na ocupação.

A atividade preponderante é a agrícola. Excluindo dos 5 624 homens de 10 anos ou mais os inativos, os estudantes e os ocupados no lar, ficam 5 004 com ocupações extra-domésticas: dêstes, 4 376 estão ocupados na agricultura, pecuária, etc., sendo, entre êles, 1 878 os pequenos agricultores independentes, 185 os empregadores, 451 os empregados e 1 852 os membros da família que cooperam com o chefe desta nos trabalhos agropecuários.

Entre as mulheres, 1 450, sôbre 1 504 com ocupação extra-doméstica, estão ocupadas na agricultura, etc., sendo 1 368 delas membros de família que cooperam com o seu chefe.

As ocupações extra-domésticas não agrícolas contém apenas 628 representantes no sexo masculino e 54 no feminino. A principal é a do comércio, a que se dedicam 309 homens e 23 mulheres; nos serviços e atividades sociais, há 136 homens e 29 mulheres. nas indústrias, apenas 90 homens e 1 mulher a maioria pelos que trabalham por conta própria ou da família.

A altíssima proporção das ocupações agropecuárias e a elevada quota dos que trabalham por conta própria ou da família constituem as duas características gerais mais marcadas da economia dos amarelos de Marília.

As precedentes notícias não esgotam o material censitário sôbre o assunto, visando apenas apresentar as partes dêste material que parecem mais interessantes e mostrar como a informação objetiva e precisa do Censo esclarece situações de grande interêsse social e político, que não podiam ser adequadamente apreciadas e convenientemente discutidas antes da realização dêsse grande inquérito.

★

NITERÓI — (Rio de Janeiro)

FUNDAÇÃO DE NITERÓI — No dia 22 de novembro foi comemorada em Niterói, a data da fundação da cidade. Como nos anos anteriores, o prefeito municipal, Sr. Brandão Júnior, decretou feriado municipal, e mandou também depositar uma grinalda de flores na herma do fundador, o índio Martim Afonso de Sousa, o "Ararigbóia". A efeméride marcou o 372 aniversário do lançamento dos fundamentos da vizinha capital.

★

---

* Eis aqui uma discriminação sumária dos amarelos por idade e grupos de religiões:

Idade Anos	Budistas e sintoístas	Outras religiões e s. r.	Amarelos em total
0 a 19	6 493	2 136	8 629
20 a 59	5 246	1 409	6 655
60 e mais	247	62	309

Os amarelos não budistas e sintoístas constituem 25 % dos de 0 a 19 anos, 21 % dos de 20 anos e mais. Essa diferença pode ser indício de uma leve tendência para a assimilação religiosa dos imigrados, mas esta interpretação fica incerta.

SÃO LOURENÇO — (Minas Gerais)

LEVANTAMENTO DA PLANTA CADASTRAL DA CIDADE — O governador Benedito Valadares assinou um decreto-lei abrindo para a Prefeitura Municipal de São Lourenço um crédito especial de C$ 70 000.00 para levantamento da planta cadastral da cidade.

★

TRINDADE — (Goiás)

URBANIZAÇÃO DA SEDE DO MUNICÍPIO — A sede municipal de Trindade, que dista de Goiânia apenas 24 quilômetros, está sendo objeto de atenção dos poderes públicos locais, que cogitam de dar início, imediatamente, à urbanização da cidade.

O prefeito Antônio Ribeiro Cademartori, em ato recente, determinou o loteamento da zona norte da cidade, onde o Banco de Crédito Real pretende adquirir dois alqueires de terra, no valor aproximado de 5 milhões de cruzeiros, afim de construir uma série de residências, do tipo popular, para serem vendidas a preços módicos.

A Prefeitura cogita de iniciar os serviços de instalação de uma usina hidráulica, valendo-se, para isso, do concurso de fazendeiros locais que reuniram o capital necessário ao bom êxito da emprêsa, já tendo sido realizados os estudos de aproveitamento da queda existente no córrego Bruaca, que, segundo cálculos aproximados de engenheiros que estiveram no local, poderá fornecer energia elétrica suficiente para o consumo da população, uma vez que sua capacidade é de 3 000 HP.

Por outro lado, desenvolvem-se com presteza os serviços para a construção da linha telefônica ligando Trindade a Goiânia, cujo material, adquirido em São Paulo, se encontra já a caminho da capital do Estado.

O centro telefônico deverá ser inaugurado em fevereiro do próximo ano.

No que diz respeito às obras públicas, a Prefeitura Municipal condenou recentemente oitenta casas consideradas anti-higiênicas e prejudiciais à estética urbana da cidade, cogitando, agora de, em seu lugar, construir residências confortáveis. Pretende ainda a Municipalidade atacar os serviços de esgotos domiciliares e de águas pluviais, sargeteamento de ruas, como ainda construir um edifício para o Forum, orçado em 800 mil cruzeiros e um prédio para a Prefeitura, êste orçado em 600 mil cruzeiros.

★

Exterior

ESTADOS UNIDOS

PERANTE OS REPRESENTANTES DA U.N.R.R.A. O DIRETOR DE SAÚDE DOS PORTOS EXPÕE A SITUAÇÃO DO NOSSO PAÍS COM REFERÊNCIA À FEBRE AMARELA — Perante representantes dos países componentes da U.N.R.R.A., na assembléia convocada para assuntos de higiene, na cidade de Washington, compareceu o Sr. Fábio Carneiro de Mendonça, diretor do Serviço de Saúde dos Portos, convidado para definir a situação do Brasil em assunto de febre amarela. Depois da reunião, assim se expressou o Sr. Carneiro de Mendonça:

— Graças ao eficiente serviço do Itamarati que, por telegrama, que forneceu imediatamente o que me faltava, pude prestar informações estatísticas completas, terminando com esta afirmativa: "o Brasil não possui nenhuma área de endemicidade de febre amarela urbana". o que foi uma surprêsa para quase todos, senão todos.

Com mapas, gráficos e outros documentos, o Sr. Carneiro de Mendonça fêz, na reunião, histórico da febre amarela no Brasil e disse das condições atuais de salubridade do nosso país.

Aqui, as informações a êsse respeito só se encontram entre os técnicos especializados no assunto, mas mesmo assim, a exposição do diretor do Serviço de Saúde dos Portos causou tal surprêsa, diante do que se tem feito no Brasil sôbre febre amarela, que resolveram todos que seja o próprio Brasil quem dirá das suas zonas de endemia.

A importância dessas informações está, especialmente, no fato de que é a U.N.R.R.A. que ocupará o lugar do Departamento Internacional de Higiene, cuja sede é em Paris e cuja atuação está prejudicada ou impedida pela guerra. Além disso, para o novo mundo que se abre, é de grande valor o conhecimento do nosso país também a êsse respeito, pois tem-se assim a dupla noção de adiantamento técnico e de salubridade que atrai a quantos queiram entrar em relações econômicas conosco.

Na sua exposição, percorreu o Sr. Carneiro de Mendonça os principais acontecimentos relativos ao assunto e mostrou, por fim, que principalmente a partir de 1931 é que o problema da febre amarela foi atacado com todo o rigor, no nosso país.

— Em 1931 — esclareceu — o Serviço de Febre Amarela tinha 260 postos, e em 1943, 1 315. Em 1932, Fred Soper, da Fundação Rockefeller, descobriu a febre amarela silvestre, que dá em animais e em homens que trabalham nas matas, apresentando aspecto epidêmico. Até então, não havia nenhuma medida preventiva contra a propagação do mal, o que se fêz, depois, com resultados seguros.

A cooperação que o Sr. Fábio Carneiro de Mendonça trouxe à propaganda do Brasil é enorme. Todos podem avaliar o que seja o temor de uma epidemia que, por muitos anos, afastou dos nossos portos o grande mundo. Hoje se sabe, através da campanha turística, que o Brasil - um país saudável, onde se pode viver com tôda a segurança. Mas ao financista, por exemplo, que se sente atraído pela grandiosidade da nossa terra e quer cooperar conosco não basta a propaganda geral. Êle quer saber exatamente como essas coisas são, mas ouvidas de técnicos e higienistas. Assim, as afirmativas e documentos apresentados agora na assembléia da U.N.R.R.A., os quais vão ser oficialmente utilizados e divulgados em todos os meios interessados, aparecerão como merecem de o ser, isto é, como o justo valor das coisas ditas por quem tem responsabilidade e conhecimento técnico e científico.

★

INGLATERRA

FALECIMENTO DO ASTRÔNOMO SIR ARTUR EDDINGTON — A 22 de novembro último, faleceu em Londres Sir Artur Eddington, professor de astronomia da Universidade de Cambridge, diretor do observatório dêsse centro de estudos e um dos astrônomos mais em evidência no mundo moderno.

Nasceu Sir Artur Stanley Eddington em Kendal, em 1882. Teve esmerada educação universitária em Manchester e Cambridge, onde terminou seus estudos de astronomia. Foi presidente da Sociedade de Estudos Físicos em 1930 e da Sociedade Astronômica Real, em 1921. Realizou uma série de conferências nas universidades principais da Inglaterra, sôbre sua especialidade, granjeando notável reputação. Foi ajudante-chefe do Observatório de Greenwich.

Foi Eddington um dos grandes exegetas da doutrina da relatividade de Einstein e escreveu vários livros para explicar os complexos problemas científicos decorrentes dessa teoria ao público, que, no caso, significa as classes cultas e interessadas em questões de tal transcendência.

"A morte de Sir Artur Eddington, declarou o astrônomo Sir Harold Spencer Jones, foi uma grande perda para a ciência, e, particularmente, para a astronomia. O falecido será talvez bem mais relembrado pelo seu trabalho sôbre a constituição interna das estrêlas. O trabalho de pioneiro na investigação teórica do interior das estrêlas deve-se a êle, que abriu um novo ramo de astronomia teórica".

Dentre a vasta e preciosíssima bibliografia deixada por Eddington figuram as obras: *Stellar movements and the structure of the Universe*, seu primeiro livro, publicado em 1914; *The Nature of the Physical World* (1928); *Science and the unseen world* (1929); *New Pathways to Science* (1935), e *The Expanding Universe*, do qual êste *Boletim*, no seu terceiro número transcreveu um dos capítulos, intitulado "A Recessão das Galaxias".

O desaparecimento daquela conspícua figura de cientista veio enlutar não apenas o seu país, mas tôda a cultura moderna.

Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Praça Getúlio Vargas, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatòriamente.

Bibliografia

Registos e comentários bibliográficos

Livros

ARTUR RAMOS — *Introdução à Antropologia Brasileira* — Edição da C. E. B. — Rio — 1943.

O presente livro, em boa hora editado pela Casa do Estudante do Brasil, encerra uma das mais arrojadas iniciativas até hoje feitas, para esquematizar e interpretar a paisagem étnica brasileira. "...a expressão *antropologia brasileira*" — esclarece o Sr. Artur Ramos — "não deve ser tomada como significando um objetivo diferente do da *antropologia francesa* ou da *antropologia alemã*. Não se trata de uma questão de *escola* nem de se considerar o índio, negro ou qualquer outro grupo étnico no Brasil como susceptíveis de terem um tratamento científico diferente. *Índio brasileiro* ou *negro brasileiro*, estão tomados no sentido de grupos étnicos indígenas ou negros que vivem dentro da área nacional do Brasil, embora muitos dos grupos indígenas, por exemplo, vivam em áreas que ultrapassam os nossos limites políticos, e embora os grupos negros só possam ser estudados e compreendidos quando ligados ao seu passado africano, no sentido antropológico. *Antropologia brasileira* é pois tomada no sentido de estudo do homem do Brasil, estudo dos quadros étnicos na sua configuração natural e comportamento cultural".

E' um volume alentado, com um total de 540 páginas, abrangendo, pela primeira vez, na sua totalidade, o mapa étnico do Brasil. O autor teve em mira, antes de tudo, fazer "uma apresentação geral das questões antropológicas no Brasil, que sirvam como sugestões ou pontos de partida, a pesquisas futuras, de caráter monográfico ou experimental".

O presente volume trata das culturas não européias. Um segundo volume que seguirá a êste focalizará "as culturas européias e o contacto de raças e de culturas". E' um plano vastíssimo, sem dúvida, para o qual, aliás o professor Artur Ramos está perfeitamente credenciado pelos seus já bem longos, conhecidos e proveitosos labôres nesse terreno.

O livro transpira uma sólida erudição, uma ininterrupta firmeza nos conceitos emitidos; orientando-se o autor em uma vasta e suculenta bibliografia, por certo a mais completa jamais reunida sôbre o assunto. Apresenta-se magnificamente ilustrado, com fotografias. Não cabe nesta nota informativa, nenhuma apreciação crítica do livro. E' possível que os especialistas descubram impropriedades, discordem dessa ou daquela divisão adotada pelo Sr. Artur Ramos. Que venha essa crítica construtiva. À primeira vista, porém, diremos que o trabalho é impressionante no seu conjunto. E' uma tentativa séria nos seus objetivos e na sua amplitude. Ao mestre Artur Ramos, pois, inscrevemos aqui a modesta homenagem do nosso entusiasmo.

Cremos necessário, para melhor esclarecer os estudiosos, a transcrição da tábua das matérias dêste livro:

Introdução: I — Como a expressão "Antropologia" é empregada nesta obra — Rápido histórico dos conceitos da Antropologia — A Antropologia Física e os anatomistas dos séculos XVIII e XIX — A Antropologia Cultural ou Etnologia — Raça e Cultura — Evolução do conceito de "Etnografia" — Quadro de correspondência das expressões empregadas — Tendência conci-

liatória na "Introdução à Antropologia Brasileira". II — Estudos antropológicos no Brasil, rápido histórico — Estudos sôbre o índio — 1.ª, a fase anterior às expedições von den Steinen e Ehrenreich — 2.º, a fase das expedições ao Xingu — 3.º, a fase posterior a estas expedições — Classificações lingüísticas e estudos étnico-culturais — Antropólogos nacionais e estrangeiros — A Missão Rondon — A fase Nina Rodrigues — A fase post-Nina Rodrigues — Posição atual dos estudos negro-brasileiros — Estudos sôbre os grupos europeus e os problemas gerais dos contactos de raça e de cultura — O ensino da Antropologia no Brasil — Instituições universitárias e para-universitárias — A Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia — Plano de criação do Instituto Brasileiro de Antropologia. III — Origem desta obra — O curso de Antropologia Brasileira na Casa do Estudante do Brasil — Explicação da expressão "Antropologia Brasileira" — Plano geral da obra — Apresentação do primeiro volume, dedicado às *culturas não-européias* — Plano do segundo volume, dedicado às *culturas européias e os contactos de raças e de culturas* — A terminologia proposta — Uniformização dos onomásticos tribais e geográficos — As referências bibliográficas — Agradecimentos aos cooperadores. Primeira parte: AS CULTURAS INDÍGENAS, Capítulo I — *Estudos de conjunto sôbre o índio*: Capítulo II — *Os Tupi-Guarani: distribuição lingüística;* Capítulo III — *Os Tupi-Guarani*: *cultura material;* Capítulo IV — *Os Tupi-Guarani*: *cultura não-material;* Capítulo V — *Os Gê;* Capítulo VI — *Os Aruak;* Capítulo VII — *Os Caribe;* Capítulo VIII — *Os Bororó;* Capítulo IX — *Os Nambiquara;* Capítulo X — *Os Carajá e outros grupos;* — Segunda parte: AS CULTURAS NEGRAS, Capítulo XI — *O negro na África e no Novo Mundo;* Capítulo XII *A Cultura Yoruba;* Capítulo XIII — *O grupo Nagô*: *a cultura Yoruba; no Brasil;* Capítulo XIV — *A cultura daomeiana e o grupo Gêge no Brasil;* — Capítulo XV — *A cultura fanti-ashanti*: *os negros mina;* Capítulo XVI — *Negros maometanos*: *o grupo Malê* — Capítulo XVII — *As culturas Bantu;* — Capítulo XVIII — *As culturas Bantu no Brasil.*

A. M.

★

DJACIR MENESES — *O Brasil Econômico* — Coleção Brasil. — Rio — 1944.

O presente livro do Sr. Djacir Meneses parece não ter sido feito com o pensamento do autor voltado para um grande objetivo. Suas escassas 95 páginas, para um escritor que nos tem dado volumes tão vastos e tão fortes — caracterizarão o sentido do trabalho: uma síntese.

Nada mais do que uma síntese. Mas uma síntese bem elaborada, admirável mesmo, resultado naturalmente da boa erudição do professor cearense, e sua identificação com os temas econômicos, aí analisados à luz dos interêsses brasileiros.

Muita coisa tem sido escrita sôbre o Brasil, até agora. Informantes de todos os tipos, observadores letrados ou não, vêm depositando no banco rico da nossa História, o tesouro largo dos depoimentos, com os quais o interessado de agora, saca o cheque fácil dos dados que ajudam a compreender o passado, na sua complexidade e no seu mistério.

O Brasil Econômico divide-se inteligentemente em quatro partes: Formação Econômica da Colônia; Organização Econômica do Império; Transformação Econômica da República; O Dirigismo Econômico no Brasil Atual.

"Os primeiros núcleos sociais que se radicaram na orla litorânea, organizando a atividade produtiva, não eram cometimentos de dinastias modeladoras de povos, ou frutos de um espírito aventureiro e episódico, que rajadas de heroísmo enfunavam, nas epopéias oceânicas".

O livro exibe, todo êle, essa precisão de linguagem, essa clareza de conceitos, características dos autores que exprimem os tempos novos — plêiade do qual faz parte saliente o brilhante polígrafo cearense.

A. M.

★

M. RODRIGUES DE MELO — *Patriarcas & Carreiros* — Editôra: Tradição. — Recife — 1944.

O Sr. Manuel Rodrigues de Melo faz parte dêsse grupo de estudiosos empolgados pelos temas brasileiros. Fascinados nesse trabalho de investigar e interpretar, na seara rica do nosso passado.

Não foi pai, até agora, de grossos volumes, polpudos textos, inflamados de erudição e de "teorias próprias". Cremos que êsse intelectual potiguar situa-se em plano bem mais elevado, entregando-se à atividade intelectual criadora, animado de idealismo e brasilidade, no mais puro sentido que estas palavras possam ter.

"Patriarcas & Carreiros" reúne, em 64 páginas, o exame de dois capítulos da nossa história social, simbolizados justamente nessas duas figuras expressivas do painel rural brasileiro. O autor não pretende descobrir mistérios. Nem tampouco resvala no terra-a-terra das repetições inconseqüentes. Entretanto, vale pela interpretação dada aos temas velhos. Vale pelo equilíbrio. Pela fidelidade dos quadros descritos. Pela bibliografia honestamente citada e criteriosamente escolhida.

"...Os costumes, as tradições quatro vêzes seculares, o apêgo à família, êsse amor derramado pelo torrão natal, o desvêlo que tem pelos animais, pelos bichos, pelo cavalo de sela, pelo cão, por tudo o que é seu, a religiosidade inata e teimosa, respeito à autoridade, não por mêdo, mas por dever de honra, êsse tom reservado e quase desconfiado diante de estranhos, embora notadamente afável em presença de amigos, o olhar fixo e austero de certos patriarcas sertanejos, a voz pesada e longa parecendo trazer milhares de quilos na ponta da língua, a hospitalidade franca, leal, com mesa farta abrigando dentro de casa os hóspedes de certa posição social, e, no alpendre os de comportamento duvidoso, tudo isso são traços que refletem de um modo geral a psicologia do homem do Nordeste, transmitida de geração a geração, sem solução de continuidade".

O presente trecho define muito bem o caráter do livro e marca a personalidade do autor. Páginas igualmente substanciosas tratam do carreiro, dêsse *bandeirante* calmo dos caminhos abertos, dêsse rude condutor dos carros morosos e cantadores, nas longas distâncias do sertão.

Se o patriarca foi o centro de gravidade dos nodúlos populacionais sertanejos, o cérebro de uma sociedade vasta e esfervilhante, o carreiro foi, em certo sentido, o seu complemento, o colaborador necessário sem o qual os domínios rurais ficariam inteiramente isolados do litoral e a nossa evolução haveria de ser, ainda, mais vagarosa. Feliz, portanto, a idéia do Sr. Rodrigues Melo, reunindo em um só livro êsses dois tipos, tão harmônicos dentro da paisagem social, quanto necessários ao ruralismo brasileiro.

A. M.

Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Periódicos

Boletim Del Instituto de Investigaciones Históricas — Ano XXI — ns. 93-96. Buenos Aires — 1943 — 1944.

Os argentinos vêm realizando um trabalho sério no setor da pesquisa histórica e na órbita das ciências afins.

A presente publicação é uma das muitas provas do proficiente dinamismo dessa plêiade de homens que, na admirável capital ultra-platina, consagram-se a essa árdua tarefa de organizar o material informativo, no qual os estudiosos vindouros poderão coligir dados.

É o seguinte o sumário dêste volume: "Portadas, Listas de Publicaciones, Índice Alfabético, Índice de Láminas, Índice General del Tomo XXVII".

*

Boletim da Associação comercial do Amazonas — Ano IV — n.º 38 setembro de 1944.

Do norte, os sulistas conheciam muito pouco, antigamente. Um ou outro livro, ou a descrição fantasista de algum jornalista extraviado por aquelas lonjuras.

Todos afirmaram, por exemplo, a enormidade da bacia amazônica. A curiosidade, porém, morria no próprio entusiasmo.

Agora os tempos são outros. Vivemos, mais do que nunca, a época da propaganda, da informação minuciosa. Os homens de negócio, os estadistas, compreendem que a chave do progresso reside em divulgar amplamente as possibilidades econômicas das regiões.

Isto, exatamente, que nos ocorre diante dêste boletim, pequeno é verdade, mas expressivo da mentalidade nova que reina ali, entre os amazonenses de responsabilidade.

Assine a "Revista Brasileira de Geografia" para receber em sua casa a melhor publicação periódica sôbre a geografia do Brasil.

Contribuição

bibliográfica especializada

Achegas para uma bibliografia sôbre carvão nacional *

II

B19-631 — GONZAGA DE CAMPOS,
B 236 Luís F.

Carvão de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1940, 90 ps., 23 cm.

GRATEAU, Ed.

Decouverte de la houille au Brésil: Ann. du Génie Civil, année, t. III, p. 510. París.

GRILO, César Silveira.

Carvão nacional. Experiências em locomotivas do tipo micado: Brasil Insp. Federal das Estradas, relatório, 34 ps., Rio de Janeiro. 1923.

GUILHERME, Olímpio.

O *Trust* do carvão nacional: O observador Econômico e Financeiro, ano IV, n. 43, ps. 69-86 ilust. Rio de Janeiro, 1939.

GUIMARÃES, Djalma. (MORAIS RÊGO, L. F.).

Ensaio sôbre a origem, composição e classificação do carvão nacional: Brasil, Serv. Geol. Min., boletim, n. 7. (Primeiro Congresso Brasileiro de Carvão), ps. 77-88. Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Djalma.

A indústria carbonífera no sul do Brasil. (In Mineração e Metalurgia, n. 2, v. 1, julho-agôsto, 1936, p. 50).

GUIMARÃES, Eurico Bastos.

O carvão nacional: Rev. Politécnica, série 5.ª, v. IX n. 54, ps. 232 a 329. São Paulo. 1917.

B — 100 — HART, Charles Frederick.
H 258

Geologia e geografia física do Brasil, por Charles Fredrick Hart. Tradução de Edgar Sussekind de Mendonça e Elias Dolianti. São Paulo (etc.). Cia Editôra Nacional, 1941, 649, ps. ilust., 18 cm., Brasiliana, série 5.ª, v. 200, p. 594.

B — 600 — JACOBY, KONSTANTIM,
M 662 — TOCHONNE, Jaime.

Estudio sobre las posibilidades de obtención de um buen coque de los carbones chilenos. (In Mineração e Metalurgia, n. 10, v. II, nove.-dez., 1937, p. 239.

HORTA BARBOSA, F. B.

O carvão nacional. Jornal do Comércio do Rio, 28 de setembro de 1919.

---

* O *Boletim Geográfico*, n.º 20, ano II, publicou a primeira parte dessa bibliografia.

B — 600 — JOBIM, José.
J 578

História das indústrias no Brasil, por José Jobim. Rio de Janeiro. Livraria José Olímpio Editôra. 1941, 252, ps. 23 cm. (In p. 178).

B — 600 —
J 578

O Brasil na economia mundial. Rio de Janeiro. Centro de Estudos Econômicos, 264 ps., 23 cm. (in ps. 180 a 184).

JORDÃO, J. Nabor Pacheco.

Carvão de pedra do Brasil: O Novo Mundo, VII, p. 19, New York. 1877.

KARG, F.

The industrial Avaliability of Brazilian Coal: Coal Age, v. 2, p. 603, New York. 1912.

KRUG, Frank E.

Brazil Seeks Coal: Brazilian Business, v. 2, n. 4, ps. 40-41. Rio de Janeiro. 1922.

LATIF, Miran.

Carvão nacional: Brasil Minist. Agr. Ind. Com. B ano VIII, jan. a jun. de 1919, ps. 85-91. Rio de Janeiro. 1919.

LEÃO, Emílio.

Experiências com o carvão nacional: Esgatéia, V. III, n. 6, ps. 277-279. Pôrto Alegre. 1917.

B — 631 — LEÃO, Josias.
L 476

Mines and Minerals in Brazil, por Centro de Estudos Econômicos. Rio de Janeiro, 243 ps. 23 cm. (in p. 97).

B — 600 — LEINZ, Viktor.
M 662

Origem do carvão do norte do Paraná. (In Min. e Met. n. 8, v. II, julho-agôsto, 1937, p. 136).

LEITE, A. Tavares.

Relatório das experiências feitas com carvão nacional lavado em Araranguá e Cardiff, 82 ps. Rio de Janeiro.

LEONARDOS, Óton Henry.

Sôbre o carvão brasileiro: Minério, Combustível e Transporte, ano 1, n. 1, ps. 22-24. Rio de Janeiro.

MAGALHÃES, Sinfrônio.

Aspectos do Brasil. Rio de Janeiro, Imp. Nac. 1935. 449 ps. ilus., 23 cm (In p. 324).

MARQUES, Agenor.

Utilização do carvão nacional: Brasil, Fábrica de Piquête Anuário, ano III, ns. 2-3, ps. 109-111. Rio de Janeiro. 1939.

B — 116 — MARTINS, J.
M 366

As riquezas desconhecidas do Brasil. Suas localidades e meios práticos de sua utilização, por J. Martins. Livro 1.º — Indústrias Minerais. Rio de Janeiro. Instituto Elétrico e Magnético Federal, 155 ps. ilust., (In ps. 26-97-113-131).

MENDONÇA, Marcelo Taylor Carneiro de.

Considerações sôbre o carvão nacional: Mineração e Metalurgia, v. III, n. 15, ps. 188-192, esq. Rio de Janeiro. 1938.

AS MINAS DE CARVÃO DE PEDRA E DE PETRÓLEO NOS ESTADOS DO PARANÁ E SÃO PAULO. São Paulo, Tip. Brasil, de Rothschild, 1915.

MINERAIS, BRAZILIAN. SÃO PAULO (IRON, OIL, COAL). Mining Journal, LIII, 317, London, 1883, VII 14.

MINÉRIO, COMBUSTÍVEL E TRANSPORTE (Rev.).

O carvão nacional: ano II, n. 16, ps. 117-118. Rio de Janeiro. 1929.

B — 600 — MORAIS, Luciano Jaques
M 662 de.

Minerais estratégicos. (In Min. e Met. n. 25, v. V, maio-junho, 1940).

B — 116 —
M 791

Minerais estratégicos. Rio, a Encadernadora. 36 ps., map. 23 cm. (Div. Fom. Min. av. 45; 1940. P. 16).

MORAIS RÊGO, Luís Flores.

A hulha em São Paulo. B. I. E. São Paulo, n. 109, ps. 345-52, 1934.

Carvões do Brasil. B. I. E. São Paulo, XIV, n. 72, ps. 232-8, 1931.

Notas sôbre a geologia do Estado do Maranhão. São Paulo, Imp. Oficial, 1935, 30 ps. ilus., 22, 5 cm., p. 26. RS 110 — M.

NEVES, Getúlio das.

O carvão e a turfa nacionais. Rio de Janeiro. Clube Eng., 42 ps., Tip. do Jornal do Comércio, Rio de Janeiro. 1916.

NORTH WESTERN PULVERISED COLA LOCOMOTIVE. (In Railway age gazette, august 11, 1916. New York-Chicago).

OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, O (Rev.).

Itabira. Editorial, ano II, v. 4, n. 20, ps. 31-39, ilus. Rio de Janeiro. 1938.

OLIVAR, Antonio Llambias de.

Relación de um viaje a la Barra del Piraí, relacionado con la pulverización del carbón: Uruguai, Inst. Geol. y Perforaciones, boletin n. 3, ps. 3-20. Montevidéu.

OLIVEIRA, Aguinaldo de Queirós.

Ensaio de beneficiamento do carvão paranaense. Rev. Industrial, ano VI, n. 58, p. 24. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Avelino Inácio de — LEONARDOS, ÓTON Henry.

Geologia do Brasil. 2.ª ed. (Refundida e atualizada) 1943. Rio de Janeiro Serviço de Informação Agrícola. (Carvão. In Série Didática, n.º 2, Serv. de Inform. Agríc., ps. 137-167-373).

B — 110 — OLIVEIRA, Clodomiro de.
Es 18

Indústria Siderúrgica. (In Anais da Escola de Minas de Ouro Prêto, n. 14, 1912. Ouro Prêto. Oficinas da Casa Matos, p. 71).

B — 631 — OLIVEIRA, Eusébio Paulo
Ol 4 de.

Carvão nacional. Curitiba, Liv. Mundial, 1917. 16 ps., 23 cm.

B — 110 —
Ol 4

Coal (In Mineral Resources of Brazil. Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Rio de Janeiro. Tip. do Serv. de Inform. do Min. da Agricultura. 1930, p. 5).

B — 110 —
Es 18

Contribuição à geologia da bacia do rio das Contas (In anais da Escola de Minas de Ouro Prêto, n. 16, 1920. Ouro Prêto, Tip. Mendes, p. 31).

OLIVEIRA, Eusébio Paulo de.

Geologia e recursos minerais do Estado do Paraná. Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, monografia, n. VI, 1927. (In p. 133).

B — 110 — Es 18

Nota sôbre alguns afloramentos de carvão no Paraná. (In anais da Escola de Minas de Ouro Prêto, n. 9, 1907. Ouro Prêto. Livraria Mineira, p. 93.).

Notícia sôbre as minas de carvão de pedra da bacia do rio das Cinzas. Manuscrito do Serv. Min. Geol. Brasil, 10 de maio de 1916.

O carvão nacional. A Galera, (Rev. Escola Naval), ano III, n. 20, ps. 14-15. Rio de Janeiro. 1927.

B — 110 — Ol 16

O que realizou o Serviço Geológico na Amazônia (In Serv. Geol. e Mineral. do Brasil. Rio de Janeiro. Pap. Americana. 1929, p. 12).

B — 116 — Ol 14

Regiões carboníferas dos Estados do Sul. Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1918, 125 ps. ilus.

OLIVEIRA, Francisco de Paula.

Aproveitamento do carvão nacional, 27 ps. Econômica Curitiba. 1906.

PAIS LEME, Luís Betim.

Carvão e ferro no Brasil. (Conf. realizada no Clube de Engenharia em 28 de agôsto de 1919). 24 ps., Tip. Gomes Brandão Marcondes & Cia. Rio de Janeiro..... 1919.

PAIS LEME, Luís Betim.

O que devemos fazer para bem aplicar e melhor defender o carvão nacional. (Relatório): Rio de Janeiro. Clube de Engenharia, revista, ano I, n. 10, ps. 449-451 e 462. Rio de Janeiro. 1935.

PAIVA, Glycon de.

A indústria carvoeira nacional (Entrevista). Mineração e Metalurgia, v. V, n. 27, ps. 141-142. Rio de Janeiro. 1940.

B — 600 — M 662

O Inlandsis permo-carbonífero do sul do Brasil. (In Mineração e Metalurgia. n. 16, v. III, nov.-dez., 1938, p. 227).

B — 600 — M 662 — PASSOS, Nero.

Carvão mineral no norte do Paraná (In Min. e Met. n. 8, v. II, julho-agôsto, 1937, p. 122).

PEREIRA J. B.

Analisemos com imparcialidade o carvão nacional. Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, boletim, n. 13, ps. 415-623. Pôrto Alegre. 1935.

B — 18-116 — P 414 — PEREIRA, Otacílio.

O carvão do Rio Grande do Sul; seu consumo nas locomotivas da viação férrea do Estado. Rio de Janeiro, Lito-Tip. Fluminense, 1922. 96 ps. ilus., 23,5 cm.

PIERROT, A. Ogden.

The Brazilian Coal Market: Brazilian Business, v. 6, n. 11, ps. 21-25. Rio de Janeiro, 1926.

B — 000 — P 655 — PINHEIRO FILHO, João.

Problemas brasileiros, por João Pinheiro Filho. Rio de Janeiro. Editôra S. A. A Noite, 365 ps., 19 cm. (In p. 191).

PIRES DO RIO, J.

O combustível na economia universal. Rio de Janeiro. 1916, 293 ps.

PLANT, John.

On the discovery of coal in Brazil: Manchester Geol. Soc. Tranactions, v. IV, n. 12, ps. 294-304. Manchester. 1864.

B — 600 — PÔRTO, Haníbal.
P 838

Aspectos econômicos do Brasil. Retrospecto de 1921 a 1923. Considerações sôbre as nossas possibilidades mercantis. Rio de Janeiro. Tipografia do Anuário do Brasil. 1924, 303 ps., 24 cm (In p. 160).

B — 600 — POTSCH, Valdemiro.
P 849

O Brasil e suas riquezas. Leitura Pátria, 15.ª ed. Rio de Janeiro, etc. Livraria Francisco Alves. 1940. 362 ps. ilus., 18 cm. (In ps. 69-325).

B — 600 — RAMOS GIMÉNEZ, Leopoldo.
R 147

El Brasil. Su desarrollo econômico-industrial, por Leopoldo Ramos Giménez. Rio de Janeiro. A. Coelho Branco (8.ª ed.). 1932. 252 ps., 24 cm. (In p. 165).

RAMOS, Mário de Andrade.

Processos de utilização de carvão nacional, sob o aspecto técnico e econômico. Congresso Brasileiro de Combustíveis, 1.º Memória, 17 ps., ilus. (Ed. do autor). Lit. Tip. Fluminense. Rio de Janeiro. 1922.

READ, Charles B.

Plantas Fósseis do Neo-Paleozóico do Paraná e Santa Catarina. (In Monografias da Divisão de Geologia e Mineralogia, v. XII. Rio de Janeiro. 1941, ps. 16-36).

RIBEIRO, Joaquim de Assis.

Notas sôbre o emprêgo do carvão pulverizado em locomotivas e caldeiras fixas. Brasil, Estrada de Ferro Central do Brasil. 60 ps. ilus., anexo, Of. Aut. Tip. da E. F. C. B. Rio de Janeiro. 1916.

RIBEIRO, Norberto.

Notícia sôbre a usina de distilação de carvão e subprodutos da Cia. E. F. de Minas de São Jerônimo: Brasil, Min. Agr. Ind. e Com., boletim, ano XIV, v. UU, n.º 3, ps. 431 433, Rio de Janeiro. 1925.

RODRIGUES, Helvécio Coelho.

Experiências realizadas com o carvão nacional na estação experimental da firma Humboldt, Colônia, Alemanha: Brasil, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, boletim, ano XIII, n. 5, ps. 73-93, Rio de Janeiro. 1924.

RUNKEL, F.

Eisen und Kohle in Sudamerika: Stahl un Eisen, Jg. 42, n. 7, ps. 279-281. Dusseldorf, 1922.

RUPRECHT, Paul.

Brasiliens Kohlenlage und die Erschliessung seiner Eisenerva: Kohle u. Erz, B. 36, ps. 271-272. Berlim, ... 1939.

B19-116 — SANTA CATARINA. Departamento de Estatística e
S 59 Publicidade.

A reserva mineral do Estado. Florianópolis. Imp. Of. 1939. 30 ps., 24 cm. (In p. 12).

B — 110 — SANTOS, Benedito José
Es 18 dos.

Pesquisas de carvão no sul do Brasil. (In anais da Escola de Minas de Ouro Prêto, n. 9. 1907, 2.ª ed. Ouro Prêto. Livraria Mineira, ps. 73 a 79 — 82 a 92).

B18-631 — SENA SOBRINHO, Mariano.
Se 33

Estudos preliminares nas bacias carboníferas do rio Negro e Seival, município de Bagé, Rio Grande do Sul. Pôrto Alegre, 1940, 14 ps. ilus., 23,5 cm.

SILVEIRA, Alano Leon da.

Distilação industrial no sub-solo, dos depósitos carboníferos (In Mineração e Metalurgia, n. 40, v. VII setembro-outubro de 1943, ps. 206).

SIMÕES LOPES, Ildefonso.

O carvão de pedra nacional. Estudo econômico e projeto apresentado à Câmara dos Deputados, 16 ps., Tip. Lit. de Almeida Marques, Rio de Janeiro, 1916.

B — 650 — SIMONSEN, Roberto C.
Si 57

Brazil Industrial Evolution. São Paulo. Escola Livre de Sociologia e Política. 1939, 67 ps., 27 cm. (In p. 47).

SOUSA, Fernando Martins P.

O carvão nacional e os motores a gás pobre. Rio de Janeiro, Clube de Engenharia, revista, ano III, n. 28, ps. 1192-1197, ilus., Rio de Janeiro, 1937.

SOUSA FRANCO, Manuel Marcelino.

Carvão de pedra no Avaré. 2.ª ed., Avaré, Casa Araúmo, 1902. 59 ps., 21 cm.

TAYLOR CARNEIRO DE MENDONÇA, Marcelo.

Os combustíveis minerais no Brasil. (In Colaboração do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro (ao) 9.º Congresso Brasileiro de Geografia, p. 81).

URBAIN, Edouard.

Carvão riograndense (Conferência): Egatea, v. II, n. 5, ps. 263-271. Pôrto Alegre, 1922.

VELOSO, L.

Coletânea da legislação federal, sôbre açúcar-álcool petróleo - direitos aduaneiros, por L. Veloso. Rio. Oliveira-Editor. 1940. 592 ps., 24 cm. (In p. 336).

VILELA, Gastão.

O carvão nacional. Situação da indústria do carvão no Brasil. Suas possibilidades. Sugestões para a solução definitiva do problema. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, fev. e março. 1927, 31 ps., Of. Gráf. do Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ... 1927.

B — 100 — WAPPAEUS, J. E.
W 193

A Geografia Física do Brasil, por J. E. Wappaeus. (Ed. condensada). Rio de Janeiro, Tip. de G. Leuzinger, 1884. 470 ps., 18 cm. (In ps. 51-56).

WHITE, C. I.

Brazukuab ciak. Brazilian engineering and mining review, 4, n. 5, 68-70, n. 6, 81-3. Rio de Janeiro, 1907.

WHITE, Davi.

The coal measures of Brazil. Science, XXI, 699-700, 1905.

Retrospecto geográfico

e cartográfico

Revista Marítima Brasileira *

Relação, por autor, dos trabalhos de caráter geográfico, publicados na "Revista Marítima Brasileira" — [1881-1943]

II

(Letras D a L)

DE LAMARE, V. Capitão-tenente. — *A defesa da nossa costa* — ps. 242-354, v. 1, 2.º sem., 1881.

DUARTE, João, Capitão-tenente. — *Uma viagem às Rocas,* p. 29, v. 95, 2.º sem., 1929.

E. A. — *A defesa de nossa costa,* p. 303, v. 1, 2.º sem., 1881.

E. C. — *Revista de Revistas:* A quarta expedição de Amundsen ao Oceano Glacial-Ártico, e o seu projeto de um *raid* aéreo ao Pólo Norte, p. 1128, v. 82, 1.º sem., 1923.

E. C. — *A via láctea tem aspecto de uma nebulosa em espiral,* p. 1349, v. 82, 1.º sem., 1923.

F. P. — *O grande terremoto,* p. 378, v. 83, 2.º sem., 1923.

F. P. — *Interessante fenômeno no Oceano Pacífico,* p. 769, v. 84, 1.º sem., 1924.

F. P. — *Noticiário: Viagem de circunavegação,* p. 672, v. 84, 1.º sem., 1924.

F. P. — *Noticiário:* A travessia do Atlântico, p. 1140, v. 86, 1.º sem., 1925.

F. P. — *Noticiário:* Missão Científica, p. 173, v. 89, 2.º sem., 1926.

FERREIRA, Orlando, 1.º tenente. — *Nuvens de areia no mar,* — p. 1281, v. 46, 1.º sem., 1905.

FONTES, R. Ramos, Capitão de corveta adj. — *Iluminação do canal de São Roque* — (Relatório), p. 905, v. 51, 1.º sem., 1908.

GABAGLIA, Raja, Capitão-tenente. — *Em águas do Pacífico,* p. 2177, *in Jornal do Comércio,* Rio, 25/8/940, v. 117, 2.º sem., 1940.

GAMA E SILVA, Mário da, Capitão de fragata. — *A utilidade dos penedos São Pedro e São Paulo,* p. 1327, v. 94, 1.º sem., 1929.

GAÚDIO, O. de Alvarenga, Capitão-tenente. — *Ilhas Lalande* (Viagem de exploração do tênder *Belmonte* em 1931/32) (carta), p. 773, v. 102, 1.º sem., 1933.

GOIGOCHÊA, Javari, *O rio martirizante,* p. 1558, maio de 1940, *in Jornal do Comércio,* Rio, 30/6/940, v. 117, 2.º sem., 1940.

GOMES PEREIRA, Antônio Coutinho, Capitão de fragata. — O *Benjamim Constant* à volta do mundo — Relatório da viagem de circunavegação do navio-escola: *Benjamim-Constant,* apresentado pelo seu comandante, capitão de fragata Antônio Coutinho Gomes Pereira, p. 2055, v. 54, 1.º sem., 1909.

---

* O n.º 20 — ano II — dêste *Boletim* publicou parte dessa relação — letras A e C.

GRAÇA ARANHA, H. da, Capitão de mar e guerra — *Bureau Hidrográfico Internacional* (Nosso Serviço hidrográfico). p. 1735, v. 92, 1.º sem., 1928.

GUEDES, Henrique Pinheiro, Comandante. 3.ª Divisão — Extrato do relatório da viagem da 3.ª Divisão Naval em exercícios gerais do Rio de Janeiro a Búzios, Cabo Frio, Ilha Grande, Santos, São Sebastião, Angra dos Reis. Ilha Grande e Rio de Janeiro, p. 1218, v. 40, 1.º sem., 1902.

GUEDES, Duarte Huet de Bacelar Pinto, Capitão de mar e guerra — Extrato do relatório da viagem do couraçado *Floriano,* em missão especial à Itália, Portugal, Alemanha e Inglaterra sob o comando do capitão de mar e guerra Duarte Huet de Bacelar Pinto Guedes, p. 179, v. 41, 2.º sem., 1902.

GUEDES, H. Pinheiro, Contra almirante — Viagem — Divisão Encouraçados, Rio 1/9/1903, p. 1019, v. 43, 2.º sem., 1903.

HALL, Viriato, 1.º tenente — *Praticagem e roteiro da costa do sul do Brasil* — (Do Rio de Janeiro a Montevidéu) ps. 139, 201, 275, 367, v. 33, 2.º sem., 1898.

HALL, Viriato D., 1.º tenente — *Praticagem e roteiro da costa do sul do Brasil* — (Santa Catarina) ps. 20, 92, 181, 309, v. 35, 2.º sem., 1899.

HALL, Viriato D., 1.º tenente — *Praticagem e roteiro da costa sul do Brasil* — (De São Francisco a Destêrro) p. 365, v. 34, 1.º sem., 1899.

HALL, Viriato D., 1.º tenente — *Praticagem e roteiro da costa sul do Brasil* — (Rio Grande do Sul a Montevidéu) ps. 37, 122, 163, v. 36, 1.º sem., 1900.

HALL, Viriato D., 1.º tenente — *Praticagem e roteiro da costa sul do Brasil* (Rio Grande do Sul) p. 309, v. 37, 2.º sem., 1900.

HALL, Viriato D., 1.º tenente — *Cabotagem* — Do Rio a Pernambuco, ps. 426, 582, v. 39, 2.º sem., 1901.

HALL, Viriato D., Capitão-tenente — *Cabotagem* (Entre Rio de Janeiro e Bahia) ps. 74-217, v. 41. 2.º sem., 1902.

HALL, Viriato D., Capitão-tenente — *Cabotagem* (Entre Rio de Janeiro e Bahia) p. 1492, v. 40, 1.º sem., 1902.

HECK, Conrado, Contra-almirante — *Baía da Ribeira,* p. 1789, v. 92, 1.º sem., 1928.

HECK, Conrado, Contra-almirante — *Baía da Ribeira,* ps. 35, 231, 399, 581, 863, v. 93, 2.º sem., 1928.

HECK, Conrado, Contra-almirante — *Costa do sul do Brasil,* ps. 99, 427, 725, 881, v. 95, 2.º sem., 1929.

HECK, Conrado, Contra-almirante — *Baía da Ribeira,* p. 1030, v. 94, 1.º sem., 1929.

HECK, Conrado, Contra-almirante — *Costa do sul do Brasil,* ps, 1399, 1559, 1695, 1825, v. 94, 1.º sem., 1929.

HECK, Conrado, Contra-almirante — *Costa do sul do Brasil,* ps. 1043 1155, 1281, 1421, 1519, 1657, v. 96, 1.º sem., 1930.

HECK, Conrado, Contra-almirante — *Costa sul do Brasil,* ps. 121, 239, 409, 539, 687, v. 97, 2.º sem., 1930.

HECK, Conrado, Contra-almirante — *Costa sul do Brasil,* p. 797, v. 98, 1.º sem., 1931.

LAFAYETTE, 1.º tenente — *Revista de Revistas:* (Crônica Marítima), Canal dos mares Báltico e do Norte, p. 49, v. 20, 1.º sem., 1891; *Tremores de terras submarinas,* p. 230, v. 20, 1.º sem., 1891; *Defesa do Tâmisa,* p. 241, v. 20, 1.º sem., 1891; *Explorações nas grandes profundidades do Mediterrâneo Oriental,* p. 320, v. 20, 1.º sem., 1891; *Os terremotos e o barômetro,* p. 329, v. 20, 1.º semestre, 1891.

LAFAYETTE, 1.º tenente — *Revista de Revistas* — (Crônica Marítima). *O pôrto de Hamburgo,* p. 299, v. 21, 2.º sem., 1891; *As defesas do Adriático,* p. 302, v. 21, 2.º sem., 1891; *A ilha de Heligolande,* p. 405, v. 21, 2.º sem.; *Levantamento da costa do Pacífico,* p. 417, v. 21, 2.º sem., 1891

LAFAYETTE, 1.º tenente — *Um ciclone na ilha Maurícia,* p. 190, v. 23, 2.º sem., 1892 (Trad.).

LAFAYETTE, 1.º tenente — *Revista de Revistas:* (Crônica marítima). — *Uma expedição alemã ao Pólo Norte,* p. 284, v. 22, 1.º sem., 1892. — *Aurora boreal em New York,* p. 383, v. 22, 1.º sem., 1892.

LANDIM, Jorge Ferreira, Capitão tenente — *Balizamento da nossa costa,* p. 641, v. 100, 1.º sem., 1932.

LEITE, Andrade, 1.º tenente — *A defesa de nossa costa,* p. 113, v. 2, 1.º sem., 1882.

LEITE, João Pereira, 1.º tenente — *Canal de São Petersburgo,* p. 418, v. 9, 2.º sem., 1885.

LEITE, João Pereira, 1.º tenente — *Notícias várias:* Comissão de limites entre o Brasil e República Argentina, v. 11, 2.º sem., 1886.

LEITE, João Pereira, 1.º tenente — *Notícias várias:* Balizamento da barra e portos de Paranaguá e Antonina, p. 220, v. 10, 1.º sem., 1886; Barra do Rio Grande, p. 225, v. 10, 1.º sem., 1886; Canal do Panamá, p. 72, v. 10, 1.º sem., 1886; Canal do Mar do Norte, p. 72, v. 10, 1.º sem., 1886; Canal de Nicarágua, p. 150, v. 10, 1.º sem., 1886; Defesa submarina em Falmouth, p. 365, v. 10, 1.º sem., 1886; O Canal de Tehuantépec, p. 150, v. 10, 1.º sem., 1886.

LIMA, J. E. de — *Freqüência dos ventos no Rio de Janeiro,* p. 57, v. 10, 1.º sem., 1886.

LIMA, Oscar Barbosa — A Comissão do *D. N. O. C.* à América do Norte, p. 1299, v. 96, 1.º sem., 1930.

LISBOA, Miguel Ribeiro — *Viagens* — Uma excursão no vale do Amazonas, p. 365, 7-9-1889, v. 17, 2.º sem., 1889.

(*Continua no próximo número*)

Êste "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia — Praça Getúlio Vargas, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro, D. F.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário dos decretos-leis publicados no mês de novembro de 1944

* **Decreto-lei n.º 6 994, de 27 de outubro de 1944.** — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 3 000 000,00, para despesas decorrentes da subscrição compulsória das "Obrigações de Guerra".

"Diário Oficial" de 30-10-944 — Retificado em D.O. de 16-11-944.

* **Decreto-lei n.º 6 998, de 30 de outubro de 1944.** — Dispõe sôbre a desencorporação do Patrimônio Nacional de bens e direitos de determinadas emprêsas referidas no Decreto-lei n.º 6 456, de 2 de maio de 1944, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 1-11-944.

* **Decreto-lei n.º 6 999, de 30 de outubro de 1944.** — Regula o pagamento da indenização resultando da encorporação do acervo de bens e direitos da Adutora Ribeirão das Lajes S. A. ao Patrimônio Nacional, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 1-11-944 — Ratificado em D.O. de 3-11-944.

* **Decreto-lei n.º 7 000, de 30 de outubro de 1944.** — Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr$ 1 184 799,00 para trabalhos de pesquisas e prospecções de jazidas de pirita.

"Diário Oficial" de 1-11-944 — Retificado em D.O. de 3-11-944.

* **Decreto-lei n.º 7 001, de 30 de outubro de 1944.** — Inclui na carreira de Trabalhador os cargos da carreira de Arrumador, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 1-11-944.

* **Decreto-lei n.º 7 002, de 30 de outubro de 1944.** — Concede favores e auxílio para instalação de uma rêde nacional de armazéns e silos de grãos e sementes.

"Diário Oficial" de 1-11-944.

* **Decreto-lei n.º 7 003, de 30 de outubro de 1944.** — Suprime funções gratificadas no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 1-11-944.

* **Decreto-lei n.º 7 004, de 31 de outubro de 1944.** — Altera a carreira de Desenhista do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 3-11-944.

* **Decreto-lei n.º 7 005, de 31 de outubro de 1944.** — Dispõe sôbre a escala-padrão de salários dos extranumerários-mensalistas da União.

"Diário Oficial" de 3-11-944.

* **Decreto-lei n.º 7 006, de 41 de outubro de 1944.** — Inclui cargos da carreira de Carvoeiro do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda na carreira de Foguista dos mesmos Quadro e Ministério.

"Diário Oficial" de 3-11-944.

* **Decreto-lei n.º 7 007, de 31 de outubro de 1944.** — Cria funções gratificadas para o Serviço de Estatística Demográfica Moral e Política do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

"Diário Oficial" de 3-11-944.

* **Decreto-lei n.º 7 008, de 31 de outubro de 1944.** — Abre crédito suplementar ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

"Diário Oficial" de 3-11-944.

* **Decreto-lei n.º 7 009, de 31 de outubro de 1944.** — Cria na Parte Permanente do Quadro V — Viação Férrea Federal Leste Brasileiro do Ministério da Viação e Obras Públicas, a carreira de Dactilógrafo.

"Diário Oficial" de 3-11-944.

* **Decreto-lei n.º 7 010, de 31 de outubro de 1944.** — Autoriza a cessão de terreno do Estado da Bahia.

"Diário Oficial" de 3-11-944.

Decreto lei n.º 7 011, de 1 de novembro de 1944. — Coloca sob a intervenção do Govêrno Federal a firma A. Thun & Cia. Ltda.

"Diário Oficial" de 4-11-944.

---

* Decretos-leis datados de outubro e publicados em novembro.

Decreto-lei n.º 7 012, de 1 de novembro de 1944. — Dispõe sôbre o pessoal do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais.

"Diário Oficial" de 4-11-944.

Decreto-lei n.º 7 013, de 1 de novembro de 1944. — Dispõe sôbre o policiamento de emprêsas e estabelecimentos particulares.

"Diário Oficial" de 4-11-944.

Decreto-lei n.º 7 014, de 1 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr$ 257 900,00 para pagamento de pessoal extranumerário do Departamento Federal de Segurança Pública.

"Diário Oficial" de 4-11-944.

Decreto-lei n.º 7 015, de 3 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 202 668,00 para cumprimento de precatório do Juízo da 6.ª Vara.

"Diário Oficial" de 6-11-944.

Decreto-lei n.º 7 016, de 3 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 5 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 6-11-944.

Decreto-lei n.º 7 017, de 3 de novembro de 1944. — Cria uma coletoria federal no município de Miracema, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 6-11-944.

Decreto-lei n.º 7 018, de 3 de novembro de 1944. — Cria uma coletoria federal no município de Guia Lopes, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 6-11-944.

Decreto-lei n.º 7 019, de 3 de novembro de 1944. — Altera as carreiras de Médico e Médico-Sanitarista, cria a de Médico-Puericultor no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 6-11-944 — Reproduzido por ter saído com incorreções no D.O. de 30-11-944.

Decreto-lei n.º 7 020, de 3 de novembro de 1944. — Autoriza o prefeito do Distrito Federal, a isentar a "Venerável Ordem Terceira do Senhor Bom Jesús do Calvário da Via-Sacra" de pagamento do impôsto que menciona.

"Diário Oficial" de 6-11-944.

Decreto-lei n.º 7 021, de 6 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr$ 5 000 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 8-11-944.

Decreto-lei n.º 7 022, de 6 de novembro de 1944. — Prorroga até o encerramento do exercício de 1945 a vigência do crédito aberto pelo Decreto-lei n.º 5 422, de abril de 1943.

"Diário Oficial" de 8-11-944.

Decreto-lei n.º 7 023, de 6 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr$ 115 000,00, à verba que especifica e torna sem aplicação igual quantia no orçamento em vigor.

"Diário Oficial" de 8-11-944.

Decreto-lei n.º 7 024, de 6 de novembro de 1944. — Dispõe sôbre a liquidação dos créditos das emprêsas da Organização Laje, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 8-11-944.

Decreto-lei n.º 7 025, de 7 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr$ 120 000,00 à verba que menciona.

"Diário Oficial" de 9-11-944.

Decreto-lei n.º 7 026, de 7 de novembro de 1944. — Altera o dispositivo do Decreto-lei n.º 4 521, de 24-7-942.

"Diário Oficial" de 9-11-944.

Decreto-lei n.º 7 027, de 7 de novembro de 1944. — Estabelece que sòmente brasileiros natos podem ser agentes ou representantes das emprêsas de navegação do Patrimônio Nacional e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 9-11-944.

Decreto-lei n.º 7 028, de 8 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 100 000,00 para instalação de novas dependências do Museu Histórico Nacional.

"Diário Oficial" de 10-11-944.

Decreto-lei n.º 7 029, de 8 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr$ 8 000,00 para pagamento de gratificação de representação.

"Diário Oficial" de 10-11-944.

Decreto-lei n.º 7 030, de 8 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr$ 24 000,00, para atender ao pagamento de gratificação de representação.

"Diário Oficial" de 10-11-944.

Decreto-lei n.º 7 031, de 9 de novembro de 1944. — Autoriza a realização de empréstimos para a conclusão das obras e instalações de edifício sede do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

"Diário Oficial" de 11-11-944.

Decreto-lei n.º 7 032, de 9 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr$ 80 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 11-11-944.

Decreto-lei n.º 7 033, de 9 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr$ 2 000 000.00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 11-11-944.

Decreto-lei n.º 7 034, de 9 de novembro de 1944. — Autoriza o Ministério da Educação e Saúde a adquirir mediante permuta, terrenos destinados às novas instalações do Colégio Pedro II.

"Diário Oficial" de 11-11-944.

Decreto-lei n.º 7 035, de 9 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr$ 8 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 11-11-944.

Decreto-lei n.º 7 036, de 10 de novembro de 1944. — Reforma a Lei de Acidentes do Trabalho.

"Diário Oficial" de 13-11-944.

Decreto-lei n.º 7 037, de 10 de novembro de 1944. — Dispõe sôbre a remuneração mínima dos que trabalham em atividades jornalísticas, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 13-11-944.

Decreto-lei n.º 7 038, de 10 de novembro de 1944. — Dispõe sôbre a sindicalização rural.

"Diário Oficial" de 13-11-944.

Decreto-lei n.º 7 039, de 10 de novembro de 1944. — Regula a movimentação dos Quadros, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 13-11-944. — Retificado em 20-11-944.

Decreto-lei n.º 7 040, de 10 de novembro de 1944. — Fixa efetivos dos Quadros de oficiais do Exército.

"Diário Oficial" de 13-11-944.

Decreto-lei n.º 7 041, de 10 de novembro de 1944. — Altera dispositivos do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.

"Diário Oficial" de 13-11-944.

Decreto-lei n.º 7 042, de 10 de novembro de 1944. — Dispõe sôbre funções gratificadas, no Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 13-11-944.

Decreto-lei n.º 7 043, de 10 de novembro de 1944. — Dispõe sôbre a transferência, para a Prefeitura do Distrito Federal, de imóveis que menciona.

"Diário Oficial" de 13-11-944.

Decreto-lei n.º 7 044, de 10 de novembro de 1944. — Autoriza o uso até 31 de dezembro de 1944, da sacaria de café marcada pela forma prevista no § 4.º do artigo 2.º do Regulamento baixado com o Decreto n.º 23 485, de 22 de novembro de 1933.

"Diário Oficial" de 13-11-944.

Decreto-lei n.º 7 045, de 13 de novembro de 1944. — Autoriza a permuta de terrenos pertencentes à União, situados no Cais do Pôrto desta capital, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 16-11-944.

Decreto-lei n.º 7 046, de 13 de novembro de 1944. — Dá nova redação ao art. 4.º do Decreto-lei n.º 286, de 11 de fevereiro de 1938.

"Diário Oficial" de 16-11-944.

Decreto-lei n.º 7 047, de 13 de novembro de 1944. — Veda o abono de percentagem pela cobrança executiva de contribuições compulsórias para "Obrigações de Guerra".

"Diário Oficial" de 16-11-944.

Decreto-lei n.º 7 048, de 13 de novembro de 1944. — Cria funções gratificadas no Ministério da Agricultura e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 16-11-944.

Decreto-lei n.º 7 049, de 14 de novembro de 1944. — Reorganiza a Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos criado pelo Decreto n.º 24 156, de 23 de abril de 1934.

"Diário Oficial" de 17-11-944.

Decreto-lei n.º 7 050, de 14 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr$ 8 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 17-11-944.

Decreto-lei n.º 7 051, de 14 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 9 935,00, para pagamento de gratificação de magistério.

"Diário Oficial" de 17-11-944.

Decreto-lei n.º 7 052, de 16 de novembro de 1944. — Dispõe sôbre a movimentação de oficiais-generais e superiores das Fôrças Armadas.

"Diário Oficial" de 22-11-944.

Decreto-lei n.º 7 053, de 16 de novembro de 1944. — Abre ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito suplementar de Cr$ 1 000 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 18-11-944.

Decreto-lei n.º 7 054, de 16 de novembro de 1944. — Dispõe sôbre funções gratificadas no Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 18-11-944.

Decreto-lei n.º 7 055, de 18 de novembro de 1944. — Cria o Centro Psiquiátrico Nacional e extingue o Conselho de Proteção aos Psicopatas e a Comissão Inspetora no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 21-11-944.

Decreto-lei n.º 7 056, de 20 de novembro de 1944. — Restabelece a vigência da alínea 6 do art. 197, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, suspensa pelo Decreto-lei n.º 4 693, de 16 de setembro de 1942.

"Diário Oficial" de 22-11-944.

Decreto-lei n.º 7 057, de 20 de novembro de 1944. — Altera o Decreto-lei n.º 6 936, que organiza e regula o funcionamento da Justiça junto às Fôrças Expedicionárias.

"Diário Oficial" de 22-11-944.

Decreto-lei n.º 7 058, de 20 de novembro de 1944. — Altera sem aumento de despesa, o orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos" na parte referente ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

"Diário Oficial" de 22-11-944.

Decreto-lei n.º 7 059, de 20 de novembro de 1944. — Estende ao Departamento de Compras, os efeitos do Decreto-lei n.º 641, de 22 de agôsto de 1938.

"Diário Oficial" de 22-11-944.

Decreto-lei n.º 7 060, de 21 de novembro de 1944. — Dispõe sôbre os contribuintes civis do Montepio Militar.

"Diário Oficial" de 23-11-944.

Decreto-lei n.º 7 061, de 21 de novembro de 1944. — Prorroga até 30 de junho de 1945, o prazo de isenção de que tratam os Decretos-leis ns. 6 198, de 13 de janeiro, 6 443, de 27 de abril e 6 810, de 21 de agôsto, todos de 1944.

"Diário Oficial" de 23-11-944.

Decreto-lei n.º 7 062, de 22 de novembro de 1944. — Dispõe sôbre os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, transformação e distribuição da energia elétrica.

"Diário Oficial" de 24-11-944.

Decreto-lei n.º 7 063, de 22 de novembro de 1944. — Abre crédito suplementar ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

"Diário Oficial" de 24-11-944.

Decreto-lei n.º 7 064, de 22 de novembro de 1944. — Aprova as modificações introduzidas no contrato relativo ao prosseguimento do programa de cooperação em matéria de saneamento e saúde pública, a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública.

"Diário Oficial" de 24-11-944.

Decreto-lei n.º 7 065, de 23 de novembro de 1944. — Concede indulto a marítimos incursos nas sanções previstas no Decreto-lei n.º 4 124, de 24 de fevereiro de 1942 e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 25-11-944.

Decreto-lei n.º 7 066, de 23 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ ..... 1 939 000,00, para despesas a cargo do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

"Diário Oficial" de 25-11-944.

Decreto-lei n.º 7 067, de 23 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 4 000,00. para pagamento de contribuição devida à Contadora Geral de Transportes.

"Diário Oficial" de 25-11-944.

Decreto-lei n.º 7 068, de 23 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr$ 130 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 25-11-944.

Decreto-lei n.º 7 069, de 23 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr$ 150 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 25-11-944.

Decreto-lei n.º 7 070, de 23 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 4 391 970,00, para refôrço do abastecimento d'água a Santa Cruz.

"Diário Oficial" de 25-11-944.

Decreto-lei n.º 7 071, de 23 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr$ 20 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 25-11-944.

Decreto-lei n.º 7 072, de 23 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr$ 19 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 25-11-944.

Decreto-lei n.º 7 073, de 23 de novembro de 1944. — Estende as medidas constantes do Decreto-lei n.º 893, de 26 de novembro de 1938, aos terrenos situados em Jacarepaguá, Distrito Federal, de que trata o Decreto-lei n.º 5 877, de 4 de outubro de 1943.

"Diário Oficial" de 25-11-944.

Decreto-lei n.º 7 074, de 23 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr$ 274 591,80, para pagamento de contribuição ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

"Diário Oficial" de 25-11-944.

Decreto-lei n.º 7 075, de 24 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr$ 3 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 27-11-944.

Decreto-lei n.º 7 076, de 24 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 35 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 27-11-944.

Decreto-lei n.º 7 077, de 24 de novembro de 1944. — Cria no Ministério da Marinha, o Centro de Instrução do Rio de Janeiro.

"Diário Oficial" de 27-11-944.

Decreto-lei n.º 7 078, de 24 de novembro de 1944. — Cria a carreira de Dentista no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 27-11-944.

Decreto-lei n.º 7 079, de 24 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr$ 30 000,00, à verba que especifica, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 27-11-944.

Decreto-lei n.º 7 080, de 27 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr$ ..... 15 000 000,00, para atender ao prosseguimento e início das obras a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

"Diário Oficial" de 29-11-944.

Decreto-lei n.º 7 081, de 27 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 150 000,00, para o fim que especifica.

"Diário Oficial" de 29-11-944.

Decreto-lei n.º 7 082, de 27 de novembro de 1944. — Dispõe sôbre o regime escolar no ensino superior.

"Diário Oficial" de 29-11-944.

Decreto-lei n.º 7 083, de 27 de novembro de 1944. — Dá nova redação ao art. 106 e respectivos parágrafos do Decreto-lei n.º 5 893, de 19 de outubro de 1944.

"Diário Oficial" de 29-11-944.

Decreto-lei n.º 7 084, de 27 de novembro de 1944. — Cria funções gratificadas para o Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, e dá outras prodências.

"Diário Oficial" de 29-11-944.

Decreto-lei n.º 7 085, de 27 de novembro de 1944. — Prorroga o mandato dos membros componentes das Comissões de Salário Mínimo, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 29-11-944.

Decreto-lei n.º 7 086, de 27 de novembro de 1944. — Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a receber bens em doação, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 29-11-944.

Decreto-lei n.º 7 087, de 27 de novembro de 1944. — Autoriza o prefeito do Distrito Federal a conceder isenção de impôsto predial e territorial aos clubes esportivos, na forma que menciona.

"Diário Oficial" de 29-11-944.

Decreto-lei n.º 7 088, de 27 de novembro de 1944. — Autoriza o prefeito do Distrito Federal a vender, em concorrência pública o imóvel que menciona.

"Diário Oficial" de 29-11-944.

Decreto-lei n.º 7 089, de 27 de novembro de 1944. — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr$ 480 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 29-11-944.

Decreto-lei n.º 7 090, de 28 de novembro de 1944. — Abre, ao Departamento de Imprensa e Propaganda o crédito suplementar de Cr$ 80 000.00, à dotação que especifica.

"Diário Oficial" de 30-11-944.

Decreto-lei n.º 7 091, de 28 de novembro de 1944. — Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras ao gado ovino em pé e à carne de carneiro.

"Diário Oficial" de 30-11-944.

Decreto-lei n.º 7 095, de 29 de novembro de 1944. — Dispõe sôbre interstício para promoção.

"Diário Oficial" de 30-11-944.

Decreto-lei n.º 7 096, de 29 de novembro de 1944. — Dispõe sôbre cômputo de interstício, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 30-11-944.

Nota: Os decretos-leis ns. 7 092, 7 093, 7 094 de 29 de novembro e 7 097 a 7 107, de 30 do mesmo mês ainda não foram publicados.

O Conselho Nacional de Geografia é constituído pelo "Diretório Central" na Capital Federal, por um "Diretório Regional" em cada capital de Estado e por um "Diretório Municipal" em cada Prefeitura.

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Decretos-leis

Decreto-lei n.º 7 000, de 30 de outubro de 1944.

Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr$ 1 184 799,00, *para trabalhos de pesquisa e prospecção de jazidas de pirita*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de um milhão, cento e oitenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove cruzeiros (Cr$ 1 184 799,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriações, Aquisições de Imóveis e Equipamentos) com os trabalhos de pesquisa e prospecção de minas de pirita, situadas no município de Ouro Prêto, no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único . — O crédito a que se refere êste artigo será pôsto à disposição do Ministério da Agricultura consideradas as despesas dentre as que correm à conta dos recursos previstos no Decreto-lei n.º 4 789, de 5 de outubro de 1942.

Art. 2.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Eurico G. Dutra.
A. de Sousa Costa.

(D.O. 1-11-944).

★

Decreto-lei n.º 7 007, de 31 de outubro de 1944.

Cria funções gratificadas para o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam criadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (S.E.D.M.P.). as seguintes funções gratificadas:

1 Chefe de Secção (S.D. — S.E.D.M.P.- com Cr$ 5 400,00 anuais.

1 Chefe de Secção (S.M.P. — S.E.D.M.P.) com Cr$ 5 400,00 anuais.

1 Chefe de Secção (S.P.J. — S.E.D.M.P.) com Cr$ 5 400,00 anuais.

1 Chefe de Secção (S.E.A. — S.E.D.M.P.) com Cr$ 6 000,00 anuais.

1 Chefe de Secção (S.A. — S.E.D.M.P.) com Cr$ 4 200,00 anuais.

1 Chefe de Secção (S.M. — S.E.D.M.P.) com Cr$ 4 200,00 anuais.

Art. 2.º — Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Anexo n.º 18 do Orçamento Geral da República para 1944. o crédito de Cr$ 5 100,00 (cinco mil e cem cruzeiros) suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, para atender, no período de 1 de novembro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com o disposto neste decreto-lei.

Art. 3.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Alexandre Marcondes Filho.
A. de Sousa Costa.

(D. O. 3-11-944).

★

Decreto-lei n.º 7 053, de 16 de novembro de 1944.

Abre ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito suplementar de .... Cr$ 1 000 000,00, *à verba que especifica*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito suplementar de um milhão de cruzeiros (Cr$ ..... 1 000 000,00), em refôrço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Anexo n.º 5 do Decreto-lei n.º 6 143 de 29 de dezembro de 1943), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c n.º 06 — Auxílios, contribuições e subvenções

01 — Auxílios

a) Auxílio a ser concedido na forma do Decreto n.º 24 609, de 6-7-934.

b) Ao Conselho Nacional de Estatística, Secretaria Geral do Instituto e respectivo Serviço Gráfico ..... Cr$ 1 000 000,00

Art. 2.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
A. de Sousa Costa.

(D.O. 18-11-944).

★

Decreto-lei n.º 7 062, de 22 de novembro de 1944.

Dispõe sôbre os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, transformação e distribuição de energia hidro ou termo elétrica, desde que sujeitos às normas do Código de Águas — Decreto n.º 24 643, de 10 de julho de 1934 — e dos Decretos-leis ns. 2 281, de 5 de junho de 1940, 3 128, de 19 de março de 1941, e 5 764 de 19 de agôsto de 1943 ainda que operados por emprêsas preexistentes àquele Código, concorrendo diretamente para aquelas atividades, são vinculados a êsses serviços, não podendo ser desmembrados, vencidos ou cedidos sem prévia e expressa autorização dos poderes competentes definidos nas leis e regulamentos sôbre a matéria.

Art. 2.º — Os atos dos governos estaduais e municipais que se proponham a promover a desapropriação dêsses bens e instalações, na conformidade do Decreto-lei n.º 3 365, de 21 de junho de 1941, ficam sujeitos à aprovação prévia do Presidente da República, na forma do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e ouvidos o Ministério da Agricultura e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Art. 3.º — O artigo precedente se aplica às desapropriações em curso sustando-se até a aprovação de que trata o art. 2.º, os efeitos dos atos estaduais, ou municipais correspondentes.

Art. 4.º — O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Apolônio Sales.
Alexandre Marcondes Filho.

(D.O. 24-11-944).

★

Decreto-lei n.º 7 084, de 27 de novembro de 1944.

Cria funções gratificadas para o Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam criadas no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, para o Serviço de Estatística Econômica e Financeira, as seguintes funções gratificadas:

1 Chefe de Secção (S.E. — S.E.E.F.) com Cr$ 5 400,00 anuais.

1 Chefe de Secção (S.I. — S.E.E.F.) com Cr$ 5 400,00 anuais.

1 Chefe de Secção (S.E.F. — S.E.E.F.) com Cr$ 5 400,00 anuais.

1 Chefe de Secção (S.C.I. — S.E.E.F.) com Cr$ 5 400,00 anuais.

1 Chefe de Secção (S.E.A. — S.E.E.F.) com Cr$ 6 000,00 anuais.

1 Chefe de Secção (S.A. — S.E.E.F.) com Cr$ 4 200,00 anuais.

1 Chefe de Secção (S.M. — S.E.E.F.) com Cr$ 4 200,00 anuais.

Art. 2.º — Fica aberto no Ministério da Fazenda, Anexo n.º 15 — do Orçamento Geral da República para 1944, o crédito de Cr$..... 4 500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros) suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, para atender, no período de 15 de novembro a 31 de dezembro, do corrente ano, à despesa com o disposto neste decreto-lei.

Art. 3.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
A. de Sousa Costa.

(D.O. 29-11-944).

★

Decreto-lei n.º 7 103, de 30 de novembro de 1944.

Concede auxílio à Associação Brasileira de Normas Técnicas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — É concedida à Associação Brasileira de Normas Técnicas (A.B.N.T.), a partir de 1 de janeiro de 1945, o auxílio anual de cem mil cruzeiros (Cr$ 100 000,00), para elaboração de normas, especificações e métodos de ensaio de material necessário ao progresso da indústria nacional e, especialmente, tendo em vista as necessidades dos serviços públicos civís da União.

Art. 2.º — O auxílio a que se refere o artigo anterior será pago por conta de dotação própria, para êsse fim incluída no orçamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, na Verba 3 — Serviços e Encargos, 06 — Auxílio, contribuições e subvenções.

Art. 3.º — É permitido à A.B.N.T. receber subvenções e auxílios dos Estados e Municípios ou outros quaisquer, sem prejuízo do que lhe é outorgado pelo presente decreto-lei.

Art. 4.º — O Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.) organizará o programa dos trabalhos que serão solicitados, anualmente, à A.B.N.T. e que interessem diretamente ao serviço civil federal, tendo como objetivo:

a) a fixação de tipos e padrões;

b) o estabelecimento de especificações destinadas a definir a qualidade e a regular o recebimento de materiais;

c) a unificação de métodos de ensaio;

d) a codificação de regras e prescrições relativas a produtos e à execução de obras;

e) a unificação e fixação da terminologia e dos símbolos.

Parágrafo único — Dos trabalhos executados em cada exercício, deverá a A.B.N.T. apresentar circunstanciado relatório ao D.A.S.P., dentro do primeiro trimestre do exercício seguinte.

Art. 5.º — As normas, especificações e métodos de ensaio, aprovados pela A.B.N.T., serão adotados nos serviços públicos civis da União, a juízo do D.A.S.P. que, para tal fim, baixará portarias.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
A. de Sousa Costa.

(D.O. 2-12-944).

★

Decretos

Decreto n.º 16 677, de 29 de setembro de 1944

Aprova o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra *a*, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regimento do Serviço Florestal (S.F.), que, assinado pelo ministro da Agricultura, com êste baixa.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS,
Apolônio Sales.

☆

REGIMENTO DO SERVIÇO FLORESTAL

CAPÍTULO I

Da finalidade

Art. 1.º — O Serviço Florestal (S.F.), criado pelo Decreto-lei n.º 982, de 23 de dezembro de 1938, é órgão integrante do Ministério da Agricultura, diretamente subordinado ao ministro de Estado, e tem por fim promover a criação, fomento, proteção e a melhor utilização das florestas do país.

CAPÍTULO II

Da organização

Art. 2.º — O S.F. compõe-se de:

Jardim Botânico (J.B.)

Secção de Silvicultura (S.S.)

Secção de Proteção Florestal (S.Pt.)

Secção de Tecnologia de Produtos Florestais (S.T.)

Secção de Parques Nacionais (S.P.)

Secção de Administração (S.A.)

Biblioteca.

§ 1.º — O J.B. fica constituído de Secções de Botânica Geral (S.B.G.), de Botânica Sistemática (S.B.S.) e de Botânica Aplicada (S. B.A.) e de uma Superintendência do Jardim (S.J.).

§ 2.º — Os Parques Nacionais e Hortos Florestais são, respectivamente, subordinados à S.P. e à S.S., e terão, cada um, um administrador designado pelo diretor do Serviço.

Art. 3.º — As Secções do S.F. e do J.B. terão chefes designados pelo diretor do S.F., e a S.J. do J.B., um seperintendente também designado por esta autoridade.

Parágrafo único — A S. A. disporá de uma Portaria, chefiada por servidor designado pelo diretor do S.F.

Art. 4.º — O diretor do S.F. terá um secretário por êle designado.

Art. 5.º — Os órgãos componentes do S.F. funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do diretor.

CAPÍTULO III

Da competência dos órgãos

Art. 6.º — Ao J.B. compete:

I — estudar o ocorrência, característica e distribuição dos representantes da flora nacional;

II — promover a introdução de plantas exóticas, por iniciativa própria ou por solicitação das Secções do S.F.;

III — efetuar a identificação científica dos espécimes florestais;

IV — coletar dados sôbre o nome comum das essências;

V — promover, em colaboração com os órgãos de ensino médico e farmacêutico, do país, o melhor conhecimento das plantas medicinais indígenas;

VI — efetuar observações e pesquisas sôbre novas aplicações de plantas conhecidas ou sôbre a utilização de plantas pouco conhecidas;

VII — manter a representação viva da flora brasileira;

VIII — organizar e manter, com finalidade educativa, coleções vivas especializadas, notadamente de plantas medicinais agrícolas e ornamentais, assim como um jardim sistemático;

IX — executar ensaio de cultura de essências florestais, bem como os de hibridação e enxertia;

X — promover intercâmbio com estabelecimentos do país e do estrangeiro, permutando sementes, mudas e material botânico;

XI — realizar exposições de plantas ornamentais e cursos de jardinagem;

XII — facilitar a visitação e a exposição do Jardim ao público.

§ 1.º — À S.B.G. compete desempenhar as atribuições constantes dos itens I e II, dêste artigo.

§ 2.º — À S.B.S. compete desempenhar as atribuições constantes dos itens III e IV dêste artigo.

§ 3.º — À S.B.A. compete desempenhar as atribuições constantes dos itens V e VI dêste artigo.

§ 4.º — À S.J. compete desempenhar as atribuições constantes dos itens VII, VIII, IX, X, XI, XII, dêste artigo e ainda:

I — zelar pelas coleções de plantas vivas da área do J.B., inclusive quanto à exatidão e atualidade da nomenclatura botânica;

II — reunir, em herbário próprio, coleções botânicas dos vegetais existentes nas coleções vivas;

III — colhêr e conservar as sementes dos mesmos vegetais organizando periòdicamente uma lista das disponíveis para a permuta com instituições congêneres, do país e do estrangeiro;

IV — executar os ensaios da aclimação de plantas exóticas;

V — efetuar observações fenológicas nas plantas cultivadas no J.B.;

VI — efetuar o policiamento no recinto do Jardim.

Art. 7.º — À S.S. compete:

I — estudar as características silvícolas das essências;

II — estudar os tipos florestais consociados, maciços, povoamentos;

III — estudar o desenvolvimento, tolerância, reprodução, e crescimento das essências;

IV — estudar, para divulgação na forma do art. 28, à época da coleta de sementes e frutos, beneficiamentos e sementeiras, cuidados com as mudas, seu acondicionamento e transporte;

V — promover, mediante pagamento de taxas aprovadas pelo ministro de Estado, o fornecimento de mudas aos interessados;

VI — estudar a influência das florestas sôbre o clima, solo, águas e saúde pública;

VII — realizar em colaboração com a S.Pt., estimação dos maciços, tabelas de cubagem, rotação e ciclo de regeneração, idade do povoamento e outros trabalhos de mesma natureza;

VIII — opinar sôbre a concessão de licenças para cortes ou derrubadas;

IX — promover em colaboração com a S.Pt. a delimitação geral das florestas de acôrdo com suas essências e seus rendimentos;

X — promover, em colaboração com a S.Pt., o reflorestamento de áreas desmatada;

XI — Orientar e coordenar os trabalhos nos Hortos Florestais;

XII — executar a contabilidade florestal e a estatística dos produtos florestais;

XIII — estudar os mercados e métodos de venda;

XIV — calcular, em colaboração com a S.Pt. os prejuizos causados por derrubadas, incêndios e outros acidentes;

XV — estudar relativamente às madeiras, a importância comercial, o custo de produção, os preços de venda, as inversões de capital, os lucros e os movimentos de exportação, importação e do mercado interno.

Parágrafo único — Aos Hortos Florestais compete:

I — proteger e conservar os espécimes vegetais sob sua responsabilidade;

II — produzir mudas de essências florestais para os fins constantes dos itens III e V do presente parágrafo, e fornecer aos interessados informes relativos às respectivas zonas florestais;

III — auxiliar os interessados nos serviços de reflorestamento organizando planos de trabalho, fornecendo-lhes mudas e prestando-lhes todo o concurso necessário aos trabalhos de ordenamento das matas da região respectiva;

IV — enviar, quando solicitarem os interessados, pelo pessoal habilitado para fazer as sementeiras *in loco* correndo as despesas respectivas por conta do requerente;

V — remeter à sede do S.F. os informes e amostras que lhes forem solicitados, da região em que estiverem localizados;

Art. 8.º — À S.Pt. compete:

I — exercer fiscalização rigorosa no sentido de proteger as florestas do país;

II — promover, em entendimentos com o Estado, o cumprimento do Código Florestal;

III — fomentar a cooperação de quaisquer órgãos administrativos do país na realização de seus objetivos de proteção e guarda das florestas;

IV — promover a extinção de incêndios nas florestas, investigando suas causas;

V — estudar em certos, fundos, animais, areias movediças, clima e outros fatôres que possam impedir o desenvolvimento das florestas brasileiras;

VI — manter postos de observação e fiscalização;

VII — manter um corpo de guardas florestais devidamente equipado constituindo-se necessário fôr ao perfeito desempenho de suas atividades, uma Polícia Montada Florestal;

VIII — promover em colaboração com a S.S., a execução de todos os trabalhos de topografia, demarcação e reconhecimento (levantamentos terrestres e aerofotogramétricos) das florestas, assim como a locação de divisas, estradas, picadas, pontes, bueiros, linhas de comunicação e de mais construções necessárias ao Serviço Florestal e suas dependências, existentes nas florestas brasileiras;

IX — manter abertas mediante roçagem anual as picadas das linhas divisórias entre as matas do govêrno federal e as propriedades particulares limítrofes;

X — proceder ao levantamento topográfico e demarcação das florestas protetoras da União, que estejam sôbre a sua guarda e organizar e manter plantas detalhadas das mesmas;

XI — realizar trabalhos de conservação do solo nas matas consideradas protetoras, sôbre o tríplice aspecto, do regime das águas, da erosão pelos agentes naturais e do valor paisagístico.

Art. 9.º — À S.T. compete:

I — investigar as propriedades mecânicas, físicas, e químicas das essências florestais;

II — estudar, divulgando-os na forma do art. 28 os métodos mais eficientes de corte, transporte, conservação, classificação e embarque de madeiras bem como a de indústrias correlatas.

III — estudar as serrarias, carpintarias e maquinarias respectivas;

IV — estudar a madeira como matéria prima (fabricação de papel, compensados, móveis, construções, lenha, carvão, dormentes, postes, escoras, etc.);

V — estudar as aplicações industriais da madeira;

VI — elaborar e manter, atualizado um fichário de todos os estabelecimentos públicos, ou particulares, que exerçam atividades relacionadas com o setor de florestas;

VIII — promover a edição de mapas e grifos que esclareçam os interessados sôbre a topografia das florestas brasileiras.

Art. 10 — À S.P. compete:

I — orientar, coordenar e fiscalizar o trabalho dos parques nacionais;

II — elaborar os programas de ação para cada parque;

III — promover a criação de parques federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único — Aos Parques Nacionais compete:

I — conservar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob sua jurisdição;

II — promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões;

III — organizar museus e herbários regionais;

IV — remeter à sede do S.F. informes e amostras de espécimes da região em que estiver localizado, que lhe forem solicitados.

Art. 11 — À S.A. compete:

I — promover as medidas preliminares necessárias à administração de pessoal, material, orçamento e comunicações, a cargo do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura, com o qual deverá funcionar perfeitamente articulada, observando as normas e métodos de trabalho pelo mesmo prescritos;

II — manter o serviço da Portaria na sede do S.F.

Art. 12 — À Biblioteca compete:

I — organizar e manter em dia os catálogos para uso do público e os catálogos auxiliares necessários aos seus serviços;

II — franquear as salas de leitura e as estantes de livros e revistas às pessoas interessadas, desde que não perturbem a boa ordem do serviço;

III — promover, por prazo determinado, o empréstimo de publicações de acôrdo com as instruções do diretor;

IV — orientar o leitor no uso da Biblioteca e auxiliá-lo nas pesquisas bibliográficas;

V — cooperar com as demais Bibliotecas do Serviço Público Federal;

VI — promover o conhecimento, pelo público, do que se contém na Biblioteca.

CAPÍTULO IV

Das atribuições do pessoal

Art. 13 — Ao diretor incumbe:

I — dirigir, coordenar e fiscalizar os trabalhos do S.F.;

II — despachar, pessoalmente, com o ministro da Agricultura;

III — baixar portarias, instruções e ordens de serviço;

IV — comunicar-se, diretamente, sempre que o interêsse do serviço o exigir, com quaisquer autoridades públicas, exceto com os ministros de Estado, caso em que deverá fazê-lo por intermédio do ministro da Agricultura;

V — submeter, anualmente, ao ministro de Estado o plano de trabalho do Serviço;

VI — apresentar, anualmente, ao ministro de Estado, o relatório dos trabalhos do S.F.;

VII — propor ao ministro de Estado as providências necessárias ao aperfeiçoamento do Serviço;

VIII — reunir, periòdicamente, os chefes dos diversos órgãos, para discutir e assentar providências relativas ao serviço, e comparecer às reuniões para as quais fôr convocado pelo ministro de Estado;

IX — opinar em todos os assuntos relativos às atividades da repartição, dependentes de solução de autoridades superiores, e resolver os demais, ouvidos os órgãos que compõem o S.F.;

X — organizar, conforme as necessidades do serviço, turmas de trabalho com horário especial, respeitado o número de horas semanais estabelecido para o Serviço Público Civil;

XI — determinar ou autorizar a execução de serviço externo;

XII — admitir ou dispensar, na forma da legislação em vigor, o pessoal extranumerário;

XIII — designar e dispensar os ocupantes de função gratificada de chefia, bem como os respectivos substitutos eventuais;

XIV — designar e dispensar seu secretário;

XV — movimentar, dentro da lotação estabelecida, o pessoal dotado no S.F.;

XVI — expedir boletins de merecimento dos funcionários que lhe forem diretamente subordinados;

XVII — organizar e alterar a escala de férias do pessoal que lhe fôr diretamente subordinado e aprovar a dos demais servidores;

XVIII — elogiar e aplicar penas disciplinares aos servidores do S.F., inclusive a de suspensão até 30 dias (trinta), propondo ao ministro de Estado as penalidades que excederem de sua alçada;

XIX — determinar a instauração de processo administrativo;

XX — antecipar ou prorrogar o período normal de trabalho.

Art. 14 — Ao diretor do J.B. incumbe:

I — coordenar, orientar e dirigir as atividades do J.B.;

II — despachar pessoalmente com o diretor do S.F.;

III — baixar instruções para execução dos serviços;

IV — submeter anualmente ao diretor do S.F. o programa de trabalho do J.B.;

V — apresentar anualmente ao diretor do S.F. relatórios das atividades do J.B.;

VI — convocar e presidir reuniões de chefes de serviço do J. B. e comparecer às reuniões para as quais seja convocado pelo diretor do S.F.;

VII — propor ao diretor do S.F. medidas convenientes à boa execução dos trabalhos;

VIII — indicar ao diretor do S.F. os funcionários que devam exercer função gratificada de chefia, bem como os seus substitutos eventuais;

IX — distribuir e redistribuir o pessoal lotado no J.B.;

X — expedir boletins de merecimento dos funcionários que lhe forem diretamente subordinados;

XI — organizar e alterar a escala de férias do pessoal que lhe fôr diretamente subordinado e aprovar os demais servidores;

XII — aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 15 dias, aos seus subordinados, e propor ao diretor do S.F. a aplicação de penalidade que escape à sua alçada.

Art. 15 — Aos chefes de Secção do S.F. e do J.B. incumbe dirigir e fiscalizar os trabalhos das respectivas Secções, devendo para tanto:

I — Distribuir os trabalhos aos servidores, orientar a execução e manter coordenação entre os elementos componentes da Secção, determinando as normas e métodos de trabalho que se fizerem aconselháveis;

II — velar pela disciplina e manutenção do silêncio nas salas de trabalho;

III — aplicar as penas de advertência e repreensão, propondo ao diretor a penalidade que exceder de sua alçada;

IV — organizar e submeter à aprovação do diretor a escala de férias do pessoal da Secção;

V — apresentar mensalmente, ao diretor. um boletim dos trabalhos realizados e anualmente um relatório dos trabalhos realizados, em andamento ou planejados.

Art. 16 — Ao superintendente compete:

I — orientar, coordenar e fiscalizar os serviços da S.J.;

II — superintender e fiscalizar todos os trabalhos paisagísticos, de conservação e de oficina executados na área do J.B.;

III — atender e orientar professôres e turmas de alunos que desejarem utilizar-se das coleções vivas do J.B. para fins didáticos;

IV — Organizar e submeter à aprovação do diretor a escala de férias do pessoal da S.J.;

V — apresentar mensalmente ao diretor do J.B. um boletim dos trabalhos realizados.

Art. 17 — Aos administradores de Parques ou Hortos incumbe:

I — orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos a cargo do Parque ou Hôrto respectivo;

II — submeter à apreciação do diretor do S.F., por intermédio da Secção respectiva, a tabela de pessoal necessário à realização dos trabalhos;

III — apresentar mensalmente à Secção respectiva um boletim dos trabalhos realizados.

Art. 18 — Ao secretário incumbe:

I — atender às pessoas que procurarem o diretor, encaminhando-as ou dando conhecimento a êste do assunto a tratar;

II — representar o diretor, quando para isso fôr designado;

III — redigir a correspondência pessoal do diretor.

Art. 19 — Aos servidores que não tenham atribuições especificadas neste Regimento, cumpre executar os trabalhos de que foram incumbidos pelos seus superiores imediatos.

CAPÍTULO V

Da lotação

Art. 20 — O S.F. terá a lotação que fôr estabelecida em decreto.

Parágrafo único — Além dos funcionários constantes da sua lotação, o S.F. poderá ter pessoal extranumerário.

CAPÍTULO VI

Do horário

Art. 21 — O horário normal do S.F. será fixado pelo diretor, respeitado o número de horas semanais ou mensais estabelecido para o Serviço Público Civil.

Parágrafo único — Os trabalhos de campo serão no mínimo de 8 horas diárias.

Art. 22 — O diretor do S.F. e o do J.B. não estão sujeitos a ponto, devendo, porém, observar o horário fixado.

CAPÍTULO VII

Das substituições

Art. 23 — Serão substituídos, automàticamente, em suas faltas e impedimentos eventuais até 30 dias:

I — O diretor do S.F. pelo diretor do J.B. ou por um chefe de Secção do S.F., conforme designação feita pelo ministro de Estado, mediante indicação do diretor do S.F.;

II — O diretor do J.B., por um chefe de Secção designado pelo ministro de Estado, mediante indicação do diretor do S.F.;

III — os chefes de Secção do S.F. e do J.B., o da Biblioteca, o superintendente e os administradores de Parques e Hortos, por servidores designados pelo diretor do S.F., devendo haver indicação do diretor do J.B. quando se tratar de Secção dêste órgão.

Parágrafo único — Haverá sempre servidores designados prèviamente para as substituições de que trata o presente artigo.

CAPÍTULO VIII

Disposições gerais

Art. 24 — Mediante "Instruções de Serviço" do respectivo chefe, as Secções poderão desdobrar-se em turmas.

Art. 25 — Nenhum servidor do S.F. poderá fazer publicações ou dar entrevistas sôbre assuntos que se relacionem com a organização e as atividades do S.F., sem autorização escrita do diretor.

Art. 26 — O diretor do S.F., o diretor do J.B. e os administradores residirão obrigatòriamente nas sedes dos serviços respectivos.

Art, 27 — O S.F. deverá manter-se em contacto permanente com entidades públicas e particulares que exerçam atividades afins ao setor florestal, sempre que êsse contacto venha contribuir para o melhor desempenho de suas atribuições.

Art. 28 — Cada órgão do S.F. fornecerá, dentro de suas atribuições, ao Serviço de Documentação, sob a forma de artigos, tópicos e notícias, os elementos necessários à divulgação das finalidades do S.F. e dos trabalhos que êste realizar, procurando, assim, despertar, no país, o interêsse geral pelos assuntos florestais e fazer chegar ao público informações atualizadas sôbre a legislação relativa à utilização e conservação das florestas.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1944. — *Apolônio Sales.*

(D.O. 2-10-944).

★

Decreto n.º 16 787, de 11 de outubro de 1944

Aprova o Regimento do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura

(Publicado no *Diário Oficial* — Secção I — de 13-10-944)

RETIFICAÇÃO

Nos artigos, 73, 77, 78, 79 e 80, onde se lê: "especialmente".

Leia-se "ainda".

No art. 74, onde se lê:

"... na forma da legislação, pessoal contratado, mensalista e diarista".

Leia-se:

"... na forma da legislação, pessoal extranumerário".

(D.O. 9-11-944).

★

Decreto-lei n.º 16 915, de 20 de outubro de 1944.

Aprova o regimento do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação e Saúde

(Publicado no *Diário Oficial* — Secção I — de 24-10-944)

RETIFICAÇÃO

No regimento, art. 8.º, item IV, onde se lê: "...recreativas, desportivas, etc.;"

Leia-se:

"...recreativas desportivas, etc.);"

Ainda no mesmo artigo, item XX, onde se lê:

"...científicas liberais;",

Leia-se:

"...científicas e culturais;".

No art. 15, item IV, onde se lê:

"...segundo e competência atribuída à respectiva seção,...",

Leia-se:

"...segundo a competência atribuída à respectiva secção,...".

(D.O. 16-11-944).

★

Decreto n.º 17 206, de 21 de novembro de 1944.

Concede reconhecimento aos cursos de filosofia, matemática, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas e pedagogia, da Faculdade de Filosofia da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição, e nos têrmos do art. 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938:

Resolve conceder reconhecimento aos cursos de filosofia, matemática, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas, letras néo-latinas, letras anglo-germânicas e pedagogia, mantidos pela Faculdade de Filosofia da Bahia, com sede em Salvador, no Estado da Bahia.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Gustavo Capanema

(D.O. 29-11-944).

★

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

*** Portaria Ministerial n.º 535, de 29 de novembro de 1944.**

Dispõe sôbre os concursos de habilitação, para matrícula nos cursos do ensino superior, no ano escolar de 1945

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2.º do Decreto-lei n.º 6 679, de 13 de julho de 1944, resolve expedir as seguintes instruções para processamento dos exames de habilitação no ano de 1945:

Art. 1.º — Os concursos de habilitação terão função seletiva e compreenderão duas fases, a saber:

a) prestação de exames;

b) classificação dos candidatos.

Art. 2.º — Os exames versarão, com relação a cada curso do ensino superior, sôbre as disciplinas fixadas pela Portaria ministerial n.º 386, de 16 de agôsto de 1944.

§ 1.º — Êsses exames constarão de uma prova escrita e de uma prova oral, e serão prestados perante bancas examinadoras constituídas pelo conselho técnico administrativo dos estabelecimentos de ensino superior.

§ 2.º — Não poderá, sob pena de nulidade, ser prestada prova de uma disciplina perante examinador que a tenha ensinado ao examinando.

Art. 3.º — Findos os exames de que trata o artigo anterior, proceder-se-á à classificação dos candidatos que serão admitidos à matrícula inicial em cada curso.

Art. 4.º — Só poderão concorrer à classificação os candidatos que tenham obtido em cada disciplina a nota quatro pelo menos.

Parágrafo único — A nota de uma disciplina será a média aritmética das notas da prova escrita e da prova oral.

Art. 5.º — Se o número de vagas existentes na primeira série fôr igual ou superior ao número dos candidatos que concorram à classificação, serão êstes havidos como classificados.

Art. 6.º — Se o número de vagas, na primeira série, fôr inferior ao número dos candidatos que concorram à classificação, proceder-se-á à organização da relação dos classificados, até o limite das vagas existentes.

Parágrafo único — Adotar-se-á como critério da classificação a soma das notas obtidas pelos candidatos nas disciplinas exigidas. Em caso de empate, prevalecerá a nota global alcançada na última série de estudos do ensino secundário.

---

* N. R. — Os anexos a que se refere a Portaria supra foram publicados na mesma edição do D. O. Publicamos, sòmente, o anexo referente ao programa de história e geografia do Brasil.

Art. 7.º — O Departamento Nacional de Educação baixará instruções sôbre o processo de inscrição no concurso de habilitação e sôbre a forma pela qual deverão ser realizados os exames referidos na presente portaria ministerial.

Art. 8.º — Os programas para os concursos de habilitação de que trata a presente portaria ministerial são os anexos.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1944. — *Gustavo Capanema.*

★

Anexo IX

Programa de História e Geografia do Brasil

1. Para a prova escrita de história e geografia do Brasil, a banca examinadora organizará cinco pontos, devendo cada um dêles conter matéria de história e de geografia. Sorteado um dos pontos serão formuladas sôbre as suas matérias quatro questões.

2. Para a prova oral de história e geografia do Brasil, a banca examinadora organizará uma relação de pontos (entre dez e vinte) contendo cada um dêles matéria de história e de geografia. Feito o sorteio de um ponto, constará a prova oral de interrogatório que permita verificar por parte do estudante assimilação dos conhecimentos básicos de história e geografia do Brasil.

3. A banca examinadora extrairá os pontos, para a prova oral e para a prova escrita, do seguinte programa:

a) História do Brasil

I. O descobrimento: 1. Origens de Portugal. 2. Os descobrimentos portuguêses. 3. Cabral e o descobrimento do Brasil. 4. A carta de Pero Vaz de Caminha

II. Os primórdios da colonização: 1. As primeiras expedições. 2. As capitanias hereditárias. 3. O govêrno geral. 4. Início da catequese. 5. As primeiras cidades. 6. Manifestações iniciais da vida econômica.

III. A independência: 1. D. João VI no Brasil. 2. A regência de D. Pedro; José Bonifácio. 3. O grito do Ipiranga.

IV. O primeiro reinado: 1. A Guerra da Independência. 2. As lutas internas. 3. A Guerra Cisplatina. 4. A abdicação.

V. A regência: 1. A regência trina. 2. A regência una: Feijó e Araújo Lima. 3. A Maioridade.

VI. A política interna do segundo reinado: 1. As guerras civis: ação pacificadora de Caxias. 2. Os dois grandes partidos. 3. A questão religiosa.

VII. A política externa do segundo reinado: 1. Ação contra Oribe, contra Rosas e contra Aguirre: 2. A questão Christie. 3. A Guerra do Paraguai: suas causas; principais vultos e episódios.

VIII. A abolição: 1. A escravidão negra. 2. O tráfico dos escravos. 3. A campanha abolicionista; seu triunfo.

IX. O advento da República: 1. A propaganda republicana. 2. A questão militar. 3. A proclamação da República. 4. O Govêrno Provisório. 5. A Constituição de 1891.

X. A primeira República: 1. Os governos republicanos. 2. Principais vultos e episódios da política interna. 3. A política exterior; Rio Branco. 4. As maiores realizações administrativas. 5. Desenvolvimento econômico e cultural.

XI. A segunda República: 1. Getúlio Vargas. 2. Os rumos da política exterior; o Brasil na Guerra. 3. Sentido da política interna: organização da unidade e da defesa nacional; os grandes empreendimentos administrativos. 4. O progresso geral do país.

b) Geografia do Brasil

XII. A região Norte: 1. Descrição física, 2. Povoamento; população. 3. Divisões; cidades. 4. A vida cultural. 5. Recursos econômicos.

XIII. A região Nordeste: 1. Descrição física. 2. Povoamento; população. 3. Divisões; cidades. 4. A vida cultural. 6. Recursos econômicos.

XIV. A região Leste: 1. Descrição física. 2. Povoamento; população. 3. Divisões; cidades. 4. A vida cultural. 5. Recursos econômicos.

XV. A região Sul: 1. Descrição física. 2. Povoamento; população. 3. Divisões; cidades. 4. A vida cultural. 5. Recursos econômicos.

XVI. A região Centro-oeste: 1. Descrição física. 2. Povoamento; população. 3. Divisões cidades. 4. A vida cultural. 5.Recursos econômicos.

A Portaria ministerial n.º 386, de 16 de agôsto dêste ano referida no art. 2.º da portaria ministerial acima, tem o seguinte texto:

Portaria Ministerial n.º 386, de 16 de agôsto de 1944

Dispõe sôbre os concursos de habilitação para matrícula nos cursos do ensino superior, no ano escolar de 1945.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde no uso da atribuição que lhe confere o art. 2.º do Decreto-lei n.º 6 679, de 13 de julho de 1944, resolve:

Art. 1.º — Os concursos de habilitação, no ano escolar de 1945, versarão sôbre as disciplinas de português, latim, inglês ou francês, para matrícula inicial nos seguintes cursos: a) curso de bacharelado em direito; b) curso de filosofia; c) curso de letras clássicas; d) cursos de letras néo-latinas; e) curso de letras anglo-germânicas; f) curso de pedagogia.

Art. 2.º — Os concursos de habilitação, no ano escolar de 1945, versarão sôbre as disciplinas de português, inglês ou francês, história do Brasil e geografia do Brasil, para matrícula inicial nos seguintes cursos: a) curso de geografia e história; b) curso de ciências sociais; c) curso superior de administração e finanças.

Art. 3.º — Os concursos de habilitação, no ano escolar de 1945, versarão sôbre as disciplinas de física, química e biologia, para matrícula inicial nos seguintes cursos: a) curso médico; b) curso de odontologia; c) curso de farmácia; d) curso de agronomia; e) curso de veterinária; f) curso de história natural.

Art. 4.º — Os concursos de habilitação, no ano escolar de 1945, versarão sôbre as disciplinas de matemática, física e química, para matrícula inicial nos seguintes cursos: a) curso de engenheiros civís; b) curso de engenheiros eletricistas; c) curso de engenheiros industriais; d) curso de geógrafos; e) curso de engenheiro de minas e civil; f) curso de arquitetura; g) curso de química industrial; h) curso de matemática; i) curso de física; j) curso de química.

Art. 5.º — Poderão inscrever-se em concurso de habilitação para matrícula em qualquer mo-

dalidade de curso do ensino superior os candidatos que satisfizerem uma das seguintes condições:

a) ser portador do certificado de licença clássica;

b) ser portador do certificado de licença científica;

c) satisfazer a exigência da primeira parte do art. 2.º do Decreto-lei n.º 6 247, de 5 de fevereiro de 1944.

Art. 6.º — Os programas e respectivas instruções para os concursos de habilitação de que tratam os artigos anteriores serão expedidos por portaria do ministro da Educação.

Rio de Janeiro, 16 de agôsto de 1944.
Gustavo Capanema.

("Diário Oficial" de 30-11-944).

★

Decreto n.º 17 274, de 30 de novembro de 1944

Aprova os estatutos da Fundação Brasil Central

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição,

Decreta:

Artigo único — Ficam aprovados os estatutos, que a êste acompanham, da Fundação Brasil Central, instituída, pela União Federal, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 5 878, de 4 de outubro de 1943, por escritura pública lavrada a 24 de abril de 1944 no 9.º Ofício de Notas desta cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Alexandre M. Filho.

★

Estatutos da Fundação Brasil Central, aprovados pelo Decreto n.º 17 274, de 30 de novembro de 1944

CAPÍTULO I

Da constituição, do objeto e do prazo de duração

Art. 1.º — Denominação, sede, fôro, personalidade.

A Fundação Brasil Central, instituída pela União Federal, nos têrmos do Decreto-lei n.º 5 878, de 4 de outubro de 1943, por escritura pública de 24 de abril de 1944, em notas do Tabelião do 9.º Ofício da Capital Federal, com personalidade jurídica de direito privado e tendo sede e fôro no Rio de Janeiro, reger-se-á por êstes estatutos.

Art. 2.º — Objeto.

A fundação tem por objetivo o desbravamento e a colonização das regiões do Brasil central e ocidental, notadamente as dos altos rios Araguaia e Xingu (Decreto-lei n.º 5 878, art. 1.º).

Art. 3.º — Responsabilidade da União.

A União não responde subsidiàriamente pelas obrigações, qualquer que seja o seu título, contraídas, quer pela Fundação, quer por seus administradores.

Art. 4.º — Responsabilidade dos administradores.

Os administradores da Fundação, bem como os seus empregados, não respondem subsidiàriamente pelas obrigações da Fundação; mas são responsáveis perante esta e terceiros pelos prejuízos causados por sua culpa ou dolo no exercício de suas funções.

Art. 5.º — Escolha das áreas.

As áreas territoriais a serem desbravadas e colonizadas, nas regiões a que se refere o art. 2.º, bem como as respectivas vias de acesso, serão livremente escolhidas pela administração da Fundação, de acôrdo com os governos estaduais, salvo indicação expressa do govêrno federal.

Art. 6.º — Limites de ação.

A Fundação exercerá suas atividades conformando-se com a Constituição e as leis, tanto no que se refere à organização, aos poderes e prerrogativas da administração federal, estadual e municipal, como no que respeita aos direitos de terceiros particulares (Decreto-lei n.º 5 878, art. 5.º).

Art. 7.º — Poderes.

Nos limites do art. 6.º, compete à Fundação, nas áreas territoriais referidas no art. 5.º, observado o disposto no art. 22:

1 — Promover a respectiva colonização, com metade, pelo menos, de elementos nacionais, pelo modo que julgar mais conveniente, administrando as atividades econômicas e sociais e estabelecendo os serviços públicos que julgar necessários, percebendo as respectivas contraprestações, observado o disposto na legislação em vigor (Decreto-lei n.º 5 878, art. 6.º).

2 — Explorar as riquezas naturais do solo e do subsolo, bem como a fôrça hidráulica, ficando autorizada, por fôrça do decreto que aprovar êstes estatutos, a pesquisar e lavrar jazidas e minas, observado o disposto nas leis vigentes, especialmente na legislação a respeito de águas e minas.

§ 1.º — Modo de exploração.

A exploração a que se refere êste artigo poderá ser exercida diretamente pela Fundação ou por meio de emprêsas que organizar ou com as quais contratar (art. 21).

§ 2.º — Contratos.

Os contratos a que se refere o § 1.º dependem de autorização do Govêrno Federal, mas a União não responderá, na forma do art. 3.º, pelas obrigações em virtude dêles contraídas pela Fundação. No caso de extinção da Fundação poderá a União considerar rescindidos os contratos, sem prejuízo do disposto na alínea supra.

Art. 8.º — Duração e extinção.

A Fundação durará por tempo indeterminado. Extinguir-se-á:

I — Mediante proposta do presidente, no Conselho Diretor ou da Junta de Contrôle e por decreto do Presidente da República, no caso de se verificar ser nociva ou impossível a sua mantença (Código Civil, art. 30);

II — Por decreto do Presidente da República, quando êste julgar conveniente a extinção.

Parágrafo único. — O decreto da extinção determinara o destino a dar ao patrimônio da Fundação (Código Civil, art. 30).

CAPÍTULO II

Do Patrimônio

Art. 9.º — Os patrimônios da Fundação, exclusivamente destinado ao preenchimento de suas finalidades será constituído:

I — Pelos bens já doados à Expedição Roncador-Xingu, indicados na escritura pública de criação da Fundação;

II — pelos bens a ela doados por quaisquer entidades de direito público ou por particulares;

III — pelas subvenções que receber da União, dos Estados ou dos municípios;

IV — pelos rendimentos de seus bens e recursos que auferir de suas atividades;

V — por quaisquer outros bens e recursos, não especificados acima, que lhe devam pertencer.

CAPÍTULO III

Da administração e fiscalização

SECÇÃO I

Dos órgãos da administração e fiscalização

Art. 10. — Órgãos.

São órgãos da administração da Fundação (Decreto-lei n.º 5 878, artigos 3.º e 4.º, parágrafo único):

I — um presidente;

II — um Conselho Diretor composto de dez membros, que deliberará por maioria de votos com a presença mínima de seis membros, além do presidente;

III — uma Junta de Contrôle, fiscal da administração, composta de três membros;

IV — um secretário geral.

Art. 11 — Nomeação.

O presidente, o secretário geral, os conselheiros e os membros da Junta de Contrôle serão nomeados, em comissão, pelo Presidente da República.

Art. 12. — Substituições.

Nos impedimentos até noventa dias o presidente será substituído pelo secretário geral ou pelo conselheiro por êle designado; nos mais casos, por um dos conselheiros designado pelo Presidente da República.

SECÇÃO II

Das atribuições

Art. 13. — Do presidente.

Ao presidente, assistido do Conselho Diretor e do secretário geral, compete a administração geral da Fundação e, especialmente:

a) cumprir e fazer cumprir êstes estatutos e os regimentos internos da Fundação, superintendendo e dirigindo, na conformidade das deliberações do Conselho Diretor, as suas atividades;

b) executar as deliberações do Conselho Diretor;

c) abrir e movimentar contas bancárias e outras da Fundação, assinando saques ou recibos juntamente com o secretário geral ou um conselheiro;

d) presidir as reuniões do Conselho Diretor, tomando parte nas suas discussões e deliberações tendo direito a um voto, além do de qualidade, em caso de empate;

e) representar a Fundação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;

f) nomear mandatários da Fundação no país ou no estrangeiro, com aprovação do Conselho Diretor;

g) organizar o quadro do pessoal da Fundação, prover os respectivos empregos, e fixar, dentro do orçamento, a remuneração dos empregados ou mandatários que nomear, tudo mediante prévia aprovação do Conselho Diretor (artigo 27);

h) promover, remover, punir, demitir, licenciar os empregados, abonar-lhes as faltas, arbitrar-lhes ajudas de custo;

i) apresentar ao Conselho Diretor balancetes mensais e balanços semestrais da administração;

j) prestar anualmente, contas da administração ao Presidente da República, por meio de relatório, balanço, demonstração da conta de lucros e perdas, e parecer do Conselho Diretor (art. 31, letra a);

l) celebrar contratos ou acordos que não onerem o patrimônio da Fundação, direta ou indiretamente, *ad-referendum* do Conselho Diretor, a cuja aprovação serão submetidos dentro de noventa dias. Se o Conselho negar aprovação ao contrato, ficará êste rescindido *pleno jure*, independente de intervenção judicial operando *ex tuno* os efeitos da revogação, sem direito de indenização, salvo as restituições devidas.

Art. 14. — Do Conselho Diretor.

Ao Conselho Diretor, cujo funcionamento será estabelecido em regimento interno, incumbe a orientação técnica das atividades da Fundação e especialmente:

a) conceder ao presidente, aos conselheiros e ao secretário geral, licença até noventa dias, e férias até vinte dias por ano;

b) assistir o presidente e orientá-lo tècnicamente no desempenho de suas funções;

c) deliberar sôbre os projetos e quaisquer assuntos que pelo presidente lhe forem submetidos, concernentes à administração;

d) guardado o disposto no art. 7.º, § 2.º, autorizar o presidente a celebrar contratos, exceto os referidos no art. 14, letra l, contrair obrigações, efetuar operações de crédito, transigir, alienar ou adquirir imóveis ou títulos de crédito, hipotecá-los ou caucioná-los, ou a praticar, em geral atos que exorbitem da administração ordinária;

e) votar anualmente o orçamento da despesa;

f) deliberar sôbre a matéria a que se refere o art. 7.º ns. 1 e 2 submetendo suas deliberações à aprovação da Junta de Contrôle, quanto à fixação e cobrança das taxas de serviços, sem prejuízo do disposto nos §§ 1.º e 2.º do mesmo artigo;

g) examinar e aprovar os balancetes e balanços apresentados pelo presidente, sem prejuízo da prestação de contas dêste;

h) aprovar os regimentos internos dos serviços da Fundação;

i) deliberar sôbre a criação de fundos especiais de reserva e sôbre a aplicação dêstes e dos a que se refere o artigo 20;

j) designar, quando fôr o caso, o conselheiro que anualmente terá a incumbência prevista na alínea c do artigo 13.

Art. 15. — Das reuniões do Conselho se lavrará uma ata em livro próprio, encadernado; numerado e rubricado por um dos membros da Junta de Contrôle. A ata será assinada pelo presidente e pelos conselheiros presentes à sessão.

Art. 16. — Do secretário geral.

Incumbe ao secretário geral:

a) auxiliar o presidente da administração geral;

b) secretariar as reuniões do Conselho Diretor e fazer lavrar e assinar as respectivas atas;

c) providenciar para que os livros de escrituração e documentos em que esta se baseia estejam permanentemente em boa ordem e

guarda, na sede do principal estabelecimento da Fundação, onde possam, a qualquer tempo, ser examinados pela Junta de Contrôle;

d) as atribuições previstas na alínea c do artigo 13.

Art. 17 — Da Junta de Contrôle.

Incumbe à Junta de Contrôle as atribuições referidas no art. 31.

SECÇÃO III

Da administração

Art. 18. — Exercício financeiro.

O exercício financeiro da Fundação encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 19. — Escrita e documentação.

A escrita da Fundação será feita pelo método de partidas dobradas, sendo obrigatórios os livros "Diário" e "Copiador", escriturados na conformidade das leis comerciais, abertos, encerrados e rubricados em suas fôlhas pelo membro da Junta de Contrôle por êsta designado.

Art. 20. — Distribuição de lucros.

Os lucros apurados no balanço serão distribuídos 15 % para fundo de depreciação; 10 % para fundo de reserva; deduzidas as importâncias consignadas a êsses fins, os lucros líquidos serão assim repartidos:

a) uma percentagem para fundos de reserva especiais criados a critério do Conselho Diretor e por êle fixada;

b) outra percentagem, fixada pelo Conselho Diretor para gratificação à administração e ao pessoal;

c) uma quantia, que não excederá de 10 % dos lucros líquidos, para estudos técnicos do interêsse da Fundação e concernentes a seus fins, e para propaganda.

Parágrafo único. — O saldo que se apurar será transferido para o exercício seguinte.

Art. 21. — Participação em emprêsas.

Sempre que a Fundação prestar o seu concurso para a organização das emprêsas a que se refere o art. 7.º, parágrafo 1.º, da administração destas deverão participar representantes da Fundação, tirados dentre os membros da sua administração que não o sejam da Junta de Contrôle.

Art. 22 — Aprovação dos planos de atividade.

Os planos de desbravamento, colonização, exploração econômica e abertura de vias de comunicação, concernentes às áreas referidas no art. 5.º, acompanhados de todos os elementos elucidativos necessários ao respectivo exame, serão submetidos a prévia aprovação do Govêrno Federal. Tais planos serão executados com os recursos próprios da Fundação e dentro dos prazos estabelecidos pelo Govêrno. Entre os elementos elucidativos, referidos na alínea 1.ª, incluir-se-ão, no mínimo, os seguintes:

a) a indicação, quanto possível, da localização das áreas a serem desbravadas e colonizadas (art. 5.º);

b) os modos ou processos de exploração econômica;

c) a indicação das vias de acesso às áreas, o traçado geográfico respectivo e a espécie de veículos utilizados;

d) o número de indivíduos de cada nacionalidade a serem introduzidos nas áreas em aprêço, como empregados da Fundação, como colonos, ou a outro qualquer título, inclusive por terceiros com quem a Fundação contratar, na forma do § 1.º do art. 7.º;

§ 1.º — Sôbre a matéria a que se refere êste artigo, e antes da aprovação dos planos a ela concernentes, deverá dar parecer o Conselho de Imigração e Colonização, na forma do art. 225, e mais disposições aplicáveis, do Decreto n.º 3 010, de 20 de agôsto de 1938.

§ 2.º — De quatro em quatro meses a Fundação apresentará ao Govêrno Federal, relação completa, agrupando-os por famílias, dos nomes, naturalidade, nacionalidade, idade, sexo, estado civil dos indivíduos a que se refere a letra a dêste artigo, para conhecimento e aprovação do mesmo Govêrno.

Art. 23. — Entrega das áreas colonizadas ao Govêrno Federal.

Sem prejuízo do disposto no art. 8.º, dez anos depois de julgados pelo Govêrno Federal executados os planos a que se refere o artigo anterior, a Fundação transferirá, sem qualquer indenização ou compensação, aos órgãos do Poder Público por aquêle indicados, a administração das áreas desbravadas e colonizadas com tôdas as benfeitorias e os materiais nelas existentes.

CAPÍTULO IV

Dos administradores e do pessoal em geral

Art. 24. — Impedimentos, licenças e férias dos administradores.

O presidente, os conselheiros e o secretário geral, no caso de impedimento, licença ou férias estas de vinte dias anuais, perceberão integralmente os proventos do cargo; o substituto do presidente perceberá além da sua remuneração, a diferença entre esta e a do presidente.

Art. 25 — Vencimentos dos Administradores.

Os vencimentos do presidente, dos conselheiros e dos membros da Junta serão de um cruzeiro por ano a cada um.

Os vencimentos do secretário geral serão fixados pelo presidente com aprovação da Junta de Contrôle, ouvido o Conselho Diretor.

Art. 26. — Remuneração móvel dos administradores.

O presidente, cada um dos conselheiros e o secretário geral perceberão 2 % — dois por cento — sôbre os lucros líquidos da Fundação, pagáveis após a aprovação das contas de cada exercício.

Parágrafo único. — Êste artigo não se aplica nem ao primeiro presidente nem aos primeiros membros do Conselho Diretor nomeados na forma dêstes estatutos.

Art. 27. — Quadro do pessoal.

O quadro do pessoal (art. 13, letra g) especificará quais os empregados de confiança, os de emprêgo providos por concurso e os providos mediante prova de habilitação.

O regimento interno, aprovado pelo Conselho Diretor, regulará o concurso e a prova.

Art. 28. — Situação do pessoal.

Os empregados que não sejam de confiança terão as vantagens constantes de legislação do trabalho, as quais irão, todavia, ao passivo da Fundação.

Parágrafo único. — No provimento dos empregos terão preferência os brasileiros guardada a proporção de dois terços de brasileiros para um têrço de estrangeiros.

Art. 29. — Provimento dos empregos.

Os empregados de confiança exercerão seus cargos em comissão. Os demais, todos nomeados mediante concurso ou prova de habilitação, te-

rão seus direitos e deveres regulados em regimento interno aprovado pelo Conselho Diretor, ressalvado o disposto no art. 28.

Art. 30. — Gratificação aos conselheiros e empregados.

O presidente, os conselheiros que não exercerem funções administrativas na Fundação, e os empregados, terão direito a uma gratificação anual, orçada pelo Conselho Diretor e aprovada pela Junta de Contrôle, tirada de uma quota dos lucros líquidos que não excederá de 15 % da despesa com o pessoal no exercício anterior.

No arbitramento da gratificação atender-se-á às condições estabelecidas no regimento interno, entre elas a operosidade do gratificado e o rendimento do seu trabalho.

Parágrafo único. — Êste artigo não se aplica nem ao primeiro presidente nem aos primeiros membros do Conselho Diretor, nomeados na forma dêstes estatutos.

CAPÍTULO V

Da Junta de Contrôle

Art. 31. — Mandato e atribuições.

À Junta de Contrôle, cujos membros exercerão o mandato por dois anos, prorrogáveis, incumbe, especialmente:

a) velar pela regularidade da escrituração da Fundação, designando um dos seus membros para rubricar os livros a que se refere o art. 19;

b) dar parecer e informar o Govêrno sôbre assuntos relativos à Fundação, quando lho determinar o Presidente da República;

c) opinar, como órgão consultivo, quando convocada pelo Conselho Diretor, sôbre qualquer assunto que interesse à economia da Fundação, notadamente nos casos referidos no art. 14, letra d.

d) visitar, em inspeção, no mínimo de seis em seis meses, os trabalhos da Fundação, apresentando relatório ao Presidente da República sôbre o seu andamento e os resultados práticos conseguidos e a rigorosa observância dos estatutos.

e) propor ao Govêrno Federal a modificação dos estatutos da Fundação, segundo o aconselhar a respectiva prática (art. 32).

f) dar parecer, por determinação do Presidente da República, sôbre o relatório, balanço e contas da administração, a que se refere o art. 13, letra j, velando para que as contas sejam apresentadas até 30 de junho de cada ano seguinte ao do encerramento do exercício financeiro, sem prejuízo das atribuições do Ministério Público (Decreto-lei n.º 5 878, art. 4.º, parágrafo único).

CAPÍTULO VI

Disposições gerais

Art. 32. — Aprovação e registro dos Estatutos.

Os presentes estatutos, uma vez aprovados por decreto do Presidente da República (Decreto-lei n.º 5 878, art. 1.º, § 2.º), serão registrados no livro próprio da Procuradoria Geral do Distrito Federal e no Registro de Títulos e Documentos (Código Civil, art. 18, Decreto-lei n.º 5 878, art. 4.º). Os estatutos poderão ser alterados pela mesma forma por que foram feitos, por iniciativa do Conselho Diretor, da Junta de Contrôle, ou por determinação do Presidente da República.

Art. 33. — Privilégios da Fundação.

A Fundação gozará dos privilégios e vantagens atribuídas às instituições de utilidade pública e dos que, em matéria de comunicação, transporte e impôsto de sêlo, assistem às autarquias federais; e, ainda, das isenções tributárias que lhe vierem a ser concedidas por lei (Decreto-lei n.º 5 878, artigo 5.º).

Art. 34. — Publicidade das contas.

O relatório, o balanço e as contas da administração da Fundação, uma vez aprovados pelo Presidente da República, serão publicados no *Diário Oficial* da União.

Art. 35. — Regimentos internos.

Os regimentos internos, baixados pela administração, para execução dêstes estatutos, obedecerão aos preceitos dêstes, no Decreto-lei n.º 5 878, e da legislação em vigor, no que fôr aplicável. — *João Alberto Lins de Barros*, Presidente.

★

ATOS DIVERSOS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Parecer

N.º 5 218 — 21-11-944 — Renovação dos contratos celebrados com René Lucien Poirier, Francis Ruellan e Jerzy Zbigniew Zbrozek, os quais, na F.N.F., do M.E.S. vêm desempenhando as funções de professor de História da Filosofia, de Geografia e de Filosofia, respectivamente, os dois primeiros com o salário mensal de Cr$ 4 500,00 e o último com o de Cr$ 3 000,00. 2. O D.A.S.P. opina: a) — por que seja autorizada a renovação dos contratos celebrados com René Lucien Poirier, Francis Ruellan e Jerzy Zbigniew Zbrozek, nas condições anteriores, a partir de 1-1-44 e até 31-12-44; b) — por que sejam aprovadas as minutas dos contratos; e c) — para que seja o processo encaminhado ao M.E.S. para os devidos fins. Aprovado. Em 22-11-44. — G. VARGAS.

(D.O. 2-12-944).

★

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Decreto de 31 de outubro de 1944.

O Presidente da República resolve

Nomear:

Na forma do art. 3. do Decreto-lei n. 6 476, de 8 de maio de 1944:
Samuel Ribeiro, membro da Comissão de Planejamento Econômico.

(D.O. 3-11-944).

★

COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA

Gabinete do Coordenador

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n.º 4 750, de 28 de setembro de 1942, e tendo em vista o Aviso n.º 1 697, de 3 do corrente, em que o Excelentíssimo Senhor Mi-

nistro da Marinha comunica a esta Coordenação a extinção da Comissão Coordenadora do Tráfego Fluvial do Vale do São Francisco, resolve dispensar o capitão de fragata Frederico Cavalcante de Albuquerque das funções de delegado da Coordenação da Mobilização Econômica, de que trata o ato de 7 de outubro de 1943.

Em 6 de novembro de 1944. — *Anápio Gomes.*

(D.O. 7-11-944).

★

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Portaria n.º 1 055

O Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, tendo em vista o despacho exarado pelo Sr. Presidente da República na Exposição de Motivos n.º 2 716, de 31 de agôsto de 1944.

Resolve designar o técnico de Administração, classe M, Celso de Magalhães, representante do D.A.S.P.; tenente coronel Haroldo de Paço Matoso Maia, representante do Ministério da Guerra; major aviador Alcides Moitinho Neiva, representante do Ministério da Aeronáutica; capitão tenente Antônio Mendes Brás, representante do Ministério da Marinha; Oto Prazeres, representante da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais; diplomata classe J, Arésio Barroso Lintz, representante do Ministério das Relações Exteriores; oficial postal telegráfico, classe L, Cícero Sampaio, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas, para constituírem a Comissão que sob a presidência do primeiro vai elaborar um Código Telegráfico para uso obrigatório na correspondência oficial da União, Estados, Municípios e Territórios, e um Código de Endereços Telegráficos que servirá, também, de assinatura de telegramas.

Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1944. — *Luis Simões Lopes.*

(D.O. 9-11-944).

★

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA

Portaria DG-90, de 30 de outubro de 1944.

O Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, usando das atribuições que lhe confere o art. 17 do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 5 077, de 29 de dezembro de 1944, e tendo em vista o despacho do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, exarado na Exposição de Motivos DG-748, de 1944, dêste Departamento, publicado no *Dário Oficial* de 27-10-944,

Resolve:

Designar os senhores: — Tenente-coronel Lauro Augusto de Medeiros, Dr. Enéias Machado de Assis, Dr. Gilberto de Andrade, Dr. Nélson Augusto Faria Batista, Dr. Gílson Amado, Dr. Luís Lira, Sr. Edmar Machado, Dr. Paulo de Carvalho, para, em comissão, estudarem os assuntos atinentes ao rádio brasileiro e apresentarem um projeto de Código de Rádio no qual se atendam os aspectos técnicos, administrativos e políticos da radiofonia brasileira. — *Amílcar Dutra de Meneses,* Diretor Geral do D.I.P.

Processo n.º 23 886-44 — Requerimento do jornal *Estado de Minas,* que se edita em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, solicitando certidão do seu registro, neste Departamento.

Certifique-se, em 26-10-44. — *Amílcar Dutra de Meneses.*

(D.O. 7-11-944).

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portarias

N.º 785, de 21 de outubro de 1944

O Ministro de Estado, resolve designar Aníbal Alves Bastos, ocupante do cargo da classe M, da carreira de Engenheiro de Minas do Quadro Permanente dêste Ministério para, na qualidade de representante do diretor geral do Departamento Nacional de Proteção Mineral, orientar os trabalhos de exploração de carvão mineral em Santa Catarina, com o objetivo de aumentar no máximo possível a produção dêsse combustível na região em aprêço, ficando o mesmo engenheiro autorizado a pôr em execução tôdas as medidas de ordem técnica — inclusive as referentes à organização dos trabalhos nas minas e as tendentes a facilitar o armazenamento e o embarque da substância mineral em causa — que considerar convenientes a atingir o objetivo visado e a propor as providências de ordem legal que se tornarem necessárias ao mesmo objetivo.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1944. — *Apolônio Sales.* (S.C. 36.164-44).

(D.O. 24-10-944).

★

N.º 786, de 21 de outubro de 1944.

O Ministro de Estado resolve conceder dispensa a José Menescal Campos, ocupante do cargo da classe L, da carreira de Engenheiro de Minas, do Quadro Permanente dêste Ministério, das funções de representante do diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, na orientação dos trabalhos de exploração de carvão mineral em Santa Catarina.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1944. — *Apolônio Sales.* (S.C. 36.164-44).

(D.O. 24-10-944).

★

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

GS-1 894, de 11 de outubro de 1944

Senhor Presidente:

Com a Exposição de Motivos GS-74, de 10 de janeiro último, tive a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência o expediente relativo ao projeto de decreto-lei que o Senhor Interventor Federal em São Paulo deveria baixar de conformidade com as prescrições dos Decretos-leis federais ns. 311, de 2 de março de 1938, e 5 901, de 21 de outubro de 1942 — fixando o quadro territorial daquele Estado para o qüinqüênio 1944-1948.

2. Tive, então, oportunidade de esclarecer, detalhadamente:

a) que o projeto apresentado pelo Govêrno estadual compreendia a criação de 13 comarcas, 35 municípios e 92 distritos, a extinção de 2 municípios e 12 distritos, a transferência de um município de uma para outra comarca, a transferência de 8 distritos de um para outro município, a mudança da denominação de 35

cidades e 67 vilas, além de diversas alterações de divisas entre as unidades do quadro (item 2 da e.m.);

b) que a êsse projeto haviam sido apresentadas 18 emendas pelo Conselho Administrativo do Estado (itens 3 e 4);

c) que o Conselho Nacional de Geografia, por outro lado, havia apresentado, ao mesmo projeto, 20 emendas, das quais a grande maioria estava em desacôrdo ou versava sôbre matéria diversa das que o Conselho Administrativo oferecera (item 5);

d) que êste Ministério recebera grande número de reclamações e representações, muitas das quais dirigidas a V. Excia, visando tôdas a modificação de algum ponto do projeto (item 8);

e) que, entretanto, o referido projeto viera desacompanhado de qualquer exposição justificativa sôbre as diversas alterações do quadro territorial cuja proposta o mesmo continha (itens 18 e 46);

f) que na falta de elementos esclarecedores do assunto, êste Ministério se encontrava em dificuldade para opinar sôbre a maioria das ditas alterações e bem assim sôbre as emendas e reclamações apresentadas, pelo que propôs a V. Excia., a restituição do expediente ao Senhor Interventor Federal, a fim de possibilitar um novo estudo do assunto, à vista das mencionadas reclamações, e um melhor esclarecimento sôbre os fundamentos das alterações propostas (item 46).

3. Na mesma exposição, foram consignado os critérios gerais que haviam orientado o parecer dêste Ministério ao examinar projetos semelhantes relativos aos demais Estados (itens 11 e 14), e às dificuldades que a adoção de tais critérios apresentava no caso particular em exame (item 12), tendo em vista sobretudo o grande número de modificações propostas e a natureza das objeções levantadas, algumas das quais foram sucintamente apreciadas (itens 22 a 45).

4. Por despacho de 14 do mês de janeiro Vossa Excelência houve por bem determinar que o expediente fôsse restituído ao Senhor Interventor Federal, conforme propusera êste Ministério.

5. Em conseqüência dêsse despacho o Senhor Interventor Federal determinou o reexame do assunto pela comissão estadual incumbida de elaborar o anteprojeto, juntamente com um representante do Conselho Nacional de Geografia, daí resultando a apresentação de um substitutivo que — aceitando, com pequenas alterações as emendas 2.º, 3.º, 5.º 6.º, 7.º e 10 do Conselho Administrativo, e 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 6.º, 7.º, 9.º, 10, 11 e 13 a 18 do Conselho Nacional de Geografia — modifica o projeto primitivo nos seguintes pontos principais:

a) cria a comarca de Quatá, com o município do mesmo nome, ora pertencente à comarca de Araguaçu (ex-Paraguaçu), de acôrdo, aliás, com as emendas oferecidas pelo C.A. (emenda n.º 3) e pelo C.N.G. (emenda n.º 2);

b) deixa de criar a comarca de São Vicente, continuando o município de igual nome filiado à comarca de Santos, como até agora, de acôrdo com o parecer dêste Ministério (item 30 da e.m.);

c) deixa de extinguir o município de Echaporã (ex-Bela Vista), que ficará, entretanto, reduzido ao distrito de igual nome, já que o de Campos Novos se integrará no novo município de Ibiracema (ex-Pau d'Alho), o de Ocauçu (ex-Casa Grande) será transferido para o município de Marília, e os dois restantes (Lutécia e Fortuna) formarão o novo município de Lutécia (v. emenda n.º 4 do C.N.G. e itens 25 e 26 da e.m.);

d) mantém o município de Porangaba na comarca de Tatuí, em vez de colocá-lo na nova comarca de Conchas, cuja criação o C.N.G. impugnara (emenda n.º 1); em compensação a nova comarca ficaria com o município de Porangaba, que ora pertence à comarca de Botucatu;

e) deixa de extinguir o município de Santo André, sem prejuízo da criação dos de São Bernardo e Ribeirão Pires (o C.A. e o C.N.G haviam sido contrários à extinção dêsse município) o primeiro opinando contra a criação dos dois outros municípios e o segundo, apenas contra a criação do de Ribeirão Pires, (emendas ns. 2 do C.A. e n.º 7 do C.N.G., e item n.º 44 da c.m.);

f) cria o município de Herculânia, com o distrito de igual nome e o de Juliânia, do atual município de Quintana (emenda n.º 6 do C. N.G.);

g) mantém a denominação de 30 localidades, cuja mudança fôra proposta, e modifica a de 43 outras (emendas ns. 13 a 18 do C.N.G.)

6. Acompanhado de uma exposição justificativa dessas modificações e, ainda, de outras alterações que já constavam do projeto primitivo, o substituto acima referido foi apresentado ao Conselho Administrativo do Estado, que concordou com as novas modificações propostas, insistindo, porém, pela adoção das seguintes emendas, já oferecidas ao projeto primitivo:

1.º — altera o art. 3.º do projeto quanto ao número de comarcas, municípios e distritos em que se divide o Estado;

2.º — deixa de criar o município de Ribeirão Pires, continuando o distrito dêsse nome e o de Paranapiacaba a pertencer ao município de Santo André (a emenda primitiva mantinha os limites, atuais do município de Santo André, mas o C.A. desta vez concordou com a criação do município de São Bernardo);

4.º — deixa de criar a comarca de Campos de Jordão;

9 — extingue o município de Óleo e cria o de Manduri;

11 — mantém as atuais divisas do município de Guaratinguetá;

14 — permite que os oficiais do registro de imóveis das comarcas desmembradas optem, dentro de 30 dias, pelos novos ofícios a serem criados;

15 — estabelece igual medida em relação aos oficiais do registro civil das pessoas naturais dos distritos desmembrados;

17 — transfere o distrito de Conchal (ex-Conchália), do município de Mogi-Mirim para o de Araras.

7. Ao restituir o expediente a êste Ministério, o Senhor Interventor Federal em São Paulo salientou a concordância das autoridades técnicas — a Comissão Revisora Estadual e o Conselho Nacional de Geografia — com o projeto da Interventoria e reafirmou o seu pensamento de que tal projeto atendia à maior necessidade de todos os municípios e comarcas que formam o território do Estado.

8. Na aludida exposição GS-74, de 10 de janeiro último tive oportunidade de declarar que êste Ministério não dispunha de elementos para verificar e examinar as alterações de divisas intermunicipais e interdistritais que o projeto acaso consignasse (item 2, letra *h*), salientando, ao mesmo tempo, os inconvenientes que, em regra, resultam de tais alterações

(item 14), embora reconhecendo que, em determinados casos essas alterações seriam inevitáveis (item 15).

9. Tive, igualmente, oportunidade de esclarecer que, ao examinar os quadros territoriais dos demais Estados da Federação, êste Ministério na falta de elementos esclarecedores sôbre as modificações propostas, havia se manifestado, em regra, favorável à criação de comarcas, têrmos, municípios e distritos, e contrário, também em regra, à extinção de qualquer dêsses elementos, e isso não só porque, na grande maioria dos Estados, os atuais municípios, distritos, comarcas e têrmos, compreendiam enormes extensões territoriais, de modo que a criação de novas unidades correspondia em geral às necessidades quase vitais para a população local, como, ainda, por que, em tais condições, tôda a medida criadora correspondia ao próprio sentido de progresso, sempre verificado, em maior ou menor escala, no curso de cinco anos, ao passo que as extinções, traduzindo um movimento de regressão, careciam de exata justificação em cada caso (item 11). Salientei, ainda, que essa regra não podia ser indistintamente aplicada em todos os casos, cumprindo que se destacassem, entre outros, aquêles em que a proximidade de grandes centros e a facilidade de meios de comunicação, possibilitando o rápido acesso à sede do município ou da comarca, de todos os respectivos jurisdicionados, tornasse desaconselhável a excessiva fragmentação de tais unidades, citando, a propósito, o exemplo da comarca de São Paulo, a qual, a despeito da grande área do respectivo município, compreende ainda todos os municípios circunvizinhos (item 12). Não deixei, entretanto, de manifestar a minha impressão sôbre essa diferença de critérios, a ser adotada em zonas mais ou menos adiantadas e mais ou menos dotadas de vias de comunicação, fôra certamente observada pela Comissão elaboradora do projeto do novo quadro territorial de São Paulo, tanto assim que eram relativamente pequenas as alterações propostas na chamada "parte velha" do Estado, em comparação com o grande número de unidades criadas nas outras regiões (item 13).

10. A aplicação de tais princípios ao caso em exame, levaria êste Ministério a opinar pela aprovação do projeto, desde que suprimidas as disposições que importassem na supressão de municípios e distritos e na transferência daqueles ou dêstes para outras comarcas ou municípios, e com a adoção de tôdas as emendas, oferecidas pelo Conselho Administrativo e pelo Conselho Nacional de Geografia, que importassem na criação de novas unidades.

11. Dado, porém, o grande número de reclamações apresentadas, visando algumas medidas contraditórias, e, ainda, a falta de qualquer exposição justificativa sôbre as alterações contidas no projeto, julguei conveniente, propor a Vossa Excelência que o expediente fôsse restituído ao Senhor Interventor em São Paulo, acompanhado das aludidas reclamações, possibilitando, assim, o exame dessas reclamações, a correção de alguma falha que porventura fôsse percebida e o esclarecimento dos fundamentos das ditas alterações, e, ainda um novo exame do assunto por parte do Conselho Administrativo do Estado caso o projeto primitivo viesse a ser modificado (item 46).

12. Sabendo de antemão que não disporia de elementos para apreciar os diversos detalhes do projeto visado pelas aludidas reclamações, tive, entretanto, o cuidado de consignar na dita exposição, de 10 de janeiro, os principais aspectos de muitas delas, dando-lhes, assim maior destaque, o que, sem dúvida, determinaria maior exame dêsses pontos por parte das autoridades estaduais que fôssem opinar sôbre o assunto.

13. O despacho de Vossa Excelência, ordenando a diligência proposta por êste Ministério deu, assim, lugar a que o Govêrno de São Paulo esclarecesse todos os pontos do projeto sôbre os quais haviam incidido os comentários da aludida exposição, além de possibilitar não só o estudo de tôdas as reclamações aludidas como a retificação do projeto nos diversos pontos assinalados no item 5 acima, o que reduziu extraordinàriamente, os pontos de divergência entre o Govêrno estadual, o Conselho Administrativo e o Conselho Nacional de Geografia.

14. Tendo em vista os esclarecimentos prestados pelo Govêrno do Estado sôbre as diversas alterações do quadro territorial, cuja proposta constava do projeto e do substitutivo, e a circunstância de ter sido a maioria de tais modificações aceita pelo Conselho Administrativo, depois de longo debate que se travou sôbre o assunto e de conhecidas tôdas as reclamações apresentadas, limitar-se-á êste Ministério a apreciar os pontos de divergência entre o dito Conselho e a Interventoria Federal.

15. Ribeirão Pires — O Govêrno do Estado propôs a criação do município declarando que atendia à representação da população local e que o atual distrito preenchia os requisitos para a elevação a essa categoria. O Conselho Administrativo foi contrário à medida, por entender que Ribeirão Pires fica a oito e meio quilômetros, apenas de Santo André, ligado a êste por magnífica estrada de ferro, com inúmeros trens diários, e, também, por boas estradas de rodagem, e que a documentação estatística apresentada revela que o novo município não disporia de rendas bastantes para se manter, já que, atualmente, nêle são despendidas quantias maiores do que as arrecadadas. Êste havia sido, também, o parecer do Conselho Nacional de Geografia.

16. Campos de Jordão — A criação da comarca foi justificada pela necessidade de atender à comodidade dos moradores de Campos de Jordão, em vista das dificuldades de ligação entre essa cidade e a de São Bento do Sapucaí. O Conselho Administrativo impugnou a medida, salientando ser pequeno o movimento da atual comarca de São Bento do Sapucaí. Mas o Conselho Nacional de Geografia concordou com a proposta do Govêrno.

17. Óleo e Manduri — O projeto mantém êsse município com a sua composição atual, salientando que o mesmo oferece condições de renda, território e população suficientes para a sua existência. O Conselho Administrativo propôs a extinção dêsse município e a criação do Manduri (com o distrito do mesmo nome e mais a área do município extinto), sob o fundamento que Manduri é uma florescente localidade, situada à margem das linhas da Sorocabana, apresenta índice de constante e acentuado desenvolvimento, o que não sucede com a cidade de Óleo, recuada da estrada de ferro, e que talvez por isso vem tendo o seu progresso retardado. O Conselho Nacional de Geografia havia proposta uma solução inter- Geografia havia proposto umo solução inter- a sua composição atual, e criando o município de Manduri, com o distrito do mesmo nome.

18. Guaratinguetá — Com a criação do distrito de Roseira, o projeto cogita de alterar as divisas do município de Guaratinguetá, na parte confinante com o município de Aparecida. Essa modificação foi justificada com a alegação de que as divisas atuais impossibilitam, em face da legislação estadual, a criação, do referido distrito. O Conselho Administra-

tivo, porém, impugnou essa proposta, julgando preferível que não se crie o aludido distrito, uma vez que o território que se irá tirar do município de Guaratinguetá, e transferir para o de Aparecida, está separado dêste pelo rio Paraíba e, sem meios fáceis de acesso, pois a única ponte utilizável fica situada nas proximidades da cidade de Guaratinguetá.

19. Conchália (ex-Conchal) — O Conselho Administrativo propõe a transferência dêsse distrito do município de Mogi-Mirim para o de Araras, salientando que essa medida é justificada por motivos relevantes de ordem histórica e geográfica, e exigida pelos interêsses administrativos da zona em aprêço. O Conselho Nacional de Geografia foi contrário a essa emenda. E o Govêrno estadual, justificando a sua não inclusão no substitutivo, declarou achar-se a vila de Conchal a meia distância entre Araras e Mogi-Mirim e ligada a ambas por rodovia estadual, mas salientou que a população rural serve-se mais fàcilmente de Mogi-Mirim do que de Araras, que está ligada a Mogi-Mirim por tradição e laços afetivos e de religião, pois o distrito foi criado em 1919 com terras de Mogi-Mirim, e a respectiva paróquia foi desmembrada da comarca de Mogi-Mirim.

20. Examinando devidamente os argumentos que justificaram os pontos de vista acima expostos, e tendo em vista a orientação seguida por êste Ministério em casos semelhantes, meu parecer é que:

a) a comarca de Campos de Jordão, pode ser criada, uma vez que o Govêrno estadual, em cujo orçamento irá pesar a respectiva despesa, a considera útil aos interêsses da população local, e a comarca de São Bento do Sapucaí pouco sofrerá com o desmembramento, já que, conforme se alega, é de pouco vulto a contribuição do município de Campos de Jordão para o movimento da mesma, não tendo, portanto, procedência o argumento de que se cogita de extinguir essa tradicional comarca, sobretudo agora, quando ao município de São Bento do Sapucaí foi anexado o distrito de Santo Antônio do Pinhal (a própria Comissão revisora salienta que não pode deixar de ser considerado o fato de ser São Bento "uma comarca tradicional, com 50 anos de existência");

b) o município de Ribeirão Pires não deve ser criado, por já ter sido proposta a criação do de São Bernardo, importando a criação de ambos em uma excessiva fragmentação, prejudicial aos interêsses de Ribeirão Pires, que ora se beneficia com o regime da administração municipal centralizada em Santo André;

c) o município de Manduri deve ser criado com o distrito do mesmo nome, e, portanto sem prejuízo da manutenção do de Óleo com as divisas atuais, já que ambos preenchem as condições necessárias;

d) o distrito de Conchália (Conchal) deve ser mantido no município de Mogi-Mirim, a que sempre pertenceu, uma vez que sua transferência para o município de Araras foi impugnada pelo Govêrno do Estado e em diversos memoriais, representações e telegramas, embora reclamada por diversos outros, sendo preferível que na dúvida se mantenha o *statu quo* atual;

e) o município de Guaratinguetá deve conservar seus limites atuais, em face de que expôs o Conselho Administrativo.

21. Deixo de examinar nesta exposição as emendas do Conselho Administrativo relativas à transferência de serventuários da Justiça, porque a matéria me parece estranha ao projeto, devendo ser apreciadas quando fôr apresentado o projeto relativo à criação dos cargos da Justiça necessários à instalação nas novas circunscrições territoriais (art. 5.º do Decreto-lei n.º 6 549, de 31 de maio de 1944).

22. Nestas condições, penso que com as modificações constantes do item 20 acima, o projeto em exame estará em têrmos de ser aprovado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do mais profundo respeito. — *Alexandre Marcondes Filho.*

Aprovado — Em 31-10-44. — G. VARGAS.

Cumpra-se, em 3-11-944. — *Marcondes.*

D.O. — 11-11-944).

★

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Portaria n.º 58, de 4 de novembro de 1944

O Ministro de Estado, tendo em vista a Exposição de Motivos elaborada pelos presidentes dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e o parecer do Conselho Nacional do Trabalho, no processo n.º CNT 17 800-44,

Resolve fixar em Cr$ 7 500 000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), conforme relação anexa, a contribuição, mediante subscrição, a título de doação dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões à Fundação Getúlio Vargas, a que se refere o Decreto-lei n.º 6 693, de 14 de julho p. passado.

2. Os Institutos e Caixas sediadas no Distrito Federal e na capital do Estado do Rio de Janeiro, far-se-ão representar diretamente, nas Assembléias daquela Fundação. As Caixas sediadas nos demais Estados serão representadas pelo diretor do Departamento de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho. — *Alexandre Marcondes Filho.*

★

DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Divisão de Contabilidade

Secção de Centralização Contábil

Instituição:	Quota Cr$
01-04 — S. P. do Estado do Amazonas	10 000,00
02-04 — S. P. do Estado do Pará	20 000,00
03-02 — S. P. dos Estados do Piauí e Maranhão	10 000,00
05-01 — S. P. do Estado do Ceará	30 000,00
06-01 — S. P. do Estado do R. G. do Norte	5 000,00
07-01 — S. P. do Estado da Paraíba	5 000,00
08-01 — Ferrov. da Great Western	50 000,00
08-05 — S. P. de Pernambuco e Alagoas	40 000,00
11-01 — Ferrov. do Estado da Bahia	60 000,00
11-07 — S. P. dos Estados da Bahia e Sergipe	30 000,00
12-01 — Cia. Vale do Rio Doce	40 000,00
13-04 — S. P. do Estado do Rio de Janeiro	40 000,00
14-01 — Ferrov. da Central do Brasil	200 000,00
14-02 — Ferrov. da Leopoldina Railway	100 000,00

14-06 — S. Telefônico do D. Federal	100 000,00
14-08 — S. P. do Distrito Federal	150 000,00
14-11 — S. Aéreos e Tele-Comunicação	100 000,00
15-01 — Ferrov. da Cia. Paulista	100 000,00
15-02 — Ferrov. Estaduais de São Paulo	100 000,00
15-03 — Ferrov. da São Paulo Railway	100 000,00
15-04 — S. P. da Zona da Mogiana	50 000,00
15-05 — Ferrov. da Noroeste do Brasil	50 000,00
15-11 — S. P. de Santos	70 000,00
15-12 — S. P. em São Paulo	100 000,00
16-01 — S. P. dos Estados do Paraná e Santa Catarina	70 000,00
17-02 — Ferrov. Estrada D. Teresa-Cristina	40 000,00
18-01 — Ferrov. do Rio G. do Sul	100 000,00
18-06 — S. P. do Rio Grande do Sul	40 000,00
18-08 — S. de Mineração em Pôrto Alegre	40 000,00
19-01 — Ferrov. Rêde Mineira de Viação	70 000,00
19-05 — S. P. do Estado de Minas Gerais	30 000,00
19-07 — S. Mineração de Minas Gerais	50 000,00
Soma	2 000 000,00
14-12 — I. A. P. Transportes e Cargas	500 000,00
14-13 — I. A. P. Estiva	200 000,00
14-14 — I. A. P. Marítimos	500 000,00
14-15 — I. A. P. Bancários	500 000,00
14-16 — I. A. P. Comerciários	1 800 000,00
14-17 — I. A. P. Industriários	2 000 000,00
Soma	5 500 000,00
Total	**7 500 000,00**

★

MINISTÉRIO DA GUERRA

Portaria de 13 de novembro de 1944

N.º 7 431 — O Ministro de Estado da Guerra resolve nomear o general de Divisão Maurício José Cardoso, general-intendente Emílio Fernandes de Sousa Doca e o tenente-coronel Francisco Afonso de Carvalho para constituírem a "Comissão Fiscalizadora da Construção do Monumento a Caxias no Rio de Janeiro", da qual fará parte, como consultor técnico, o tenente-coronel Raúl de Albuquerque.

Fica a mesma Comissão incumbida de cumprir e fazer cumprir as cláusulas do contrato já assinado para a construção do referido monumento.

(D.O. — 14-11-944).

★

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais

Exposição de Motivos

CENE — 786-44-817 — em 13 de outubro de 1944

Alteração de organização judiciária do Ceará

Exmo. Sr. Presidente da República:

O Sr. Interventor Federal no Ceará submete ao superior exame de V. Excia. o projeto de decreto-lei, que divide em duas zonas, para os efeitos do registro de imóveis e do registro civil de casamentos, nascimentos e óbitos, o território do município de Fortaleza e dá outras providências.

Verificado que o cartório de imóveis rende anualmente, em média, Cr$ 153 000,00 e o de registro civil, Cr$ 192 000,00, opinou a Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais (CENE) pela aprovação do projeto, feitas, porém, as seguintes emendas:

a) redigir os arts. 1.º, 2.º e 3.º e seu § 1.º.

Art. 1.º — O território da comarca de Fortaleza, para os efeitos do registro civil das pessoas naturais e do registro de imóveis, dividir-se-á em primeira e segunda zonas.

Art. 2.º — São criados, no têrmo de Fortaleza, mais dois cartórios com os respectivos cargos de oficial, um de registro civil de pessoas naturais e o outro de registro de imóveis.

Art. 3.º — Os oficiais dos cartórios já criados exercerão as suas atribuições na primeira zona e os que forem, oportunamente, providos, na segunda zona.

§ 1.º — A competência dos oficiais de registros de imóveis firma-se pela situação da coisa a registrar.

b) substituir o art. 6.º e seu parágrafo único pelo seguinte:

Art. 6.º — Continuam a pertencer aos oficiais da primeira zona os arquivos dos serviços confiados às suas funções e dos que realizarem até o provimento dos novos serventuários e instalação dos cartórios da segunda zona.

Isto pôsto, opino pela aprovação do projeto, nos têrmos do parecer da CENE, salvo melhor juízo de V. Excia.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos do meu mais profundo respeito. — *Alexandre Marcondes Filho*.

Despacho aprovado em 15 de outubro de 1944. — GETÚLIO VARGAS.

(D.O. — 24-10-944).

★

Exposição de motivos

G.S-1 761 — em 18 de setembro de 1941

Senhor Presidente,

Para pormos têrmo às dúvidas que ainda subsistiam quanto à demarcação e descrição da linha divisória entre os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, os governos dessas unidades da Federação celebraram, em 10 de abril de 1940, um acôrdo que foi homologado pelo Decreto-lei federal n.º 3 471, de 26 de julho de 1941.

2. Êsse acôrdo autorizava a Comissão Mista, que se constituísse para levar a efeito os trabalhos demarcatórios, a proceder a estudos de pequenas variantes nos trechos em que eventualmente houvesse reclamações por parte dos interessados, procurando por tal forma atender, tanto quanto possível, em justo e equânime conciliação, ao critério de *uti possidetis* da configuração natural do terreno, da comodidade dos proprietários junto à linha divisória, fazendo, para isso, se necessário, compensações de áreas, ainda que não vigorosamente iguais.

3. Depois de concluído o trabalho demarcatório na forma prevista e autorizada no citado acôrdo de 10 de abril de 1940, celebraram os dois referidos Estados, por meio de representantes devidamente credenciados, aos 28 de fevereiro do corrente ano, na cidade de São Lourenço, um convênio em que minuciosamente é descrita a linha divisória entre ambos.

4. E, em seguida, os governos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro elaboraram, simultâneamente, cada um dêles o projeto de decreto-lei estadual que deveria aprovar êsse último convênio, a fim de que pudesse ter início a cravação de marcos ao longo da referida linha divisória.

5. Os Conselhos Administrativos de ambos os Estados manifestaram-se favoráveis à aprovação do projeto que a cada um dêles foi submetido.

6. Na Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, o assunto foi inicialmente examinado pelo Sr. Clodomir Cardoso, depois de apreciar a validade dos convênios estaduais sôbre limites em face do art. 184 da Constituição Federal e a natureza do ato aprobatório dos mesmos convênios, à luz dos arts. 5.º e 16, n.º I, da mesma Constituição, foi de parecer que os referidos projetos deveriam ser aprovados, para o fim de serem baixadas as leis estaduais aprobatórias do convênio, embora considerando necessária a posterior promulgação de uma lei federal aprovando o mesmo convênio. Com êsse parecer manifestaram-se de acôrdo os senhores Junqueira Aires, Simões Lopes, Gontijo de Carvalho e Valdir Niemeyer. O Sr. Sá Filho também concordou com a aprovação dos projetos, mas sustentou que as leis estaduais deveriam ser precedidas da lei federal sôbre o assunto. Os Srs. Oto Prazeres e Cleveland Maciel, porém, opinaram pela rejeição dos projetos, por entenderem que, *ex-vi* do art. 184 da Constituição, a linha definitiva de limites deverá ser traçada ou demarcada pelo Serviço Geográfico do Exército, o que vale dizer que a União chamou a si, de modo terminante, a tarefa demarcadora e a de reconhecimento da jurisdição.

7. Examinando por minha vez o assunto, Senhor Presidente, cheguei à mesma conclusão que o Sr. Clodomir Cardoso, no parecer, acima aludido, aprovado pela maioria da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais.

8. Na verdade, o art. 184 da Constituição Federal determinando que "os Estados continuarão na posse dos territórios em que atualmente exercem a sua jurisdição vedadas entre êles quaisquer reivindicações territoriais" e que "o Serviço Geográfico do Exército procederá às diligências de reconhecimento e descrição dos limites até aqui sujeitos a dúvidas ou litígios, e fará as necessárias demarcações — contém, apenas, uma regra destinada a evitar os litígios, e a pôr têrmo compulsòriamente, às dúvidas surgidas sôbre limites interestaduais A intervenção da União, porém, para pôr têrmos às dúvidas, de modo compulsório, não impede que os Estados entrem em acôrdo sôbre os mesmos limites, inclusive para alterar as divisas e transferir qualquer área sôbre a qual um dêles tivesse jurisdição na data da Constituição. O que esta quis evitar, em suma, foi a lide judicial sôbre limites estaduais, sem pretender, de modo algum, tornar êstes limites inalteráveis.

9. O art. 5.º da mesma Constituição, efetivamente, faculta aos Estados, de modo amplo, "encorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexar-se a outros, ou formar novos Estados, mediante a aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas, em duas sessões anuais consecutivas e aprovação do Parlamento Nacional". Ora, segundo Pontes de Miranda (*Comentários* v. I, p. 237, ed. 1938), no "desmembramento de um Estado podem ocorrer as hipóteses seguintes:

a) desmembramento com desaparecimento de Estado (do Estado A, desmembra-se um trato de seu território, em duas ou mais partes, que se anexam a outros tantos Estados);

b) desmembramento com a criação de Estado (de Estado A, desmembra-se um trato de seu território o qual passa a construir um novo Estado da federação);

c) desmembramento sem desaparecimento do Estado e sem formação de outra unidade de Estado (do Estado A, desmembra-se um trato mais partes, que, são anexadas a um ou mais Estados).

Essa última hipótese foi precisamente a que ocorreu no caso em exame, pois de acôrdo, na parte em que envolve transferências de áreas de um para outro Estado, não fêz mais do que o desmembramento dessas áreas e anexação das mesmas ao Estado a que passaram a pertencer.

10. Por último, o inciso I do art. 16 da mesma Constituição declarando competir privativamente à União legislar sôbre "os limites dos Estados entre si", não invalida a norma acima referida, do art. 5.º, mas, pelo contrário, confirma e repete o que dispuseram êsse artigo e o art. 184, ficando, assim, a capacidade legislativa da União circunscrita aos casos em que esta aprova a deliberação das Assembléias Legislativas estaduais (art. 5.º) ou o laudo do Serviço Geográfico do Exército (art. 184).

11. Nestas condições, meu parecer é que os projetos elaborados pelos governos dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro — constantes dos processos anexos (CENE-645-44 e 906-44) — merecem ser aprovados por Vossa Excelência, expedindo-se a seguir, isto é, depois de baixadas as leis estaduais, o decreto-lei federal aprovando a linha divisória aceita pelos Estados.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos do mais profundo respeito. — *Alexandre Marcondes Filho.*

Aprovado. Em 2-10-44. — G. VARGAS.

(D.O. — 7-11-944).

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Portaria n.º 1 030, de 27 de outubro de 1944

O Ministro de Estado, tendo em vista o artigo 1.º, do Decreto n.º 12 747, de 30 de junho de 1943 e atendendo ao disposto no art. 3.º do Decreto n.º 15 093, de 20 de março de 1944,

Resolve designar para constituírem a comissão encarregada de estudar e submeter à aprovação do Govêrno, o projeto de regulamentação necessária à execução do Plano Rodoviário Nacional, que será presidida pelo diretor geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — engenheiro Iedo Fiúsa, os seguintes representantes:

I — do Estado Maior do Exército o tenente-coronel — Nélson Gonçalves Etchegoyen;

II — da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais o engenheiro Adroaldo Tourinho Junqueira Aires;

III — Diretor geral do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais — engenheiro Frederico César Burlamaqui;

IV — Diretor geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro — engenheiro Artur Pereira de Castilho; e

V — Inspetor federal de Obras Contra as Sêcas, substituto, engenheiro Vinicius César Silva de Berredo.

Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1944. — *João de Mendonça Lima*.

(D.O. 3-11-944).

---

* N. do S. de Pb. — Para nova publicação por ter saído com incorreções, no *Diário Oficial* de 30-10-44.

Concorra para que o Brasil seja geògraficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

BAHIA

Decreto-lei n.º 366, de 22 de novembro de 1944

Cria funções gratificadas no Departamento Estadual de Estatística e dá outras providências

O Interventor Federal, interino, no Estado da Bahia, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam criadas no Departamento Estadual de Estatística, as funções gratificadas constantes da tabela anexa.

Art. 2.º — A despesa com a criação das funções gratificadas, correrá à conta da subconsignação 08 — Funções Gratificadas — D.E.E. — Consignação III — Vantagens Verba 1 — Pessoal — referência 104 — D.S.P., do orçamento vigente.

Art. 3.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cidade do Salvador, em 22 de novembro de 1944. — *Guilherme Marback*, Interventor interino — *T. Vieira de Melo* — *Euclides L. P. Caldas*.

★

Decreto-lei n.º 366, de 22 de novembro de 1944

Relações das funções gratificadas do Departamento Estadual de Estatística, criadas com o Decreto-lei n.º 366, de 21 de novembro de 1944

1 — Secretário do diretor geral ... Cr$ 300,00

1 — Chefe da Secção de Estatística da Produção da Divisão de Estatística Econômica do D.E.E. ..... Cr$ 200,00

1 — Chefe da Secção de Estatística da Circulação e Consumo da Divisão de Estatística Econômica do D.E.E. ..... Cr$ 200,00

1 — Chefe da Secção de Estatística Fisiográfica, Demográfica e Administrativa da Divisão de Estatística Fisiográfica e Social do D.E.E. ..... Cr$ 200,00

1 — Chefe da Secção de Estatística Social e Cultural da Divisão de Estatística Fisiográfica e Social do D.E.E. ..... Cr$ 200,00

1 — Encarregado da Turma de Execução Mecânica, Serviço de Apuração Mecânica do D.E.E. ..... Cr$ 100,00

1 — Encarregado da Turma de Codificação do Serviço de Apuração Mecânica do D.D.E. Cr$ 100,00

1 — Chefe da Secção de Administração do D.E.E. ..... Cr$ 200,00

1 — Encarregado da Turma de Comunicações da Secção de Administração do D.E.E. .. Cr$ 100,00

1 — Encarregado da Turma de Documentação da Secção de Administração do D.E.E. .. Cr$ 100,00

1 — Encarregado da Turma de Mecanografia da Secção de Administração do D.E.E. ..... Cr$ 100,00

1 — Encarregado da Turma de Mecanografia da Secção de Administração do D.E.E. .. Cr$ 100,00

1 — Encarregado da Turma do Pessoal da Secção de Administração do D.E.E. ..... Cr$ 100,00

1 — Encarregado da Turma de Contrôle de Verbas e do Material da Secção de Administração do D.E.E. ..... Cr$ 100,00

Guilherme Marback, Interventor Federal interino — *T. Vieira de Melo* — *Euclides L. P. Caldas*.

(D.O. Bahia 23-11-944).

★

MINAS GERAIS

Decreto-lei n.º 1 202, de 15 de novembro de 1944

Aprova a linha divisória entre os Estados de Minas Gerais e de Goiás estabelecida no acôrdo de 22 de dezembro de 1939, firmado entre os dois Estados e homologado pelo Decreto-lei federal n.º 3 320, de 29 de maio de 1941.

O Governador do Estado de Minas Gerais resolve baixar o seguinte decreto-lei, devidamente aprovado pelo Sr. Presidente da República:

Art. 1.º — Fica aprovada a linha divisória entre os Estados de Minas Gerais e de Goiás, estabelecida no acôrdo de 22 de dezembro de 1939, firmado entre os dois Estados e homologado pelo Decreto-lei federal n.º 3 320, de 20 de maio de 1941, e que é a seguinte:

"Começa no *divortium aquarum* das bacias dos rios Paranã e São Francisco, no ponto comum dos limites dos Estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais; prossegue pelo *divortium aquarum* até defrontar as cabeceiras do ribeirão Bonito; continua pela serra do Boníto e atravessando o rio Urucuia, abaixo da foz do ribeirão das Tabocas, prossegue pela serra do

Lourenço Castanho, até as cabeceiras do ribeirão das Tabocas, e, daí, alcança a lagoa Formosa e desce pelo ribeirão da Formosa até o rio Bezerra; desce por êste rio até sua confluência com o rio Prêto, e, por êste, até a foz do ribeirão Arrependidos; sobe por êste até o Pântano, que é também uma das nascentes do rio São Marcos; desce pelo rio São Marcos até a foz do pequeno afluente da margem esquerda denominado Boqueirão (abaixo da foz do rio Batalha); sobe pelo córrego Boqueirão até sua cabeceira; continua pelo divisor da vertente da margem esquerda do rio Batalha até atingir, confrontando com as cabeceiras do córrego Barreiro, a cabeceira de um pequeno afluente da margem direita do rio São Bento; desce por êste pequeno afluente até o referido rio, pelo qual sobe até a sua cabeceira; daí alcança a mais próxima nascente do ribeirão Bravo, pelo qual desce até a sua foz no rio Verde; desce por êste rio até a sua confluência com o rio Paranaiba e, por êste, até a foz do rio Aporé, ponto comum dos limites dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais".

Art. 2.º — Até a data dêste decreto-lei, é concedida anistia fiscal aos moradores e proprietários da zona fronteiriça relativamente aos impostos que deixaram de pagar em conseqüência da incerteza da jurisdição a que pertenciam.

Art. 3.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade Belo Horizonte, 15 de novembro de 1944. — *Benedito Valadares Ribeiro. — Ovídio Xavier de Abreu. — Édison Álvares da Silva. — Lucas Lopes. — Cristiano Monteiro Machado. — Dermeval José Pimenta.*

(D.O. Minas Gerais — 16-11-944).

★

Decreto-lei n.º 1 208, de 20 de novembro de 1944

Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr$ 9 000 000,00.

O Govêrno do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o artigo 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto à Secretaria da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr$ 9 000 000,00 (nove milhões de cruzeiros), para ocorrer a despesas com o prosseguimento da construção da Cidade Industrial.

Art. 2.º — As despesas referidas no artigo 1.º, do presente decreto-lei, correrão por conta dos recursos a que se refere o Decreto-lei n.º 1 177, de 26 de setembro próximo passado.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando êste decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, aos 20 de novembro de 1944. — *Benedito Valadares Ribeiro. — Dermeval José Pimenta. — Édison Álvares da Silva.*

(D.O. Minas Gerais — 21-11-944).

★

Decreto-lei n.º 1 212, de 20 de novembro de 1944

Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 3 000 000,00.

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o artigo 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto à Secretaria da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 3 000 000,00 (três milhões de cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de despesas com as obras e aparelhamento da Estância Hidro-Mineral de Araxá.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando êste decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 20 de novembro de 1944. — *Benedito Valadares Ribeiro. — Dermeval José Pimenta. — Édison Álvares da Silva.*

(D.O. Minas Gerais — 21-11-944).

★

PARANÁ

Interventoria Federal

Decreto n.º 2 028

O Interventor Federal no Estado do Paraná, na conformidade do disposto no artigo 5.º do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939. combinado com o artigo 2.º, do Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, objetivando precisar e caracterizar as linhas divisórias inter-municipais de Apucarana, Caviúna e Londrina,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam fixados os limites municipais entre Apucarana, Caviúna e Londrina pela linha de limites constantes da discriminação abaixo:

Município de Apucarana I — Limites municipais

Linha de limites

5 — Com o município de Caviúna: — Começa na foz do rio Bandeirantes do Norte, no rio Pirapó; por êste acima até a foz do ribeirão Caviúna, pelo qual sobe e em seguida, pelo seu afluente córrego Itambé, até sua cabeceira, de onde alcança em reta, a cabeceira do rio Saci; desce por êste até sua foz no ribeirão do Cerne.

6 — Com o município de Londrina: — Começa no ribeirão do Cerne na foz do ribeirão do Sací; desce pelo ribeirão do Cerne, até sua foz no ribeirão Taquara e por êste abaixo até a foz do ribeirão Clementino, pelo qual sobe até sua cabeceira; daí em reta, a cumiada do espigão divisor de águas dos rios Tibagi e Ivaí, segue por êste espigão até defrontar com a cabeceira principal do rio Apucarana denominada rio Prêto.

Município de Caviúna I — Limites municipais

Linha de limites.

2 — Com o município de Londrina: — Do ponto de cruzamento do ribeirão Vermelho, na linha de divisa das terras da Companhia de Terras Norte do Paraná, com as da Fazenda Floresta, sobe pelo aludido ribeirão até a foz do ribeirão Barra Grande, por êste acima até a foz do córrego Flor, pelo qual sobe até sua cabeceira, de onde em reta, alcança a cabeceira do córrego do Pedroso, desce por êste até a estrada de rodagem de Caviúna a Três Bôcas, denominada Bule, prossegue por esta estrada até um ponto onde faz canto na divisa dos lotes ns. 23 e 38-A da fazenda Três Bôcas, daí em reta, alcança a barra do ribeirão do Sací no ribeirão do Cerne.

3 — Com o município de Apucarana: — Começa na foz do ribeirão do Saci no ribeirão do Cerne; sobe pelo ribeirão do Sací até sua cabeceira, de onde alcança, em reta, a cabeceira do córrego Itambé, desce por êste até sua

barra no ribeirão Caviúna; desce por êste até sua foz no rio Pirapó pelo qual desce até a foz do rio Bandeirantes do Norte.

Município de Londrina I — Limites municipais

Linha de limites.

5 — Com o município de Apucarana: — Começa no espigão divisor das águas dos rios Tibagi e Ivaí em ponto fronteiro à cabeceira do rio Apucarana; segue por êste divisor até defrontar a cabeceira do ribeirão Clementino, vai a esta e desce pelo ribeirão até sua foz no rio Taquara; por êste acima, até a foz do ribeirão do Cerne, pelo qual sobe até a barra do ribeirão do Sací.

6 — Com o município de Caviúna: — Da barra do ribeirão do Sací no ribeirão do Cerne, alcança em reta, a estrada de Cambé a Três Bôcas denominada Bule, no canto que faz na divisa dos lotes ns. 23 e 37-A da fazenda Três Bôcas, segue por esta estrada até o córrego do Pedroso, sobe por êste até sua cabeceira; daí em reta, a cabeceira do córrego Flor, pelo qual desce até sua foz no ribeirão Barra Grande e por êste abaixo, até a foz do ribeirão Vermelho, pelo qual desce até encontrar a linha de divisa leste-oeste, entre as terras da Companhia de Terras Norte do Paraná e as da Fazenda Floresta.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 5 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República. — *Manuel Ribas — Ângelo Lopes.*

(D. O. Paraná — 7-12-944).

★

SÃO PAULO

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Inspectoria Regional

EDITAL

Sêlo de Estatística

Faço público, para conhecimento geral e principalmente dos empresários, proprietários, arrendatários ou quaisquer pessoas que, individual ou coletivamente, sejam responsáveis por casas ou lugares em que se realizem diversões ou espetáculos públicos de qualquer natureza, (cinematógrafos, teatros, cine-teatros, escolas de dança, etc.), que a cobrança da "quota de estatística" a que se refere o Decreto-lei federal n.º 4 181, de 16 de março de 1942, terá início, no município de Santos, no próximo dia 1.º de dezembro de acôrdo com o disposto na Resolução n.º 193, da Junta Central do Conselho Nacional de Estatística.

Faço público, outrossim, que a venda do "sêlo de estatística" exigível nos bilhetes de ingresso em casas de diversões de qualquer gênero ou local onde se realizem espetáculos ou exibições, acessíveis ao público por meio de entradas pagas, será feita, a partir do dia 25 do corrente, na rua Gonçalves Dias n.º 8, 5.º andar, salas 512 e 513. A cobrança do "sêlo de estatística" obedecerá ao disposto na Resolução n.º 186 de 3 de agôsto do corrente ano, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística.

R. S. de P. Meira, Inspetor Regional.

(Diário do Executivo — São Paulo — 25-11-944).

O Conselho Nacional de Geografia é constituído pelo "Diretório Central" na Capital Federal, por um "Diretório Regional" em cada capital de Estado e por um "Diretório Municipal" em cada Prefeitura.

Conselho Nacional de Estatística
Junta Executiva Central

Íntegra das Resoluções de interêsse geográfico aprovadas em 1942

Resolução n.º 122, de 2 de janeiro de 1942

Altera os quantitativos orçamentários fixados na Resolução n.º 114 desta Junta.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que o Orçamento Geral da República, para 1942, fixou em 19 698:600$000 (dezenove mil, seiscentos e noventa e oito contos e seiscentos mil réis) os recursos destinados à manutenção naquele exercício, dos serviços e encargos atribuídos ao Instituto;

Considerando que, porisso mesmo, se faz necessário alterar a Resolução n.º 114, desta Junta, na parte em que os quantitativos orçamentários sofreram redução;

Resolve:

Artigo único — Os recursos orçamentários atribuídos ao Instituto pelo Orçamento Geral da República, para atender às despesas, no exercício de 1942, dos serviços e encargos das três alas da entidade (C. N. E., C. N. G. e S. N. R.) terão a distribuição seguinte:

I — Sob a rubrica "Conselho Nacional de Estatística, abrangendo o custeio da Secretaria Geral com os seus serviços técnicos criados em conseqüência das disposições do Decreto-lei n.º 360, de 20 de junho de 1939, manutenção das oficinas gráficas, anexadas em virtude do estatuído no Decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, e apuração do comércio interestadual por via terrestre ..... 2 203:600$0

II — Sob a rubrica "Conselho Nacional de Geografia", para custeio da respectiva Secretaria, do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, dos trabalhos preparatórios e publicação da Carta do Brasil ao milionésimo, e levantamento das altitudes dos pontos característicos do território nacional ..... 2 550:000$0

III — Sob a rubrica Serviço Nacional de Recenseamento", compreendendo Comissão Censitária Nacional, Direção Central, Serviços de apuração dos questionários bem como divulgação parcial dos respectivos resultados, contrato de monografias e auxílio aos órgãos permanentes do Instituto pelos trabalhos correlatos à operação consitária ..... 14 945:000$0

19 698:600$0

Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

*

Resolução n.º 126, de 16 de janeiro de 1942

Aprova o padrão de regimento das Secções de Estatística Militar e dá outras providências.

A Junta Executiva do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a Resolução n.º 198, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, dispôs sôbre a criação das Secções de Estatística Militar e estabeleceu normas gerais para os respectivos trabalhos;

Considerando que os governos de várias Unidades Federadas atenderam com elevada compreensão cívica ao apêlo da presidência do Instituto, quanto à criação das referidas Secções;

Considerando, portanto, que se torna necessária a adoção de um padrão de regimento para os novos serviços;

Considerando, ainda, que, dadas a relevância e complexidade dos propósitos visados pela criação dos referidos órgãos, é de tôda conveniência seja o assunto regulado pelo Govêrno da República;

Resolve:

Art. 1.º — Fica aprovado o padrão de regimento, anexo à presente Resolução, a ser baixado por decreto-lei regional para cada uma das Secções de Estatística Militar integradas nos órgãos centrais regionais do Instituto.

Art. 2.º — A Junta Executiva Central, em colaboração com os Estados - Maiores das Fôrças Armadas, providenciará sôbre a organização dos formulários necessários aos levantamentos a serem efetuados pelas novas Secções de Estatística.

§ 1.º — Os formulários de que trata êste artigo serão remetidos pela Secretaria Geral do Instituto aos órgãos centrais regionais, até o dia 31 de dezembro, competindo-lhe proceder à sua distribuição, por intermédio da Secção competente, de modo a que durante o mês de março de cada ano possa ficar concluída a coleta dos dados referentes ao ano anterior.

§ 2.º — Enquanto não forem distribuídos os formulários previstos no parágrafo precedente, as Secções de Estatística Militar realizarão suas pesquisas sob a orientação dos representantes militares nas Juntas Regionais de Estatística, na conformidade das leis e regulamentos militares, especialmente do Decreto federal n.º 64, de 21 de setembro de 1934, completadas tais disposições, quando fôr o caso, pelas instruções que os Estados-Maiores das Fôrças Armadas houverem por bem formular.

Art. 3.º — As Juntas Executivas Regionais proverão a que às Secções de Estatística Militar sejam proporcionadas amplas facilidades nas suas pesquisas visando sempre o mais ràpido andamento dos inquéritos, e representarão aos respectivos governos no sentido de serem baixados os atos legislativos e administrativos que para êsse fim se fizerem necessários.

Art. 4.º — Mediante entendimentos com os Ministérios militares, por intermédio dos respectivos representantes nesta Junta, a Presidência do Instituto promoverá imediatamente a decretação de uma lei geral sôbre o assunto desta Resolução, onde sejam incluídas, se nisto convierem os Ministérios consultados, medidas que assegurem ao mesmo tempo o êxito, nos municípios, das atividades do Instituto, compreendidas em seu conjunto, e, especialmente, das pesquisas e trabalhos que se relacionarem com a Segurança Nacional.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor e Secretário do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

☆

ANEXO À RESOLUÇÃO N.º 126

Finalidades

Art. 1.º — A Secção de Estatística Militar, criada pelo Decreto n.º...., de....., e subordinada ao diretor do ....., é um órgão colaborador do Conselho de Segurança Nacional e das Fôrças Armadas Nacionais e terá suas atividades supervisionadas e controladas pelos seus representantes na Junta Executiva Regional de Estatística.

Art. 2.º — Tenho em vista os fins colimados pela Lei n.º 4 263, de 14 de janeiro de 1921, a Secção de Estatística Militar organizará os seus serviços visando a consecução dos seguintes objetivos, na conformidade do Decreto n.º 64, de 21 de setembro de 1934:

I — Facilitar a preparação, tão rápida e perfeita quanto possível, do aparelhamento material das Fôrças Armadas da Nação, mobilizáveis para a guerra.

II — Avaliar as possibilidades e os recursos de tôda a ordem do país, utilizáveis em caso de mobilização nacional.

III — Colaborar, no que lhe fôr solicitado, ao preparo dos planos de requisições, contratos e ajustes necessários às Forças Armadas, bem assim, na elaboração dos de mobilização econômica (industrial, agrícola, comercial, etc.) e no reabastecimento nacional.

Art. 3.º — São atribuídos precipuamente à Secção de Estatística Militar os seguintes encargos, além de outros que as circunstâncias impuserem:

I — Organizar e manter rigorosamente atualizados por intermédio de cadrastos e fichários adequados, todos os informes considerados úteis às Fôrças Armadas.

II — Coligir, criticar e fornecer, devidamente autenticadas, as informações que solicitarem os órgãos militares.

III — Coordenar e tabular, dentre os dados constantes dos cadernos das campanhas estatísticas empreendidas anualmente pela Secretaria Geral do Instituto, todos os que interessarem a objetivos militares.

IV — Proceder ao levantamento, mediante formulários adequados, de inquéritos especiais, de caráter eventual ou permanente, que as Fôrças Armadas reputarem necessários aos seus serviços técnicos e estatísticos.

Art. 4.º — A Secção de Estatística Militar articular-se-á intimamente com as demais secções da repartição, bem assim com os demais órgãos de estatística, coordenando e reunindo os elementos da estatística civil de que os mesmos disponham e que lhe possam interessar.

Organização dos serviços

Art. 5.º — A Secção de Estatística Militar será constituída de carteiras especializadas e dirigidas por um estatístico-chefe de comprovada idoneidade moral, técnica e funcional.

Parágrafo único. — Cada uma dessas carteiras, conforme o vulto dos respectivos serviços, será ocupada por um ou mais funcionários, que atendam aos requisitos funcionais exigidos neste artigo.

Art. 6.º — O chefe da Secção terá as mesmas atribuições comuns aos demais chefes de secção, devendo ainda assinar a correspondência atinente ao serviços a seu cargo, a qual todavia será registrada e expedida pelo protocolo geral da repartição.

Parágrafo único. — Compete ao chefe da Secção, além dessas atribuições:

I — Diligenciar no sentido de que tenham fiel e urgente execução os trabalhos compreendidos nos incisos do art. 3.º

II — Distribuir racionalmente os serviços pelas carteiras, de modo a obter o mais rápido anlamento e a maior eficiência dos trabalhos.

Art. 7.º — Incumbe aos encarregados das carteiras, além das obrigações que estabelecer o regulamento da repartição:

I — Acompanhar a marcha dos inquéritos e sugerir ao chefe da Secção providências capazes de melhor orientar ou ativar a coleta.

II — Criticar, apurar e sistematizar os dados colhidos, de modo que as informações, quando solicitadas, sejam fornecidas com a máxima presteza possível.

Inquéritos

Art. 8.º — As pesquisas da Secção de Estatística Militar abrangerão tôdas as atividades civís que interessarem à Defesa Nacional ou que a ela estiverem vinculadas e terão caráter urgente.

Art. 9.º — Inicialmente serão organizados os cadastros agrícola, industrial, comercial, profissional e de instituições sociais, técnicas e científicas.

Parágrafo único.— Êsses cadastros, que deverão ser tão minudentes quanto possível, especialmente em referência às fábricas, usinas, oficinas, emprêsas, estabelecimentos, organizações e instituições cujas atividades interessem à Defesa Nacional, compreenderão, entre outros, os seguintes elementos:

I — Cadastro Agrícola

Propriedades existentes (engenhos, fazendas, estâncias, granjas, sítios e seus principais recursos).

II — Cadastro Industrial

1. Estabelecimentos, emprêsas, usinas, organizações e instalações industriais de qualquer categoria, fábricas, oficinas, laboratórios de produtos farmacêuticos ou químicos, etc.
2. Minas e jazidas (especialmente as de combustiveis).
3. Estabelecimentos e fábricas de artigos necessários ao Serviço de Intendência do Exército, para alimentação, equipamento e vestuário.
4. Instalações ou emprêsas de fôrça hidráulica ou elétrica, usinas químicas e metalúrgicas, fábricas de explosivos e outras capazes de produzir material de guerra.

III — Cadastro Comercial

1. Estabelecimentos atacadistas e varejistas.
2. Depósitos, trapiches, armazéns, entrepostos e outros estabelecimentos de natureza comercial.

IV — Cadastro Profissional

1. Médicos, farmacêuticos, veterinários, enfermeiros, dentistas.
2. Engenheiros, agrimensores, arquitetos, construtores, etc.
3. Eletricistas, telegrafistas, rádio-amadores, mecânicos, motoristas, aviadores etc.
4. Operários e artífices em geral, por especialidade profissional.
5. Diplomado em administração e finanças.

V — Cadastro de Instituições de Assistência e Organizações Diversas

1. Hospitais, sanatórios, casas de saúde, clínicas públicas e particulares.
2. Asilos, recolhimentos, preventórios, etc.
3. Clubes, sociedades e outras corporações sociais que disponham de instalações utilizáveis para alojamento de tropa.
4. Institutos de meteorologia e seu pessoal.
5. Outros institutos e organizações técnicas ou científicas.

Art. 10. — Entre os assuntos que os inquéritos focalizarão, em grande parte já compreendidos de modo geral no esquema fundamental da estatística brasileira, consideram-se de utilidade imediata os seguintes:

I — Meios de transporte e comunicação

1. Transportes ferroviários:
   a) caminhos de ferro de utilização pública (aparelhamento, instalações e locais para armazenagem; estações, paradas e estribos ou plataformas existentes, com as distâncias existentes de cada uma à estação inicial e a anterior; altitude; obras de arte existentes no trajeto e sua localização);
   b) caminhos de ferro de emprêsas ou organizações privadas, extensão das linhas, obras de arte compreendidas no percurso, material rodante, meios disponíveis para a sua manutenção e conservação e outros detalhes.
2. Serviços de transporte rodoviário, municipais e intermunicipais (emprêsas e respectivo movimento, linhas organizadas, horários, etc.).
3. Veículos de tração mecânica e animada para passageiros e carga (características, capacidade, etc.).
4. Estradas de rodagem, caminhos carroçáveis e caminhos de tropa.
5. Recursos de atrelagem e outros meios de transporte acima não especificados.
6. Pousos, aguadas, pastagens, etc.
7. Guias, mensageiros, condutores de hipomóveis e automóveis, tropeiros ou cargueiros.
8. Material, máquinas e ferramentas necessárias à construção, reparação ou demolição de obras e caminhos segundo as exigências do serviço militar.
9. Outros materiais, objetos e utensílios, combustíveis, fontes de fôrça motora, bem assim tudo quanto seja acumulado para emprêgo na exploração e extensão das linhas de transporte.
10. Rêdes telegráficas, rádio-telegráficas ou telefônicas, com ou sem fio, inclusive as estações de rádio amadores.
11. Transportes marítimos, fluviais e lacustres, com suas equipagens e tripulações, aparelhos e instalações.

12. Aparelhamento dos portos, depósitos e armazéns.
13. Estaleiros, docas e oficinas das emprêsas de transporte, com o seu pessoal, os materiais, mercadorias e objetos empregados para navegação.
14. Linhas aéreas existentes, aeródromos, campos de pouso, com a respectiva caracterização; lagos e lagoas, que ofereçam condições de amerissagem.
15. Transportes aéreos com o seu pessoal, suas instalações, dependências e recursos utilizáveis na respectiva manutenção.

II — Produção, estoques e consumo das seguintes utilidades (inclusive estoques nas fábricas e nos depósitos ou armazéns):

1. Gêneros alimentícios em geral.
2. Matérias primas.
3. Produtos químicos e farmacêuticos.
4. Material sanitário, abrangendo instrumentos médico-cirúrgico e de ótica.
5. Material e instrumentos de medicina e cirurgia veterinária, naquilo que possa interessar às tropas em campanha.
6. Instrumentos de engenharia.
7. Material e instrumentos de transmissões e eletricidade.
8. Material de transporte em geral (vagões, locomotivas, auto-motrizes, automóveis e outros veículos a motor, aviões), viaturas de transporte animal, etc.
9. Material metalúrgico.
10. Armas, munições e explosivos.
11. Combustíveis e lubrificantes.
12. Matérias primas, máquinas e ferramentas destinadas ao funcionamento de fábricas, oficinas, usinas, etc.
13. Material de fabricação, reparação e conservação e peças avulsas necessárias à produção ou utilização dos recursos indispensáveis à Defesa Nacional.
14. Artigos e tecidos de vestuário, especialmente os empregados em fardamento.
15. Produção agrícola em geral.
16. Produção pecuária e avícola:
    a) gado existente (número de cabeças, por espécie);
    b) gado vacum, suíno, caprino e ovino disponível para corte.
    c) animais existentes (de sela, tração ou carga);
    d) aves existentes (número de cabeças por espécies, galináceos e palmípedes).
17. Preços correntes dos principais artigos de consumo, gêneros alimentícios e matérias primas.

III — Recursos de instalação e alojamento

1. Logradouros e prédios:
    a) logradouros existentes (caracterização e localização);
    b) número de prédios e de construções existentes (principais características).
2. Alojamento:
    a) edifícios (públicos e particulares), apropriados ao alojamento de tropas, hospitais, hotéis, depósitos, galpões, armazéns, etc., devidamente caracterizados;
    b) capacidade de alojamento e acantonamento de tropas nas casas particulares;
    c) alimentação diária das tropas alojadas nas habitações particulares, na proporção dos recursos dos respectivos donos ou inquilinos;
    d) víveres, forragem, palha para colchoaria, combustíveis e meios de iluminação.

IV — Situação demográfica

1. Efetivos demográficos, densidade demográfica, grupos demográficos (por município, idade, sexo, nacionalidade e profissão).
2. Nacimentos.
3. Casamentos.
4. Óbitos
5. Naturalizações.

V — Outros elementos

1. Finanças estaduais.
2. Finanças municipais.
3. Propriedade imobiliária e industrial (características e valor).
4. Serviços públicos, técnicos e científicos:
    a) serviços mantidos pelo Estado e pelos Municípios, utilizáveis pelo Govêrno Federal em caso de mobilização;
    b) movimento e pessoal dos institutos científicos e técnicos.
5. Outros dados que interessam à Estatística Militar.

Art. 11. — Dos inquéritos da Estatística Militar, alguns são de lançamento anual e outros de lançamento mensal; uns e outros obedecerão às normas fixadas pelo Conselho Nacional de Estatística, através de formulários especiais, organizados em colaboração com os Estados Maiores das Fôrças Armadas.

Art. 12. — A Secção de Estatística Militar procederá à imediata distribuição dos formulários respectivos, de modo que durante o mês de março de cada ano possa estar concluída a coleta dos dados referentes ao ano anterior.

Disposições gerais

Art. 13. — Todo o trabalho da Secção de Estatística Militar terá caráter sigiloso.

Parágrafo único. — Para êsse efeito, os dados em condições de ser fornecidos ou divulgados pela Secção ficam sujeitos ao "visto" do representante do Estado Maior da Região Militar na Junta Executiva Regional.

Art. 14. — Os trabalhos da Secção de Estatística Militar ficam sujeitos a inspeção dos delegados ou emissários dos ministros de Estado das pastas militares, chefes de Estados-Maiores das Fôrças Armadas, inspetores ou comandantes de Regiões, inspetores e diretores de armas

e serviços militares, bem assim a de outras autoridades militares ou civis, mediante delegação dos órgãos do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. — A providência de que trata êste artigo não dispensa a assistência permanente ou periódica, de ordem administrativa ou técnica, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem assim dos seus órgãos especializados.

Art. 15. — O chefe da Secção de Estatística Militar apresentará, anualmente, até 31 de janeiro, um relatório dos trabalhos da Secção durante o ano anterior, acompanhado das sugestões julgadas úteis ao desenvolvimento e melhor funcionamento dos serviços.

Parágrafo único. — Serão enviadas cópias dêsse relatório ao Conselho de Segurança Nacional, ao Comando Regional, aos Estados Maiores das Fôrças Armadas e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por intermédio da Junta Executiva Regional.

Art. 16. — O presente regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

★

Resolução n.º 128, de 13 de março de 1942

Autoriza a instalação de um Curso de Redação Oficial.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando a conveniência de assegurar-se, no serviço público, a necessária correção de linguaguem;

Considerando, ainda, que tem o Instituto procurado sempre, com a utilização dos meios ao seu alcance, elevar o nível técnico e intelectual de quantos servem em seus quadros;

Resolve:

Art. 1.º — Fica a Presidência do Instituto autorizada a institutir, depois de ouvido o Conselho Nacional de Geografia, um Curso de Redação Oficial, destinado aos funcionários das Secretarias Gerais dêste e daquele Conselho, bem assim das repartições centrais federais integradas no sistema.

Art. 2.º — O Curso ficará sob a direção de um especialista de reconhecida idoneidade e reger-se-á pelas normas que a Secretaria Geral fixar, *ad referendum* da Junta, inclusive quanto à gratificação de função a ser atribuída ao respectivo docente.

Art. 3.º — As despesas que desta Resolução decorrerem serão custeadas, em partes iguais, pelos Conselhos do Instituto, correndo pelas verbas próprias do orçamento da Secretaria Geral a contribuição do Conselho Nacional de Estatística.

Rio de Janeiro, em 13 de março de 1942, ano VII do Instituto. Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 130, de 24 de abril de 1942

Formula instruções para a execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

A Junta Executiva Central do Conselho Naconal de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando a conveniência de assegurar a maior uniformidade possível aos atos que visarem a execução do Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de março do corrente ano, na parte referente aos Convênios Nacionais de Estatística Municipal;

Considerando que a execução da aludida lei ficou sob a responsabilidade do Instituto, — o que vale dizer, dado a natureza do assunto, na dependência de deliberação dêste Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — Ficam assentadas as instruções que se seguem para a execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

Art. 2.º — Os Convênios se consubstanciarão em vinte e dois acordos regionais, a se realizarem em dia tão próximo quanto possível, não ulterior a 24 de maio se motivo de fôrça maior não o impedir, nem, em hipótese alguma, a 13 de setembro, quando se encerra o prazo de 180 dias a contar da data do Decreto-lei n.º 4 181, conforme preceitua o parágrafo único do seu art. 7.º.

Art. 3.º — Os acordos regionais se realizarão, respectivamente, na Capital Federal e nas capitais dos Estados e do Território do Acre, dêles participando, na forma da lei, e por meio de delegados devidamente credenciados, o Govêrno Federal, representado pelo Instituto, os Governos Estaduais, o Govêrno do Território do Acre, o Govêrno do Distrito Federal (Município da cidade do Rio de Janeiro) e os Governos de todos os demais municípios brasileiros.

Art. 4.º — A participação dos Governos Regionais e Municipais nos aludidos Convênios será objeto de atos executivos que a regularão, provendo à outorga dos competentes poderes aos delegados constituídos.

Parágrafo único — Para êsses atos ficam sugeridos, respectivamente, os padrões constantes dos anexos número um e número dois.

Art. 5.º — É recomendado, afim de facilitar a reunião das assembléias convencionais e os competentes entendimentos, que os municípios de cada Estado constituam coletivamente um só delegado, se possível um alto funcionário da administração estadual para tanto especialmente qualificado, como seja o presidente do Departamento Administrativo ou, de preferência, o diretor do Departamento de Municipalidades.

Art. 6.º — Atendendo ao que dispõe o Decreto-lei n.º 4 181 (art. 8.º letra a) fica assentado para o texto dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, o padrão constante do anexo número três, no qual se reproduzem tôdas as bases fixadas na lei.

Parágrafo único — As alterações nesse padrão devem ater-se exclusivamente às peculiaridades regionais, a que alude a própria lei (art. 8.º), e só prevalecerão quando, por unanimidade, o reconheçam indispensável as Altas Partes convencionantes.

Art. 7.º — Os Convênios Nacionais de Estatística Municipal só entrarão em vigor depois de ratificados, em relação a cada Unidade da Federação, por todos os Governos convencionantes. Se a Junta julgar preferível, entretanto, solicitará ao Govêrno Federal que o seu ato de ratificação tenha caráter geral, para abranger em globo os vinte e dois acordos, de maneira que os Convênios em causa comecem a vigorar em todo o país na mesma data.

Art. 8.º — Para os atos legislativos que devem ratificar os Convênios por parte dos Estados e Municípios (parágrafo único do art. 7.º da lei), ficam propostos, a bem da uniformidade conveniente, os padrões constantes dos anexos número quatro e número cinco.

Parágrafo único — Dada, porém, a situação particular do Distrito Federal e do Território do Acre, quanto ao exercício do Poder Legislativo, a ratificação federal dispensará os atos correspondentes do Govêrno Municipal, no primeiro caso, e do Govêrno Territorial no segundo.

Art. 9.º — As providências preparatórias dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal ficam confiadas às Juntas Regionais do C.N.E., cujas deliberações serão executadas pelos respectivos Departamentos Regionais de Estatística.

Art. 10 — Os casos omissos serão resolvidos por esta Junta, ou havendo urgência, pela Presidência do Instituto, *ad referendum* dêste Colégio.

Rio de Janeiro, em 24 de abril de 1942, ano VII do Instituto. Conferido e numerado. *Alberto Martins,* Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas,* Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

☆

ANEXOS A RESOLUÇÃO N.º 130

N.º 1

Projeto-padrão

para os atos executivos a serem baixados pelos Governos dos Estados bem como do Território do Acre, *mutatis mutandis,* tendo em vista a realização dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, na conformidade do disposto no Decreto-lei federal n.º 4 181, de 16 de março de 1942.

..... (O preâmbulo usual) .....

Art. 1.º — Nos têrmos do disposto na Lei federal n.º 4 181, de 16 de março de 1942, o Estado e os seus Municípios deverão participar dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, tendo em vista os interêsses da estatística brasileira, em geral, e, em particular, da estatística referente à Segurança Nacional.

Parágrafo único — No Convênio relativo a esta Unidade da Federação que se realizará nesta capital logo que estejam reunidos todos os respectivos delegados, serão partes, de um lado, o Govêrno Federal, representado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e do outro, o Govêrno do Estado e a totalidade das respectivas Prefeituras Municipais.

Art. 2.º — Ficam atribuídos ao presidente da Junta Regional de Estatística, ou no seu impedimento, ao secretário da mesma Junta, os poderes necessários para representar o Govêrno do Estado, nos entendimentos e na assinatura do instrumento de que resultar o acôrdo regional, integrante dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal previstos na lei.

Art. 3.º — Para que ao acôrdo ou Convênio a que se refere o artigo precedente fique assegurada plena e imediata execução, serão tomadas providências afim de que seja baixado prontamente o respectivo ato de ratificação, do mesmo constando tôdas as disposições necessárias ao exato cumprimento do que fôr assentado.

Art. 4.º — A Junta Regional de Estatística e o Departamento de Municipalidades tomarão, no devido tempo, tôdas as medidas e iniciativas necessárias ao que dispõe o artigo precedente.

Art. 5.º — Para os fins do artigo 1.º, os prefeitos municipais do Estado baixarão imediatamente os competentes atos, determinando, no que lhes competir, a realização do acôrdo ou Convênio em vista, e constituindo, bem assim, os respectivos delegados, com os poderes necessários para assentar as cláusulas, e assinar o instrumento, em que se consubstanciam, integralmente, os objetivos da lei nacional no mesmo artigo referida.

Art. 6.º — As Prefeituras poderão outorgar coletivamente a respectiva representação a uma alta autoridade da administração estadual para isso qualificada, como seja o presidente do Departamento Administrativo ou, de preferência, o diretor do Departamento de Municipalidades, se assim assentarem os entendimentos preliminares entre o Govêrno do Estado e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tendo em vista facilitar a realização do Convênio.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

☆

N.º 2

Projeto-padrão

para os atos executivos a serem baixados por todos os Municípios dos Estados Unidos do Brasil, providenciando sôbre a realização, — na capital da República, quanto ao Distrito Federal, e nas capitais dos respectivos Estados ou do Território do Acre, quanto aos demais, — dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, previstos no Decreto-lei federal n.º 4 181, de 16 de março de 1942.

..... (O preâmbulo usual) .....

Art. 1.º — O Município participará do Convênio Nacional de Estatística Municipal, a realizar-se na capital do Estado (diga-se — Território, no caso do Acre), entre o Govêrno da União de um lado, representado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e, do outro o Govêrno e tôdas as Prefeituras Municipais desta Unidade da Federação na conformidade do disposto no Decreto-lei federal n.º 4 181, de 16 de março de 1942, bem assim do que consta do Decreto-estadual n.º ..... de ..... maio do mesmo ano.

Art. 2.º — Para os fins da celebração do Convênio em causa, na forma da legislação em vigor, ficam outorgados plenos poderes, como delegado do Município, ao diretor do Departamento de Municipalidades do Estado,[1] o qual poderá convir na estipulação de tôdas as cláusulas necessárias aos objetivos da lei, bem assim subscrever o instrumento convencional, a cuja plena e imediata execução o Govêrno do Município proverá no próprio ato da respectiva ratificação, de acôrdo com o que ficar assentado.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

NOTA — Quanto ao Distrito Federal, que constitui um só município, o texto será modificado como convier, designando-se como delegado o secretário geral da Administração.

---

[1] Ou: "Presidente do Departamento Administrativo do Estado", se assim fôr preferido.

N.º 3

Projeto-padrão

para os Convênios Nacionais de Estatística Municipal a serem realizados nas capitais do Estado e do Território do Acre.[1]

Atenção — Tratando-se, no texto que se segue, de sugerir um padrão geral — tanto quanto possível uniforme — para todo o país, tornou-se preciso prever, desde logo, certas variantes òbviamente ocorrentes. Assim, ao ser utilizado êste modêlo, cumpre atender às adaptações necessárias, conforme, aliás, está sugerido nas linhas pontuadas e avisos entre parênteses que a fórmula apresenta.

CONVÊNIO NACIONAL DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL

que entre si fazem o Govêrno Federal o Govêrno do Estado (diga-se — Território, no caso do Acre) e a unanimidade dos Governos Municipais da mesma Unidade da Federação, nos têrmos do Decreto-lei Nacional n.º 4 181, de 16 de março de 1942.

I

PREÂMBULO

Aos ..... (data por extenso) ..... dias do mês de maio (diga-se junho, se não puder ser maio) de mil novecentos e quarenta e dois, na capital do Estado (diga-se — Território, no caso do Acre) ....., em uma das salas do edifício em que funciona ..... (mencionar a repartição em que fôr subscrito o Convênio) ....., às ..... (designação por extenso) ..... horas, presentes os cidadãos: ..... (nome por extenso) ....., presidente (diga-se — delegado, se não fôr o presidente) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.) e como tal representando o Govêrno Federal, de acôrdo com a Lei (Decreto-federal n.º 4 181, de 16 de março de 1942, artigo 6.º combinado com o item I do artigo 11); ..... (nome por extenso ..... presidente da Junta Regional de Estatística (J.R.E.) e como tal delegado do Govêrno do Estado; e ..... (nome por extenso ...., exercendo o cargo de ..... (mencionar a designação oficial do cargo) ....., como delegado especialmente constituído por todos os municípios desta Unidade da Federação;

Os quais, depois de comunicados seus plenos poderes, mediante documentos que, julgados bastantes e conformes ao disposto no art. 7.º do Decreto-lei federal n.º 4 181, ficarão arquivados na Secretaria Geral do I.B.G.E. juntamente com o original do presente instrumento convencional;

E tendo em vista os superiores motivos expostos nos *consideranda* da Lei, bem assim o conjunto dos seus dispositivos, e ainda os fundamentos constitucionais por ela invocados, a saber, o art. 180 da Constituição e o que preceituam seus artigos 16, alíneas V e XVIII, 26, 28 alínea III, e 73;

Convieram em estabelecer as seguintes cláusulas de mútuo compromisso entre as Altas Partes representadas.

[1] O Convênio em que será parte o Distrito Federal terá por base o presente padrão, mas com as adaptações necessárias, devido à peculiar situação dessa unidade municipal da Federação.

II

COMPROMISSOS FUNDAMENTAIS DOS GOVERNOS CO-OBRIGADOS

Cláusula Primeira

Os Municípios ora existentes no Estado (diga-se — Território, no caso do Acre), em sua unanimidade, e na intenção de criarem uma situação estável, mediante compromissos de caráter permanente e alcance geral, assumidos em nome das respectivas populações relativamente a todo o seu território, e nos quais, por isso mesmo, devem ficar originàriamente investidas as municipalidades que se criarem de futuro nesta Unidade da Federação; no alto propósito, ainda, de darem integral execução a um pensamento de cooperação e unidade nacional, segundo o espírito e a índole do regime político brasileiro, — tudo na exata conformidade do disposto na Lei; — por si e pelos seus sucessores em virtude de futuros desmembramentos territoriais, delegam, com a assistência, a aprovação e a garantia do Estado (diga-se — Território, no caso do Acre), ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a função administrativa concernente ao levantamento da estatística geral e especialmente, da estatística relacionada com a organização da Segurança Nacional, em tudo que fôr da competência das municipalidades. (Art. 6.º da Lei).

Cláusula Segunda

O Estado (diga-se — Território, no caso do Acre), assistindo, aprovando e garantindo a delegação estipulada na Cláusula Primeira, empenha sua autoridade e o concurso de sua administração, no sentido de cumprir e fazer cumprir o presente Convênio, não só no que lhe competir diretamente, como no que entender com os compromissos dos seus municípios.

Cláusula Terceira

O Govêrno da União, representado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aceita a delegação que lhe é feita pelos Municípios do Estado (diga-se — Território, no caso do Acre), bem como a co-obrigação desta Unidade Federada (Cláusulas Primeira e Segunda), assumindo da sua parte o compromisso de dar fiel e integral cumprimento ao presente Convênio, quer no que depender da sua autoridade ou se referir à suplementação financeira, quer no que ficar a cargo do mencionado Instituto, seja na qualidade de seu representante, seja como entidade federativa de que efetivamente já participam, em forma solidária, as três órbitas governativas da República.

III

OBJETIVOS GERAIS DO CONVÊNIO

Cláusula Quarta

Como objetivos gerais dêste Convênio ficam estipulados os seguintes (art. 8.º da Lei):

a) assentar o convencionado em forma inteiramente acorde com a lei nacional de que decorre, atendidas as sugestões do Conselho Nacional de Estatística e adotando o modêlo pelo mesmo proposta, e de maneira que as mútuas obrigações convencionadas sejam permanentes e se estendam, automàticamente, aos novos Municípios que sucederem aos atuais, em virtude de modificações no quadro municipal desta Unidade da Federação;

b) conservar, quanto às repartições de estatística dos Municípios, embora mantidas e dirigidas em regime especial pelo I.B.G.E.,

como conseqüência da concessão ou delegação ora convencionada, o papel de órgãos integrantes da administração municipal;

c) atribuir, ao mesmo tempo, às ditas repartições, como órgãos filiados ao Instituto, os característicos de elementos integrantes das organizações superiores — a regional e a nacional —, que constituem o grande sistema de serviços de estatística sob a égide daquela entidade para-estatal;

d) assegurar às repartições municipais de estatística, por êsse modo, organização e funcionamento segundo padrões e normas nacionais, de acôrdo com as exigências modernas de racionalização administrativa e de perfeita eficiência técnica;

e) deixar às municipalidades a faculdade de manter os serviços especializados de estatística que considerem necessários aos diferentes setores da administração, para fins internos de contrôle, desde que tais serviços se articulem com as Agências Municipais de Estatística, ficando, assim, afastada a possibilidade de duplicação de inquéritos e resultados em face dos planos nacionais de estatística geral, fixados pelo Conselho Nacional de Estatística;

f) admitir a formação, para o provimento do pessoal das repartições municipais de estatística, de um quadro nacional, instituído e mantido pelo I.B.G.E., cujos elementos, rigorosamente selecionados e sòmente conservados enquanto bem servirem, possam ser movimentados em todo o país;

g) assegurar aos elementos dêsse quadro, sem prejuízo da renovação e depuração que se tornem aconselháveis, uma carreira de tal ordem compensadora, que venham êles a formar um corpo de servidores da nação capaz de realizar eficazmente as pesquisas e inquéritos necessários, e de prestar proveitosa colaboração a tôdas as campanhas e iniciativas destinadas a promover o progresso social, econômico e cultural da comunidade brasileira, campanhas e iniciativas essa que, por se desenvolverem no conjunto dos municípios, devam ter nas repartições municipais de estatística seu adequado instrumento;

h) permitir, ainda, pela formação de uma Caixa Nacional, a realização uniformemente eficiente das pesquisas estatísticas em todos os municípios do país, ficando prevista a distribuição das repartições municipais de estatística em grupos, segundo as zonas e as regiões, para o efeito do seu contrôle e orientação, aos cuidados de um corpo de inspetores selecionados entre os melhores elementos dos quadros do Instituto, incluídos os próprios funcionários daquelas repartições;

i) dar às repartições municipais de estatística, conseqüentemente, nas melhores condições possíveis, a responsabilidade de apurar o movimento de todos os registros administrativos já existentes, ou que vierem a existir; ou, mesmo, a incumbência de organizá-los e mantê-los diretamente, conforme a legislação em vigor, segundo diretrizes uniformes para todo o país, atendendo às necessidades da estatística nacional e da administração em geral;

j) assegurar, sobretudo, pela conveniente assistência, a normalidade do Registro Civil e de todos os demais serviços, pesquisas, campanhas ou iniciativas que interessem à Defesa Nacional, na conformidade do que fôr determinado em leis gerais, em Resoluções do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho de Segurança Nacional, ou requisições dos Ministérios militares, pelos seus órgãos competentes.

IV

FINANCIAMENTO DO CONVÊNIO

Cláusula Quinta

Para constituir a contribuição de cada municipalidade destinada aos serviços estatísticos nacionais de caráter municipal, bem assim aos registros, pesquisas e realizações necessários à Segurança Nacional e relacionados com as atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o presente Convênio estipula, afim de serem efetivadas nas próprias leis municipais que o ratificarem, — tudo na forma do art. 9.º da Lei, — as seguintes providências:

a) a criação de um tributo, cobrado como parte principal ou como adicional do impôsto sôbre diversões, a incidir, na forma de sêlo especial, que será fornecido pelo I. B. G. E., sôbre as entradas em casas ou lugares de diversões que ofereçam espetáculos ou qualquer outra forma de diversão pública (cinematógrafos, teatros, cine-teatros, circos, etc.), importando tal tributo em cem réis ($100) por mil réis (1$000) ou fração, do respectivo preço;

b) a outorga da arrecadação da respectiva renda do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mediante acôrdo entre êste e o Banco do Brasil, onde serão depositados e movimentados os recursos da Caixa Nacional de Estatística Municipal, na conformidade do disposto no art. 27, da Lei n.º 24 609, de 6 de julho de 1934.

Cláusula sexta

Os atos dos governos municipais relativos à criação do tributo referido na Cláusula Quinta, afim de assegurar a indispensável uniformidade dos processos de lançamento e a sua imediata arrecadação, fixarão, desde logo, os seguintes dispositivos, que encerram objetivos essenciais a atingir:

I — Ficarão sujeitos à cobrança do impôsto de diversões, ou do adicional respectivo, para os fins do Convênio de Estatística Municipal, os espetáculos de qualquer gênero de diversões que se realizem em teatros, cinematógrafos, circos, clubes, *dancings*, sociedades, parques, campos, ou quaisquer outros locais accessíveis ao público por meio de entradas pagas.

II — Os selos destinados à cobrança do impôsto de diversões, serão apostos nos bilhetes de ingresso vendidos ou oferecidos pelos empresários, proprietários, arrendatários ou quaisquer pessoal individual ou coletivamente responsáveis por qualquer casa ou lugar em que se realizem diversões públicas.

III — Os bilhetes de entrada a que alude o item anterior serão impressos e deverão constar de duas partes, destacáveis e numeradas seguidamente. Serão enfeixadas em talões, e o destaque da parte destinada ao espectador só se dará no momento da respectiva aquisição, ficando proibida a venda de bilhetes que não obedecer a esta regra.

IV — O sêlo será apôsto no sentido horizontal do bilhete, abrangendo as duas partes, e com o cabeçalho sôbre o canhoto, de modo a ser dividido no ato de destaque da parte que o espectador deve receber e entregar ao porteiro.

V — O sêlo deverá ser inutilizado prèviamente, antes do destaque do bilhete, por meio de um carimbo, cujos dizeres indiquem a data do espectáculo ou exibição.

VI — A aquisição de selos para os bilhetes de ingresso, bem assim de bilhetes com os selos já impressos quando adotados), terá lugar na Agência arrecadadora designada pelo I. B. G. E.

na forma do art. 9.º alínea b da Lei. Tal aquisição será efetuada por meio de guias assinadas pelo responsável ou seu representante, as quais conterão a especificação da quantidade de selos a adquirir e receberão o competente número de ordem, devendo ser visadas pelo Agente de Estatística, ou quem suas vêzes fizer. Dessas guias, a 1.ª via ficará em poder da Agência Municipal de Estatística, para fins de fiscalização e tomada de contas, e a 2.ª via será apresentada à Agência arrecadadora, que fará o fornecimento e a respectiva cobrança, obtendo do comprador, no mesmo documento, o competente recibo.

VII — Ficará expressamente proibida a venda ou permuta de selos entre os proprietários, empresários, arrendatários ou quaisquer responsáveis pelos clubes ou casas de diversões, sendo-lhes assegurada, todavia, a indenização da importância dos selos não utilizados, uma vez feita sua restituição, com as mesmas formalidades prescritas na alínea precedente.

VIII — As sociedades ou casas de diversões que funcionarem com entradas pagas são obrigadas ao uso de um livro no qual serão registrados, por data de função ou exibição, os selos adquiridos, os selos empregados e os saldos respectivos, assim como a numeração dos primeiros e últimos ingressos vendidos. O livro de escrituração conterá têrmos de abertura e encerramento assinados pela emprêsa, firma ou sociedade, e receberá o visto do Agente Municipal de Estatística. O livro poderá ser substituído, em espetáculos avulsos ou em pequenas séries, por mapas diários, manuscritos ou dactilografados.

IX — A fiscalização do impôsto de diversões competirá aos fiscais da Prefeitura e aos funcionários da Agência Municipal de Estatística. A fiscalização verificará sempre o livro ou os mapas de escrituração, assim como o número de espectadores presentes a cada sessão ou espectáculo, examinando se êsse número corresponde ao dos ingressos utilizados e constantes dos canhotos.

X — A qualquer comprovada infração no pagamento do impôsto destinado ao custeio do sistema nacional de estatística municipal, seja por sonegação do competente sêlo ou pela prática de qualquer outra fraude, será mandada impor a multa de um conto de réis (1:000$000), cujo pagamento ou depósito o estabelecimento suposto infrator não poderá continuar a funcionar. Da importância dessa multa caberá metade aos cofres municipais e metade à Caixa Nacional de Estatística Municipal.

Cláusula sétima

Fica ressalvado que os Municípios que ainda não incluíram em sua legislação tributária o impôsto sôbre diversões, devendo fazê-lo agora em virtude do Convênio, mesmo que ainda não possuam nenhum estabelecimento, seu possível contribuinte, manterão a livre faculdade de criar a qualquer tempo, para os demais fins da sua administração, o adicional que julgarem conveniente, no referido campo tributário, desde que, porém, a criação e arrecadação dêsse adicional não alterem, nem dificultem, a arrecadação da quota cujo destino está estipulado na Lei e é regulado no presente instrumento.

Cláusula oitava

Enquanto o I. B. G. E. não dispuser, no que se refere à renda prevista na Cláusula Quinta, de uma arrecadação superior a vinte mil contos anuais (20 000:000$000), e segundo o disposto no art. 10 da Lei, o Orçamento Federal incluirá, na verba de "auxílio" atribuída ao mesmo Instituto, a necessária suplementação destinada ao custeio em causa e correspondente à diferença entre o arrecadado no último exercício encerrado e aquêle limite, não excedendo, todavia, de seis mil contos de réis (6 000:000$000).

V

OBSERVAÇÕES ESPECIAIS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Cláusula nona

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como entidade para-estatal autônoma, de âmbito nacional, e representando especialmente, no caso, os interêsses gerais do Govêrno da República, assume pelo presente instrumento, além do compromisso de cumprir e fazer cumprir, no que lhe disser respeito, tudo que se contém nos capítulos II, III e IV dêste Convênio, as seguintes obrigações especiais, conforme o expressamente disposto ou autorizado nos arts. 8.º e 11, item I, e art. 13 da Lei, — ficando extensivos, tanto o compromisso geral como as obrigações especiais, aos Municípios que de futuro forem criados nesta Unidade da Federação:

I — Em relação a cada Município:

a) fornecer à administração local os elementos estatísticos de que esta necessitar, tanto os de ordem local, como os de compreensão regional ou nacional, desde que compreendidos no plano de pesquisas fixado pelo Conselho Nacional de Estatística;

b) divulgar, nas publicações que o comportarem, os principais dados da estatística municipal, em cotejos de ordem regional ou nacional;

c) distribuir anualmente, impressa ou mimeografada, uma breve sinopse da estatística municipal com as competentes discriminações por distritos, ou em relação aos quadros urbano, suburbano e rural, conforme a natureza dos assuntos;

d) manter um serviço público de informações sôbre o município, no que se relacionar com as pesquisas do serviço de estatística;

e) manter, franqueada ao público, uma biblioteca especializada de divulgação estatística, ou colaborar na organização de uma secção a êsse fim destinada na Biblioteca Municipal, sempre que esta já exista;

f) organizar e manter, franqueada ao público, uma sala expositiva de elementos apropriados à vulgarização das revelações das estatísticas sôbre a vida do Município, do Estado (diga-se — Território, no caso do Acre) e do País, ou colaborar no preparo de uma secção destinada a êsse fim do Museu Municipal, ou organização análoga, quando tal instituição já exista;

g) manter um serviço de publicidade que divulgue, em comunicados periódicos, os dados estatísticos que sejam de interêsse para as atividades sociais ou econômicas dos municípios, e revelem as necessidades e as realizações da vida municipal;

h) responder a todos os trabalhos ou pesquisas que os órgãos incumbidos da defesa nacional requisitem ao govêrno municipal;

i) promover a colaboração da Agência Municipal de Estatística com o Diretório Municipal de Geografia;

j) prestar a assistência moral e a colaboração que estiver ao seu alcance a todos os movimentos sociais, econômicos ou culturais que visem interêsses coletivos ou o progresso da comunidade municipal;

l) promover ou auxiliar as campanhas ou movimentos cívicos que se tornarem necessários para cultivar os sentimentos patrióticos e estreitar os vínculos da unidade nacional;

m) colaborar em tôdas as iniciativas do govêrno local no sentido de melhorar e racionalizar a administração municipal;

n) conservar provisòriamente nas funções, postos à sua disposição pelo govêrno municipal os funcionários especializados da repartição (agência, serviço, secção, divisão, diretoria ou departamento) responsável pelos trabalhos de estatística geral do município, desde que a situação atual de tais funcionários decorra de lei municipal anterior ao Decreto-lei federal n.º 4 181, ou de lei estadual publicada até a data dêste Convênio;

o) assumir o ônus da remuneração dos funcionários municipais provisòriamente postos à sua disposição para os serviços das Agências Municipais de Estatística, desde quando, em cada município, ficar satisfeita uma das duas condições previstas na letra h) da Cláusula Décima Primeira.

p) transferir para o seu quadro, em definitivo, sujeitos à competente legislação reguladora, e com os vencimentos da categoria em que forem classificados, os atuais funcionários que, submetidos às necessárias provas de habilitação, forem aprovados;

q) restituir à administração municipal os funcionários que, postos provisòriamente à sua disposição, não se submeterem às provas de habilitação instituídas, ou não forem aprovados nessas mesmas provas;

II — Em relação ao Estado (diga-se — Território, no caso do Acre):

a) assegurar ao Departamento Regional de Estatística, — para sua crítica revisão e primeira apuração, como colaboração no preparo da estatística geral do país, ou então já criticadas, revistas e apuradas, sempre que a citada repartição não puder desincumbir-se regularmente dessa responsabilidade, — as informações obtidas pela coleta municipal segundo o plano anual das Campanhas Nacionais de Estatística;

b) promover anualmente a obtenção e a distribuição do "auxílio" que competir ao sistema regional de estatística, conforme o previsto no art. 13 da Lei, devendo prevalecer, porém, em relação ao seu emprêgo, as prescrições já assentadas ou que vierem a ser assentadas pelo Conselho Nacional de Estatística;

III — E, finalmente, — promover a ratificação dêste Convênio por parte do govêrno federal, depois de baixados os atos de ratificação de todos os governos regionais e municipais.

VI

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO GOVÊRNO REGIONAL

Cláusula décima

O govêrno do Estado (diga-se — do Território, no caso do Acre) assume, pelo presente instrumento, além do compromisso de cumprir e fazer cumprir, no que lhe disser respeito, tudo que se contém nos capítulos II, III e IV dêste Convênio, as seguintes obrigações especiais, conforme o expressamente disposto ou autorizado nos arts. 8.º e 11, item II da Lei:

a) assegurar o cumprimento do Convênio, tanto por parte da administração estadual (diga-se — território, no caso do Acre), como por parte dos governos municipais, sejam os seus co-signatários, sejam os sucessores dêles nos municípios que de futuro se instituirem, desmembrados dos atuais;

b) assegurar o fornecimento, às repartições municipais de estatística, dos dados que dependerem de órgãos da administração estadual (diga-se — território, no caso do Acre);

c) instituir as facilidades ao alcance da sua administração, para que, tanto os chefes das repartições municipais de estatística e seus auxiliares, como os inspetores do Instituto, desempenhem, da melhor maneira e com o mínimo de despesas, as funções que lhes competirem e as incumbências especiais que receberem;

d) providenciar para que o Departamento Regional de Estatística possa responder pela crítica e revisão, uniforme e eficiente, dentro do prazo de três meses a contar do recebimento dos respectivos formulários, dos dados das campanhas anuais de coleta estatística confiadas às Agências Municipais de Estatísticas, para os fins comuns aos municípios, ao Estado (diga-se ao território no caso do Acre) e à União Federal;

e) assegurar a perfeição e a atualização dos cadastros, prontuários e demais serviços da secção, (ou serviço) de Estatística Militar, do Departamento Regional de Estatística, prevista no Decreto-lei federal n.º 4 181;

f) assegurar a melhor harmonização possível, no que depender da administração regional, entre as atividades do respectivo Departamento de Estatística e as da Inspetoria Geral das repartições municipais de estatísticas no seu território;

g) ratificar o presente Convênio por decreto-lei, dentro do prazo de trinta dias a contar da sua assinatura.

VII

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS GOVERNOS MUNICIPAIS

Cláusula décima-primeira

Os governos dos municípios do Estado (diga-se — Território, no caso do Acre), em perfeita conformidade de propósitos e de pensamento, assumem pelo presente instrumento, unânime e solidàriamente, sem nenhuma restrição ou ressalva, por si e pelos seus sucessores nos municípios que futuramente se criarem por desmembramentos dos respectivos territórios, e além do compromisso de cumprir e fazer cumprir, no que lhes disser respeito, tudo que se contém nos capítulos II, III e IV dêste Convênio, — as seguintes obrigações, conforme o expressamente disposto ou autorizado nos arts. 8.º e 11, item III, da Lei:

a) criar no próprio ato de ratificação do Convênio, com a finalidade e nas condições previstas, o tributo — como novo impôsto, ou adicional ao impôsto já existente — a que se refere o art. 9.º, letra a) da Lei;

b) incluir no mesmo ato de ratificação, como regulamentação provisória do impôsto, ou adicional de impôsto, destinado ao financiamento dêste Convênio, as normas previstas na Cláusula Sexta, determinando, bem assim, que a cobrança do referido tributo tenha início na data marcada pelo Conselho Nacional de Estatística, na Resolução que regulamentar a arrecadação das contribuições para a Caixa Nacional de Estatística Municipal;

c) rever essa regulamentação, quando a experiência o justificar, segundo as sugestões do I. B. G. E., tendo em vista melhorar a cobrança e a fiscalização do impôsto em causa;

d) assegurar à repartição municipal de estatística o fornecimento dos informes necessários ao levantamento das estatísticas municipais e que dependerem dos órgãos da administração do município ou entidades a ela subordinadas;

e) facilitar, no que depender da administração local, tôdas as demais atividades da repartição municipal de estatística, pondo à disposição do I. B. G. E., na própria sede da Prefeitura ou em prédio condigno e apropriado, as instalações necessárias ao funcionamento dos serviços a cargo do mesmo Instituto;

f) colaborar por intermédio das repartições competentes, na fiscalização da cobrança do tributo destinado a custear os serviços delegados ao I. B. G. E., nos têrmos da Lei, e a constituir a contribuição municipal para a realização das pesquisas e levantamentos especiais, de interêsse para a Segurança Nacional, ora confiados ao mesmo Instituto;

g) criar, quanto à alçada do govêrno municipal, os registros locais necessários aos serviços estatísticos do município, na conformidade do que fôr sugerido ou proposto pelo Conselho Nacional de Estatística;

h) colocar à disposição do I. B. G. E. os atuais funcionários municipais dos serviços de estatística geral, ou os que em sua substituição forem designados, mantendo-lhes os vencimentos até que, iniciada a arrecadação, no município, do tributo a que se refere a Cláusula Quinta, a importância arrecadada durante três meses consecutivos exceda, em média, de cinqüenta por cento, a importância da despesa com os vencimentos dos funcionários em causa; entendendo-se, porém, cessada essa responsabilidade mesmo sem o implemento da condição, depois de decorridos doze meses a partir do início da arrecadação do tributo destinado aos fins do Convênio;

i) aproveitar noutros serviços municipais, sem diminuição nem de categoria nem de vantagens, aquêles funcionários do serviço transferido para o Instituto, que, já possuindo garantias de estabilidade; não forem em definitivo incluídos no quadro permanente a ser organizado para os fins da Lei;

j) ratificar o presente Convênio por ato legislativo, na forma assentada, dentro do prazo de quinze dias a contar do recebimento do respectivo texto.

VIII

CONCLUSÃO

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, dactilogràficamente, em .... páginas, estando o dito instrumento no seu fecho subscrito pelos delegados das Altas Partes convencionantes, os quais também lançaram suas rubricas, autenticando-as, nas demais páginas dêste original.

Pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, representando o Govêrno Federal:

.....

Pelo govêrno do Estado (diga-se — Território no caso do Acre):

.....

Pelos govêrnos dos municípios do Estado diga-se — Território, no caso do Acre):

.....

☆

N.º 4

Projeto-padrão

para os atos legislativos *a serem baixados pelos* Governos dos Estados, *ratificando e mandando executar os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, realizados na conformidade do disposto no Decreto-lei federal n.º 4 181, de 16 de março de 1942*

Atenção — Tratando-se, no texto que se segue, de formular um padrão geral — tanto quanto possível uniforme — para todo o país, tornou-se preciso indicar, desde logo, certas variantes òbviamente ocorrentes. Assim, ao ser êste modêlo utilizado nos atos previstos, cumpre atender às adaptações necessárias, conforme, aliás, está sugerido nas linhas pontuadas e avisos entre parênteses que a fórmula apresenta

Dec.-lei n.º ....., de .... de ..... de 1942

Ratifica e manda executar o Convênio Nacional de Estatística Municipal.

..... (O preâmbulo usual) .....

Art. 1.º — Fica aprovado e ratificado no seu conjunto e em cada uma de suas partes, para produzir todos os efeitos no que toca ao govêrno do Estado, o Convênio anexo à presente lei, assinado nesta capital em .... (data por extenso)...., entre a União Federal representada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Estado e todos os seus Municípios, tendo em vista assegurar permanentemente, em todo o país, a uniformidade e perfeita execução da estatística geral brasileira, bem assim, em particular, a normalidade dos levantamentos que devem servir de base à organização da Segurança Nacional, segundo o disposto no Decreto-lei federal n.º 4 181, de 16 de março de 1942.

Art. 2.º — Os compromissos e obrigações decorrentes do aludido Convênio para os governos dos atuais Municípios do Estado, assumidos, que são, em nome das respectivas populações e com relação a todo o território de sua jurisdição, entendem-se extensivos aos seus sucessores em os Municípios que de futuro forem sendo encorporados ao quadro municipal do Estado.

Parágrafo único — Conseqüentemente, os atos legislativos municipais, que derem execução ao convencionado, continuarão em vigor, na totalidade de suas disposições, em relação aos Municípios futuramente criados, os quais, se considerarão compartes no Convênio e, como tais, responsáveis pela execução, em seu território, de tôdas as Cláusulas convencionais.

Art. 3.º — A Junta Regional de Estatística, quanto à parte deliberativa, e o Departamento Estadual de Estatística, quanto à parte executiva, tomarão as iniciativas necessárias para que possam ser encaminhadas no devido tempo, e na forma conveniente, as medidas de execução do Convênio que dependerem de atos governamentais ou do concurso da administração estadual.

Art. 4.º — O govêrno do Estado tomará a qualquer tempo as medidas necessárias, tendo em vista o que lhe representar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em nome do Govêrno Federal, a fim de que ao Convênio de Estatística Municipal também fique assegurada fiel e integral execução por parte dos Governos Municipais, no que a cada um dêles

competir, bem assim no que depender dos estabelecimentos, sociais ou emprêsas contribuintes do impôsto previsto no mesmo Convênio.

Art. 5.º — Fica fixado o prazo de noventa dias para a ratificação do Convênio pelos Municípios.

Art. 6.º — O Convênio entrará em vigor, no Estado, na data que fôr marcada pela lei federal que também ratificar o convencionado e o executar.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

☆

N.º 5

Projeto-padrão

para os atos legislativos *a serem baixados pelos* Governos dos Municípios (*excluído o do Distrito Federal*), *ratificando e mandando executar os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, realizados na conformidade do disposto no Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de março de 1942*

Atenção — Tratando-se, no texto que se segue, de formular um padrão geral — tanto quanto possível uniforme — para todo o país, tornou-se preciso indicar, desde logo, certas variantes òbviamente ocorrentes. Assim, ao ser êste modêlo utilizado nos atos previstos, cumpre atender às adaptações necessárias, conforme, aliás, está sugerido nas linhas pontuadas e avisos entre parênteses que a fórmula apresenta

Dec.-lei n.º ....., de .... de ..... de 1942

Ratifica o Convênio Nacional de Estatística Municipal e lhe dá execução

..... (O preâmbulo usual) .....

Art. 1.º — Fica aprovado e ratificado, no seu conjunto e em cada uma das suas partes, para produzir todos os efeitos no que toca ao Govêrno do Município, o Convênio anexo à presente lei, assinado na capital do Estado (diga-se — Território, no caso do Acre) em .... a data por extenso) ...., entre a União Federal, representada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Estado (diga-se — Território, no caso do Acre) e todos os seus Municípios, tendo em vista assegurar permanentemente, em todo o país, a uniforme e perfeita execução da estatística geral brasileira, bem assim, em particular, a normalidade dos levantamentos que devem servir de base à organização da Segurança Nacional, segundo o disposto no Decreto-lei federal n.º 4 181, de 16 de março de 1942.

Art. 2.º — Para constituir a contribuição do Município destinada aos serviços estatísticos nacionais de caráter municipal, bem assim aos registros, pesquisas e realizações necessárias à Segurança Nacional e relacionados com as atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.), fica criado, na forma convencionada, o ..... (diga-se aqui "impôsto" ou impôsto adicional", conforme o caso, isto é, se ainda não existir no município nenhuma tributação do gênero, ou se já houver um impôsto em vigor no campo tributário considerado) ..... de diversões, cobráveis em todo o território municipal em sêlo especial, fornecido pelo mencionado Instituto.

§ 1.º — O impôsto a que alude êste artigo será de cem réis ($100), por mil réis (1$000) ou fração de mil réis do valor dos bilhetes de entrada a êle sujeitos.

§ 2.º — Ficam sujeitos à cobrança do tributo, para os fins do Convênio de Estatística Municipal, os espetáculos de qualquer gênero de diversão que se realizem em teatros, cinemotógrafos, cine-teatros, circos, clubes, *dancings*, sociedades, parque, campos ou em quaisquer outros locais acessíveis ao público por meio de entradas pagas.

§ 3.º — Os selos especiais para a cobrança da parte do impôsto de diversões, atribuída pelo Convênio ao I.B.G.E. e destinada ao custeio do sistema nacional dos serviços de estatística municipal, serão apostos aos bilhetes de ingresso vendidos ou oferecidos pelos empresários, proprietários, arrendatários, ou quaisquer pessoas individual ou coletivamente responsáveis por qualquer dos estabelecimentos, casas ou lugares a que se refere o parágrafo precedente.

§ 4.º — Os bilhetes de entrada para espetáculos ou exibições sujeitos ao impôsto previsto neste artigo, serão impressos e deverão constar de duas partes, destacáveis e numeradas seguidamente. Serão enfeixados em talões, e o destaque da parte destinada ao espectador só se dará no momento da respectiva aquisição, ficando proibida a venda de bilhetes que não obedecer a esta norma.

§ 5.º — O sêlo será apôsto no sentido horizontal do bilhete abrangendo as duas partes, e com o cabeçalho sôbre o canhoto, de modo a ser dividido no ato de destaque da parte que o espectador deve receber e entregar ao porteiro.

§ 6.º — O sêlo deverá ser inutilizado prèviamente, antes do destaque do bilhete, por meio de um carimbo, cujos dizeres indiquem a data do espetáculo ou exibição.

§ 7.º — A aquisição de selos para os bilhetes de ingresso, bem assim de bilhetes com os selos já impressos (quando adotados), terá lugar na Agência arrecadadora designada pelo I.B.G.E., na forma do art. 9.º alínea *b*) da Lei. Tal aquisição será efetuada por meio de guias assinadas pelo responsável ou seu representante, as quais conterão a especificação da quantidade de selos a adquirir e receberão o competente número de ordem, devendo ser visadas pelo Agente de Estatística ou quem suas vêzes fizer. Dessas guias, a 1.ª ficará em poder da Agência Municipal de Estatística, para fins de fiscalização e tomada de contas, e a 2.ª via será apresentada à Agência arrecadadora, que fará o fornecimento e a respectiva cobrança, obtendo do comprador, no mesmo documento, o competente recibo.

§ 8.º — E' expressamente proibida a venda ou permuta de selos entre os proprietários, empresários, arrendatários ou quaisquer responsáveis pelos clubes, sociedades, casas ou lugares de diversões, sendo-lhes assegurada, todavia, a indenização da importância dos selos não utilizados uma vez feita sua restituição com as mesmas formalidades prescritas na alínea precedente.

§ 9.º — As sociedades ou casas de diversões, de qualquer espécie, que funcionarem com entradas pagas são obrigadas ao uso de um livro no qual serão registrados, por data de função ou exibição, os selos adquiridos, os selos empregados e os saldos respectivos, assim como a numeração dos primeiros e últimos ingressos vendidos. O livro de escrituração conterá têrmos de abertura e encerramento assinados pela emprêsa, firma ou sociedade, e receberá o visto do Agente Municipal de Esta-

tística. O livro poderá ser substituído, em espetáculos avulsos ou em pequenas séries, por mapas diários, manuscritos ou dactilografados.

§ 10 — A fiscalização do impôsto de diversões compete aos fiscais da Prefeitura e aos funcionários da Agência Municipal de Estatística. A fiscalização verificará sempre o livro ou os mapas de escrituração, assim como o número de espectadores presentes a cada sessão, ou espetáculo, examinando se êsse número corresponde ao dos ingressos utilizados e constantes dos canhotos.

§ 11 — Por qualquer comprovada infração no pagamento do impôsto destinado ao custeio do sistema nacional de estatística municipal, seja por sonegação do competente sêlo, ou pela prática de qualquer outra fraude, será imposta a multa de um conto de réis (1:000$000). Sem o pagamento ou depósito dessa multa, a casa, emprêsa ou sociedade suposta infratora não poderá continuar a funcionar. Da importância da multa caberá metade aos cofres municipais e metade à Caixa Nacional de Estatística Municipal.

Art. 3.º — A Prefeitura Municipal tomará a qualquer tempo as medidas necessárias, tendo em vista o que lhe representar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em nome do Govêrno Federal, ou o Govêrno do Estado (diga-se — Território, no caso do Acre), por intermédio de qualquer dos órgãos da sua administração interessado no assunto, afim de que ao Convênio de Estatística Municipal também fique assegurada fiel e integral execução por parte do Govêrno e administração do Município.

Art. 4.º — O Convênio entrará em vigor no Município na data determinada pela lei federal que também ratificar o convencionado e o mandar executar, devendo a cobrança do impôsto previsto nesta lei ter início na data marcada pelo Conselho Nacional de Estatística na Resolução que regulamentar a arrecadação das contribuições para a Caixa Nacional de Estatística Municipal.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

★

Resolução n.º 134, de 29 de maio de 1942

Encorpora aos Anais do Instituto a mensagem gratulatória dirigida ao chefe do Govêrno Nacional por motivo do sexto aniversário da entidade

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando a relevante significação da mensagem gratulatória dirigida ao Presidente da República, nesta data, pela Presidência do Instituto;

Considerando que, sôbre constituir expressiva resenha das realizações verificadas, no último ano, nos vários setores do sistema estatístico-geográfico-censitário do país, o importante documento ainda traduz, em relação à pessoa do chefe do Govêrno, sentimentos de que participa, unânimemente, a comunidade estatística brasileira;

Resolve:

Artigo único — Fica incluída nos Anais do Instituto, como tributo de reconhecimento cívico ao chefe do Govêrno, a mensagem gratulatória dirigida a Sua Excelência pelo presidente do Instituto, por motivo da passagem do sexto aniversário da instalação da entidade.

Rio de Janeiro, em 29 de maio de 1942, ano VII do Instituto. Conferido e numerado, *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

ANEXO À RESOLUÇÃO N.º 134

"Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Vargas, Digníssimo Presidente da República.

A Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os seus Colégios dirigentes — o Conselho Nacional de Estatística, o Conselho Nacional de Geografia e a Comissão Censitária Nacional —, ao celebrar esta entidade o transcurso do sexto aniversário da sua instalação, têm a honra e o júbilo de vir trazer a Vossa Excelência algumas palavras gratulatórias, acompanhadas de um breve comunicado referente à situação atual das atividades por que respondem.

E a êste ensejo, querem também pedir permissão para deixar entre as mãos do benemérito organizador dos serviços geográfico-estatísticos brasileiros, alguns expressivos testemunhos dos admiráveis resultados das reformas que Vossa Excelência delineou, e com inflexível firmeza de propósito fêz executar.

* * *

Antes de tudo, damos graças a Deus, e congratulamo-nos com a Nação, por ver Vossa Excelência tão prontamente restabelecido do grave acidente que, pondo em risco sua preciosa existência, sobressaltou todos os brasileiros, atingidos nos seus sentimentos afetivos para com Vossa Excelência e na tranqüilidade com que vinham enfrentando esta hora trágica do mundo, confiantes na sabedoria e na conduta intemerata do chefe que a Pátria soube escolher, em hora feliz, e a Providência divina tem visivelmente conduzido.

E a Vossa Excelência, Senhor Presidente, cumprimos o dever de manifestar, mais uma vez, o nosso profundo reconhecimento cívico pela sua constante vigilância e carinhosa assistência, no sentido de prestigiar os esforços que, no seio desta instituição, vêm empregando os milhares de cooperadores dos serviços geográficos e estatísticos brasileiros, no intuito de oferecer à direção dos negócios públicos uma documentação minuciosa e fidedigna sôbre as realidades nacionais.

* * *

As informações que deliberamos trazer hoje a Vossa Excelência, estas serão muito breves, pois o último relatório desta Presidência, ora encaminhado à sua superior apreciação, e as repetidas comunicações especiais que tenho tido a honra de trazer ao chefe do Govêrno, já esclareceram a situação geral do Instituto e, em particular, a de cada um dos seus setores de trabalho, até 31 de dezembro do ano findo.

Por êsses documentos teve Vossa Excelência oportunidade de verificar o quanto progrediu o país, ao influxo da acertada orientação a que obedecem suas pesquisas estatísticas e geográficas, no que se refere ao conhecimento exato do seu meio físico e das condições econômicas, sociais, culturais e políticas em que se desenvolvem e se solidarizam cada vez mais, enriquecendo-se de novas virtualidades, os esforços e empreendimentos que condicionam o progresso da República.

Tão longe estávamos do que imperiosamente se fazia preciso estruturar e pôr em obra, e tão desnorteantes eram os obstáculos a que se conseguisse algo de eficaz e duradouro nesse

terreno, que ainda nos sentimos — é verdade — bem distanciados do mínimo de organização de que careciamos, sem embargo dos esforços multiplicados, contínuos e, mesmo, violentos, que vimos realizando. E êsse sentimento é mais vivo, e nos dá uma consciência mais clara do que urge conseguir, em virtude, principalmente, da atual situação do mundo, que nos exige realizações em tudo condicionadas pelas informações estatístico-geográficas, só em parte conseguidas no país. Além do mais, a possibilidade de utilizar um vasto cabedal de elementos dessa natureza, demonstra-nos a cada passo o muito que poderíamos fazer — ou ter feito — se mais cedo houvéssemos adotado o itinerário que Vossa Excelência fixou, com admirável intuição das necessidades do Estado Brasileiro, ao reestruturar os serviços estatísticos e geográficos dentro de um pensamento, que é não só de unidade e cooperação nacional, senão também de eficiência técnica, modernidade e racionalização.

Graças a êsses esforços, que Vossa Excelência vem acompanhando de perto, amparando-os e estimulando-os constantemente, está terminada, com o melhor êxito possível, a grande pesquisa censitária de 1940 — uma das mais extensas e profundas já realizadas neste continente.

Porque êsse apoio não nos faltou, o conhecimento geográfico do território, nas suas características e no seu parcelamento, está obtido nos seus elementos essenciais, e já se vai traduzindo na sistematização das cartas municipais e regionais, enquanto paralelamente se executa a coordenação geral dos dados na grande Carta do Brasil, desenhada na escala de um por quinhentos mil, e preparatória da que, ao milionésimo, representará a nova contribuição do país para a cartografia do mundo.

E por isso que se verificou essa atuação diuturna do chefe do Govêrno, no sentido de desenvolver e melhorar, como um empreendimento nacional, o aparelho preposto às indagações estatísticas, é que a Nação Brasileira conseguiu regularizar a publicação do seu *Anuário Estatístico*, fazendo nêle figurar a mensuração — ainda que superficial, por ora, nalguns setores — de quase todos os aspectos da vida do país, alguns dos quais até agora rebeldes a qualquer esfôrço de pesquisa e quantificação.

Mas se não é mister pormenorizar aqui essa obra, que Vossa Excelência conhece em todo o seu desenvolvimento, e que está prosseguindo com perfeita normalidade no ano em curso, seja-nos permitido recordar uma iniciativa e três ocorrências dêste ano, que bem exprimem o alcance político e social das atividades do I.B.G.E., bem assim o vigor das medidas mandadas executar por Vossa Excelência tendo em vista assegurar resultados satisfatórios aos nossos levantamentos estatísticos e geográficos.

A iniciativa marcante, de caráter a um só tempo social e político, em que se empenhou o Instituto, pelos esforços conjugados das suas três alas, consistiu no preparo, com a colaboração da Associação Brasileira de Educação e de várias outras entidades culturais, da II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, anexa ao VIII Congresso Brasileiro de Educação, convocado por aquêle sodalício para realizar-se em Goiânia, a nova capital de Goiás, como moldura cultural do memorável acontecimento que será a inauguração oficial, a 5 de julho, daquela metrópole do Brasil Central. Êsses certames, e ainda a realização, na mesma cidade, da sessão anual dos Conselhos de Geografia e de Estatística, a par dos festejos cívicos e artísticos preparados pelo Govêrno do Estado, da Semana Ruralista e da Exposição Agro-Pecuária, que completarão o programa a que se chamou, de maneira feliz, o "batismo cultural" de Goiânia, constituem, em si mesmos, uma bela realização, consagrando um empreendimento deveras auspicioso — a construção de mais uma cidade progressista em pleno coração do Brasil.

Mas o acontecimento transcendente do seu significado literal. Em face da política previdente cujo sentido Vossa Excelência traçou na frase — "Marcha para o Oeste" —, a inauguração de Goiânia vem constituir, em verdade, a primeira e vitoriosa etapa da nova arrancada bandeirante a que o Estado Novo convoca tôdas as energias nacionais: o avanço impetuoso da civilização Brasil a dentro, num vigoroso e sadio espírito imperialista e colonizador intrafronteiras, dando ao país, afinal, a posse integral do patrimônio magnífico que lhe está nas mãos e, com isto, a segurança definitiva dos seus grandiosos destinos históricos. E foi a êste alto pensamento de exaltação patriótica que obedeceu o Instituto, quando procurou — e conseguiu — assegurar à próxima inauguração oficial de Goiânia, o cunho de um grandioso acontecimento ligado à missão política do Brasil.

Completem agora essa referência os fatos dominantes no que diz respeito a cada uma das três alas da instituição.

No terreno dos serviços censitários merece especial consideração o curso acelerado que já se conseguiu imprimir à apuração dos nossos sete censos, depois de vencidas as dificuldades da coleta e os problemas técnicos suscitados na montagem de um aparelho de apuração mecânica, que é o maior, e de atuação mais complexa, já tentado na América do Sul.

Quanto aos serviços geográficos, cumpre lembrar a missão científica, enviada ao Brasil Central para estudar a região limítrofe entre Goiás, Minas e Bahia, devendo caracterizar ao mesmo tempo a respectiva linha divisória, que ainda é imprecisa e mal conhecida.

E relativamente aos serviços de estatística, mencione-se a empolgante campanha, já em via de satisfatória conclusão, que teve em mira a execução do Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de março dêste ano. Essa lei, aproveitando hàbilmente as virtualidades do regime federativo, promoveu a criação, no principal órgão estatístico de cada Unidade Federada, de uma Secção de Estatística Militar, bem assim a organização, em cada um dos nossos 1 574 municípios, por delegação do Govêrno Municipal ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sob os auspícios e a garantia da União e dos respectivos governos regionais, de um eficiente Serviço de Estatística, como órgão coletor dos dados necessários à Estatística brasileira, incumbido, ao mesmo tempo, de colaborar nos serviços a cargo das referidas Secções de Estatística Militar. Essa concepção feliz, visando a colaboração que a Estatística Civil deve prestar à organização da Segurança Nacional, partiu do Estado Maior do Exército, e o projeto de lei que o consubstanciou, recebeu-o Vossa Excelência do Ministério da Guerra, com o qual se solidarizaram, aplaudindo a iniciativa, as duas outras pastas militares.

Original era o plano, grandioso o cometimento e ousada a iniciativa a ser tomada. O seu êxito dependia da capacidade de realização do Instituto. Mas Vossa Excelência não hesitou em confiar, e foi baixado o decreto-lei que fixou as bases do grande empreendimento.

Pois bem. Temos agora a grande alegria de declarar a Vossa Excelência que os governos regionais e os governos municipais de todo o país souberam compreender o interêsse nacional em causa e estão colaborando de ânimo decidido na execução do plano traçado.

Quanto às Secções de Estatística Militar, estão elas criadas em todos os Estados e no Acre, dependendo da aprovação de Vossa Excelência o ato pelo qual será criada a do Distrito Federal. E no que se refere aos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, que o Decreto-lei n.º 4 181 mandou realizar em cada uma das Unidades Políticas, entre a União, o govêrno regional e a totalidade dos governos municipais, trago a Vossa Excelência uma grata notícia: realizou-se a 20 dêste mês o primeiro acôrdo, na capital do Estado de São Paulo, acontecimento êsse que nos veio dar, assim, mais uma prova do vigoroso espírito de brasilidade da gente bandeirante, e já se seguiram, ou se estão seguindo, — porque alguns serão subscritos hoje mesmo, em comemoração à efeméride que festejamos — os Convênios de Natal, Aracaju, Goiânia, Fortaleza, Curitiba, Pôrto Alegre, São Luís, Florianópolis, Cuiabá, João Pessoa Vitória, Maceió, Salvador e Teresina, ou sejam, ao todo, 15 dos 22 que devem ser. Mas os 7 restantes estão auspiciosamente encaminhados, achando-se já baixados, ou em via de serem baixados, os competentes atos convocatórios dos governos regionais, na conformidade do projeto-padrão fixado pelo Conselho Nacional de Estatística, conforme previu o próprio Decreto-lei n.º 4 181. E isto significa, Senhor Presidente, que dentro de curtíssimo prazo estará em vigor o plano de transcendente importância traçado pelo Estado Maior do Exército, podendo a Nação esperar, confiantemente, os magníficos resultados que dêle devem decorrer tanto para o progresso da estatística geral do país, como para os serviços informativos de que carecem os Ministérios militares.

* * *

Feito êste breve relato, está cumprido o nosso segundo propósito e só nos resta passar às mãos de Vossa Excelência as três lembranças que o Instituto desejou oferecer hoje ao chefe da Nação para assinalar o aniversário que estamos celebrando e em testemunho dos sentimentos e dos fatos que esta Mensagem tem a intenção de interpretar.

A Comissão Consitária Nacional traz a Vossa Excelência o volume com os primeiros resultados do Recenseamento de 1940, discriminados por municípios.

O Conselho Nacional de Geografia coloca sob as vistas do chefe do Govêrno as quatro primeiras fôlhas da nova Carta do Brasil. Essas fôlhas referem-se à região do Brasil Central, em tôrno de Goiânia, abrangendo cêrca de 250 000 quilômetros quadrados. E a razão da sua precedência decorre do fato de se destinarem à Exposição de Cartografia e Estatística, que se inaugurará a 18 de junho naquela capital.

O Conselho Nacional de Estatística, por sua vez, pede a Vossa Excelência que conserve na sua mesa de trabalho o álbum em que se apresenta a síntese da estatística brasileira, no qual poderão ser encontrados fàcilmente, no trato dos negócios do govêrno, os dados de maior expressão e de mais freqüente consulta.

Sejam também essas três lembranças, Senhor Presidente, um penhor do devotamento de quantos — brasileiros de todos os recantos da Pátria — dedicam sua vida profissional ao conhecimento da Terra e da Gente do Brasil. Todos êles, irmanados no mesmo sentimento de patriotismo e na compreensão das suas árduas responsabilidades, comemoram hoje, pela primeira vez, o "Dia do Estatístico". E entre as iniciativas que tomam, nesta data jubilosa, num alto pensamento de cultura e unidade nacional, nenhuma consideram maior do que esta, pela qual vêm simbòlicamente à presença do chefe da Nação, e exprimem a Vossa Excelência o seu mais profundo reconhecimento cívico, rogando para a sua pessoa e para a Pátria o amparo das bênçãos divinas.

Que Vossa Excelência se digne receber êsse preito e êsses testemunhos, com a expressão dos sentimentos de profundo respeito desta Presidência. — *José Carlos de Macedo Soares.*"

★

Resolução n.º 136, de 17 de junho de 1942

Orça as despesas do Instituto para o exercício de 1943

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que, no intervalo das sessões da Assembléia Geral do C.N.E., cumpre a esta Junta deliberar sôbre o andamento e a eficiência dos serviços e trabalhos atribuídos ao Instituto;

Considerando que, de acôrdo com as diretrizes estabelecidas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, a proposta orçamentária para manutenção de todos os Colégios dirigentes do Instituto no exercício de 1943 deve ser encaminhada à Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda até 15 de julho próximo;

Considerando que a Assembléia Geral do referido Conselho sòmente depois de 1.º de julho dêste ano, quando da sua instalação, poderia deliberar sôbre a proposta em causa;

Considerando, por isso mesmo, a impossibilidade de o mencionado órgão deliberativo pronunciar-se, *a priori*, sôbre o orçamento geral do Instituto para aquêle exercício;

Considerando que o prazo prefixado para a apresentação da respectiva proposta não pode, nem deve ser ultrapassado, por imperiosos e justificáveis motivos de ordem administrativa;

Considerando que os serviços controlados pelos três colégios dirigentes do Instituto — o estatístico, o geográfico e o censitário, — exigem ainda, no exercício de 1943, avultados recursos financeiros cujos quantitativos não podem sofrer qualquer redução, sob pena de advir solução de continuidade à execução de um programa mínimo de atividades essenciais à vida do Instituto e de ficarem comprometidos, logo de começo, os encargos de vital interêsse para a defesa nacional, que à entidade atribui o Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de março de 1942;

Considerando, finalmente, que as Resoluções dos órgãos deliberativos das três alas do Instituto, ao fixarem os seus quantitativos orçamentários para o exercício de 1943, esclarecem e fundamentam as oscilações verificadas nas várias verbas;

Resolve:

Art. 1.º — O orçamento geral dos serviços e atividades do Instituto, nos têrmos da legislação específica dos seus três órgãos colegiais, é fixado, para o exercício de 1943, na importância global de vinte e oito mil e quatrocentos e sessenta e seis contos e quinhentos mil réis (28 466:500$000), assim distribuída:

I — Sob a rubrica "Conselho Nacional de Estatística", abrangendo:

a) Custeio da Secretaria Geral do Instituto, com os seus serviços técnicos, criados em conseqüência do Decreto-lei n.º 1 360, de

20-6-939, e manutenção das oficinas gráficas, anexadas em virtude do Decreto-lei n.º 237, de 2-2-938 ..... 2 597:900$0

b) Apuração de inquéritos e censos anuais, a cargo das repartições centrais federais e regionais, na forma do art. 13 do Decreto-lei n.º 4 181, de 16-3-942 .... 2 300:000$0

c) Suprimento destinado à manutenção dos serviços municipais de estatística, de acôrdo com o art. 10 do citado Decreto n.º 4 181 .. 6 000:000$0

Total ..... 10 897:900$0

II — Sob a rubrica "Conselho Nacional de Geografia, para custeio da respectiva Secretaria Geral, do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, impressão da Carta do Brasil ao milionésimo, da Campanha das Coordenadas Geográficas e da Campanha Altimétrica .. 3 700:000$0

III — Sob a rubrica "Serviço Nacional de Recenseamento", compreendendo a Comissão Censitária Nacional e Direção Central, trabalhos de apuração dos censos e elaboração de monografias ..... 13 868:600$0

Art. 2.º — A Presidência do Instituto, na conformidade do disposto no art. 24, n.º I, do Decreto-lei n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, solicitará do Govêrno Federal que a consignação a ser-lhe atribuída na lei orçamentária para 1943 se faça com o título e o explicativo já constantes do orçamento do corrente exercício e contenha as três seguintes sub-consignações, que são especificadas em tôdas as suas indicações, obedientemente à legislação em vigor:

☆

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

(A ser entregue como "auxílio", na forma do art. 24, n.º I, do Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934)

I — Conselho Nacional de Estatística ..... 10 897:900$0

II — Conselho Nacional de Geografia ..... 3 700:000$0

III — Serviço Nacional de Recenseamento ..... 13 868:600$0

Total ..... 28 466:500$0

Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1942, ano VII do Instituto. Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 139, de 25 de agôsto de 1942

Dispõe sôbre a divulgação de elementos estatísticos e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que o reconhecimento, por parte do Govêrno da República, do estado de beligerância entre o Brasil, de um lado, e a Alemanha e Itália, de outro, exige a não divulgação de dados estatísticos concernentes ao país, por isso que podem os mesmos ser úteis às atividades bélicas das nações adversárias;

Resolve:

Art. 1.º — É reconhecida a imperiosa necessidade de suspensão, até ulterior pronunciamento, da divulgação dos resultados de todos os levantamentos estatísticos efetuados pelas repartições especializadas existentes em qualquer setor ou dependência da administração pública e particular.

Parágrafo único — A suspensão referida no presente artigo deverá compreender qualquer processo ou meio de divulgação, abrangendo, por conseguinte, anuários, sinopses, boletins, revistas, comunicados, gráficos cartazes etc.

Art. 2.º — A repartições de estatística que editam em caráter oficial e com periodicidade certa, boletins ou publicações congêneres, com o fim de divulgar os resultados dos inquéritos que efetuam ou as atividades das instituições a que se subordinam poderão manter a distribuição das aludidas publicações desde que obedeçam às seguintes rcomendações:

a) não divulgar quaisquer séries estatísticas referentes a períodos de tempo posteriores a 1940;

b) não incluir informes sôbre matérias primas de natureza estratégica, qualquer que seja o período de tempo a que se refiram;

c) limitar a edição dessas publicações ao mínimo, restringindo, outrossim, a sua distribuição a entidades e pessoas prévia e cuidadosamente selecionadas na lista comum de assinantes;

d) apor nas publicações assim distribuídas as expressões "Reservado" e "Secreto", conforme fôr o caso;

e) numerar cada volume de modo a permitir o contrôle da distribuição ou inscrever nos mesmos o nome ou designação do destinatário.

Art. 3.º — O fornecimento de informações estatísticas deverá ficar condicionado, de modo geral, à apresentação de pedido ou requisição de autoridade superior devidamente credenciada, formulado por escrito e em papel que contenha o timbre oficial da repartição.

§ 1.º — Os pedidos verbais de informações e os que, mesmo escritos, não obedecerem às recomendações do artigo, não deverão ser atendidos, em qualquer hipótese.

§ 2.º — A entrega de informações estatísticas será efetuada mediante protocolo e tanto a sobrecarta como o próprio impresso da infor-

mação deverão conter as expressões de reserva mencionadas no artigo precedente, letra *d*.

Art. 4.º — A remessa de publicações ou informações para o estrangeiro será suspensa até segunda ordem, salvo quando se trate de pedidos encaminhados pelo Ministério das Relações Exteriores e com parecer favorável dessa Secretaria de Estado.

Art. 5.º — Será completada a série, já iniciada, das *Sinopses Regionais* correspondentes ao *Anuário Estatístico do Brasil* relativo ao biênio 1939-1940, ficando, porém sua distribuição subordinada ao critério geral estabelecido nesta Resolução.

Art. 6.º — As *Tábuas Itinerárias Regionais* incluem-se entre os elementos informativos cuja divulgação deve obedecer às normas ora fixadas.

Art. 7.º — A Presidência do Instituto submeterá a presente Resolução à consideração do Govêrno, e solicitará, se aprovadas as medidas que nela se consubstanciam, dos ministros de Estado, governadores e interventores regionais, presidentes e diretores de entidades autárquicas, a determinação das providências indispensáveis para evitar o conhecimento por parte do inimigo de quaisquer informações estatísticas referentes ao país.

Rio de Janeiro, em 25 de agôsto de 1942, ano VII do Instituto. Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não fôr de caráter sigiloso.

Conselho Nacional de Geografia
Diretório Central

Íntegra das Resoluções n.os 142 a 150

Resolução n.º 142, de 20 de setembro de 1943

Aprova representações do Conselho nos Estados Unidos da América.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, convidados, vários geógrafos brasileiros, membros do Conselho, participarão nos Estados Unidos da América de reuniões e trabalhos especializados de geografia;

Considerando que nessas reuniões e trabalhos serão tratados assuntos de interêsse para o Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — E' conferida ao professor Alírio Hugueney de Matos, Consultor Técnico do Conselho e membro de sua Comissão Técnica da Carta Geográfica ao milionésimo, e ao Prof. Sílvio Fróis de Abreu, Consultor Técnico do Conselho e membro da sua Comissão Diretora da *Revista Brasileira de Geografia*, e da *Biblioteca Geográfica Brasileira*, a representação do Conselho na reunião de geógrafos pan-americanos, a inaugurar-se em Washington no dia 1 de outubro vindouro, organizada pela Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e patrocinada pela American Geographical Society, e para a qual foram ambos convidados pelas instituições promotoras.

Art. 2.º — E' conferida igualmente ao Prof. Jorge Zarur, membro dêste Diretório, que se demorará nos Estados Unidos da América como técnico contratado para executar trabalhos especializados, a representação do Conselho naquela nação irmã, como delegado especial, em todos os assuntos do seu interêsse, a juízo da Secretaria Geral, inclusive como técnico da delegação brasileira à supra-citada reunião de geógrafos.

Art. 3.º — Fica a Secretaria Geral autorizada a promover as providências necessárias ao melhor desempenho da missão dos mencionados técnicos, e bem assim, a estabelecer, por intermédio do delegado especial, do Conselho, ora designado, entendimentos com as instituições norte-americanas sôbre questões atinentes ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos serviços técnicos e culturais afetos ao Conselho, não só no que toca à aquisição de material especializado, como também ao estágio de técnicos brasileiros nos Estados Unidos e mesmo à vinda ao Brasil de técnicos americanos para determinadas especializações.

Art. 4.º — A cada um dos representantes do Conselho é concedido o auxílio *pro-labore* de duzentos e cinqüenta dólares, por conta da verba própria do orçamento do Conselho.

Art. 5.º — Fica igualmente assegurado aos seus representantes o direito a receber, durante a sua ausência, as vantagens que lhes cabem pelo desempenho das suas funções normais no Conselho.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1943, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Morais Sarmento*, Secretário Assistente interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

*

Resolução n.º 143, de 4 de outubro de 1943

Dispõe sôbre as publicações editadas pelos órgãos do Conselho

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que os órgãos do Conselho, não só os centrais como também os regionais e locais, em louvável iniciativa, têm efetivado, na medida das possibilidades, o aparecimento de publicações geográficas, em evidente manifestação de eficiência e êxito do sistema dos serviços geográficos do país;

Considerando que as publicações editadas pelo Conselho devem, no conjunto, apresentar unidade de doutrina e obedecer a uma sistemática de distribuição de assuntos, de acôrdo com as atribuições dos vários órgãos da instituição;

Resolve:

Art. 1.º — É consignado o mais caloroso aplauso aos órgãos centrais, regionais e municipais do Conselho pelo aparecimento das publicações geográficas que lhes ocorreu editar, promover ou patrocinar.

Art. 2.º — As publicações a serem editadas ou patrocinadas pelos órgãos do Conselho, para efeito de sistemática funcional obedecerão ao seguinte esquema de atribuições:

a) aos órgãos centrais competem as publicações que versarem assunto geográfico geral, (doutrinário, metodológico) ou sôbre a Geo-

grafia nacional, assim também compreendidos os Estados que abrangerem âmbito territorial pertencente a mais de uma unidade da Federação;

b) aos órgãos regionais competem as publicações que se referirem à Geografia das Unidades Federativas correspondentes, como tal entendidos também os estudos que compreenderem mais de um município da mesma Unidade Política;

c) aos órgãos locais competem apenas as publicações relativas à Geografia municipal, em qualquer dos seus aspectos.

Parágrafo único — Não se compreendem nessa disposição os artigos e demais assuntos a serem divulgados nas publicações periódicas do Conselho.

Art. 3.º — Quando ocorrer a circunstância de um órgão do Conselho pretender efetivar uma publicação geográfica, que se inclua na atribuição de outro órgão, a publicação não deverá sair sem a prévia aprovação dêste órgão competente.

Art. 4.º — As publicações a serem editadas pelos órgãos centrais do Conselho serão obrigatòriamente examinadas pela Comissão diretora da *Biblioteca Geográfica Brasileira*.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1943, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado *Laura de Morais Sarmento*, Secretário Assistente interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

✶

Resolução n.º 144, de 21 de outubro de 1943

Aprova o padrão para as leis regionais que hão de fixar as novas divisões qüinqüenais, administrativas e judiciárias, das Unidades da Federação

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que o Decreto-lei n.º 5 901, de hoje, prevê que os decretos-leis fixando as divisões territoriais qüinqüenais da Unidade da Federação deverão obedecer a um padrão;

Considerando que o mesmo decreto confirmou a comemoração qüinqüenal do "Dia do Município", obediente a um ritual único;

Resolve:

Art. 1.º — Fica aprovado o anexo padrão para a nova lei de divisão territorial que, em cada Unidade da Federação, fixará o respectivo quadro administrativo e judiciário, a entrar em vigor em 1.º de janeiro de 1944, afim de se manter inalteràvelmente, por um qüinqüênio, até 31 de dezembro de 1943.

Art. 2.º — Compreende o padrão o anexo ritual apresentado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com as adaptações que autorizou para a sua conveniente aplicação ao primeiro dia do ano vindouro em segunda comemoração no país do "Dia do Município".

Art. 3.º — A Presidência do Instituto expedirá aos chefes dos governos regionais, com a devida presteza e pela via adequada, as instruções, o expediente e os documentos que a presente Resolução exigir.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1943, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Morais Sarmento*, Secretário Assistente interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

☆

ANEXO À RESOLUÇÃO N.º 144, DE 18 DE OUTUBRO DE 1943, DO DIRETÓRIO CENTRAL DO CONSELHO

Padrão para os decretos-leis que os governos das Unidades Federadas baixarão, fixando as respectivas divisões administrativas e judiciárias, a entrarem em vigor em 1 de janeiro de 1944.

Decreto-lei n.º ....., de .... de ..... de 1943

Fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado (ou do Território), *que vigorará, sem alteração, de 1 de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948, e dá outras providências.*

O Interventor Federal (ou Governador) do Estado (ou do Território) de ....., usando das suas atribuições;

Considerando os dispositivos das Leis Nacionais ns. 311, 3 599 e 5 901, de 2 de março de 1938, de 6 de setembro de 1941 e de 21 de outubro de 1943 respectivamente, que dispõem sôbre a divisão territorial do país, simultâneamente administrativa e judiciária, tanto na delimitação e categoria dos seus elementos, quanto na respectiva toponímia;

Considerando que a entrada em vigor do novo quadro territorial brasileiro, de vigência qüinqüenal, deverá dar-se no dia 1 de janeiro de 1944 com a solene comemoração em tôdas as cidades brasileiras do "Dia do Município", nos têrmos do Decreto-lei Nacional n.º 846, de 9 de novembro de 1938;

(outros considerandos que porventura o Govêrno do Estado ou do Território julgue necessário):

Decreta:

Art. 1.º — A divisão territorial do Estado (ou do Território), que vigorará de 1 de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948, é a fixada nesta lei.

Art. 2.º — A referida divisão, dentro do mencionado prazo de cinco anos, não sofrerá qualquer modificação, não se entendendo como tal, porém, os atos interpretativos de linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, que vierem a se tornar necessárias para melhor e mais fiel caracterização dessas linhas, à luz de documentação geográfica ou cartográfica mais perfeita, desde que da interpretação não resulte um deslocamento da divisória tal que uma qualquer cidade ou vila saia do seu âmbito municipal ou distrital.

§ 1.º — Constituem as únicas exceções à inalterabilidade da divisão territorial ora fixada:

a) as alterações que o govêrno da União houver por bem promulgar;

b) a anexação de um município a outro, motivada pelo fato da respectiva Prefeitura não apresentar o mapa do território municipal, até 31 de dezembro de 1944, desde que o âmbito territorial correspondente tenha sofrido modificação, por fôrça da presente lei;

c) a recondução de uma circunscrição à situação anterior, devido ao fato de não haver nela sido preenchidos os requisitos legais indispensáveis à sua efetiva instalação a 1 de janeiro vindouro.

§ 2.º — A anexação ou a recondução, previstas no § anterior serão objeto de ato do Govêrno do Estado (ou do Território) que, além de determinar uma ou outra das providências, fixará a data e as formalidades para a sua efetivação.

Art. 3.º — A divisão administrativa e judiciária do Estado, para o período qüinqüenal citado, compreende .... comarcas, ... têrmos, ... municípios e distritos, êstes com a categoria única de circunscrição primária do território estadual para todos os fins da administração pública e da organização judiciária.

§ 1.º — No anexo n.º 1, parte integrante dêste decreto, consta a relação apresentando, sistemática e ordenadamente, os nomes de tôdas as circunscrições administrativas e judiciárias, bem como a categoria das respectivas sedes, tôdas com a mesma denominação da própria circunscrição (o anexo é análogo ao da lei estadual de divisão territorial baixada em 1938).

§ 2.º — Em observância ao disposto no § 1.º do art. 16 da Lei Nacional n.º 311 e de acôrdo com as instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia (Resolução n.º 2 do Diretório Central), em virtude do mesmo dispositivo, fica também apenso a êste decreto-lei como parte integrante dêle, o anexo n.º 2, contendo a descrição sistemática dos limites circunscricionais, onde se definem, para cada município, o perímetro municipal e cada uma das divisas interdistritais, quando houver (o anexo n.º 2 é também análogo ao da lei estadual de divisão territorial baixada em 1938)

Art. 4.º — As autoridades municipais competentes, sob pena de responsabilidade, tomarão as medidas administrativas apropriadas para que, em cada cidade (sede municipal), no dia 1 de janeiro de 1944, em ato público solene, se declare efetivamente em vigor o quadro territorial fixado nesta lei, no que concernir, não só às circunscrições (distrito, município, têrmo e comarca) que tiverem sede na mesma cidade, como também aos demais distritos que integrarem o respectivo município.

§ 1.º — A solenidade prevista neste artigo será presidida:

a) sendo a cidade sede de comarca, pelo juiz de direito;

b) sendo a cidade apenas sede de têrmo, pelo juiz respectivo;

c) sendo a cidade sede de município sem fôro, pelo prefeito municipal.

§ 2.º — No caso de impedimento eventual das autoridades referidas, a substituição delas se fará automàticamente na seguinte ordem:

a) a do juiz de direito pelo juiz do têrmo;

b) a do juiz do têrmo pelo prefeito municipal;

c) a do prefeito municipal pelo secretário da Prefeitura Municipal, cabendo a substituição dêste, se também impedido, à mais alta autoridade que se encontrar na cidade.

§ 3.º — A solenidade inaugural do novo quadro territorial, na parte que interessar a cada cidade do Estado, obedecerá ao ritual sugerido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia (anexo n.º 3, como parte integrante desta lei), passando a ter, pela sua simultaneidade e conformidade com as solenidades congêneres realizadas nas demais cidades brasileiras, a integral significação histórico-cívico-nacionalista decorrente dos princípios fixados na Lei Orgânica Federal n.º 311, de 2 de março de 1938.

§ 4.º — Da ata da solenidade realizada em cada sede municipal a respectiva Prefeitura enviará duas cópias autênticadas ao Diretório Regional de Geografia, na capital do Estado, destinando-se uma a figurar em arquivo próprio e a outra a ser enviada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Rio de Janeiro, cabendo ainda ao Diretório Regional a obrigação de providenciar para a publicação de tôdas as atas no órgão oficial do Estado.

Art. 5.º — Das disposições da legislação estadual que regularem as modificações do quadro territorial continuarão em vigor as que nem direta nem indiretamente colidirem com as normas dêste decreto-lei.

Art. 6.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

★

Resolução n.º 147, de 18 de novembro de 1943

Promove a efetivação do aumento dos vencimentos dos funcionários do Conselho

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que os benefícios do Decreto-lei n.º 5 976, de 10 do corrente se estendem aos funcionários do Conselho.

Resolve:

Art. 1.º — Consignar ao chefe do Govêrno Nacional congratulações pela oportuna deliberação do aumento dos servidores civis e militares, e sobretudo pela feliz instituição do regime do salário-família, que constitui sem dúvida uma das mais expressivas realizações do Estado Novo no que toca à assistência à família.

Art. 2.º — Para que se efetive, a partir de 1.º de dezembro vindouro, o aumento das remunerações do pessoal do Conselho, a Presidência do Instituto promoverá a obtenção do Govêrno da União dum crédito especial de vinte e dois mil, e oitocentos cruzeiros para o corrente ano, e providenciará para que no orçamento do Conselho de 1944 se consigne um aumento de trezentos e vinte mil cruzeiros no quantitativo proposto da verba referente ao pagamento do pessoal.

Art. 3.º — A Secretaria do Conselho organizará as tabelas nominais e numéricas que fundamentem os créditos previstos no artigo anterior.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1943, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Morais Sarmento*, Secretário Assistente interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 148, de 3 de dezembro de 1943

Dispõe sôbre o refôrço do orçamento do Conselho do corrente ano

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que a instalação da Secretaria Geral e do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, na sua nova sede, o desenvolvimento dos serviços sobretudo dos relacionados com a revisão da divisão territorial do país, o surpreendente acréscimo do custo das mercadorias e demais despesas especiais e imprevistas conduziram a uma deficiência dos recursos financeiros do Conselho para 1943;

Resolve:

Art. 1.º — O Presidente do Instituto, ouvido o Conselho Nacional de Estatística promoverá a concessão de um adiantamento de duzentos mil cruzeiros (Cr$ 200 000,00), ao Conselho Nacional de Geografia, a título de antecipação ao auxílio que lhe cabe em 1944, com a qual a Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia fica autorizada a liquidar o pagamento de despesas extra orçamentárias de natureza inadiável e imprevista a que foi obrigada no atual exercício.

Art. 2.º — A Secretaria do Conselho Nacional de Geografia, uma vez efetivado o suprimento previsto no artigo anterior, processará na forma usual o pagamento das despesas compromissadas.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1943, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Morais Sarmento*, Secretário Assistente interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 149, de 27 de dezembro de 1943

Dispõe sôbre o encerramento do orçamento de 1943

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso de suas atribuições;

Considerando a norma de encerrar-se a execução orçamentária juntamente com o exercício financeiro, que coincide com o ano civil;

Considerando as necessidades dos serviços;

Resolve:

Art. 1.º — Fica a Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia autorizada a utilizar os saldos das verbas do orçamento vigente no pagamento das despesas compromissadas referentes às verbas que forem deficientes.

Art. 2.º — O saldo final do orçamento do Conselho Nacional de Geografia de 1943 será creditado ao Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, afim de atender às despesas com a impressão dos *Anais* do IX Congresso Brasileiro de Geografia.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1943, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Morais Sarmento*, Secretário Assistente interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 150, de 31 de janeiro de 1944

Fixa o orçamento do Conselho para 1944

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que o orçamento da União para 1944 consignou ao Conselho Nacional de Geografia o auxílio de quatro milhões e novecentos mil cruzeiros (Cr$ 4 900 000,00), ao invés dos sete milhões e setecentos mil cruzeiros (Cr$ 7 700 000,00) solicitados ao Govêrno e devidamente justificados na Resolução n.º 133, de 7 de junho de 1943, dêste Diretório;

Considerando que, em conseqüência da redução havida na proposta orçamentária, e fatos intercorrentes se impõe uma readaptação do programa de trabalhos para o ano corrente;

Resolve:

Art. 1.º — Fica fixado em quatro milhões e novecentos mil cruzeiros (Cr$ 4 900 000,00) o orçamento do Conselho Nacional de Geografia para o ano de 1944.

Art. 2.º — O recurso orçamentário supramencionado destinar-se-á ao custeio das despesas da instituição no ano corrente, obediente à seguinte descriminação:

Verba I — Pessoal

01 — Vencimentos do pessoal extranumerário do Conselho ...	1 580 000
02 — Gratificação ao Secretário (Dec.-lei n.º 218)	13 200
03 — Gratificações de diversas naturezas	130 000
04 — Ajudas de custo e diárias ...	25 000
05 — Auxílio para fardamento	7 300
Total da verba I	1 755 500

Verba II — Material

Consignação I — Material permanente

01 — Livros, mapas, documentos, revistas e outras publicações especializadas	25 000
02 — Móveis em geral, máquinas e utensílios de escritório ...	250 000
03 — Objetos para o Museu de Geografia do Brasil	15 000

Consignação II —

Material de consumo

04 — Artigos de expediente de desenho e congêneres, fichas e impressos	180 000

Consignação III —

Diversas despesas

05 — Aluguel de sede	288 000
06 — Assinaturas de recortes de jornais e revistas	5 000
07 — Despesas miúdas de pronto pagamento, condução e transportes urbanos	12 000
08 — Luz, telefones, telefonemas, telegramas, radiogramas, portes de Correio	25 000
09 — Consertos e conservação de móveis e instalações e limpeza da sede	15 000
10 — Publicações (*Boletim* mensal, *Revista* trimestral, *Anuário Geográfico*, volume da *Biblioteca Geográfica Brasileira*)	400 000
11 — Representação social (solenidades, recepções, homenagens)	15 000
12 — Serviços de encadernação ...	10 000
Total da verba II	1 240 000

Verba III —

Serviços e encargos

01 — Passagens para os delegados à Assembléia Geral	25 000
02 — Ajudas de custo, indenização de despesas de estada aos mesmos delegados	35 000
03 — Despesas com a realização da Assembléia Geral	15 000
04 — Impressão de mapas	200 000
05 — Campanha das Coordenadas Geográficas	370 000
06 — Campanha Altimétrica e excursões científicas	250 000
07 — Assistência aos órgãos regionais	180 000
08 — Participação do Conselho em certames e exposições, Concurso Anual de Monografias	270 000
09 — Quota anual da adesão do Brasil ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História	100 000
10 — Auxílio para a impressão dos *Anais* do Congresso de Geografia	200 000
11 — Curso de Cartografia, cursos de especialização e missões culturais no exterior	190 000
Total da verba III	1 835 000

Verba IV — Eventuais

01 — Suplementação de verbas, eventuais e despesas extraordinárias autorizadas pelo Diretório Central	69 500
Total da verba IV	69 500

Resumo

Total da verba I	1 755 500
" " " II	1 240 000
" " " III	1 835 000
" " " IV	69 500
Total geral	4 900 000

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1944, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Morais Sarmento*, Secretário Assistente interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Assine a "Revista Brasileira de Geografia" para receber em sua casa a melhor publicação periódica sôbre a geografia do Brasil.

Diretórios Regionais

PERNAMBUCO

Integra das Resoluções n.os 1 e 2

Resolução n.º 1, de 14 de outubro de 1942

Sugere ao Conselho Nacional de Geografia a divisão das zonas fisiográficas de Pernambuco e recomenda a adoção da mesma divisão ad-referendum *do C.N.G.*

O Diretório Regional de Geografia do Conselho Nacional de Geografia do Estado de Pernambuco, usando das suas atribuições:

Considerando o que estabelece o art. 5.º da Resolução 72 de 14-7-41 e o parágrafo único do art. 3.º da Resolução n.º 77 de 17-7-941 do Conselho Nacional de Geografia;

Resolve:

Art. 1.º — Sugerir ao Conselho Nacional de Geografia, a divisão das zonas fisiográficas do Estado de Pernambuco, contida no parecer da Comissão composta pelos Srs. João Vasconcelos Sobrinho, Paulo Parísio, Maurício de Abreu e Mário Melo.

Art. 2.º — Recomendar ao Sistema Estatístico Regional, a adoção da mesma divisão *ad-referendum* do Conselho Nacional de Geografia.

Pernambuco, 14 de outubro de 1942. — Conferido e numerado. *Neusa Cardim,* Encarregada da Secretaria. — *Visto e rubricado. Paulo Pimentel,* Secretário do Diretório. — Publique-se. *Manuel Rodrigues Filho,* Presidente.

Resolução n.º 2, de 14 de outubro de 1942

Aprova o parecer apresentado pelo Serviço de Cartografia e Fisiografia do D.E.E. e o mapa de julgamento das monografias anexo, à presente Resolução

O Diretório Regional de Geografia do Conselho Nacional de Geografia do Estado de Pernambuco, usando das suas atribuições:

Considerando o que estabelece a Resolução n.º 88 do Conselho Nacional de Geografia e as instruções do mesmo Conselho sôbre o julgamento das monografias municipais;

Resolve:

Artigo único — Aprovar o parecer apresentado pelo Serviço de Cartografia e Fisiografia do Departamento Estadual de Estatística e o mapa de julgamento das monografias municipais dêste Estado anexo à presente Resolução.

Pernambuco, 14 de outubro de 1942. — Conferido e numerado. *Neusa Cardim,* Encarregada da Secretaria. — Visto e rubricado. *Paulo Pimentel,* Secretário do Diretório. — Publique-se. *Manuel Rodrigues Filho,* Presidente.

★

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.